

BIODIVERSIDADE, GESTÃO/GOVERNANÇA E SOCIEDADE NO ESCUDO DAS GUIANAS

Org.
Ligia Terezinha Lopes Simonian
Ana Cristina Rocha Silva

 **NAEA**
EDITORA

Biodiversidade, Gestão/ Governança e Sociedade no Escudo das Guianas

BELÉM -NAEA
2024



Universidade Federal do Pará – UFPA

Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Vice-Reitor: Loiane Ponte Souza Prado Verbicaro

Pró-Reitora de Pesquisa e PósGraduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA

Diretor Geral: Armin Mathis

Diretora Adjunta: Mirleide Chaar Bahia

Editora

Editor-Chefe: Silvio José de Lima Figueiredo

Divisão de Editoração: Aurilene Ferreira Martins e Albano Rita Gomes

Dr. Fredy Alexis Rivera Angel - Assessor Especialista da Vice-Presidência de Planejamento da Agência Nacional de Infraestrutura (ANI), Colômbia

Conselho Científico

Presidente - Prof. Dr. Armin Mathis – Universidade Federal do Pará

Vice-Presidente - Profa. Dra. Mirleide Bahia – Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodriguez – Universidad de La Habana, Cuba

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda – Universidad Nacional de Colombia, Leticia

Prof. Dr. Julien Meyer – Université Grenoble Alpes, CNRS, GIPSA-lab, France

Prof. Dr. Josep Pont Vidal – Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro, Portugal

Prof. Dr. Miguel Pinedo-Vasquez – Columbia University – New York, EUA

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Armin Mathis

Biodiversidade, Gestão/ Governança e Sociedade no Escudo das Guianas

Ligia Terezinha Lopes Simonian

Ana Cristina Rocha Silva

Organizadoras

Texto revisado conforme as regras do novo
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Diagramação

Lucas dos Anjos Vieira

Criação da capa

Fabricio Souza

Revisão

Ligia Terezinha Lopes Simonian

Ana Cristina Rocha Silva

Apoio financeiro

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico
Úmido (PPGDSTU)



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA**

B615 Biodiversidade, gestão/governança e sociedade no Escudo das Guianas [recurso eletrônico] / Ligia Terezinha Lopes Simonian, Ana Cristina Rocha Silva, organizadoras. — Belém: NAEA, 2024.
1 recurso online (276 p.).

Modo de acesso: <http://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-publicacoes>

Inclui bibliografias

ISBN: 978-85-7143-245-1

1. Ecologia humana – Guianas, Planalto das. 2. Territorialidade humana – Guianas, Planalto das. 3. Biodiversidade – Guianas, Planalto das. I. Simonian, Ligia Terezinha Lopes, org. II. Silva, Ana Cristina Rocha, org.

CDD 23. ED. – 304.2098

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque – CRB-2/871

© Direitos Reservados à Editora Naea

Av. Augusto Corrêa, no 1 - Campus Universitário do Guamá, CEP: 66.075-750
Belém, Pará, Brasil

PARECERISTAS

Dr^a. ADRIA MACEDO

Prof^a. da SEDUC, Bragança.

Dr^a. ANA CRISTINA ROCHA SILVA

Prof^a. da UNIFAP, Macapá.

Dr^a. DIANA PRISCILA SÁ ALBERTO

Prof^a. da FACTUR-UFPA, Belém.

Dr. EDINALDO PINHEIRO NUNES FILHO

Prof. da UNIFAP, Macapá.

Dr^a. ELENISE FARIA SCHERER

Prof^a. Aposentada da UFAM, Manaus.

M. Sc. FERNANDA CAMPOS DE ARAÚJO

Discente do PPGDSTU/NAEA-UFPA, Belém.

Dr. FREDY ALEXIS RIVERA ANGEL

Assesor Especialista da Vice-Presidência de Planejamento da Agência Nacional de Infraestrutura (ANI), Colômbia.

Dr^a. JUDITH ROSALES

Prof^a. Aposentada da University of Guyana, Guyana.

Dr^a. LIGIA T. LOPES SIMONIAN

Prof^a. Titular do NAEA/UFPA, Belém.

Dr^a. MARILU CAMPELO

Prof^a. do PPGSA da UFPA, Belém.

Dr. PAULO MOREIRA PINTO

Prof. da Faculdade de Turismo da UFPA.

AGRADECIMENTOS

são devidos à todas e a todos que colaboraram com a produção deste livro:

às autoras e aos autores dos capítulos,

às e aos pareceristas dos respectivos capítulos,

ao douto prefaciador,

à douta autora do texto da quarta capa,

ao criador da capa Fabricio Souza,

ao diagramador Lucas Vieira,

às bibliotecárias da Biblioteca José Marcelino Monteiro da Costa e em especial à bibliotecária produtora da ficha catalográfica Maria do Socorro Barbosa Albuquerque.

E pelo apoio financeiro, agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) e à Cordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),

à Coordenação de Comunicação e Difusão Científica do NAEA,

à Editora do NAEA e à Direção do NAEA,

à Universidade Federal do Pará pelo acolhimento de sempre.

As Organizadoras.

In Memoriam, com esta obra homenageamos a
Pedro Ramos de Souza, 1940-2023; líder
extrativista do Amapá, do Escudo das
Guianas e da Pan-Amazônia.

Sumário

Prefácio _____ **13**

José Bittencourt da Silva

1 Introdução _____ **17**

Ligia Terezinha Lopes Simonian

Ana Cristina Rocha Silva

**2 O processo histórico e
conflituoso da Guiana Brasileira** _____ **29**

Denise Machado Cardoso

**3 Impactos ambientais no município
de Amapá, durante a instalação da base
aeronaval do Amapá na década de 1940** _____ **51**

Edinaldo Pinheiro Nunes Filho

**4 Biodiversidade, turismo e a questão
indígena no planalto das guianas** _____ **79**

Helena Doris de Almeida Barbosa

Ligia Terezinha Lopes Simonian

**5 Os povos indígenas do Baixo Oiapoque
e a relação com o Platô das Guianas** _____ **103**

Tadeu Lopes Machado

Ana Manoela Primo dos Santos Soares

**6 Biodiversidade e pesca artesanal na
fronteira franco-brasileira: conflitos e desafios** _____ **119**

Ana Cristina Rocha Silva

Ligia Terezinha Lopes Simonian

**7 Criação de florestas públicas x populações
tradicionais: o caso da floresta estadual do
Paru na Guiana Brasileira** _____ **147**

Marcelo Araújo da Silva

Ligia Terezinha Lopes Simonian

Sumário

8 Agro-extractive settlement project and food security in Amazon Floodplain_____175

Shaji Thomas
Oriana Trindade
Elysângela Sousa Pinheiro

9 Mulheres migrantes no Suriname: uma revisão da literatura_____197

Karen Gabriely Sousa Santos

10 Diaspora engagement for development: challenges and options for Guyana_____215

Hisakhana Pahoona Corbin
Luis Eduardo Aragón

11 Climate change, drought and adaptation strategies of Wapishana indigenous communities in Karaudarnau, South Rupununi, Guyana_____243

Ron Sutherland
Judith Rosales
Louisa Dagers

Autoras e Autores_____271

Prefácio

No capítulo 24 de *O Capital* (Vol. I), intitulado “A chamada acumulação primitiva”, Marx (2013) apresenta suas análises acerca do processo histórico de formação do capitalismo e suas raízes agressivas, violentas e destruidora da natureza externa e das próprias populações locais europeias ocidentais. A Expropriação dos camponeses na Inglaterra, o papel do Estado e da violência para disciplinar a nova realidade da relação entre proprietários e trabalhadores, a expansão colonial e a escravidão são alguns aspectos levantados pelo autor para demonstrar como o novo sistema produtivo de acúmulo de riqueza via capital se estabelece, primeiro pelo comércio e depois pela indústria.

Essa análise marxiana é retomada por Luxemburgo (1970), a qual argumenta que o capitalismo não pode sobreviver apenas dentro de seus próprios limites e depende da exploração de economias não capitalistas para garantir sua expansão. Esse processo ocorre de três formas principais: a penetração do capital em sociedades camponesas, artesanais e comunais, convertendo-as em mercados e fontes de trabalho assalariado.

Ainda, tem-se o avanço colonial e imperialista, baseado na expropriação, no endividamento e na guerra; e a destruição sistemática de formas econômicas pré-capitalistas, como as comunidades indígenas e os modos de produção comunais. Esse movimento de expansão não é apenas uma consequência da lógica capitalista, mas uma necessidade estrutural do sistema. Para Luxemburgo sem a incorporação contínua de novos territórios, populações e recursos naturais ao circuito de acumulação, o sistema entraria em colapso.

A imposição de modelos econômicos voltados para a exportação de commodities, o endividamento estrutural e a exploração intensiva de recursos naturais em territórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas e comunidades tradicionais são expressões contemporâneas desse processo. No caso da Amazônia, por exemplo, pode-se observar como o avanço do capital sobre os territórios se dá por meio da expansão da mineração, do agronegócio e de grandes projetos de infraestrutura, como hidrelétricas e rodovias.

Aliás, esses processos resultam não apenas na degradação ambiental, mas também no deslocamento forçado de populações e na dissolução de modos de vida comunitários, que são substituídos por relações mercantis e formas precarizadas de trabalho. E de fato, as múltiplas Amazônia, incluindo a região do Escudo das Guianas têm sido alvo de disputas em um contexto de exploração econômica característico do atual estágio capitalista de existência humana.

Nesse cenário de apropriação e exploração do patrimônio natural – historicamente transformado em matéria-prima para a produção e acúmulo de riqueza –, a perda de biodiversidade e a proletarianização das populações originárias, quilombolas e ribeirinhas tornam-se estruturas estruturantes de novas realidades, situações problema que se revelam de diferentes modalidades, como por exemplo, nas corrutelas e beiradões, na criminalidade e doenças infectocontagiosas, ou seja, em espaços territoriais degradados onde as contradições do processo de reprodução primitiva do capital pode ser observado de forma clara e nua.

Certamente, o movimento desestruturante dos ecossistemas naturais e de desterritorialização das populações locais nunca ocorreu de forma pacífica, nem tampouco sem a resistência daqueles e daquelas oprimidas por esse processo. Os chamados povos da floresta, de diferentes maneiras, têm se oposto ao avanço predatório, contando com a solidariedade e o apoio de pessoas e organizações comprometidas com causas humanistas e ecológicas. Muitas figuras importantes marcaram essa luta, como Chico Mendes, Dorothy Stang, Dom Phillips e Bruno Pereira, entre outros, deram suas vidas na defesa das gentes, fauna e flora na Amazônia.

Neste contexto de crise civilizatória, no qual se inscreve o modo capitalista de apropriação da natureza e do trabalho humano, a presente obra se destaca como um valioso contributo para ampliar a compreensão e análise das

complexas e diversas dinâmicas da região abordada. Os estudos reunidos neste livro sublinham a importância de integrar os saberes tradicionais e acadêmicos na formulação de estratégias de gestão e planejamento territorial, com base nos princípios da conservação/preservação ambiental e no respeito aos modos de vida das populações locais.

Desse modo, a obra se propõe a oferecer uma reflexão crítica e interdisciplinar sobre as interfaces entre o desenvolvimento, o meio ambiente e as comunidades que habitam esses territórios. Assim, mais do que um registro acadêmico, esta obra representa um convite à reflexão sobre a relevância da Pan-Amazônia e, em particular, do Escudo das Guianas para os debates globais sobre meio ambiente, biodiversidade e desenvolvimento de populações locais.

Os textos que compõem este volume dialogam entre si, apresentando abordagens interdisciplinares sobre a região e demonstrando a riqueza de sua diversidade socioambiental. Mas, não é só isso. Ao reunir diferentes perspectivas sobre o Escudo das Guianas e seus desafios, esta obra soma-se às vozes que insistem em resistir a predação ambiental capitalista (pública ou privada) e a destruição étnico-cultural de seus povos e comunidades, reafirmando a necessária manutenção da Amazônia em sua pluralidade biossocial.

Expresso minha profunda gratidão às organizadoras desta obra pelo honroso convite para prefaciá-la. Este livro representa uma contribuição essencial para o debate sobre a Pan-Amazônia em geral e o Escudo das Guianas em particular, ampliando o conhecimento sobre essa região estratégica e fortalecendo reflexões críticas acerca dos desafios socioambientais e das modalidades de resistência das populações locais diante das dinâmicas do capitalismo contemporâneo.

Por sua vez, ao articular diferentes saberes e perspectivas, a obra se torna um espaço fundamental para a compreensão da complexidade desses territórios e de suas múltiplas dinâmicas. Participar deste projeto é, portanto, uma honra, pois ele se soma aos esforços de pesquisa e ação comprometidos com a justiça social e a valorização da pluralidade biossocial da Amazônia.

Prof. Titular e Dr. José Bittencourt da Silva
PPEB/NEB/UFPA

REFERÊNCIAS

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Tradução: Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

1

Introdução

*Ligia Terezinha Lopes Simonian
Ana Cristina Rocha Silva*

Principais áreas de interesse exógeno do mundo, a Amazônia, o Escudo das Guianas e a Pan-Amazônia têm sido debatidas por variados campos do saber e pelos mais diversos espaços de comunicação e produção de conhecimento. Em geral, esses debates reiteram a relevância desses territórios e de seus povos para a construção de conhecimentos nos aspectos bioeconômicos e de desenvolvimento sustentável. Raleigh (1596), Silva (2021), Roosevelt (1992) e Simonian, Costa e Baptista (Org., 2013) estão dentre os tantos livros, artigos e outras produções que podem ser destacadas.

Em tempos em que os fenômenos associados à emergência climática evidenciam a pertinência desses aspectos, as discussões sobre esses territórios e seus respectivos povos oferecem exemplos de prestação de serviços ambientais, de manejo sustentável de recursos naturais, de conservação e manutenção da biodiversidade. Como se vê em Rivera-Angel (2022), Simonian, Silva e Anschau (2024) e United Nations (2024), à medida em que avançam, os estudos e debates acerca desses elementos contribuem para a superação da representação dominante sobre a Amazônia, o Escudo das Guianas e a Pan-Amazônia.

Assim, aos poucos, os saberes, a diversidade e o protagonismo de seus povos no desenvolvimento de complexos sistemas ambientais se sobrepõem à ideia de espaços inóspitos, selvagens e desfavoráveis ao desenvolvimento cultural. Nessa perspectiva e como se vê em Leudo, Cerrato, Simonian e

Rivera-Angel (2023), os territórios que compreendem as três regiões em tela estão tendo a oportunidade de serem projetados para o mundo como um universo socioambiental amplo, complexo, diverso e rico.

Sem dúvidas essa projeção deriva do contexto internacional, tendo em vista que os problemas sociais, econômicos e ambientais se tornaram globais. Mas por certo também é fruto do trabalho e dedicação de pesquisadores e intelectuais dedicados à compreensão dos fenômenos sociais, culturais e ambientais dessas regiões (Leudo, Cerrato, Simonian, Rivera-Angel, 2023). Seja de modo disciplinar, interdisciplinar, transdisciplinar ou a partir de vivências próprias, esses estudiosos e pensadores se esforçam na interpretação da região fora de modelos ou conceitos centro-periferia.

Nesse exercício, os capítulos deste livro manifestam o quanto as realidades dessas áreas são profícuas para o planejamento de estratégias de desenvolvimento pautadas na sustentabilidade e respeito à diversidade das populações locais. Esta obra reúne pesquisas desenvolvidas por pesquisadores e pesquisadoras que atuam no Escudo das Guianas, uma das regiões mais biodiversas e ecologicamente relevantes da Pan-Amazônia e do planeta. Também conhecido como Planalto, Platô ou Escudo das Guianas (ver Mapa 1), esse território se constitui em uma das formações rochosas mais antigas do mundo.

Mapa 1: Os platôs do Escudo das Guianas



Fonte: SarVision, 2010.

O Escudo das Guianas está localizado ao norte da América do Sul, entre o Oceano Atlântico e as planícies Amazônica e do Orinoco e adentrando o espaço colombiano. Assim, sua área se distribui entre o Brasil, a Guiana Francesa, a Guiana, o Suriname, parte da Venezuela e da Colômbia. Segundo Ferreira (2015, p. 138), “Trata-se, [...] de um testemunho da formação da Terra, que abriga formas de vida e biomas diversos que estão em contato com as idiosincrasias da dinâmica política, social, cultural, jurídica e econômica dos países por onde se estende”.

Em território brasileiro, o Escudo Guianês abarca os estados do Amapá, Roraima, parte do Amazonas (norte) e parte do Pará (Calha Norte). Compreende uma área com mais de 2,7 milhões de km², que possui uma riqueza ambiental extraordinária e abrange várias fronteiras internacionais. Em virtude da formação rochosa que lhe é peculiar, a paisagem do Escudo das Guianas é marcada por serras, chapadas, montanhas, lagos e rios que entram em contraste com o verde da planície Amazônica.

Além de áreas urbanas, sua extensão territorial agrupa uma variedade de áreas protegidas, terras indígenas e quilombolas. É sobre a diversidade socioambiental desse território gigante e complexo que este livro trata. A obra inclui trabalhos apresentados no seminário do Grupo de Pesquisa – GP Biodiversidade, Gestão dos Recursos Naturais e Sociedade no Escudo das Guianas (CNPQ), realizado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, em 2017.

Ao reunir seus membros, o GP discutiu os fenômenos socioambientais do Escudo Guianês, a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Textos de pesquisadores externos ao GP também integram o livro, em virtude da convergência das discussões.

O capítulo escrito por Denise Machado Cardoso explora o processo histórico de formação das fronteiras no norte do Brasil. A autora se debruça sobre as ações de grupos que atuaram na implantação do sistema colonial, destacando os impactos desse sistema na atual configuração do território da Amazônia brasileira. Com base em pesquisa documental e bibliográfica, ela enfatiza os séculos XVI e XVII.

A autora discute como funcionários da coroa portuguesa, militares, religiosos de ordens distintas e colonos disputavam entre si e com outras

nações a hegemonia sobre os povos originários, seus territórios e produção existente. A discussão apresentada contribui para a desconstrução da ideia de uma colonização homogênea e harmônica, por parte do Estado português.

O capítulo de Edinaldo Pinheiro Nunes Filho contextualiza os desdobramentos da II Guerra Mundial no estado do Amapá, na área fronteira entre Brasil e Guiana Francesa. O autor discute os impactos ambientais e socioculturais provocados pela instalação da Base Aeronaval do Amapá –BAA no município de Amapá, entre os anos de 1941 a 1945. Com base no método qualitativo, na análise de fontes documentais, orais e uso do método comparativo, o estudo demonstra que, para a população local, a SGM representou um período de mudança nas relações socioculturais e no consumo de produtos/equipamentos industrializados.

Assim, a circulação de equipamentos de guerra e a introdução de produtos industrializados ressoou nas atividades econômicas, nos fazeres domésticos e de lazer. Alicerçadas na ideia de modernidade, essas transformações desencadearam uma teia de relações comerciais de produtos e serviços na região. Ao analisar-se o discurso de modernidade propalado à época, e considerando os estudos de Skocpol (1977) e Wallerstein (1974a, b), a pesquisa de Edinaldo Pinheiro dá pistas de como a ilusão do progresso justificou a imposição de lógicas colonizadoras nas dimensões da vida social.

No estudo, vê-se algumas das transformações sociais ocorridas, mas, sobretudo, identifica-se a pertinência do raciocínio de Skocpol (1977) e Wallerstein (1974a, b). Para esses dois autores, o mito do progresso encobre a maior força do capitalismo histórico: seu poder de degradação ambiental e de destruição/marginalização de dinâmicas culturais locais. Vista por esse ângulo, a implantação da BAA e seu aparente dinamismo tecnológico reforçou processos de homegeneização e expansionismo.

Ao voltarem-se para as discussões que envolvem a biodiversidade, o turismo e as questões indígenas, Helena Doris de Almeida Barbosa e Ligia Terezinha Lopes Simonian destacam como o turismo formalmente desenvolvido em sociedades indígenas constitui-se em uma perspectiva recente no Planalto das Guianas. Em função da cultura diversificada dessas sociedades e da biodiversidade riquíssima existente em suas áreas, o estudo das autoras indica o turismo como uma possibilidade viável para atender as demandas locais.

No entanto, em território brasileiro, essa realidade é destoante, posto que a legislação não permite a prática do turismo em Terras Indígenas. A partir de pesquisa documental e bibliográfica, bem como da realização de *surveys* em campo, associados ao uso de materiais oriundos da *Internet*, o capítulo assinado por Helena Doris e Ligia Simonian evidencia como e por quais sujeitos sociais vêm sendo dinamizado o turismo em territórios indígenas no Escudo Guianense.

Os resultados sinalizam uma relação entre o turismo e as transformações das questões relativas às áreas de fronteira e à biodiversidade. Assim, a atividade turística surge como alternativa para garantir condições mínimas de subsistência às populações indígenas, associadas à sustentabilidade dos recursos naturais. Além de esclarecer como o turismo vem sendo conduzido nas TI, o texto colabora com os debates acerca do turismo sustentável e sua relação com a biodiversidade e os indígenas nas Guianas.

A relação dos povos indígenas do Baixo Oiapoque e o Platô das Guianas é o tema discutido por Tadeu Lopes Machado e Ana Manoela Primo dos Santos. A pesquisa dos autores revela um sólido e duradouro contato transfronteiriço com a Guiana Francesa, por parte dos quatro povos indígenas que atualmente habitam a região do município de Oiapoque (Palikur, Galibi Kalinã, Galibi Marworno e Karipuna). Além do comércio e intercâmbio de bens, essa rede é estimulada pelo espraiamento das relações de parentesco desses indígenas, que estão na região das Guianas desde o período pré-colombiano.

Com base em pesquisa bibliográfica sobre a região, os autores facilitam a compreensão da manutenção dessa rede de sociabilidade transfronteiriça em que os próprios indígenas são protagonistas, e que, mesmo correndo alguns riscos por desrespeito diplomático entre os estados nacionais envolvidos, mantêm suas relações históricas.

Entre outros elementos, no decorrer do capítulo, os autores destacam o contexto histórico da relação desses indígenas com toda a região das Guianas. Assim, reforçam que, histórica e cosmologicamente, as fronteiras geográficas instauradas pelos estados nacionais na região são constantemente minimizadas pelos povos indígenas do Baixo Oiapoque.

Com foco nos conflitos que envolvem a pesca artesanal na região em que o Brasil faz fronteira com a Guiana Francesa, Ana Cristina Rocha Silva

e Ligia Terezinha Lopes Simonian apresentam o Parque Nacional do Cabo Orange – PNCO. O texto identifica as populações afetadas pela institucionalização do parque, enfatizando os impactos na pesca artesanal praticada nos limites do município de Oiapoque-AP. Construída a partir de levantamento bibliográfico, pesquisa de campo e entrevistas com pescadores e lideranças da Colônia de Pesca Z-3 de Oiapoque, a pesquisa ultrapassa a discussão dos conflitos concernentes à prática da pesca artesanal.

Desse modo, também manifesta as estratégias construídas entre os gestores do PNCO e os pescadores locais para a minimização dos problemas enfrentados no âmbito da pesca artesanal na costa do Amapá. Os resultados da pesquisa indicam o agravamento dos conflitos ambientais e sociais na costa do PNCO. Ademais, sinalizam que estão em risco de desaparecimento tanto o modo de vida das populações locais, quanto a biodiversidade da região.

Na sequência, Marcelo Araújo da Silva e Ligia Terezinha Lopes Simonian discorrem sobre a Floresta Estadual do Paru – FLOTA Paru, na Guiana brasileira. Os autores situam os conflitos decorrentes da criação de florestas públicas na vida de populações tradicionais. Precisamente, o capítulo aborda os conflitos de interesses entre os extrativistas de látex da balateira (*Manilkara bidentata*) e o governo do estado do Pará. Nota-se que, enquanto os balateiros priorizam a manutenção da floresta em pé para que o látex seja extraído e comercializado, o governo do Pará mobiliza processos licitatórios que fomentam a exploração de produtos florestais no interior dessa FLOTA.

Com implicações significativas para o meio ambiente, comunidades locais e equilíbrio ambiental, esses conflitos tornam o desflorestamento uma questão crítica, na Guiana incidente no Pará. Impulsionado pela expansão agrícola, pecuária, especulação imobiliária, atividades madeireiras e garimpeiras, o problema repercute diretamente na perda de habitat, redução da biodiversidade e impactos nos modos de vida de comunidades tradicionais locais.

Fundamentado nessas discussões, o capítulo assinado por Marcelo Araújo da Silva e Ligia Terezinha Lopes Simonian é elucidativo no sentido de expor como a impunidade diante de práticas ilegais favorece a degradação ambiental e a exploração desenfreada dos recursos naturais. Ao analisar o processo de concessão de três Unidades de Manejo Florestal – UMF na FLOTA

do Paru, a pesquisa manifesta os conflitos socioambientais provenientes do desrespeito aos direitos territoriais e culturais de populações tradicionais.

Mais que isso, o estudo deixa claro que as populações tradicionais residentes do interior dessa FLOTA têm sido invisibilizadas e marginalizadas pelo Estado, no contexto de criação, gestão e destinação da UC. Desse modo, na prática, diferentemente daquilo que prevê a legislação, a gestão da FLOTA do Paru acaba beneficiando setores econômicos (notadamente as madeireiras), em detrimento das populações locais.

A associação entre Projetos de Assentamentos Agroextrativistas e a segurança alimentar na Várzea Amazônica é discutida no capítulo de Shaji Thomas, Oriana Trindade e Elysângela Sousa Pinheiro. Conforme os autores, as planícies aluviais do rio Amazonas e seus maiores afluentes representam aproximadamente 40% do total de 800.000 km² de áreas úmidas na bacia do Baixo Amazonas. Assim, ao longo da história da ocupação humana, a várzea desempenhou um papel central na biodiversidade e na segurança alimentar das comunidades locais tradicionais da região amazônica.

A pesquisa indica que, apesar de toda esta importância, a propriedade da terra nesta região sempre foi ambígua, gerando muitos conflitos. Desde 2006, o Governo criou 15 Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE) na região da várzea do Baixo Amazonas, a fim de regular a propriedade da terra para garantir a proteção da biodiversidade e a segurança alimentar das comunidades locais. Nesse contexto, o capítulo dos autores objetiva analisar a implicação do PAE no processo de proteção da biodiversidade e segurança alimentar da Várzea Amazônica.

A metodologia utilizada incluiu observação participante em campo durante os anos de 2010 a 2013, revisão de literatura, grupos focais e entrevistas com 29 líderes de comunidades locais. A área de estudo está localizada em três Projetos de Assentamento da planície de inundação do Baixo Amazonas no Brasil. Nas entrevistas com lideranças comunitárias da região, 82% demonstraram algum tipo de insatisfação pelo modo em que o processo do PAE está sendo implementado na região.

Por meio dos resultados do estudo, compreende-se que, embora a maioria dos entrevistados não tenha concordado com o processo de implementação do PAE, todos os concordaram que a finalidade do PAE é a

manutenção da biodiversidade e da segurança nutricional da região. A ausência de participação dos comunitários no processo de implementação do projeto é o principal problema apresentado pelos interlocutores. A partir dessa constatação, o estudo contribui para a compreensão dos desafios da participação social nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da Amazônia.

Ao utilizar-se de uma revisão de literatura, o estudo de Karen Gabriely Sousa Santos aborda as relações entre mulheres e migração no Suriname. O método de revisão utilizado pela autora foi o *scoping reviews*, uma espécie de mapeamento rápido dos conceitos-chave que sustentam uma determinada área de pesquisa, e as principais fontes e tipos de evidências disponíveis. A necessidade de estudos empíricos é um dos resultados da revisão, uma vez que as trajetórias de mulheres migrantes enunciam novos elementos compreensivos e de construção de políticas públicas em cooperação transnacional.

O estudo de Karen Gabriely aponta que a migração de mulheres do Pará ao Suriname é influenciada por uma combinação de fatores econômicos, sociais e de gênero. As experiências dessas mulheres são moldadas por suas redes de apoio e pelas normas de gênero que permeiam suas trajetórias. Em face disso e conforme a autora, a compreensão dessas dinâmicas é essencial para abordar as especificidades da migração feminina e para reconhecer o papel ativo que essas mulheres desempenham em suas decisões migratórias e na construção de suas novas vidas.

No capítulo “Diaspora engagement for development: challenges and options for Guyana”¹ e com base em dados coletados de múltiplas fontes e uma revisão da literatura existente sobre o envolvimento da diáspora para o desenvolvimento ao redor do mundo, os autores Hisakhana Pahonna Corbin e Luís Eduardo Aragón buscam revelar potenciais e desafios que a Guiana (um país de alta emigração) pode enfrentar, pois procura envolver sua diáspora para o desenvolvimento.

Além de definir a diáspora da Guiana e revisar as intervenções atualmente adotadas pelo governo da Guiana para o engajamento da diáspora, este capítulo também dá luzes sobre as preocupações dos guianenses na diáspora, atendendo às condições políticas e socioeconômicas na Guiana de anos

1 Este capítulo foi publicado em formato de artigo na Revista Geografares, do PPG em Geografia e do Depto. de Geografia da UFES, em dezembro de 2017.

recentes e aos desafios que enfrentam e os esforços realizados em busca do desenvolvimento. Além disso, uma revisão das intervenções implementadas em outros países ao redor do mundo é apresentada com o objetivo de ampliar as opções para a Guiana.

Os impactos da seca sobre agricultores indígenas da Guiana é o tema explorado no texto de Ron Sutherland, Judith Rosales e Louisa Dagers. O estudo objetiva determinar a eficácia das estratégias de adaptação utilizada por eles, em resposta à seca sazonal que afeta a aldeia de Karaudarnau, na região de South Rupununi. Orientados pelo método qualitativo, os autores fizeram uso de um questionário da escala Likert e entrevistaram aproximadamente 127 agregados familiares, os quais compartilharam experiências com os impactos da seca no ambiente, nas culturas e na pecuária.

Os resultados manifestam que o impacto da seca nas práticas agrícolas resultou na migração de membros da família, os quais objetivavam manter seus núcleos durante o período. Ademais, o estudo revela impactos mais significativos nas culturas do que na pecuária, sendo que os impactos nas primeiras refletem na segunda. Os dados indicam adaptação ineficaz da maioria dos agricultores à seca, posto que poucos indígenas conseguiram se ajustar aos impactos da estiagem nas culturas.

Para além disso, o setor económico limitado na aldeia de Karaduarnau torna mais vulnerável os indígenas que se limitam a praticar culturas de subsistência do que aqueles envolvidos em mais de uma prática agrícola durante a seca. A pesquisa de Ron Sutherland, Judith Rosales e Louisa Dagers é didática no sentido de manifestar como a perda de conhecimento indígena, a falta de educação formal superior e a falta de tecnologia prejudicam a eficácia das estratégias de adaptação implementadas pelos agricultores.

A Amazônia, o Escudo das Guianas e a Pan-Amazônia representam áreas de extrema importância geopolítica e ambiental. Essa problemática se mostra relevante diante da necessidade de compreender as características físicas, a biodiversidade, a presença de povos indígenas e quilombolas, os recursos naturais, os desafios enfrentados, as políticas públicas e os acordos internacionais relacionados a essas regiões. A abordagem desses pontos contribui para

uma visão ampla e aprofundada sobre a relevância e o impacto destas áreas no cenário global.

Diante do escopo apresentado, esta coletânea traz estudos derivados de projetos desenvolvidos no âmbito de pesquisas de mestrado, doutorado e outros. Realizadas por meio de parcerias entre instituições dos diferentes países que formam o Escudo Guianês, as pesquisas abordam uma diversidade de temas, os quais destacam diferentes contextos de pesquisas e oferecem uma visão articulada desse território. Assim, o que seguem são textos que problematizam questões históricas, socioambientais, de gênero, culturais e militares, sempre em conexão com as discussões sobre a biodiversidade existente na área.

REFERÊNCIAS

- FERREIRA, R. da S. O Escudo Guianês em uma perspectiva patrimonial. **Revista CPC**, São Paulo, n.19, p.136-163, jun. 2015. DOI: <http://dx.doi.org.br/10.11606/issn.1980-4466.v0i19p136-163>.
- LEUDO, M. L.; SERRATO, C.; SIMONIAN, L. T. L.; RIVERA-ANGEL, F. A. **Libro de Resúmenes**. V CONGRESO INTERNACIONAL DE BIODIVERSIDAD DEL ESCUDO GUAYANÉS – El Escudo Guayanes un ecosistema estratégico para la resiliencia contra cambio el climático, 2019. Florencia – UNAMAZONIA; Belém - Ed. NAEA, 2023.
- RALEIGH, W. **The discoverie of the large, rich and beautiful Empyre of Guiana**. London: World Publishing Company, 1596.
- RIVERA-ANGEL, F. A. **Manejo de reserva da biosfera superposta a terras indígenas: transições para uma governança pluriversal**. Tese de doutorado. PPGDSTU, NAEA-UFPA. 2023.
- ROOSEVELT, A. C. Arqueologia amazônica. In: M. C. da CUNHA (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP, Cia das Letras e SMC, 1992. p. 53-86. [Tradução de J. M. Monteiro].
- SILVA, G. V. Expressões cartográficas da região das Guianas. **Geosp**, v. 25, n. 2, e-175029, 2021, ISSN 2179-0892.
- SIMONIAN, L. T. L.; SILVA, A. C. R.; ANSCHAU, A. A. Populações tradicionais amazônicas em tempos de desregulamentação ambiental: o caso do PAE Maracá. **Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos (Baru)**. 2024. [Artigo aceito para publicação].
- SIMONIAN, L. T. L., COSTA, A. J. S. da e BAPTISTA, E. R. (Org.). **Escudo guianês, biodiversidade, conservação dos recursos naturais e cultura**. Belém - Georgetown, Editora do NAEA; GSF, 2013. 439 p. Fotografias, ilustrações, mapas.
- SKOCPOL, T. Wallerstein's world capitalist system: a theoretical and historical critique. **American Journal of Sociology**. Vol. 82: 1075-1090, 1977. JSTOR 2777814. doi:10.1086/226431.
- UNITED NATIONS. **Secretary-General's press encounter at COP29**. Baku, November 21, 2024. Disponível in: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/press-encounter/2024-11-21/secretary-generals-press-encounter-cop29>.
- WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno**. Vol. 1 e 2. Porto, PT: Ed. Afrontamentos, 1974a, b.

2

O processo histórico e conflituoso da Guiana Brasileira

Denise Machado Cardoso

1 INTRODUÇÃO

O processo histórico que envolve a formação de fronteiras no norte do Brasil é o tema de estudo deste artigo. Em particular, buscou-se pesquisar as ações de diversos grupos que atuaram na implantação do sistema colonial e nos impactos decorrentes desse sistema na atual configuração territorial da Amazônia brasileira. Geralmente, tem-se nas narrativas sobre o período colonial, a ideia de que o Estado português atuou de maneira coesa e uníssona, mas esta caracterização da colonização como algo homogêneo e harmônico nem sempre condiz com o que é registrado nos documentos deste período.

Ao longo de séculos em que o Brasil esteve sob domínio de Portugal, houve várias etapas com diferentes características como se processava a relação entre os entes que atuavam neste sistema de dominação e exploração. Para precisar o modo como se manifestavam os diferentes interesses entre estes entes, ou grupos, fez-se necessária a verticalização da pesquisa, com vistas a detalhar pormenores que envolvem o domínio europeu no norte da Amazônia, em particular na foz desse rio.

A partir de pesquisa documental e bibliográfica, buscou-se caracterizar e compreender como se processavam as relações sociais conflituosas que

datam o século XVI e XVII, período em que funcionários da coroa portuguesa, militares, religiosos de diferentes ordens e colonos, disputavam entre si e com outras nações a hegemonia sobre as populações originárias, sobre os territórios e sobre o que era produzido nesta região, os conflitos de interesses desta disputa foram registrados nos documentos oficiais.

Diante disso, a investigação foi realizada com o intuito de elucidar o processo de definição de fronteiras do Brasil no norte da Amazônia, caracterizar as relações sociais entre diferentes entes do Estado e da Igreja Católica, além de evidenciar os desafios que marcaram a presente pesquisa. Nessa direção, o presente estudo, cujos resultados estão apresentados neste artigo, foi realizado no contexto do doutorado em Desenvolvimento Socioambiental, no período em que se fez a consulta às fontes históricas em diversas instituições portuguesas, em 2005.

A pesquisa de doutoramento – voltada para o debate que envolveu as políticas públicas referentes a Almeirim, município que se limita ao norte com o Suriname – trouxe como questões importantes: a exclusão da participação local no processo decisório - prática que os governos matem ainda na atualidade; os efeitos de projetos de desenvolvimento centrados em crescimento econômico sem equidade e sustentabilidade; os impactos das ações governamentais nas populações indígenas; além das questões que permeiam a presença europeia nesta região, que tem o rio Amazonas e seus afluentes como principal cenário, mas, que são pouco conhecidas por grande parte das pessoas.

Almeirim assemelha-se a outros municípios do estado do Pará, pois se caracteriza pelo contato imemorial entre as populações originárias amazônicas e povos de outras regiões da própria América, e populações de outros continentes. Esta realidade é, portanto, anterior à implantação do sistema colonial ibérico nesse continente, pois, de acordo com os estudos realizados por Anna Roosevelt (1997) as evidências arqueológicas apontam para a existência de populações sedentárias na Amazônia, com complexidade política e social, economia agrícola, em períodos anteriores ao processo de colonização europeia.

A partir da imposição do sistema colonial no continente americano a disputa por território entre as nações europeias intensificou a presença de militares, religiosos e funcionários do governo, notadamente quando ocorreu

a União Ibérica (1580-1640). Nesse contexto, a construção de fortificações marcou a presença de diferentes nações e ainda se faz notar nas diferentes narrativas sobre a materialidade deste processo de dominação e de exploração.

Do mesmo modo, a atuação de ordens religiosas que disputavam o domínio sobre povos indígenas também se apresenta como um tema recorrente expresso nas histórias acerca das ações missionárias e da exploração econômica ocorrida neste período da história de Almeirim e municípios vizinhos. Portanto, é inegável a relevância de pesquisas que objetivem a superação de lacunas referentes ao processo que impacta, ainda nos dias atuais, as populações indígenas e não indígenas deste município e sua circunvizinhança.

A pesquisa documental e bibliográfica se concentrou na questão de formação de fronteira, definição de autoria de construção de prédios e fortificações, disputa de narrativas com a redefinição de nomes de lugares e vilas, conflitos em suas diversas manifestações e a caracterização da colonização na região de Almeirim. O que se tem a seguir são as principais questões conceituais sobre desenvolvimento e sobre conflito, além das características do processo histórico na formação de fronteiras do norte do Brasil. Em alguns momentos do texto, meandros de algumas questões vêm à tona, revelando aspectos mais precisos sobre determinadas práticas colonialistas.

2 AS QUESTÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO NAS GUIANAS

Os efeitos da integração da Guiana ao sistema capitalista já se fizeram sentir na região desde o século XVII. Compreender esse contexto de inserção, e as questões que emergem dos aspectos sócio-políticos sobre a Amazônia desse período, exige que se tome como referência várias de suas dimensões (política, social, econômica, histórica). Atualmente, dentre estas várias dimensões do desenvolvimento destaca-se aquela relacionada à satisfação de necessidades elementares da população. Para Furtado (1982), se o conceito não contempla o essencial, tende a perder nitidez quando da análise de contextos culturais específicos, tornando-se apenas referência a um sistema de valores.

Certamente, este modelo atual não era condizente aos objetivos e valores próprios das colonizações, posto que eram voltados para atender apenas aos anseios dos grupos hegemônicos. Portanto, a que se considerar esta

situação quando se investigam as práticas coloniais, notadamente aquelas do século XVII, sob pena de se apresentar uma explicação e compreensão em desconexão com a lógica daquele momento do sistema capitalista e dos seus grupos e classes dominantes.

A partir do período do pós-Segunda Guerra Mundial houve mudanças e ajustes no sistema capitalista, tais como o dismantelamento das estruturas coloniais e a emergência de possibilidades novas de estruturação da hegemonia internacional, que se fundamentaram no controle da tecnologia e da informação e na manipulação ideológica (FURTADO, 1982). Como reflexo dessas mudanças verificou-se uma reformulação na noção de desenvolvimento, pois a situação de subdesenvolvimento pelo qual passavam grande parte dos países era inquietante em virtude da tomada de consciência quanto ao atraso econômico em que vivia a maioria da humanidade.

O conflito entre crescimento econômico e justiça social se instaurou não apenas nas discussões acerca dessa noção, como também nas ações políticas que buscavam estratégias para sua implementação. Aliás, no período pós-1945 foi fundamental para a discussão sobre o desenvolvimento, principalmente devido à redefinição do peso de diferentes Estados-nações.

Além disso, novos mecanismos como as agências multilaterais Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – FMI e Organização das Nações Unidas – ONU, passaram conforme Ribeiro (1981), a operar em termos globais, utilizando-se de indicadores de desenvolvimento considerados mais objetivos e universais. Em relação à ideia de conflito, nota-se que ela é própria do paradigma de análise Histórico-Estrutural, cuja base é, fundamentalmente, a teoria marxista.

De acordo com essa concepção, a sociedade se desenvolve de maneira contraditória, visto que a produção é socializada, ou seja, as mercadorias são produtos do trabalho coletivo, mas a apropriação – ou consumo – é privada (MARX, [1867] 1946). Nesse sentido, os conflitos expressos durante a formação da fronteira do norte do Brasil trazem vários elementos a serem ponderados a partir de diferentes interesses, tanto das nações europeias, dos grupos vinculados aos interesses da coroa portuguesa, e das populações originárias que já se encontram nesse continente há tempos imemoriais.

Ao apresentar suas considerações sobre a formação das fronteiras do norte do Brasil, Enrique Peregalli (1982, p.36) enfatizou que os “Holandeses, ingleses, franceses, espanhóis ou portugueses: quem controlasse o delta teria em suas mãos uma hidrovia, uma chave que abriria ou fecharia a rica região amazônica”. Ainda sobre a atuação de nações europeias na Amazônia, assim enfatizou esse historiador:

Portugueses e castelhanos iniciaram um longo período de conquistas na procura do Eldorado, fonte de ouro mitológica onde belas princesas costumavam banhar-se. Ao longo do século XV e XVI montaram o sistema colonial, no qual foram pioneiros: a comercialização dos valiosos produtos orientais, o tráfico negreiro, a produção colonial do açúcar e a mineração dos metais preciosos.

Durante o transcorrer do século XVII as demais potências europeias entraram na partilha colonial americana, participando da exploração colonial, “roubando ao ladrão”: a pirataria e o corsos foram as formas habituais de obrigar Espanha e Portugal a repartir o bolo (PEREGALLI, 1982, p. 21).

Por certo, esta disputa que se intensificou a partir da União Ibérica (1580-1640), revela o modo como o ideário capitalista está sustentado, desde seus primórdios e desde a implementação do sistema colonial, na concepção de acumulação de riqueza e concentração de seus benefícios. Aliás, ao longo de vários períodos da história do Brasil, este cenário pouco foi alterado. Desde a colonização, passando pelo período imperial, até o advento da república, pouco foi alterado quanto ao modo como os povos originários e as populações tradicionais são incluídos nos projetos de desenvolvimento para esta região.

Por sua vez, a conscientização da importância ambiental da região amazônica permite reflexões abrangentes, pois atores sociais diversos estão envolvidos com suas lógicas distintas neste debate. E, Somente como mão-de-obra que gerou riquezas via atividades econômicas, cuja produção foi direcionada para uma pequena parcela da sociedade. Além disso, o colonialismo garantiu que as fortificações, igrejas e palácios fossem edificadas com mão de obra escravizada, conforme apontam a documentação relativa a esse período histórico.

3 AS EDIFICAÇÃO DE FORTES AO LONGO DA FRONTEIRA GUIANESA E NAS MARGENS DO RIO AMAZONAS

Diversas fortificações foram erguidas durante o período em que as coroas ibéricas estiveram unidas (1580-1640). Com o intuito de conter invasões de nações inimigas de Espanha e Portugal, tanto militares e religiosos empenharam-se na defesa do território. Em decorrência desses combates, o avanço da expansão territorial se fez notar da foz em direção ao alto Amazonas (REIS, 1993). A “conquista do Amazonas” objetivava a defesa do território das ameaças estrangeiras. Mas, ao mesmo tempo, essa conquista atendeu aos interesses territoriais de portugueses.

A origem histórica do município de Almeirim está relacionada a esse contexto, através da construção do forte Paru, localizado na margem esquerda do rio Amazonas ou a Calha Norte desse rio, onde se encontrava a aldeia Paru. Durante o período em que Portugal esteve sob o domínio da Coroa espanhola – como se vê em Ugarte (2000) –, as ações militares para expulsar estrangeiros dessa região (franceses, ingleses e holandeses) tinham um caráter muito mais favorável ao domínio português do que propriamente espanhol.

Os documentos referentes à Jornada do Rio Amazonas – viagem realizada por Pedro Teixeira no período entre 1637 e 1639 – são apontados como uma prova cabal do domínio luso. A Restauração da autonomia política de Portugal trouxe novamente o meridiano de Tordesilhas como marco de referência para a delimitação de territórios portugueses e espanhóis na América. O embate que se seguiu a Restauração comprovou, no entanto, que o Amazonas fora conquistado por portugueses para a coroa portuguesa, muito embora estivessem sob domínio espanhol.

Durante o século XVIII, a região assistiu às ações decorrentes da política de Marquês de Pombal para a Amazônia. Em 1758, várias foram as vilas e povoações fundadas pelo então governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Araújo (1998) argumenta que muitas dessas vilas já existiam na condição de aldeamentos. A vila de Almeirim era, por exemplo, a antiga aldeia Paru fundada pelos Franciscanos Capuchos de Santo Antônio. Mas com a política modernizante adotada por Mendonça Furtado e pelo Marquês de Pombal, a aldeia foi elevada à condição de vila sob a denominação Almeirim.

Do final do século XVIII até meados do século XIX, a região do baixo Amazonas apresentou relativo abandono por parte do governo, principalmente vilas e lugares que ali haviam sido fundados. Essa realidade refletia, em parte, os resultados da política da Coroa portuguesa durante a vigência do governo do primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal.

Ainda no entendimento de Araújo (1998), várias foram as dificuldades em manter a efetiva ocupação da região, a política indigenista adotada nesse período, por exemplo, impelia os índios à fuga. Por certo, outros motivos podem ter direcionado a atenção do governo de Lisboa para demais regiões do Brasil.

No século XIX, precisamente em 1835, o movimento cabano invadiu e destruiu quase totalmente a fortificação e a aldeia sendo reerguidos no período republicano e elevados à categoria de vila pelo governo provisório do estado do Pará¹. No município de Almeirim, Figueiredo (1990) destaca que, além militares e dos missionários capuchos de Santo Antônio e da Conceição, foi de fundamental importância para o processo de consolidação de vilas ao longo do rio Amazonas e seus afluentes, a vinda de casais açorianos no século XVIII.

De fato, em consulta do Conselho da Fazenda ao rei Filipe II em maio de 1618, há registro de requerimento de Jorge de Lemos Bitencourt (Capitão-mor do Pará) para vinda de duzentos casais açorianos para o Pará. Importante frisar que tais casais deveriam ser de nobre qualidade e naturais daquelas ilhas (PARÁ, 1618a). Não apenas casais eram solicitados, pois os filhos desses também eram aguardados para nessa região se instalarem e desenvolverem atividades produtivas ligadas ao setor primário da economia.

Variações nas explicações sobre fatos, datas, nomes de rios e lugares relacionados à fundação do município de Almeirim e suas vilas são recorrentes. Tais variações são comuns nas histórias dos municípios do baixo Amazonas e

¹Elevação à categoria de vila em 1758, pelo governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em observância à lei de 6 de junho de 1755, perdeu-a obtendo-a novamente pelo Decreto nº 109 de 17 de março de 1890. No Decreto 110 dessa mesma data, criou-se o município de Almeirim (MUNIZ, 1904).

muitas vezes geram interpretações e análises confusas. Amorin (1997, p. 120), registra que:

[...] Ao longo dos anos, as aldeias trocavam de lugar, de nomenclatura e, algumas vezes de administração, o que confunde o seu reconhecimento, facto ainda mais complexo com as posteriores alterações lexicais dos topônimos.

É inegável que tais imprecisões geram angústias aos investigadores. Mas, ao mesmo tempo, elas instigam aprofundamento e ampliação nas pesquisas. O que por certo garante um debate mais consistente sobre as histórias locais de Almeirim. Ainda nessa direção, observa-se que há controvérsias em relação ao governo responsável pela construção do forte Paru. Para vários pesquisadores (ARAÚJO, 1998; FERREIRA, 2004; MUNIZ, 1904; OLIVEIRA, 1983), o governo português teria sido aquele que erguera o forte, em consequência da política de defesa adotada pelo reino luso na América.

A descrição registrada nos Annaes (1916), embora não indique uma data precisa para a elevação do forte, caracteriza-o como erguido por holandeses e construído em pedra e barro, cuja reedificação ocorreu em 1745. Entretanto, não se identificou explicações consistentes para atribuir aos holandeses a construção do forte Paru. Em relação ao ano de fundação deste forte, novas divergências vêm à tona. Oliveira (1983) indica que, a ação missionária e a prática militar de defesa dos territórios motivaram a construção do forte Paru no ano de 1710. Araújo (1998), por sua vez, aponta Manuel da Motta Sequeira como o responsável pela construção do mesmo no ano de 1639.

4 A ATUAÇÃO DE ORDENS RELIGIOSAS NA GUIANA E NA AMAZÔNIA BRASILEIRAS

Nesse contexto de disputa pelo domínio do norte do Brasil por nações europeias, é inegável a relevância das ordens religiosas na consolidação de projetos de colonização, juntamente com as ações militares, de colonos e de funcionários do governo, conforme anteriormente destacado. Na perspectiva luso-espanhola, o combate ao que fora designado como estrangeiros também contou com a contribuição dos franciscanos capuchos de Santo Antônio na ocupação de portugueses no norte da Amazônia.

No momento em que o governo do Maranhão foi separado do Brasil, em 1618, os religiosos a quem caberia acompanhar o novo governador seriam, segundo determinação régia, os franciscanos da Província de Santo Antônio (CEARÁ, 1909). Na carta do rei Filipe II, endereçada ao Vice-Rei de Portugal, constava a seguinte determinação:

Vi a consulta do Conselho de minha fazenda e os mais papeis que com elas vieram sobre matérias do Maranhão e o que acerca disso vos pareceu e tudo me enviaste com vossa carta. E hei por bem que o governo do Maranhão se separe do Brasil e porque convém que o governador que ali há de haver seja pessoa que tenha experiência do gentio e daquelas terras, vos encomendo que vejais o parecer de Gaspar de Sousa em que aponta as pessoas que para este governo poder ser a propósito, e me consulteis logo o que vos parecer e do que será bom dar-se-lhe com o cargo de governador [...] E considerando quão importante é ao serviço de Deus e meu enviarem-se desse Reino religiosos àquelas partes para tratarem do aumento de nossa santa fé e da conservação do gentio nela e celebrarem os officios divinos, me pareceu que estes religiosos devem ser de São Francisco da Província de Santo Antônio a que compete aquela comissão, os quais irão com o novo governador no número que parecer necessário e para esse efeito tratareis com o seu Provincial que nomeie os que houverem de ir que serão de virtude exemplar e de experiência e letrados.

Essa importância atribuída aos franciscanos para a colonização portuguesa na região é constatada, também, na correspondência entre o administrador local e o governo metropolitano. Em carta enviada em fevereiro de 1618, por Manuel de Sousa Eça, capitão-mor do Pará (PARÁ, 1618b), solicitava-se ao rei D. Filipe II o envio de mais clérigos para auxiliar padres franciscanos capuchos de Santo Antônio na catequização de indígenas.

Em 1621, o capitão-mor Manuel de Sousa Eça enviou carta ao rei D. Filipe II, na qual enfatiza o trabalho desses religiosos na conversão do gentio e no combate à “falsa doutrina” propagada pelos estrangeiros presentes na região. No extrato a seguir, percebe-se a relevância na consolidação do domínio português na Amazônia oriental.

Por lembrança a Vossa Majestade neste tribunal Manuel de Sousa Eça da grande necessidade que há no Grão Pará onde Vossa Majestade a manda por Capitão de religiosos que ensinem ao gentio daquelas partes que são os [...] a nossas da fé católica para que também se atalhe a falsa doutrina que os estrangeiros [...] vos ensinam. As pessoas entre aquele gentio tem mais autoridade acreditado são os padres da Companhia de Jesus e de Santo Antônio que estão nas posses do Brasil e há entre eles pessoas de muitas virtudes e que sabem bem as línguas que podem fazer o serviço a Deus e a Vossa Majestade [...] (EÇA, 1621).

Nesse documento, há registros da relevância dos religiosos e seus serviços de conversão ao catolicismo e no ensino da língua portuguesa, o que certamente foi fundamental no processo de dominação dos povos indígenas do Pará (leia-se Amazônia) durante o período de colonização portuguesa. Na região do baixo Amazonas, além dos franciscanos de Santo Antônio os jesuítas fundaram vários aldeamentos que posteriormente viriam a transformar-se em núcleos urbanos.

Dentre essas aldeias missionárias destacam-se, no atual município de Almeirim, as aldeias Paru, Tuaré, Conceição e Aramucu (BAENA, 1839). Foi praticamente inviável identificar as aldeias fundadas por franciscanos e jesuítas de maneira precisa, mas sabe-se que a determinação régia de 1693 estipulou a margem direita do rio Amazonas para controle desses primeiros missionários.

4.1 MISSÕES, ALDEAMENTOS E PRÁTICAS DE EXPLORAÇÃO INDÍGENA

De um modo geral, as ordens religiosas utilizavam do “aldeamento” como método de arregimentação de indígenas a serem catequizados. Tal método consistia no agrupamento das populações indígenas próximas aos núcleos de missões ou aldeamentos, o que em muito facilitava a ação dos religiosos, pois evitava, por exemplo, que estes percorressem grandes extensões territoriais e, ao mesmo tempo, concentrava um grande número de indígenas. Embora apresentasse objetivos de conversão dessas populações ao catolicismo, os aldeamentos missionários apresentavam uma complexidade que extrapolava o âmbito da religião e espiritualidade.

A exploração de riquezas florestais e dos rios da Amazônia pelos indígenas aldeados pelos religiosos, incomodava lideranças locais causando conflitos de interesses entre religiosos, colonos e funcionários da burocracia colonial. Os indígenas eram considerados uma força de trabalho a ser explorada de maneira lucrativa e, as vantagens obtidas por missionários na exploração dessa força tornavam os religiosos privilegiados aos olhos de colonos.

De fato, as aldeias missionárias tornaram-se importantes elementos na catequização indígena, o que era fundamental para a concretização do processo de colonização, conforme já apontado anteriormente. Além disso, as missões estruturaram-se de tal maneira, que os projetos de modernização

e urbanização, segundo os moldes europeus do século XVIII, utilizaram-se dos aldeamentos organizados pelas ordens religiosas ainda no início do século XVII. Com isso, muitas aldeias foram elevadas à condição de vila, mantendo-se a estrutura original desses núcleos urbanos.

As aldeias missionárias destacaram-se, também, por serem as primeiras unidades produtivas a desenvolverem sistemas de abastecimento com características de autossuficiência (RAVENA, 1998). Tal situação era resultado da estrutura montada pelos religiosos na utilização da força de trabalho indígena, cuja principal característica era a divisão do tempo de trabalho de indígenas entre coleta de produtos da floresta para o mercado externo e produção agrícola para o consumo interno. Essa racionalidade, segundo Ravena (1998), evitava fugas e garantia a reprodução do sistema missionário, posto que os indígenas não eram levados à exaustão.

O sistema missionário contava ainda com isenção de taxas alfandegárias, o que por certo trouxe benefícios econômicos para os religiosos ligados à exploração das drogas do sertão. Nestes termos, a maneira como os índios Wayana-Apalai e outros grupos indígenas ali existentes lidavam com seu ambiente foi transformada drasticamente dando lugar a um modo de vida direcionado aos interesses da Coroa portuguesa (VELTHEM, 1998). As culturas locais foram sendo substituídas sem que fossem levadas em consideração as identidades indígenas.

As controvérsias a respeito dos aldeamentos existentes no município de Almeirim, precisamente no que se refere ao rio Arraiolos, também foi tema de interesse de pesquisa documental acerca do processo de ocupação e colonização europeia nesta parte do continente americano, denominado Escudo Guianês. Desde o início desta pesquisa documental, intencionamos investigar sobre a presença missionária ao longo do rio Arraiolos devido aos relatos que são feitos, por pessoas das atuais vilas existentes neste rio, sobre missões religiosas.

Além das controvérsias acerca da autoria da construção do forte Paru, observou-se que a denominação de rios e vilas também demandavam pesquisa que explicasse o processo relativo à denominação destes lugares. A localização e datação acerca desses aldeamentos e, posteriormente vilas, apresentam-se de maneira inexata tal como ocorre, por exemplo, no caso do rio Arraiolos, que era anteriormente denominado Tuerê.

Os documentos registram de vilas no rio Arraiolos, inclusive uma delas recebia esta mesma denominação, como bem demonstram alguns documentos do século XVIII. No ano de 1767, o diretor da vila de Arraiolos – senhor Joaquim José – enviou ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

[...] Pela obrigação que tenho de humilde criado se me faz preciso repetir à Vossa Excelência [...] exercer que deste tendo recebido, quais foram fazer diretor da vila de Arraiolos, donde me acho dirigindo dois anos e tantos meses, fazendo especial estudo para que não desmereça a honra que tenho de criado de Vossa Excelência [...] (PARÁ, 1767).

Esse ofício confirma a existência da vila de Arraiolos nove anos após sua fundação, em 1758. E de acordo com Pará (1762), a presença dos missionários neste *locus* foi registrada, também, através de ofício, no qual o D. Fr. João de São José Queirós – bispo do Pará – comunica-se com o vigário do Arraiolos.

Por sua vez, em documento de época relativo ao Fr. Jesus Maria – presidente das missões da província da Conceição do Pará em meados do século XVIII – os nomes de quinze missionários foram confirmados para exercerem funções eclesiásticas em diversas aldeias. No que se refere as do vale do Arraiolos, identificou-se o seguinte:

Irmãos Fr. José da Trindade.
Fr. Luís de Santa Teresa
Aldeia Tuharé

Irmãos Fr. Manuel de Santa Bárbara
Fr. Bento do Rosário
Aldeia Santo Antônio do Jari [...] (PARÁ, 1753).

A pesquisa referente às histórias do rio Arraiolos² enfrentou vários desafios, sendo que um deles remetia-se à sua atual denominação. Raros eram os estudos, mapas e documentos que traziam informações a seu respeito, o que dava a impressão de que ele não existia realmente. Com o aprofundar das investigações verificou-se conforme D'Azevedo ([1901] 1999), que, na verdade,

2 O nome Arraiolos deriva do governador grego Rayeo ou Rayo que posteriormente, por sucessivas transformações viria a dar “Rayolo” e “Arrayollos”. “Terras de Rayo” na península Ibérica, atual território de Portugal, cuja fundação é atribuída aos sabinos, tusculanos e albanos no século II a. C. (ARRAIÓLOS, s. d.).

rios, povoações e vilarejos tiveram seus nomes alterados, por volta de 1758, devido às ações governamentais do Marquês de Pombal e de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, então governador do Grão Pará.

Constatou-se, assim, que esse rio somente recebeu essa denominação em meados do século XVIII e, antes disso, era conhecido por Tuerê ou Tuaré. Aliás, as missões religiosas também tinham a prática de alterar nome e localização dos aldeamentos que estivessem sob seu controle, mas por razões diferentes daquelas observadas no governo de Pombal. Os franciscanos da Conceição alteraram algumas de suas aldeias nos rios Arraiolos, Jari e Paru. De acordo com o frade Jesus Maria José (1760), a aldeia Santo Antônio do Tuaré, é um exemplo significativo dessa prática, pois foi alterada em nome e lugar para Santo Antônio do Jari.

Essa mudança foi justificada pelas atitudes do governador em apoiar a permanência de outras ordens religiosas na região. O apoio do governador aos jesuítas, era uma desobediência às decisões régias que culminou na partilha das missões entre franciscanos e jesuítas e entre os próprios franciscanos. A atitude do governador foi considerada ofensiva e ameaçadora e, como reação às ações do governo local, os franciscanos da conceição optaram por retirarem-se do rio Tauré para o rio Jari.

Em relação às controvérsias ligadas ao nome indígena do rio Arraiolos, observou-se que se para alguns ele era denominado Tuaré, para outros ele era identificado como rio Aramucu ou Guaramucu. Para Lins (1997), por exemplo, a denominação original do rio Arraiolos era Aramucu, onde foram fundadas na bacia desse rio as missões Nossa Senhora do Rosário de Arraiolos e Nossa Senhora da Conceição do Esposendo. Ainda segundo este autor, esta denominação fora dada provavelmente por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em substituição, respectivamente, aos nomes Missão Aramucu ou Guarimucu e Tueré ou Toeré.

A identificação do Arraiolos como aquele que anteriormente recebia a denominação de Urumacu ou Aramucu também já fora apontada por Fragoso (1982) a partir do nome do aldeamento criado pelos capuchos de Santo Antônio nesse rio. O aldeamento foi constituído pelos índios Aroaquize, Curacurati e Gira-Mota. Fragoso considera, ainda, que Tuaré era a denominação do atual

Esposendo, onde os índios Tucuju, Maniba e Conchichina foram aldeados. Casal (1943, p. 240), assim descreve as vilas de Arraiolos e Esposendo:

Arraiolos, vila pequena e vistosa, sobre uma colina junto à margem oriental, e cinco léguas acima do rio Aramucu: tem dois grandes terreiros com alguma forma de praças, e uma grande matriz dedicada a Nossa Senhora do Rosário. Seus habitantes são agricultores e pescadores. A água do rio é fria e cristalina [...].

Esposende, vilota bem situada na falda duma lomba sobranceira ao rio Tubaré, aliás Tueré, com aprazíveis vistas de campinas, outeiros e arvoredos, ornada com uma igreja paroquial de Nossa Senhora do Rosário, fica a tres léguas ao Noroeste de Arraiolos [...]. O rio, que a lava, é um ramo do ameno e tortuoso Aramucú, que sai do Amazonas por duas bocas.

Essa descrição corrobora a ideia que Aramucu era a denominação original do Arraiolos. Além disso, essa descrição da vila do Arraiolos indica que o local em questão pode vir a ser o mesmo onde atualmente está a vila de Freguesia, local onde há ruínas denominadas localmente como “paredões”. Baena (1839) registra, por sua vez, que o nome Arraiolos era um apelido vulgar do rio Tocré, onde na sua margem oriental foi fundada a vila Arraiolos, em 20 de fevereiro de 1758.

A descrição apresentada por Baena (1839, p. 285) demonstra a simplicidade de suas edificações na época de sua fundação:

A villa não tem ruas: consta de uma única praça orlada de 28 moradas, que são todas humildes, e frageis as paredes: e fora d'este contorno aqui e ali tem mais cinco tambem de tecto de folhagem. No centro d'esta praça está fincado um esteio de acapú, a que chamaõ Pellourinho.

A igreja tem tecto de telha: e foi edificada em louvor da Sacratissima Virgem do Rosario.

Antes de ser Villa era Aldea de Tocré: nome do rio que deraõ á aquella terra quando os Religiosos Capuchos instituiraõ no catecismo os Sylvicolos, que quizerão entrar na nossa Santa fé.

A denominação do rio Arraiolos como Aramucu fora anteriormente questionada por Abreu (1992), pois Aramucu seria na verdade “[...] um afluente da margem esquerda do Toheré, como bem explicitamente o designa o mappa de Martius” (ABREU, 1992, p. 280). Desse modo, Aramucu seria a denominação indígena para o furo do Esposendo, conforme a explicação de Abreu ao se referir aos trabalhos de Martius e Penna.

Os mapas históricos elaborados até a segunda década do século XIX indicam a denominação do rio Arraiolos como Tueré, ou Tuheré (BUCHON, 1825; D'ANVILLE, 1748; FRITZ, 1707). Apenas a partir de então é que o Arraiolos passa a ser identificado nos mapas como Arraiolos ou como Aramucu ou Guarimucu (BRAGA, 1918). Ainda, observe que alguns cartógrafos/engenheiros, que haviam elaborado mapas cuja identificação desse rio era Tueré passaram a utilizar o nome Arraiolos em seus mapas, isto a partir do ano de 1828.

4.2 RIVALIDADES E DISPUTAS ENTRE AS ORDENS RELIGIOSAS

A vinda dos religiosos da Companhia de Jesus para o Maranhão e Grão-Pará, ainda em 1653, alterou o quadro de catequização dos indígenas. As rivalidades e disputas entre essas ordens religiosas tornaram-se recorrentes desde a chegada dos missionários da Companhia de Jesus ao Maranhão e Grão-Pará. No entendimento de Kiemen (1954), os jesuítas planejaram a substituição dos franciscanos, alegando a falta de meios para a proteção dos índios contra os colonos.

Luis de Figueira, superior dos inacianos no Maranhão, é apontado por esse autor como aquele que propagava a ideia de que os franciscanos eram extremamente pobres e em número muito reduzido. O que dificultava, segundo o superior jesuíta, a realização de trabalhos compatíveis com as necessidades da época. A pobreza dos franciscanos, que já fora posta em dúvida pelos colonos, tornou-se um dos principais pontos de críticas desferidas pelos religiosos da companhia de Jesus às ordens franciscanas.

Se por um lado, os franciscanos defendiam-se das acusações de enriquecimento, por outro necessitavam provar que possuíam condições de manterem-se como catequizadores e defensores do gentio, afastando a concorrência dos jesuítas. Uma ação para diminuir a concorrência imposta pelos jesuítas foi a solicitação de uma certidão ao governo de Portugal que comprovasse a relevância da ação dos franciscanos desde o início da colonização. Solicitada em 17 de junho de 1702, a certidão viria confirmar que esses religiosos foram os primeiros a entrarem no Grão-Pará.

Esse documento evidencia que mesmo reconhecendo a relevância das ordens franciscanas, a chegada de outras ordens religiosas comprometeu a hegemonia desses religiosos. Mas, os jesuítas foram, por certo, aqueles que mais disputaram com os franciscanos as terras e indígenas dessa região. De fato, a rivalidade entre ordens religiosas pelo domínio de aldeamentos e a disputa entre missionários e colonos pelo controle dos indígenas era uma realidade indiscutível. Leite (1943, p, 107) indica que os jesuítas se envolviam constantemente em questões ligadas a missionários franciscanos.

O pensamento do Governador Geral do Brasil era que os jesuítas se encarregassem dos Índios. Os moradores recorreram a El-Rei, que antes queriam os Franciscanos. El-Rei respondeu que sim, que os Franciscanos fossem, e tomassem conta dos Índios, mas que os Jesuítas, sem eles, também ficariam na terra. E ficaram. Numa perpétua luta, em que às vezes os Jesuítas eram quase adorados, outras, exilados [...].

Os jesuítas em muito contribuíram no processo de colonização tanto do Brasil quanto do Maranhão e Grão-Pará e, suas obras são, de fato, marcadas por inúmeras controvérsias e disputas com franciscanos, conforme evidenciado no registro acima. Todavia, os frades franciscanos, ao que tudo indica, também eram vistos de maneira ambígua. Dependendo do grupo social e do contexto, havia diferentes e opostas visões acerca da ordem franciscana.

Nestes termos, para os jesuítas eles eram taxados de missionários pobres e incapazes numericamente de exercer o papel de catequizadores e defensores dos direitos indígenas. Para os colonos, segundo Pará (1710), os franciscanos eram religiosos que praticavam exorbitâncias em suas aldeias, tais como: o acúmulo de riquezas e o esquecimento da pregação da doutrina cristã aos índios aldeados. Note-se que devido à divisão de 1693, o trabalho dos jesuítas foi limitado ao norte do rio Amazonas, pois este passou a ser lugar de atuação dos franciscanos.

Mas, Leite (1943, p. 275) indica que, mesmo com restrições, a atuação dos jesuítas não foi totalmente extinta nessa região, posto que nem sempre as determinações régias fossem seguidas pelo governo local.

No rio Jari, em 1715 tinham formado os Padres da Conceição duas aldeias Novas. Mas pelo s anos de 1709 e 1710, trabalharam lá os Padres da Companhia, cremos que por efeito de rivalidades entre o Governador Cristóvão da Costa Freire e o Ouvidor Geral. O governador encarregou os Padres da Companhia

do descobrimento dos Índios desse rio, não obstante pertencerem à jurisdição dos Religiosos Franciscanos, a quem El-Rei mandou dar as Missões do Jari em 1701. El-Rei aprovou as Ordens do Governador [...] (Conventos, 1701).

Como nem sempre as decisões régias, ou mediações feitas pelo Conselho Ultramarino, eram obedecidas de maneira plena pelos habitantes da colônia, os franciscanos reagiam da maneira que lhes fosse mais conveniente, ou seja, através de correspondências com seus superiores e com transferência do local e nome de suas aldeias.

A partir da implantação do sistema de ocupação lusa, a transformação do modo de vida dos indígenas ocorreu de maneira irreversível a partir das guerras genocidas, da missionização e da escravidão; os que resistiram e/ou sobreviveram a tais processos vivem hoje nas Terras Indígenas (TI) Paru de Leste e Tumucumaque.

5 CONCLUSÕES

Localizado no extremo norte do estado do Pará – área da Guiana Brasileira –, Almeirim é um dos três municípios fronteiriços do norte do Brasil, juntamente com Óbidos e Oriximiná. Em relação ao seu processo histórico, constata-se que desde o período colonial, as realidades históricas, econômicas e culturais que se seguiram neste município fronteiriço destacam-no no cenário da Mesorregião do Baixo Amazonas.

Nas diferentes narrativas sobre os seus diversos momentos históricos, as edificações de fortificações militares e religiosas ao longo do rio Amazonas e na foz desse rio corroboram com a presença colonial nesta região. A ainda no século XXI se fazem notar várias histórias narradas por pessoas que vivem ao longo de suas vilas acerca da presença dos “frades”, dos “soldados” e das “fortalezas”.

Os estudos históricos sobre a região de fronteira do norte do Brasil, notadamente na área da foz do rio Amazonas, confirmam controvérsias as mais diversas acerca do período inicial da colonização portuguesa em Almeirim e demais municípios fronteiriços nesta região. No que diz respeito ao período anterior ao século XVII, constatou-se que as questões tratadas por tais estudos demandavam maiores esclarecimentos.

A pesquisa documental e bibliográfica sobre esta região fronteiriça foi realizada com o objetivo de analisar o processo histórico que envolve disputas territoriais entre nações europeias, durante a implantação do Sistema Colonial no continente americano. Precisamente, investigou-se a maneira como ocorreu a implementação da dominação de povos autóctones por diferentes grupos que representavam os interesses da Coroa Portuguesa nesta região, evidenciando-se questões relacionadas às disputas e conflitos que envolveram agentes do Estado, ordens religiosas e colonos que atuaram neste processo de colonização.

No início do século XVII, essa potencialidade produtiva contribuiu para com o processo de inserção desse lugar ao capitalismo, principalmente através da intensificação das práticas extrativistas. Entretanto, essa lógica de produção não eliminou por completo o modelo local de manejo dos recursos que ali se encontravam. Contudo, ao longo da história regional e local, os impactos ambientais e sociais revelaram-se acentuados, no que se diferenciam daqueles comuns ao tempo anterior à colonização.

Os desafios que surgiram no decorrer da realização desta pesquisa dizem respeito às controvérsias sobre a construção do forte Paru e às dificuldades em localizar documentos específicos sobre aldeamentos, vilas e rios. Tais desafios foram superados conforme a consulta aos documentos e mapas foram realizadas. No que se refere especificamente às nomenclaturas, evidenciou-se que no caso das aldeias, estas eram identificadas por nomes indígenas ou por nomes que homenageavam santos relacionados às ordens religiosas. A partir da fundação das vilas, na segunda metade do século XVIII, essa realidade foi alterada.

O simbolismo dos novos nomes estava expresso na substituição de “bárbaros nomes” por outros que elogiavam o poder régio, no qual se incluía a Ordem de Cristo. Tal elogio não era sem propósito, pois havia o interesse em mitificar a atitude desse governo a partir da ideia de restauração e salvação da “Amazônia selvagem” (ARAÚJO, 1998). Portanto, as vilas expressavam em suas formas espaciais, fachadas de prédios e em seus novos nomes, o ideário de restauração e civilização das regiões conquistadas por Portugal. Na Amazônia, esse processo revelou-se de maneira intensa através das ações governamentais iniciadas a partir de 1750.

As vilas da Amazônia passaram a revelar essa opção toponímica. Assim, o rio Tueré passou a ser Arraiolos e a aldeia Paru tornou-se a vila de Almeirim.

Por certo, as aldeias fundadas por jesuítas, franciscanos de Santo Antônio e da Conceição, tiveram, também, o mesmo destino. Portanto, a identificação exata de determinados aldeamentos tornou-se uma tarefa desafiadora, pois se antes os religiosos trocavam nome e localização de seus aldeamentos, a partir de meados do século XVIII essas mudanças toponímicas foram intensificadas devido ao ideário de Marquês de Pombal e por Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

A pesquisa documental permitiu evidenciar que o processo de ocupação por nações europeias, foi marcado por domínio territorial e exploração da mão-de-obra de povos originários, descaracterizando as práticas culturais destes povos. Cabe destacar que na documentação consultada raramente se nota a versão de indígenas sobre os fatos relatados e nas correspondências trocadas entre colonos, funcionários civis e militares com o governo de Portugal.

Não se trata, certamente, de explicar esse cenário devido ao predomínio de outras grafias que não incluíam o alfabeto utilizado na cultura dos povos colonizadores. Trata-se de silenciamento daqueles povos que foram subjulgados no processo de colonialidade implementado nesta região do continente americano, a partir do século XVII. Nas diversas documentações consultadas, o que prevalecia eram os interesses daqueles que melhor proporcionavam o atendimento aos objetivos da metrópole luso-espanhola nesta região.

A fronteira norte do Brasil, foi formada a partir da disputa por nações europeias que buscavam ampliar seus domínios no continente americano, segundo a lógica do sistema colonial vigente. Ao que se refere ao contexto do próprio domínio luso no norte da Amazônia, percebeu-se que, embora houvesse consenso no que diz respeito à ocupação e exploração via estrutura de colonização, os religiosos, os funcionários da burocracia governamental, os militares e os colonos que atuavam neste processo, tinham divergências e estavam em constante disputas entre si.

Tal situação foi evidenciada em vários documentos que registram as realidades que envolvem estes diferentes grupos. Todavia, pouco se percebeu na documentação e bibliografia pesquisadas o atendimento de interesses das populações originárias e de outras pessoas que foram escravizadas.

Agradecimentos: CAPES.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. DE G. **As regiões amazônicas**: estudos chorographicos dos estados do Gram Pará e Amazônas. 2 ed. Belém: SECULT, 1992, 404 p. (Lendo o Pará, 12).

AMORIM, M. A. DE F. B. **Missão e cultura dos franciscanos no estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVII)**: a serviço de deus, de sua majestade e bem das almas. 1997. v.2 Dissertação (Mestrado em História e cultura do Brasil) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

ANNAES da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará, Tomo IX, Belém: Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1916. p. 91-98.

ARAUJO, R. M. **As cidades da Amazônia no século XVIII**: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP, 1998, 356 p. (Série Ensaios).

BAENA, A. L. M. **Ensaio chorographico sobre a Província do Pará**. Belém: Typografia de Santos & menor, 1839. 589 p.

BRAGA, T. **Mapa do Pará**. Belém: Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1918.

BUCHON, Carte Geographique, statistique et historique de la Guyane. 1825. **Atlas**: fronteira entre le Brésil et la Guyane Française. Paris: A. Lahure Imprimeur, 1899.

CASAL, M. A. DE, Pe. Apêndice das províncias de Solimões e Guiana: dependências das do Grão-Pará. **Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil**. São Paulo: Edições Cultura, 1943. p. 240-267 (Brasílica, Tomo II).

CEARÁ. In: Documentos para a história do Brasil e especialmente a do Ceará. v 2, Doc. 102, 1909. p. 190-191.

CONVENTOS do Grão-Pará e Maranhão. In: Arquivo Nacional da Torre do Tombo/ Lisboa. Maço único, documento 59; 07.07.1701.

D'ANVILLE, Amérique Méridionale. 1748. **Atlas**: fronteira entre le Brésil et la Guyane Française. Paris: A. Lahure Imprimeur, 1899.

D'AZEVEDO, J. L. **Os Jesuitas no Grão-Pará**: suas missões e a colonização. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso, [1901] 1999.

EÇA, M. DE S. Carta enviada ao rei D. Filipe II. In: ARQUIVO Histórico Ultramarino, Pará, caixa 01, documento 20, (28/07/1621).

FERREIRA, A. M. Conquista do Pará e defesa do Amazonas: aspectos geográficos e históricos. In: **Fortificações portuguesas no Brasil**. Lisboa: Elo, 2004. p. 112.

FIGUEIREDO, A. N. O rio, a floresta e o homem na Amazônia brasileira. **V Encontro Regional de Tropicologia**. Recife, Massangana, [1988]1990. p. 53-66.

FRAGOSO, H. Fr. Os aldeamentos franciscanos no Grão-Pará. In: **Simpósio latino-americano da CEHILA**: das reduções latino-americanas às lutas indígenas atuais. Manaus: CEHILA, 1981. p. 118-160.

FRITZ, S. **Carte de 1707**. Reduction peu fidèle de sa carte, gravé à Quito. [s. l.]: [s. n.], 1917.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1982. 248 p.

JESUS MARIA JOSÉ, P. DE, O. F. **Crônica da santa, e real província da Imaculada Conceição de Portugal**. 2ª. impr. 2 v. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1760.

KIEMEN, Mathias C. **The Indian policy of Portugal in the Amazon region**. Washington: Cat. Univ. America Press, 1954. 216 p.

LEITE, S. Fundações e entradas: séculos XVII-XVIII. In: **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugália, 1943. 3º. v. 487 p.

LINS, C. A. **A Jari e a Amazônia**. Rio de Janeiro: Dataforma/PM de Almeirim, 1997. 156 p.

MARX, Karl. Posfácio a la segunda edición. In: **El capital**: crítica de la economía política. v. I. México: Fondo de Cultura Económica, [1867] 1946. p. XVII-XXIV.

MUNIZ, J. DE P. Patrimônios dos Conselhos Municipaes do Estado do Pará. **Mapa do Estado do Pará**. 1904. Paris/Lisboa: Aillaud e Cia., [1904].

OLIVEIRA, A. E. DE. Ocupação humana. In: SALATI, E. *et al.* **Amazônia**: desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 144-321.

PARÁ. In: Arquivo Histórico Ultramarino/ Lisboa. Caixa 35, documento 3268, 29.10.1753.

PARÁ. In: Arquivo Histórico Ultramarino/ Lisboa. Caixa 01, documento 07, 26.05.1618a.

PARÁ. In: Arquivo Histórico Ultramarino/ Lisboa. Caixa 01, documento 05, 20.02.1618b.

PARÁ. In: Arquivo Histórico Ultramarino/ Lisboa. Caixa 53, documento 4837, 11.09.1762.

PARÁ. In: Arquivo Histórico Ultramarino/ Lisboa. Caixa 60, documento 5360, 28.06.1767.

PARÁ. In: Arquivo Histórico Ultramarino/ Lisboa. Caixa 05, documento 449, 12.02.1710.

RAVENA, N. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas cir-

cunvizinhas. In: MARIN, R. A. (Org.). **A escrita na história paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 1998. p. 29-52.

REIS, A. C. F. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira: a fronteira colonial com a Guiana Francesa**. v I. Belém: SECULT, 1993. 250 p. (Coleção Lendo o Pará, 15).

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, nº. 34, p. 59-101, 1981.

ROOSEVELT, A. C. **Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia**. Belém: MPEG, 1991. p. 103-141. (col. Emílie Snethlage).

UGARTE, A. S. Filhos de São Francisco no país das amazonas: catequize e colonização na Amazônia do século XVII. **Amazônia em Cadernos**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, nº. 6, p. 201-228, jan./dez., 2000.

VELTHEM, L. H. V. **A pele de Tuluperê**. Belém: MPEG, 1998. (FUNTEC).

3

Impactos ambientais no município de Amapá, durante a instalação da base aeronaval do Amapá na década de 1940

Edinaldo Pinheiro Nunes Filho

1 INTRODUÇÃO

A instalação da Base Aeronaval do Amapá (BAA) ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial¹ (SGM). Com duração de cerca de seis anos, a SGM provocou destruição e impactos sociais, culturais, ambientais, econômicos, comerciais, tecnológicos, entre outros. No contexto dessa guerra, no Brasil e no Amapá, o desenvolvimento de novas tecnologias militares resultou na construção de instalações militares. As instalações erguidas objetivavam atender o uso de aeronaves militares de diversos tipos e modelos dos Estados Unidos da América (EUA). A construção e funcionamento dessas estruturas provocou modificações e impactos ao patrimônio ambiental e cultural.

Por consequência, existiram significativos impactos ambientais à flora, à fauna e à cultura da população civil que residia nas proximidades das instalações militares. A BAA, tema central do presente trabalho, fica situada a nove quilômetros da cidade de Amapá e seu acesso se dá por via terrestre e aérea.

¹ A Segunda Guerra Mundial ocorreu de 1939 a 1945.

Na época da SGM, o acesso era fluvial e aéreo. Por abrigar em seu espaço o antigo aeroporto da cidade de Amapá, a BAA constitui-se em uma das mais importantes localidades do município. Conforme Amapá (2024), a população da BAA atualmente é de aproximadamente mais de 140 habitantes, sendo que a quase totalidade desses habitantes se dedicam a atividade da agricultura.

Este estudo objetiva mostrar os impactos ambientais e socioculturais que a instalação da BAA provocou na área. Depois de transcorridos mais de oitenta anos da construção da primeira estrutura militar da BAA, falar desses impactos não é tarefa fácil, sobretudo quando busca-se analisar o período de 1941 a 1945. A dificuldade reside na destruição de evidências e na escassez de fontes e testemunhas.

Contudo, entre os anos de 2005 a 2024, realizou-se pesquisa buscando alternativas de dados em relatos de pessoas que viveram no período referenciado e via pesquisa oral, com uso de questionário. A pesquisa também utilizou análise de produções bibliográficas sobre a história da BAA e do município de Amapá.

Os documentos oficiais da década de 1940 retratam a perspectiva ocidental e positivista dos aspectos socioeconômicos do Amapá. Assim, a ausência de acesso às tecnologias da modernidade conferia ao local o rótulo de decadente e atrasado, tal como manifestado no Relatório de Atividades de Janary Gentil Nunes (1944), primeiro Governador do Território. Fundamentadas na lógica evolucionária do economicismo, a qual visualiza o desenvolvimento como um processo linear, essas fontes representam o Amapá como estagnado do ponto de vista sociocultural e isolado em termos econômicos.

Sob os aportes dessa compreensão, a partir de 1941, a chegada dos estadunidenses ao município do Amapá ganhou ares de “a chegada dos ventos da modernidade”. Materializada em produtos e equipamentos industrializados, a instalação e funcionamento da BAA alterou a ocupação urbana/ambiental, as relações humanas, as práticas de diversão, as oportunidades de emprego/trabalho, dentre outros.

Neste ponto, ao considerar-se a produção científica das últimas décadas, há de se destacar o equívoco da ideia de atraso, estagnação e isolamento cultural. Desde tempos antigos, os grupos humanos que habitaram o litoral norte do Amapá possuíam intensa diversidade e complexidade cultural. Como posto por Nunes Filho (2010), estudos arqueológicos indicam que as

práticas mortuárias sinalizam um refinado conhecimento do meio ambiente, além de sugerirem organização social complexa.

De modo igual, estudos históricos e antropológicos revelam trocas comerciais de longa duração que escapam aos moldes ocidentais ou controle das duas nações² que historicamente disputaram o controle do território em que o município de Amapá está inserido (Marin, 1999; Queiroz, 1999; Souza Júnior, 2013; Machado, 2017). A partir do caso da BAA, este estudo irá explorar como a ideia e aspectos da modernidade foram presentes no processo de instalação/funcionamento da BAA.

Também irá destacar os impactos ambientais e culturais da mesma, a partir do emprego/uso de novas tecnologias militares,³ equipamentos/aparelhos elétricos, energia elétrica, água encanada, veículos automotores, comunicação, além de mudanças na paisagem natural. Compreende-se que, para a população local, a SGM representou um período de mudança nas relações socioculturais e no consumo de produtos/equipamentos industrializados.

Nessa direção, registram-se a inserção de novas atividades/eventos de lazer/diversão, a exemplo de bailes de festas com o uso de equipamentos de som elétricos, uso de geladeiras/frigoríficos, consumo de bebidas/alimentos gelados etc. Indo além, a SGM diversificou a economia do município de Amapá. Junto disso, vieram alterações da paisagem natural, dos hábitos e dos costumes.

1.1 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa foi qualitativa, com leitura sistemática das bibliografias sobre a SGM no Brasil, Base Aérea/Aeronaval do Amapá, Impactos Ambientais em cenários militares, análise das fontes encontradas como: relatório da época do governo do Território Federal do Amapá, fotografias antigas da BAA, fontes orais (entrevistas com os atores sociais deste fato histórico). Outra metodologia utilizada foi o método comparativo, onde as fontes foram analisadas e comparadas entre si para verificar a veracidade de cada uma delas.

² Brasil e França.

³ Aviões, balões dirigíveis, hidroaviões.

2 OCUPAÇÃO HUMANA NO MUNICÍPIO DE AMAPÁ

Os primeiros grupos humanos a ocuparem o atual município de Amapá⁴ foram grupos pré-colombianos, há mais de 14.000 anos, na região litorânea, segundo pesquisa realizada na costa do Oceano Atlântico por Eurico T. Miller (NUNES FILHO, 2015). Contudo, existem evidências arqueológicas que mostram que a ocupação não ficou restrita só ao litoral.

Tal ocupação também ocorreu no interior, pois segundo Emilio Goeldi (1905) há existência de evidências de cerâmica pré-coloniais na Vila do Amapá no século XIX. Goeldi descreve que o local foi um Teso⁵, onde assentou-se uma ocupação antiga, sendo um tipo de assentamento habitação e cemitério, onde os grupos antigos promoveram um grande impacto ambiental de aterramento, com depósito de terra em uma área alagada nas margens do rio Amapazinho.

No decorrer da ocupação humana no Amapá, destaca-se o século XVII, quando se inicia o processo de penetração e exploração francesa no Amapá, resultando em uma disputa territorial secular. A presença francesa na região é decorrente de atrativos econômicos, inicialmente as drogas do Sertão⁶e, depois, a exploração mineral. Todavia e conforme Buarque (1923), Porto (2007) e Nunes Filho (2009), importa destacar que a partir do Tratado de Utrecht de 1713, a região passa a ser conhecida como Região do Contestado, decorrente da discordância dos limites de fronteira entre Guiana Francesa e Amapá, por conta das riquezas proporcionadas pelo comércio da flora, fauna e mineral.

Durante o período do contestado (século XVIII ao XIX, a região do município de Amapá, sofre um intenso processo de ocupação humana, decorrente da disputa territorial entre franceses-portugueses e franceses-brasileiros,

⁴ O município de Amapá foi criado pela lei nº 798 de 22 de outubro de 1901. De 1901 a 1903, é denominado de Montenegro. De 1903 a 1938 volta a receber a denominação de Amapá. Em 1938 recebe a denominação de Veiga Cabral. A partir de 1939 volta a ganhar a nomenclatura inicial de Amapá. Também, o município de Amapá foi a primeira capital do Território Federal do Amapá, estabelecido pelo Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943 (PORTO, 2007).

⁵ O Teso é um tipo de sítio arqueológico, onde o local fica em uma área alagada e o terreno era aterrado pelos grupos antigos que viveram na região, tendo sido usado como sítio habitação e cemitério.

⁶ As drogas do sertão são os produtos extraídos da floresta Amazônica, como, guaraná, urucum, salsa, cacau, castanha da Amazônia etc.

intensificado no final do século XIX. Nos entendimentos de Buarque (1923), Porto (2007) e Nunes Filho (2009), esse processo de disputa territorial é pontuado com: a construção no ano de 1836, de um forte francês próximo a vila do Amapá; a corrida do ouro na região, a partir de 1893, quando os garimpeiros paraenses, naturais de Curuçá, descobrem ouro no rio Calçoene, na época pertencente ao município de Amapá; instalação em 1840 da Colônia Militar D. Pedro II.

Nesse período do século XIX, a atual cidade de Amapá também era conhecida como vila do Mapa, nome utilizado pelos franceses que ocuparam a região desde o século XVII. Quando se dá a expulsão dos franceses pelos brasileiros, o local passa a ser denominado Amapá. Segundo Nunes Filho (2009; 2015), no século XIX, a vila do Mapa foi um significativo entreposto comercial. Posteriormente, no século XX, sobretudo na década de 1940, já conhecida como Vila do Amapá, foi entreposto comercial e porto de desembarque (combustível, mercadorias e pessoas) e embarque de carga (pessoas, matérias primas, pescado etc.).

Todo esse fluxo de pessoas e produtos visavam abastecer a relação comercial e de serviço que surgiu com a instalação da BAA, desde 1941. No município de Amapá, durante a SGM, ampliou-se uma teia de relações comerciais de produtos e serviços na região. Tais relações emergiram um intenso e significativo comércio entre brasileiros e militares estado-unidenses que ocuparam a região até o ano de 1945.

Fato significativo nesse período foi o ocorrido em 13 de setembro de 1943, quando é criado o Território do Amapá, toda a área municipal é anexada integralmente à nova unidade territorial. A partir de 1945, o município cede terras para a formação de Oiapoque e Calçoene, fixando-se numa área de 23.144 km.

Com a criação de novos municípios no decorrer de quase 50 anos, o do Amapá teve sua área reduzida para 9.203,5 km². O município atualmente oferece todas as condições de franco desenvolvimento em todos os setores da economia sendo favorável à agropecuária, com expressiva produção de rebanhos de bovinos, bubalinos, suínos e equinos, em relação aos demais municípios é o maior produtor de leite do estado.

3 O BRASIL NA GUERRA DO ATLÂNTICO

A costa atlântica brasileira foi palco importantíssimo de inúmeras batalhas navais, por conta dos seus recursos naturais e extensa costa, de onde era possível controlar a navegação em quase todo o Atlântico, sobretudo sobre a chamada “cintura atlântica”, localizada entre as cidades de Natal e Dacar (no Senegal). De acordo com Neto (2009, p. 49), “[...] a manutenção das bases marítimas e aéreas no Nordeste brasileiro, incluindo a ilha de Fernando de Noronha, permitia aos aliados controlarem esse “gargalo”, impedindo que as embarcações alemãs e italianas pudessem chegar ao Oceano Índico para obter matérias primas com os japoneses”.

Outro ponto importante foi a forte segurança que se obteve no fornecimento de combustível para a luta no Norte da África e uma rota segura para o envio de bombardeios americanos para o teatro do Mediterrâneo. Ao mesmo tempo em que se ampliava a cooperação Brasil-EUA, o governo brasileiro afastava-se das nações do Eixo. Em represália, os submarinos alemães e, também italianos, passaram a atacar as embarcações mercantes brasileiras que se dirigiam aos EUA. Em fevereiro de 1942, os navios Buarque e Olinda foram afundados pelo U-432 junto à costa norte-americana.

Na compreensão de Neto (2009, p. 49), de março a julho, outros nove navios brasileiros foram afundados por submarinos alemães, enquanto faziam a rota marítima entre Brasil e EUA. E tendo o suporte das bases aeronavais na costa brasileira, os americanos ficaram responsáveis por quase todo patrulhamento do Atlântico Sul. A adoção de estratégias de patrulhamento e de cruzamento de informações permitiu aos aviadores, americanos e brasileiros, distinguirem-se na missão de localização e combate aos submarinos inimigos.

No entanto, mesmo com todas essas estratégias, organização de comboios e com a proteção aérea, os submarinos alemães continuaram agindo na costa brasileira, afundando navios nacionais e estrangeiros. Como posto por Neto (2009, p. 51), depois disso com o aumento das patrulhas oceânicas, as ações dos *U-boats* na costa brasileira caíram sensivelmente, onde em 1943, dez submarinos alemães foram destruídos, incluindo o célebre U-507 dentre esses submarinos dois foram afundados próximo à costa amapaense: o U-590 e o U-662.

4 A CONSTRUÇÃO DA BASE AERONAVAL DO AMAPÁ

De acordo com Neto (2008) e Nunes Filho (2015), para os EUA, a construção de bases militares no Brasil facilitaria o envio de tropas e material bélico para as forças aliadas que enfrentavam os alemães e italianos no norte da África, além de garantir a segurança aos navios mercantes que transitavam pelo Atlântico Sul. As bases também foram construídas com o intuito de fornecer aviões que apoiassem os navios de guerra no combate aos submarinos alemães e evitar o colapso da Grã-Bretanha, que dependia do comércio marítimo.

Nos termos de Souza (1999, p. 141), intenções manifestadas no passado foram utilizadas como justificativa para a construção da BAA. Dentre essas, cita-se a proposta de junção das quatro Guianas⁷, ocorrida no reinado do rei português D. João VI⁸. Diante desse histórico, no período da SGM, sob o argumento de resguardar a Amazônia da penetração de países estrangeiros, Brasil e EUA assinaram um acordo que incluiu as três Guianas e o Amapá, na área de segurança norte/nordeste do Brasil.

Esse acordo foi vital para a defesa do continente sul-americano e do Brasil, em particular. A partir desse acordo, inicia-se o processo de construção e instalação da Base Aérea de Amapá e Belém, a fim servirem apoio bélico ao exército Norte-Americano.

No entanto, de acordo com Ribeiro (2009), os motivos que levaram o Brasil a decidir participar da SGM foram os episódios de apreensão e torpedeamento de navios mercantes brasileiros, no litoral atlântico, pelos alemães, durante transporte de matérias prima para a Inglaterra. Percebe-se aí uma contradição entre as informações. De acordo com as pesquisas realizadas ao longo deste estudo, a primeira informação possui um fundo de verdade, mas não foi o principal fator que levou o Brasil a entrar em guerra. O segundo motivo foi o mais decisivo.

⁷ A brasileira, a francesa, a holandesa e a inglesa.

⁸ Conhecido no Brasil como D. João VI, pai de D. Pedro I, foi responsável pela conquista da Guiana Francesa em 1809 a 1817 durante a permanência da corte portuguesa no Brasil, faleceu em 1826.

O decreto federal 3.462, de 25 de julho de 1941, ratificado pelo Decreto nº 14.431 de 31 de dezembro de 1943, foi o ato oficial que permitiu a construção da BAA. Para fins de utilidade pública, o documento declarou a desapropriação dos terrenos, inclusive benfeitorias que nele existissem, situados no município de Amapá, pertencentes a Assaid Antônio Sfair. Como posto por Rodrigues (2009), a área da BAA possuía 6,09 milhões de metros quadrados e ficava a 12 quilômetros do município de Amapá.

A instalação da BAA ocorreu em uma área privada – a Santo Antônio – situada entre o porto fluvial Cajueiro e rio Amapá Grande a leste; ao norte rio da Rasa, a oeste o terreno privado denominado Santa Bárbara, onde foi mais tarde construída ali uma das torres transmissoras de controle de voo. A empresa Pan Air do Brasil⁹ subsidiária da Pan American Airways ficou responsável pela construção, aprimoramento e aparelhamento dos aeroportos das cidades de Amapá, Belém, São Luiz, Fortaleza, Natal, Recife, Maceió e Salvador.

A construção da BAA no município do Amapá foi efetivada antes da adesão do Brasil à Guerra, e sua função era abastecer os aviões estado-unidenses que se destinavam à África e Europa. Além da pista de pouso¹⁰, a partir de 1943, foi construída uma estrutura próxima ao aeroporto, para estacionamento, manutenção, abastecimento e operação de balões dirigíveis ou blimps, que auxiliavam a marinha dos EUA e a marinha brasileira no patrulhamento da costa norte do Brasil.

Conforme Souza (2000. p.145-158) e Nunes Filho (2015), as funções desses balões eram busca, salvamento e identificação de submarinos alemães às proximidades do Atlântico Sul. No ano de 1943, foram detectados e destruídos dois submarinos alemães na costa amapaense.

Na visão de Souza (1999, p.144), foram recrutados mais de quatro mil homens para trabalharem na construção da BAA, a maioria era de nordestinos e nortistas, que iriam realizar o trabalho braçal. Já a mão-de-obra especializada era constituída de engenheiros, médicos, arquitetos, topógrafos na sua maioria era de origem estrangeira, todos a serviço da Panner e,

⁹ Foi a principal empresa aérea brasileira entre 1930 e 1950.

¹⁰ Essa pista tinha um comprimento de 1.800 metros e era toda pavimentada com asfalto, e sinalizada com lâmpadas no solo para operação durante a noite. Ela ficava a 13 metros de elevação do nível do mar.

depois, em fins de 1941, comandados pela Marinha Americana até o final de 1945.

No período de construção da BAA, inicialmente, o acesso dos construtores e materiais/equipamentos ao local da obra era realizado pelo Lago Axuá. Depois, passou a ocorrer pelo rio Amapazinho. Durante todo o aparato da construção da pista do aeródromo, se pensou na sua infraestrutura, tais como acostamento e serviço de esgoto.

A pista do aeroporto era bastante longa e larga, constituída por uma pista de rolagem medindo oito polegadas (20,32cm) de asfalto. Para Souza (1999, p. 97), com o auxílio à navegação aérea, os estado-unidenses também instalaram na base: biruta, farol rotativo, HF/DF (identificação de rumo) e rádio faixa, além de outros meios de comunicação como: teletipos, estação de fonia e sistema telefônico.

Na BAA, foram construídas mais de 20 estruturas arquitetônicas do tipo barracos, divididos no setor dos EUA da marinha (NAVY) e no do exército (ARMY). Segundo informações da engenharia americana, a vida útil dessas estruturas era de até sete anos.

Na década de 1970, cerca de 90% dessas edificações foram demolidas por não oferecerem mais condições de uso. A BAA possuía uma grande estrutura: instalações que se destinavam a armazenar combustíveis, tanques de aço subterrâneos, plataforma para enchimento de tambores com bombas fixas e durante todo o período de guerra, os serviços de restaurantes e hospital funcionavam vinte e quatro horas por dia.

Toda essa infraestrutura de guerra e de escritório teve a administração e tecnologia dos EUA, com o auxílio da mão-de-obra barata do imigrante nordestino, e alguns trabalhadores da região amazônica e local. Conforme se vê nas Imagens 01 e 02, esses trabalhadores construíram os “barracões” da BAA. Para Coletta (1985) e Nunes Filho (2015), a construção da BAA no município de Amapá ocorreu de 1941 a 1943, com ampliação do aeródromo, construção de usinas de energia elétrica, hospital, alojamentos, refeitórios, oficinas, lavanderia, pavimentação de acesso, serviços de água, esgoto, torres de rádio e comunicação etc.

Imagem n°. 01: Panorâmica Aérea da BAA

U.S. NAVY BASE AMAPA - BRAZIL 1944



Fonte: Laboratório de História Militar – LAHIM/UNIFAP.

Imagem n° 02: Panorâmica da aérea de operação dos Balões Dirigíveis



Fonte: Laboratório de História Militar – LAHIM/UNIFAP.

A partir de 1943, ocorreu a construção da área dos balões dirigíveis, com: dois círculos de amarração, duas torres de atracamento, alojamentos, refeitórios, usinas de energia, paços para bombas e munição, depósitos de combustíveis, e outros.

[...] o Exército dos EUA construiu um campo de aviação, iniciado em 1941 e concluído na primavera de 1942. O campo foi entregue à Marinha em 22 de junho de 1943, com seis meses de obras a um custo de \$ 632.000, para um custo total de \$ 2 milhões. Duas pistas, cada uma com 5.000 pés de comprimento, originalmente serviam a três bombardeiros de patrulha terrestre no fornecimento de proteção de comboio, patrulha ASW e um local de pouso de emergência na vasta selva ao norte do rio Amazonas (COLETA, 1985, tradução nossa).

A construção da BAA se deu de modo sigiloso e logo começaram a aparecer os primeiros “pássaros metálicos”, fazendo um barulho estarrecedor devido a potência de seus motores. A princípio, o campo funcionou de forma clandestina. Nos primeiros meses de operação das aeronaves e militares na BAA, a população local ficou com medo por não entenderem o que estava acontecendo naquelas proximidades. Para Souza (1999, p. 126-155), depois do susto e pavor, o sentimento de horror mudou para o sentimento de felicidade e alegria, por conta do “progresso/crescimento” comercial que gerou a construção e funcionamento da instalação militar.

Após 1943, a Força Aérea Brasileira classificou as aeronaves que atuavam na BAA em: AT (Aviões terrestres ou Anfíbios) e D (Dirigíveis). Essa classificação acompanhou os tipos de aviões que operavam na BAA, a saber: i) aviões terrestres em um aeródromo (Imagem nº 01); ii) aviões anfíbios (PBV Catalina¹¹), em um lago¹²; iii) balões dirigíveis, em uma pista de atracamento, conserto e manutenção (Imagem nº 02).

Souza (1999) e Nunes Filho (2015) destacam que, durante o funcionamento da BAA, na costa do Amapá, as guarnições da marinha norte-americana destruíram vários submarinos alemães, entre eles o U-590 e o U-662. O primeiro foi comandado pelo 1º tenente Werner Kruehl, que antes já havia

¹¹ É um hidroavião e avião anfíbio bimotor de uso militar durante a Segunda Guerra Mundial originalmente desenhado pela Consolidated para transporte e vigilância aérea das missões antisubmarino no Atlântico e Pacífico. A Força Aérea Brasileira operou o Catalina em missões de patrulha do litoral brasileiro durante a 2ª Guerra Mundial. Sete aeronaves foram entregues em 1943 e outras 15 em 1944. Estas aeronaves foram distribuídas pelo litoral brasileiro realizando buscas contra os submarinos das potências do Eixo. Um Catalina, pilotado por Alberto Martins Torres, afundou o submarino U-199. Depois da guerra, passaram a exercer a função de busca e salvamento.

¹² Segundo o TCC de Ataíde Pantaleão da Silva *et alli* “A Base Aérea Norte Americana no Imaginário do Povo do Município de Amapá” (2004, p. 33), relata que o pouso da Catalina era realizado no Lago do Achúá, conhecido como Lago do Raimundo Santos, onde depois do fim da SGM secou.

torpedeado um submarino americano no dia 4 de julho, perto de Belém. Já o segundo foi destruído quando da aproximação do comboio T-F 2, que já havia perdido a posição de lançamento.

Assim, perseguindo vários mercantes brasileiros, foi avistado por um avião do Exército americano, no exato momento em que mergulhava. Dado o alarme, saiu o avião AP-94, da BAA, e ao avistar o submarino começou a trocar tiros com o U-662, após alguns minutos aparece o avião americano anfíbio PYB e juntos destroem o submarino que estava a cem milhas do local.

De acordo com Souza (1999, p.151), o primeiro submarino foi avistado na superfície em 9 de julho de 1943, isso pelo Catalina VP-94 que saiu da BAA. O avião não resistiu ao fogo do submarino alemão e um piloto norte-americano acabou morto, mas o co-piloto conseguiu levar a aeronave à Base Aérea de Val-de-Cans, em Belém. Outro avião foi enviado de Belém para atacar o submarino.

Antes do ocorrido na costa do Amapá com os: U-590 e do U-662, outro caso ocorreu na distante Costa Oceânica do Amapá, próximo à Ilha de Fernando de Noronha. Neste caso, quando a guarnição do avião 83-P-5 (pilotado pelo tenente Robertson) avistou um submarino na superfície, abriu fogo e um intenso combate iniciou-se. Mesmo com o submarino danificado, sua tripulação continuou a atirar.

Por sua vez, Robertson pediu reforços pelo rádio e um avião que estava nas proximidades, o 83-P-12, comandado pelo capitão Bradford, recebeu a mensagem e lançou quatro bombas Mark-44 “[...] que, ao disparar, conseguiu aparentemente arrombar o casco do submarino, um pouco atrás da torre de comando”. O submarino ficou parcialmente destruído e afundou em poucos minutos. O avião de Bradford continuou sobrevoando o local lançando balsas salva-vidas e depois saiu para a Base Aérea de Natal com os sinais do combate em suas asas.

Tempo depois, uma das balsas foi encontrada por dois pescadores do Bailique, na Costa do Amapá, no dia 13 de maio de 1942 contendo um sobrevivente em estado desesperador. O sobrevivente era um sargento italiano e chefe de uma metralhadora antiaérea do submarino italiano Archimedi. Este sobrevivente ainda relatou que sua guarnição fora designada para atuar no setor Recife/Salvador, navegando sempre à superfície. Além disso, ainda informou que nas docas de Bordeaux existiam 25 U-Boats e 10 submarinos italianos.

5 OS IMPACTOS AMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DA BASE AERONAVAL DO AMAPÁ

Impacto ambiental é uma mudança no meio ambiente causada pela atividade do ser humano. Os impactos ambientais podem ser dos tipos positivo ou negativo, sendo que o negativo representa uma quebra no equilíbrio ecológico, que provoca graves prejuízos no meio ambiente. Segundo Vasconcelos (2015), toda atividade humana gera impacto ambiental, em maior ou menor escala. Atualmente a legislação brasileira pede Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto no Meio Ambiente (RIMA).

Como posto por Milaré (2020, p.727):

[...] os aspectos ambientais referem-se às características do meio físico, biológico e antrópico, envolvendo, obviamente, os aspectos socioeconômicos e culturais. No meio antrópico, podem ser considerados as estruturas construídas, como rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, linhas de transmissão [...].

No Brasil, segundo o Artigo 1º da Resolução n.º 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Impacto Ambiental é definido como:

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas, biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que afetem diretamente ou indiretamente: A saúde, a segurança, e o bem-estar da população; As atividades sociais e econômicas; A biota; As condições estéticas e sanitárias ambientais; A qualidade dos recursos ambientais.

Os impactos negativos no meio ambiente estão diretamente relacionados com o aumento crescente das áreas urbanas, o aumento de veículos automotivos, o uso irresponsável dos recursos, o consumo exagerado de bens materiais e a produção constante de lixo. Vale destacar que os impactos ambientais positivos, apesar de ocorrerem em menor quantidade, também acontecem.

Ao se construir uma área de proteção ambiental, recuperarmos áreas degradadas, limpamos lagos e promovermos campanhas de plantio de mudas, estamos também causando impacto no meio ambiente. Essas medidas, no entanto, provocam modificações e alteram a qualidade de vida dos seres humanos e de outros seres de uma maneira positiva. Durante a SGM, o Brasil não exigiu nenhum estudo ou compensação dos EUA pelos impactos ambientais decorrentes da construção de instalações militares no território brasileiro.

Na época, não existiam leis ou normas para tal ação. Segundo Bonnet (2003) e Nunes Filho (2014), no mundo, a preocupação com os impactos ambientais a ação humana surgiu a partir da década de 1970. Desde então, países europeus e EUA passam a implementar medidas mitigadoras de preservação ambiental e sustentabilidade. Enquanto no Brasil a legislação ambiental de estudos de impactos ambientais surge com a Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 e, a de proteção ao meio ambiente com a Constituição de 1988, no seu Artigo 225.

Bonnet (2003) constatou em pesquisa na Base Aérea de Anápolis - Anápolis-GO, que os impactos ambientais provocados pela instalação e operação de uma base aérea militar, são: desconforto provocado à população civil pelos ruídos dos motores das aeronaves; supressão vegetal de áreas de operação e proteção dos equipamentos e instalações militares; contaminação da água do subsolo e dos rios por provocados por produtos (combustível, óleo de motor, graxa, lubrificantes, fluido hidráulico e, outros) usados e descartados; sumiço da fauna por conta do barulho das aeronaves.

Ainda de acordo com Bonnet (2003), a legislação de obrigatoriedade de estudos de impactos ambientais em bases aéreas é nova. Além disso, são poucas as instalações militares brasileiras que adotam uma gestão ambiental preventiva de impactos ambientais preconizada pela legislação ambiental brasileira.

Na década de 1940, não existia resolução ou lei federal, estadual ou municipal no Brasil que exigisse estudo ou penalidade/compensação aos impactos provocados ao Meio Ambiental ou ao ser humano pela construção de Base Aeronaval. Contudo, com base nas diretrizes da Resolução 001/86, nos dias de hoje, certamente muitos impactos seriam identificados. Conforme explorado na sequência, foram significativos os impactos ambientais e socio-culturais decorrentes da construção e operação da BAA.

6 CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E CULTURAIS DA INSTALAÇÃO DA BAA

A vida dos moradores do município de Amapá não foi mais a mesma desde quando os estado-unidenses começaram a realizar as suas primeiras visitas à região, com a intenção de instalarem a BAA em meados de 1941. Em 1943, quando as pistas de pouso ficaram prontas, os moradores passaram a ter

novas experiências com os americanos. Nas palavras de Paixão (2009, p. 17), os moradores consideravam a BAA como algo espetacular.

Naquele período, a cidade de Amapá tinha somente uma rua com pouquíssimas casas, sem energia elétrica, com pouca infraestrutura e sem saneamento básico. Em contraste com essa realidade, a BAA foi construída toda em alvenaria, possuindo mais de quinze alojamentos para 4.000 trabalhadores, além dos alojamentos para os soldados e oficiais, hospital, sistema de tratamento de água, casa de força, comércios, cinema, salões de festas etc.

Como informado por Paixão (2009), a aparição das primeiras aeronaves assustou a população. Em virtude da comunicação precária, os moradores não foram informados da intensidade da movimentação na área. Também não tinham noção de que os aviões carregavam consigo equipamentos bélicos para a base de Natal, tampouco que dali sairia para o norte da África. Com o passar do tempo, a população foi se acostumando com tanta movimentação. Relatos indicam que, em virtude do tamanho e formato, os balões dirigíveis/blimps foram os equipamentos que mais impactaram os moradores locais.

O período de operação da BAA fez a população do Amapá se acostumar com as novidades socioeconômicas e culturais. Esse período foi resultado da modernidade capitalista, a qual é caracterizada pelos avanços tecnológicos, mudanças sociais e transformações culturais e que foi incorporada sem criticidade. Assim sendo, a modernidade provocou mudanças na vida cotidiana dos moradores da região e seguindo os padrões “rasos” da expansão do capitalismo.

Ao trazerem produtos desconhecidos localmente, a exemplo de doces e enlatados, a presença dos americanos trouxe mudanças à realidade dos moradores do Amapá. Paixão (2009, p. 17) enfatiza que, segundo relatos, os estado-unidenses prestavam assistência à saúde das pessoas da vila. Ainda como se vê em Paixão (2009), quando adoeciam, se necessário, os enfermos eram levados à Belém. Na perspectiva da senhora Serafina Ferreira Assunção¹³, antiga moradora do município de Amapá, o povo se sentia seguro com a presença dos estado-unidenses.

¹³ ASSUNÇÃO, Serafina Ferreira. **Entrevista concedida a Dheyme Melo de Lima**. Macapá, 29 de outubro de 2009.

Por certo esse sentimento não era generalizado. O depoimento do senhor Sebastião Silva¹⁴ (também antigo morador do município de Amapá) manifesta que o medo de uma invasão era constante. Os estudos de Souza (1999, p. 155) apontam que a tensão e o medo só se instalaram de fato quando o Exército brasileiro começou a convocar os jovens maiores de dezoito anos do Amapá, para se engajar nas trincheiras do Exército Brasileiro¹⁵. As famílias temiam tal medida porque sabiam que essas trincheiras estavam instaladas no continente europeu, o palco principal da SGM.

Aos poucos, a instalação e operação da BAA foi alterando o meio ambiente da cidade de Amapá. Estruturas de saneamento, mobilidade urbana e prédios de cimento/tijolo foram introduzidos. A BAA possuiu um planejamento construtivo habitacional que contemplou: energia elétrica, água tratada, asfaltamento, coleta de lixo, serviço médico, serviço de manutenção/conserto de veículos automotores/aeronaves, depósitos de combustível/munição, torres de rádio/comunicação, restaurantes etc.

Em paralelo a isso, no entorno da BAA, os trabalhadores brasileiros construíram suas moradias sem infraestrutura e saneamento básico. Em pouco tempo, as áreas ao redor da BAA sofreram mudanças na paisagem. Centenas de habitações e pequenos comércios surgiram de modo desorganizado. Nesses locais habitacionais/comércio, a proliferação de lixo se tornou um problema sério, resolvido pelos moradores com soluções paliativas ocasionais de queima, enterramento e reciclagem. Na maioria dos casos, o lixo não tinha um destino apropriado.

Ao se referir ao período, a moradora Assunção (PAIXÃO, 2009, p. 18) declara que “no tempo da guerra era tudo limpinho”. Os trabalhadores da Empresa Pan Air do Brasil desfrutaram de um modo de vida satisfatório, com salários pagos por hora de serviço e ainda recebiam por horas extras. Os mantimentos básicos eram vendidos a preços reduzidos, como complemento de salários. Com isso, os trabalhadores tiveram acesso aos mais variados produtos

¹⁴ SILVA, Sebastião Soares da. **Entrevista concedida a Dheyne Melo de Lima**. Tartarugalzinho, 02 de outubro de 2009.

¹⁵ Segundo o documentário escrito pelo professor José Pereira Magalhães em “O Último Reduto Americano no Amapá” de 13.09.1996, depois da saída dos estado-unidenses da BAA, foi construído um quartel do Exército Brasileiro próximo ao aeródromo da BAA para essa finalidade, vindo a formar 4ª Companhia do Batalhão de Fronteiras.

disponíveis na cantina: balas, biscoitos, creme dental, sabonete, geleias, compotas de frutas, enlatados etc.

No que diz respeito à economia, havia muitos fornecedores de mercadorias, sendo que muitos vinham de Vigia, estado do Pará, criando um grande intercâmbio comercial pela venda de farinha de mandioca e outros produtos. O gado de corte para a alimentação dos soldados era fornecido pelos fazendeiros de Amapá, o coronel Arlindo, Vicente Sobrinho e outros; o pagamento era feito na ocasião das entregas (PAIXÃO, 2009, p. 18). Muitas baiúcas¹⁶ foram montadas no local, mas o que marcou a época foi o “Uirapuru”, um bar inaugurado por Armando Limeira de Andrade.

O proprietário trouxe novidades como uma mini sorveteria, jogo de bilhar, sistema de alto-falantes para proporcionar aos clientes, a maioria composta por estado-unidenses, músicas que faziam sucesso na época como “Tico-tico no Fubá”. No bar “Uirapuru”, podia-se tomar sorvete, picolé de açaí, abacaxi, taperebá, graviola, cupuaçu, bacuri e outras frutas nativas.

O Sr. Antônio Maciel Correa (Entrevista realizada em 05 de novembro de 2010) relata a venda de açaí para os estado-unidenses (BARBOSA, p. 83, 2013). O relato indica o consumo de alimentos nortistas, por parte dos norte-americanos, durante o funcionamento da base militar. Tais elementos uma troca cultural na década de 1940, entre os estadunidenses e os amapaenses, com destaque para o comércio e consumo de alimentos típicos da Amazônia.

Em geral, a população que residia na BAA buscava atividades de lazer nos bairros da Carrapeta e da Janga. Ambos eram pontos de entretenimento e que ficavam à esquerda da base. Nesses bairros, existiam salões de festas onde os rapazes tentavam arranjar namoradas. O senhor José Cajazeira (PAIXÃO, 2009, p. 19) – morador local, que viveu e conheceu a BAA na época em que funcionou – afirma que foi lá que iniciou seus “[...] primeiros passos de rapaz”.

“Nestes locais, concentrava-se todo o movimento de diversão, em que trabalhadores civis, militares e estrangeiros iam às festas religiosas, tais como a do Divino Espírito Santo de Amapá, que atraía muitas pessoas da base para a cidade”

¹⁶ Taverna pequena e suja, frequentada pela ralé; botequim simples que geralmente vende bebidas alcoólicas (DicioWeb. Disponível em <<http://www.dicioweb.com/baicuca.html>>. Acesso em 01 setembro. 2024).

(PAIXÃO, 2009, p. 19). Essas atividades culturais contribuíram para o surgimento da boemia na cidade de Amapá, com festas que duravam até o amanhecer.

Já dentro da BAA, os estadunidenses mantiveram um cassino. Nele, há registros da apresentação de atores e cantores, tais como: Carmem Miranda, Grande Otelo, Dinamar e Dinamor, dentre outros. No local, também era possível ouvir um dos ritmos mais populares dos EUA, o jazz. Este cassino foi construído para aliviar a pressão daqueles tempos difíceis. Outras opções para o lazer dos estado-unidenses eram os jogos de mesa e jogos como futebol e baseball, além de programações com músicas (Imagem n° 03) e danças que faziam a alegria dos americanos e da população local.

Imagem n° 03: Militares em momento de atração musical na BAA



Fonte: Laboratório de História Militar – LAHIM/UNIFAP.

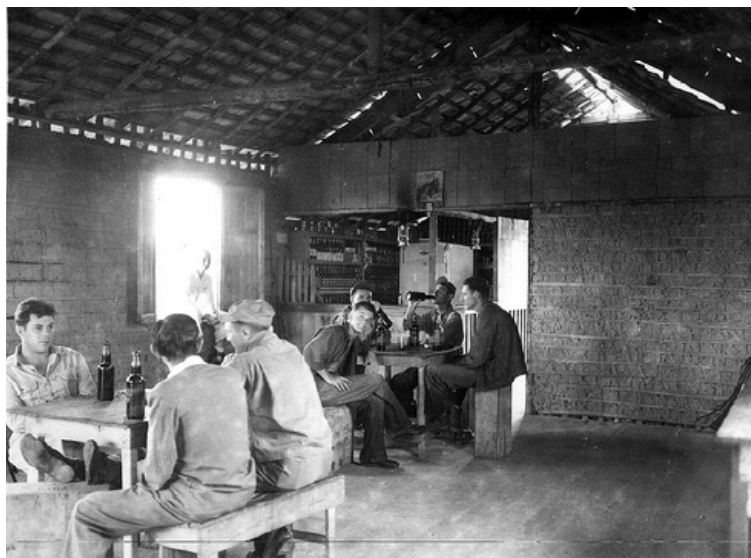
Em geral, as estruturas comerciais de entretenimento/lazer eram construídas nos lugares de maior circulação de pessoas. Assim, surgiram pequenos bairros. Dentre essas estruturas, cita-se: a casa Santo Antonio, de propriedade do Sr. Zacarias Limeira, situada em um porto de ligação entre a cidade de Amapá e a BAA; o comércio do “Zé Magro”; o bar e a casa de dança do “seu Leal”, comandada pela dona Hermínia; Igarapé da Carrapeta, onde as mulheres produziam alguns trocados lavando roupa; Staff House; Transmissoras; Rasa; Calafate; Cachoeira Grande e a Janga (Imagens n° 04 e 05).

Imagem nº 04: Soldados pousando para foto em frente a uma das moradias próxima a BAA



Fonte: Laboratório de História Militar – LAHIM/UNIFAP.

Imagem nº 05: Militares estadunidenses tomando cerveja



Fonte: Laboratório de História Militar – LAHIM/UNIFAP.

A instalação e operação da BAA trouxe a população do Amapá experiências novas até então desconhecidas, como modos de vestir, comer e se divertir através de jogos de entretenimentos. Esse novo contato trouxe

resultados sociais e econômicos. O resultado social foi a assistência que os norte-americanos prestaram a essa população como serviços de atendimentos hospitalares e, como já foi dito, o envolvimento deles com a população em várias formas de lazer e entretenimento, esta parte trouxe a música, dança, bebidas geladas (cerveja), jogos, sorvetes e artistas que vinham de fora. Outro resultado da instalação da BAA foi o aumento da população através dos novos descendentes dos soldados e civis (Imagens 04 e 05).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa indica que a construção e ampliação da BAA provocou muitos impactos ambientais negativos. Somente no ano de 1941, mais de 4.000 trabalhadores migraram para a cidade de Amapá para a construção da obra. A chegada desse alto contingente de pessoas repercutiu na ocupação desordenada do entorno da BAA. Conseqüentemente, surgiram áreas periféricas e núcleos humanos¹⁷ sem planejamento arquitetônico e sem saneamento básico. Como posto por Souza (2009, p. 57), essa ocupação desordenada gerou a construção aproximada de 600 casas .

Na área da BAA, a empresa Pan Air do Brasil edificou uma estrutura arquitetônica com mobilidade, conforto, modernidade e que contemplava: instalações elétricas, saneamento básico¹⁸, iluminação pública e prevenção de incêndio (PORTO, 2007; NUNES FILHO, 2015). No mais, foram instalados/construídos: hospital, refeitórios, praça de concentração pavimentada, prédios para oficinas mecânicas, escritórios, depósitos, frigoríficos, cisternas para tratamento de água, áreas de tratamento de resíduos sólidos. Enfim, em se tratando da instalação militar, houve uma preocupação com os impactos do lixo gerado e com o bem-estar dos militares.

¹⁷ Segundo Cassilda Barreto (1999) esses locais eram pequenos bairros, onde viviam os familiares dos trabalhadores da BAA e, onde eram oferecidos diversos tipos de atividades comerciais aos civis e militares que mantinham relação com a BAA. Foram os bairros: Santo Antonio, Igarapé da Carrapeta, Staff House, Transmissoras, Rasa, Calafate, Cachoeira Grande e a Janga.

¹⁸ Infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Por outro lado, observam-se impactos ambientais positivos e negativos. Em se tratando dos positivos, destaca-se a oferta de emprego/renda e crescimento do comércio de produtos/serviços. Esses aspectos geraram a oferta e consumo de alimentos industrializados¹⁹, que eram produzidos nos EUA e comercializados por brasileiros. Por outro lado, a comercialização/consumo desses produtos ocasionou a produção significativa de lixo nos locais de consumo, constituindo-se em impacto negativo.

De certa maneira, a utilização desses produtos influenciou a mudança alimentar da população local. A partir da introdução de alimentos industrializados, essa população tem acesso a alimentos não saudáveis. Há de se destacar que o funcionamento da BAA também repercutiu no aumento dos casos de prostituição em bares e demais locais de descontração/lazer (NUNES FILHO, 2015; SOUZA, 1999). Assim, cresceu os casos de infecções sexualmente transmissíveis (IST).

Conforme pontuado ao longo do texto, a instalação da BAA foi marcada por novidades e surpresas, no âmbito de uso e instalação de tecnologias militares no município de Amapá. Concomitantemente, por conta das obras de construção e ampliação da BAA, ocorreram impactos significativos no cenário ambiental. O grande impacto ambiental que a pesquisa constatou foi o barulho dos motores das aeronaves de médio e grande porte (Aviões: B-24 Liberator²⁰, B-25²¹, B-17²², B-29²³, PB4Y Catalina e Balões Dirigíveis) no céu do município de Amapá.

As aeronaves tiravam a tranquilidade e paz dos moradores, pois elas emitiam fortes ruídos, causando muita poluição sonora. Importa esclarecer

¹⁹ Cerveja, coca-cola, sucos, doces em calda, leite em pó, café solúvel, presunto, biscoito, bolacha, bombom, balas, chicletes, óleo e etc.

²⁰ Foi um bombardeiro estadunidense, o avião de maior produção que outro avião americano durante a Segunda Guerra Mundial, e usado pela maioria dos Aliados durante a guerra. Projetado como um bombardeiro pesado, serviu não só nesse papel, mas também como bombardeiro de patrulha marítima (PB4Y) e como transportador pesado (C-87 ou C-109).

²¹ B-25 Mitchell é um bombardeiro médio bimotor dos EUA, considerado um clássico da Segunda Guerra Mundial.

²² O B-17 Flying Fortress (Fortaleza Voadora) foi um avião bombardeiro quadrimotor construído pela Boeing, durante a Segunda Guerra Mundial, para as Forças Aéreas do Exército dos EUA.

²³ Boeing B-29 Superfortress é um avião militar com quatro motores a hélices que foi utilizado como bombardeiro durante a Segunda Guerra Mundial.

que, antes da BAA ser construída e ampliada, a partir de 29 de outubro de 1941, já existia no local desde a década de 1930, uma pista de terra batida de operação de aviões do Correio Aéreo Militar²⁴.

E note-se que a Pan Air do Brasil aproveitou essa antiga infraestrutura aérea para a instalação da BAA. Assim, quase três meses depois da edição do Decreto Federal 3.462, de 25 de julho de 1941, tem início as obras. As construções só terminaram em 22 de junho de 1943, com a finalização das atividades construtivas da área de operação dos Balões Dirigíveis, onde fica claro que, no período de construção e ampliação da área da BAA, o tráfego e fluxo de operários civis foi intenso e significativo.

No período de operação da BAA a partir de 1942, aumenta o contingente de militares dos EUA para servirem naquele local. Esse número é estimado em cerca de quatrocentos militares da marinha e exército. E como informa Coletta (1985), número esse reduzido no final da guerra para a 27 oficiais e 126 homens, em 1º de novembro de 1944.

Contudo, foi grande o fluxo diário de circulação de militares e civis que usaram as instalações e serviço técnico na BAA, durante voos de escala, manutenção e conserto de aeronaves e abastecimento de combustível. Além do uso em operações militares de patrulhamento e confronto com submarinos alemães e italianos, durante a Batalha do Atlântico Sul.

É importante salientar que o que mais causava tensão nos militares estado-unidenses e na população era o exercício do “blecaute”, isto é, quando as luzes da base eram desligadas a cada hora e tocavam as sirenes. Esta ação servia como treinamento de defesas antiaéreas. Conforme Paixão (2009, p. 19), o exercício assustava alguns moradores, como Sebastião Silva que relata que “[...]para a população das proximidades era o toque de recolher, as pessoas apagavam todas as luzes e não podiam sequer acender uma vela e só se ouvia os roncões dos motores dos aviões”.

Esse procedimento pode ser visto como uma das formas de preparar os soldados, em caso de qualquer tipo de invasão inimiga. No entanto, como

²⁴Originalmente denominado Serviço Postal Aéreo Militar, foi denominado logo em seguida como Correio Aéreo Militar, entrando em operação no dia 12 de junho de 1931. Com a criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941, foram unidos o Correio Aéreo Militar (mantido pelo Exército Brasileiro) e o Correio Aéreo Naval (mantido pela Marinha do Brasil), constituindo-se em o Correio Aéreo Nacional – CAN.

era uma experiência nova para a população que não entendia o porquê disso, muitos ficavam com medo de acontecer algo “devastador” com eles, sobretudo no escuro. Durante a SGM, o povo amapaense jamais imaginou que nas águas do litoral e céus do Amapá, iriam ocorrer dramáticos episódios bélicos com tamanha expressividade. Desde então, foi incessante a vigília nas águas e céus do Brasil e por toda a extensão do litoral do Amapá.

Por outro lado, a BAA atraiu cerca de cinco mil trabalhadores, cujos salários ajudaram a estimular um comércio de mantimentos, com grande variedade de enlatados vindos diretamente das indústrias norte-americanas. Nos termos de Souza (1999, p. 155-169), a BAA também estimulou um intercâmbio comercial e de entretenimento, cassinos e bares, entre a companhia militar, os fazendeiros amaparinos, com a venda de gado para a alimentação da tropa, e os proprietários de embarcações, para transporte de material de construção e de gêneros alimentícios vindos de Belém para abastecer a demanda dos estadunidenses.

A responsabilidade pela manutenção e segurança das instalações da BAA esteve a cargo da Marinha Americana, no período compreendido de 1942 a 1945, tempo em que tal responsabilidade foi transferida ao Exército dos EUA. Durante esse período e de acordo com Souza (2000, p. 98), era grande o número de aviões que transitavam diariamente pela base, vindo dos EUA, passando pelas Antilhas, Guiana Francesa e Amapá, onde se reabasteciam e prosseguiam viagem com destino à África, via Base Aérea de Natal, que foi a maior estrutura militar em operação no Atlântico, denominada de “Trampolim da Vitória” pelas forças aliadas.

Portanto, as questões ambientais e a transformações socioculturais locais desencadeados pela SGM com a instalação/operação da BAA, até hoje, podem ser percebidas nos entulhos e lixo espalhados na área. Tudo fruto da ocupação humana desordenada e sem planejamento nas áreas onde residiam os brasileiros. O maior impacto ambiental perceptível da época é do urbanístico, pois, no entorno dos prédios planejados da BAA, surgiram vários locais sem condições adequadas de habitação. Nesses locais urbanos, as casas eram de madeira, poucos cômodos, não tinham: água encanada, esgoto, energia elétrica, segurança, coleta de lixo, dentro outros.

No termino da guerra, todos os encargos da BAA foram assumidos pela comissão Mista Brasil/EUA, consubstanciada na sua Seção de Aeronáutica, pela elaboração de um relatório que qualificou os edifícios e estruturas do campo como também a rede de águas em “condições razoavelmente boas”, mas considerou “deteriorada” a rede de distribuição de energia.

Alguns instrumentos mais sofisticados e sem utilidade foram distribuídos entre as outras bases aéreas mais importantes dos estados brasileiros. A consequência para os moradores da cidade de Amapá e de áreas circunvizinhas à BAA foi impactante no aspecto econômico/financeiro, pois, diminuiu a teia de relações de comércio e serviços mantidos durante o funcionamento da BAA.

A pesquisa constatou também que os impactos ambientais provocados durante e depois da instalação da BAA, no âmbito ambiental e sociocultural, aconteceram ainda na década de 1940. Os impactos ambientais ocorreram significativamente com a construção da BAA, a partir da supressão da vegetação nativa e construção da estrutura do projeto arquitetônico militar. Concomitante, os impactos ambientais foram marcantes também na área de entorno da BAA, com a ocupação desordenada de habitações dos brasileiros, sem nenhum planejamento arquitetônico ou plano de manejo urbano.

Na perspectiva de Nunes Filho (2015), após o final da SGM, em 1945, o Governo Federal implantou no município projetos de fomento de atividades voltadas para a própria realidade regional, como forma de minimizar os impactos econômico-financeiros provocados pela saída dos estadunidenses. A exemplo, destaca-se: a criação da Escola de Iniciação Agrícola do Município de Amapá²⁵, a qual utilizou a própria estrutura da base militar para desenvolver suas atividades, e o Fomento do Cruzeiro, que auxiliava os colonos no uso da terra e nos equipamentos técnicos.

A extinção desses projetos, na década de 1960, aliados as constantes crises que assolavam o interior do Território Federal do Amapá, gerou uma crise socioeconômica no município de Amapá. Na sequência, as pesquisas de campo realizadas no período de 2005 a 2024, mostraram que os assentamentos humanos surgidos na época da BAA não existem mais. A população

²⁵ Segundo Nunes (1997) e Nunes Filho (2015), essa escola fechou em 1960 por conta de falhas na gestão administrativa, ocasionando aumento nos gastos com a formação técnica dos 70 alunos mantidos em formato de internato no local.

migrou nas décadas de 1940 a 1970 para outros municípios do atual estado do Amapá.

Os moradores gradativamente foram abandonando a área em buscas de melhores condições de vida, pois, as opções de renda e emprego foram embora com o fim da guerra e com o fim dos projetos do governo federal de fomento a atividade de agropecuária. O que ficou nesses assentamentos humanos foram destroços, lixo, poços amazonas abertos, valas, ilhas verdes de pomares dos antigos quintais, dentre outros.

Na área da BAA, o abandono aconteceu gradativamente a partir das décadas de 1960 a 1970, depois do fim da Escola de Iniciação Agrícola do Município de Amapá, onde a maioria dos prédios foram depredados e demolidos, ficando intactos os que eram usados por militares da Força Aérea Brasileira²⁶ e por funcionários do governo do Território Federal do Amapá. Esse abandono gradativo se intensificou no século XXI, período em que ocorreu o colapso da infraestrutura de saneamento básico: instalações operacionais de água tratada, energia elétrica, esgoto, asfalto, coleta de lixo, dentro outros.

E o que restou espalhados na área da BAA foram: esqueletos de veículos automotores, estruturas de instalações de tratamento de água tratada, ruínas de prédios de usinas de energia elétrica, sapatas de torres de rádio/comunicação, pisos de prédios, poços amazonas, esqueleto de avião enterrado, material explosivo enterrado, equipamentos/utensílios domésticos enterrado etc.

Por fim, ao apresentar os impactos ambientais e socioculturais provocados pela instalação e operação da BAA, o objetivo desta pesquisa foi alcançado, apesar das dificuldades provocada pelos 79 anos da desativação da BAA e da carência de documentos sobre a BAA. No mais, a pesquisa não buscou encerrar os questionamentos sobre os impactos ambientais provocados pela presença da BAA no município de Amapá. Como avançou-se na pesquisa, esse trabalho é o primeiro de muitos outros sobre essa temática.

²⁶A FAB ocupou a BAA depois do término da SGM e saída dos EUA do município de Amapá a partir de junho de 1945. Os militares da FAB saíram da BAA no ano de 2012.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ, Prefeitura Municipal de. **Comunidades do Interior**. Disponível em: <https://amapa.portal.ap.gov.br/municipio/dados-geograficos>. Acesso em: 05/09/2024.

BARBOSA, E. dos S. **A Base Aérea do Amapá: Uma História Não Contada**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, defendido na Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, 2013.

BARROS *et al.*, A. **Relatório de Viagem da Base Aérea do Amapá**. Macapá: Universidade Federal do Amapá: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá-CEPAP, 2010.

BONNET, W. W. **Gestão Ambiental de Áreas do Comando da Aeronáutica, O Caso da Base Aérea de Anápolis, Anápolis, GO**. Dissertação de Mestrado, defendida na Universidade Católica de Brasília., 2003.

BUARQUE, M. **O Amapá**. Altamira, 1923.

CANTUÁRIA, A. **Base Aérea de Amapá**. Disponível em: <http://baseaerdeaamapa-ww2.blogspot.com.br/>.

COLETTA, P. E. **United States Navy and Marine corps bases, overseas**. Edit. Greenwood Press. Westport, Connecticut, 1985.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Base Aérea de Amapá**. Relatório de Viagem. Macapá/AP, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Transformação da Base Aérea de Amapá em Museu à Céu Aberto da II Guerra Mundial**. Relatório Fotográfico. Macapá/AP, julho de 1989.

MACHADO, T. L. **Na cidade vendo a farinha e de lá trago mercadoria e dinheiro para a aldeia: redes de sociabilidades e intercâmbio de bens dos indígenas Palikur na cidade de Oiapoque-AP**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia), Universidade Federal do Pará, 2017.

MARIN, R. A. Prosperidade e estagnação de Macapá colonial: as experiências dos colonos. In: GOMES, F. S. **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII e XIX)**. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 33-62.

MILARÉ, É. **Direito do Ambiente**. São Paulo, 12ª edição: Editora Revista dos Tribunais, 2020.

SOUZA, C. B. de. **Pássaros Máquinas no céu do Amapá**. 1999.

NETO, O. D. E a maré muda. *In*: RIBEIRO, F. T.; NETO, O. D. (Org.). **Guerra Submarina: os lobos do Atlântico**. Revista Abril, 2009 (Série Grandes Guerras).

NUNES, E. M. **As transformações Socioeconômicas no Município de Amapá (1985 – 1995)**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, defendido na Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, 1997.

NUNES FILHO, E. P. A Base Aeronaval Norte-Americana do Amapá-Brasil Pós-Segunda Guerra Mundial. **Revista Portuguesa de História**, t. XLV, p. 299-323, 2015.

_____. **Desenvolvimento cultural em terra firme: condições ecológicas de ocupação humana na região do Amapari no período pré-colonial**. – Macapá-AP: UNIFAP, 2014.

_____. Formação Histórica, Econômica, Social, Política e Cultural do Amapá: Descrição e Análise do Processo de Formação Histórica do Amapá. In: OLIVEIRA *et al.*, A. **Amazônia Amapá: Escritos de História**, 2009, p. 2011-234.

_____. **Túmulos pré-históricos no Amapá**: sepultamentos em poço. Macapá: Editor, 2010.

OLIVEIRA, D. M. **Resgate em memória da aviação no Estado do Amapá**. [S.I.: s.n.]. 2004 (Biblioteca pública de Macapá).

PORTO, J. **Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais – 1943 a 2000**. 2ª Ed. Macapá: Edição do Autor, 2007.

PAIXÃO, F. **A sombra da segunda guerra mundial alcança a Amazônia**. TCC (Curso História) Universidade Vale do Acaraú, 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com>>. Acesso em 01 set. 2024.

SOUZA JÚNIOR, J. A. Grão Pará e Caiena: a fronteira da rebelião. In: BRITO, A. J. I.; ROMANI, C.; BASTOS, C. A. **Limites fluentes: fronteiras e identidades na América Latina (Séculos XVIII-XXI)**. Curitiba: CRV, 2013. p. 173-182.

SOUZA *et alli*, F. do S. **A Base Aérea Norte-Americana do Amapá (1941-1946): A reconstrução da memória dos habitantes do município de Amapá através de depoimentos orais**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, defendido na Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, 2009.

VASCONCELOS, R. C. L. de. **Licenciamento Ambiental e Pesquisa Arqueológica: Rodovia AP-070 em Questão**. Dissertação de Mestrado, defendida na Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Macapá, 2015.

4

Biodiversidade, turismo e a questão indígena no planalto das guianas

*Helena Doris de Almeida Barbosa
Ligia Terezinha Lopes Simonian*

1 INTRODUÇÃO

O cenário do Planalto das Guianas, área que abrange Guiana, Guiana Francesa, Suriname, parte da Venezuela e, no Brasil, os estados de Roraima, norte Amazonas e Pará, e Amapá, depara-se com uma série de transformações correntes que têm evidenciado a importância de sua biodiversidade, bem como a relevância da sociodiversidade local. De tal modo que os Estados da região enfrentam efetivamente os desafios e demandas da questão ambiental, tão delicada nesse *locus*.

Em um cenário de globalização econômica e fragmentação social, as políticas públicas direcionadas ao uso da biodiversidade, da gestão ambiental e do turismo precisam motivar práticas mais coerentes e fornecer ferramentas que venham a garantir o uso racional e a proteção dos recursos naturais, base da vida planetária, considerando o contingente populacional no Planalto das Guianas, uma das áreas de formação geológica mais antigas do planeta, que envolve cidades e realidades permeadas por fronteiras internas e dinâmicas transfronteiriças.

Na América Latina, o grau de deterioração ambiental atinge níveis alarmantes, ante a recente intensificação dos debates acerca da relação entre desenvolvimento, proteção e uso dos ambientes biossociais. Na Pan-Amazônia¹, os problemas socioambientais são de natureza diversa e ultrapassam as fronteiras geopolíticas, assumindo uma perspectiva internacional.

No Planalto das Guianas não é diferente, como revela Péné-Annette (2023, s.p.) em seu trabalho acerca da parte ocidental do planalto – área secularmente habitada por populações nativas com significativos espaços naturais preservados. De acordo com a mesma autora, a região é tomada como fronteira de expansão mineral e agrícola, tornando iminente um desastre ecológico principalmente nas áreas onde predomina a mineração ilegal:

O desmatamento e a aceleração da erosão do solo, assim como a contaminação dos lençóis freáticos por mercúrio e, em menor grau, por cianeto, também caracterizam essa frente pioneira mineradora. Além disso, desde 2015, uma parte dos habitantes do estado de Bolívar e de outros estados da Venezuela está fugindo da crítica crise econômica no país (PÉNÉ-ANNETTE, 2023, s.p.).

Por conseguinte, o relevante contingente de populações indígenas que habitam a região se depara com a perda dos seus territórios e a extinção de espécies da fauna e da flora, ante a abertura de frentes de expansão urbana e a fragilidade de políticas públicas, que comprometem a sua existência material e cognitiva. Somada a esses problemas, a questão da sustentabilidade indígena se apresenta como um grande desafio.

Isso frente a invisibilidade das populações tradicionais, o que reforça a necessidade da compatibilidade entre políticas, ações e debates no sentido de minimizar as pressões deletérias desse processo de degradação da região. Durante a pandemia de Covid-19, iniciada no fim de 2019 e início de 2020, o Estado esteve pouco presente nessas áreas.

E Embora a crise sanitária tenha mostrado “[...] como não devemos enfrentar problemas globais com políticas locais [...]”, na prática, “[...] as políticas

¹ Composta pela Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, as Guianas e o Suriname, além do Brasil, que compartilham entre si biomas, grupos sociais e problemas diante da pressão de agentes econômicos pelas riquezas naturais da região, como minério, madeira, biodiversidade (TURA, 2010).

de enfrentamento da COVID-19 foram definidas país por país [...]”; no entanto, no Brasil, foram poucas e/ou ineficientes as ações federais durante o período pandêmico [...]” (ARTAXO, 2021, p. 16), tendo ficado a cargo de cada estado da federação definir uma política “[...] e muito frequentemente, cada município tomou suas próprias decisões de enfrentamento da pandemia”.

Mais crucial ainda foi a sua ausência do Governo no período pós-pandêmico, o que levou a quadros de fome, desnutrição e mortes de muitos indígenas, além da invasão de seus territórios. Almeida (2020) aponta a necessidade de se ter um olhar específico sobre as diferentes unidades sociais presentes na região (povos, comunidades, etnias e grupos) e seus respectivos territórios por ocasião da pandemia.

O autor descreve as variadas maneiras que os grupos indígenas encontraram no Brasil para se resguardarem da Covid-19, bem como superarem a crise: como nas terras indígenas (TI) (ALMEIDA, 2020, p. 1189), “[...] as regras de uso dos recursos naturais são dinâmicas e alteradas segundo condições definidas pelos próprios indígenas em diferentes circunstâncias [...]”, alternativas foram empregadas em busca da superação das dificuldades de subsistência – entre elas, o turismo.

No entanto, o turismo é um segmento suscetível a ações de ordem antrópicas ou geomorfológicas e seus desdobramentos, o que pode tornar sua prática conturbada, ou mesmo paralisar seu desenvolvimento. Em um contexto em que três emergências mundiais ocorrem simultaneamente, isto é, a crise sanitária, a perda de biodiversidade e as mudanças climáticas, que estão interligadas e causam sérios impactos socioeconômicos (ARTAXO, 2020), não causa surpresa o turismo ser uma das principais vítimas dessas transformações.

Simonian (2018) traz novamente à tona a discussão sobre a políticas públicas e participação, o que aliás complexifica as análises sobre gestão, educação, turismo etc., e isso inclui não apenas as Reservas Extrativistas (RESEX) no Brasil, mas também as Terras Indígenas (TI) e outras Unidades de Conservação (UC). E essas duas questões têm sido dominantes quanto aos encaminhamentos sobre a regularização de seus territórios, quanto ao valor econômico da floresta em pé, da verticalização da produção, ainda que

minimamente, em outros termos, quanto à sustentabilidade de seus processos produtivos, dentre outras questões.

Por outro lado, em algumas TI o meio ambiente ainda se encontra em equilíbrio, vindo a se constituir em espaços ideais à prática do ecoturismo. Além disso, o turismo vem se direcionando para áreas onde a disponibilidade de recursos naturais se coaduna com a perspectiva cultural, e o escudo guianense atende a essa “exigência”. Mesmo de maneira assimétrica, a atividade está presente nos países que integram a região, de acordo com os preceitos legais ou não.

Este trabalho busca suscitar algumas reflexões acerca da atividade turística no Planalto Guianense, a fim de perceber até que ponto tal prática está alinhada às demais ações implementadas na região, e de que modo se configura como uma prática de sustentabilidade socioambiental.

2 O PLANALTO DAS GUIANAS

O Planalto Guianense está localizado no extremo norte da Amazônia, entre o Oceano Atlântico e as planícies Amazônica e do Orinoco, uma das mais antigas áreas do planeta, que remonta ao período Pré-Cambriano, ou seja, entre 4,5 bilhões e 570 milhões de anos atrás. Com uma imensa diversidade geográfica e geológica, congrega regiões serranas, montanhosas, cânions, planícies, planaltos, formações rochosas e uma rede hidrográfica complexa e de difícil navegação, em função das cascatas e corredeiras muito acidentadas que lhe conferem uma atratividade singular.

Alvo de inúmeras correntes migratórias, a região foi foco de investidas e disputas de holandeses, franceses, ingleses, asiáticos, africanos e ameríndios. Parte dessa presença antrópica se justifica pela disponibilidade dos recursos naturais ali existentes: solos férteis para a agricultura, reservas minerais diversificadas e uma grande extensão de florestas tropicais, que a tornaram alvo até hoje de disputadas em vários litígios, como apresentado por Daly (1974), que também descreve todo o processo de edificação do território guianense.

A região do Planalto das Guianas em tempos primevos foi habitada por populações indígenas, responsáveis pela manutenção da biodiversidade

local². Nos termos de McGrath (1997), a importância da biodiversidade geralmente é justificada a partir de três questões:

- a) o seu papel no funcionamento do ecossistema, uma vez que a perda da biodiversidade fatalmente ameaçaria a estabilidade, resiliência e eficiência do processo ecológico;
- b) o valor econômico e social de espécies já identificadas e daquelas ainda por serem identificadas;
- c) a ética planetária, fundamentada na compreensão de que o ser humano é apenas uma entre centenas de espécies, não podendo privar as outras espécies de existirem.

Por sua vez, Gadgil *et al.* (2003, p. 47) comungam, de certo modo, dessa visão, na medida em que compreendem a biodiversidade como uma “[...] variety of living organisms utility other than as bulks materiais resources like fuelwood, nutrient sources like dung and leaf manure, and structural such bamboo, cane and timber”.

No Planalto das Guianas, as ações de proteção da biodiversidade quase sempre desconsideram os saberes e usos locais dos recursos naturais (QUARESMA, 2008). Desde a ocupação humana na região, o amazônida direta ou indiretamente desenvolve práticas de manejo desses recursos, em função da estreita relação do indivíduo com o ambiente circundante, relação baseada em práticas de conservação da biodiversidade que, conforme Simonian (2005, p. 68), implicam interconexões tanto ecológicas quanto culturais.

Ao abordar essa relação entre indivíduo e natureza, Balée (1989) enfatiza que a ação antrópica também é responsável pela formação de “tipos” diversos de florestas. O autor afirma que a interação do indivíduo com os recursos naturais, desde os tempos remotos, é recíproca, na medida em que um “altera” diretamente o outro. Ao definir uma cronologia dos estudos que evidenciam a presença de “florestas cultivadas”, Balée ressalta a relação intrínseca mantida entre sociedades humanas pré-históricas e o ambiente no qual estavam inseridas.

Há de levar-se em consideração que praticamente todas as florestas apresentam indícios de perturbação humana, incluindo os casos de “adaptação

² Uma das primitivas etnias locais, os Arawak, também é responsável pela origem do nome Guiana, que etimologicamente, em arawak, significa “terra das águas” (NTE; OLUKA; FEATHERSTONE, 2022).

indígena ao meio”, o que se define como “matas culturais” – em se tratando da Pan-Amazônia, as florestas manejadas se apresentam em maiores quantidades na Guiana. A evidência dessas matas pode ser aferida a partir da presença de terra preta antropogênica (TPA) como posto por Balée (1989, p. 97), isso além de espécies como o babaçu (*Orbignya phalerata* Mart.), bambu (*Guadua* spp.), cocais (*Elaeis oleifera*), e outras palmeiras.

Furlan (1996) aponta, em seu trabalho acerca das florestas culturais, aponta a dicotomia existente entre a visão conservadora dos recursos naturais (mais especificamente sobre as florestas naturais), considerados um conjunto de ambientes, e a percepção dos recursos naturais sob o prisma das florestas culturais ou sociais, isto é,

[...] florestas manejadas pelas populações rurais particularmente em áreas indígenas, comunidades ribeirinhas, seringueiros, quilombolas, caiçaras entre outros. São espaços sobre os quais as comunidades tradicionais não têm documentos de propriedade privada da terra e a ocupam e usam seus recursos de forma compartilhada (FURLAN, 1996, p. 5).

Tais áreas abrangem florestas de uso comum em terras públicas ou privadas, muitas vezes sobrepostas a áreas protegidas institucionalmente ou com vegetação protegida por lei ambiental. Essa perspectiva leva em conta a relação estabelecida pelo indivíduo com seu habitat, responsável real pela grande disponibilidade dos recursos ambientais e pela sua sustentabilidade, em um processo imbuído de práticas sociais e de valores coletivamente constituídos.

O Planalto das Guianas também contém áreas transfronteiriças, que, de acordo com Quaresma (2008), se reescrivem no tempo e no espaço, contingenciadas por especificidades locais de ordem humana e natural. Sob essa perspectiva, Grimson (2003, p. 18) aponta quatro elementos constitutivos de toda fronteira política, sobre as quais incidem grupos e ações sociais:

[...] el límite en sí mismo y los territorios que divide, la población asentada a ambos lados, los regímenes de flujos socioculturales que la atraviesan y los sentidos que la frontera adquiere. Es decir, la frontera es mucho más que una división jurídica del territorio. También excede la estructura demográfica y la composición étnica de la población.

Ainda segundo o autor, o que caracteriza uma fronteira são os tipos de relações econômicas, políticas, sociais e culturais ali constituídas, associadas

aos elementos supracitados e demais relações sócio-históricas. A fronteirização ocorre por etapas, em conjunturas históricas marcadas por processos locais, regionais ou internacionais.

As áreas de fronteira naturalmente se constituem em *loci* de pressão sobre os recursos naturais, principalmente na Amazônia, uma região continental e frágil do ponto de vista do controle do uso dos recursos disponíveis. Essas áreas são percebidas, na maioria das vezes, como “marginais”, na medida em que não são definidas como polos prioritários de políticas públicas e geralmente são abandonadas pelo Estado. A criação de unidades de conservação (UC) em áreas de fronteira, bem como a prática de um turismo pautado pela sustentabilidade podem minimizar esses problemas, que poderiam ser superados de modo integrado.

Desde o século passado, cientistas de diversas nacionalidades alertam a sociedade global acerca do desequilíbrio ambiental e as consequências das mudanças climáticas, que atualmente assolam o Brasil e o Planalto Guianense. O aumento da temperatura, por exemplo, desencadeia outros desequilíbrios, como secas, enchentes, queimadas, chuvas, erosão etc., cenário que compromete a sustentabilidade socioambiental:

O funcionamento de nossos ecossistemas está sendo fortemente afetado pelas mudanças climáticas, não somente aquelas em nível global, mas, também, regional e até mesmo local. Nas florestas tropicais, o aumento da produção de biomassa, mortalidade das árvores, alterações na distribuição e abundância de espécies e incêndios estão entre as mudanças relacionadas à elevação de CO₂ atmosférico. Considerando os efeitos sinérgicos da mudança do uso do solo, do desmatamento e o elevado grau de fragmentação e degradação da maior parte dos biomas brasileiros, a vulnerabilidade da nossa biota e ecossistemas aumenta, ameaçando a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos associados (ARTAXO, 2020, p. 54).

A vulnerabilidade ambiental e climática do Planalto Guianense pode comprometer de maneira efetiva tanto o ambiente natural quanto o social, assim como a economia e as relações construídas entre os indivíduos e o meio. Buscar alternativas para esse quadro é um desafio; para Artaxo (2020, p. 63), é necessário “[...] construir um sistema integrado no qual a biodiversidade seria incorporada como componente central ao processo de desenvolvimento, gerando o aumento significativo na capacidade adaptativa dos sistemas naturais”.

Assim o turismo em TI pode ser um vetor para o alcance de pelo menos parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)³ estabelecidos para o Brasil.

A crise ecológica (da qual a crise climática é a faceta mais global) é uma manifestação de uma etapa de desenvolvimento capitalista em que este avança sobre as últimas fronteiras possíveis de ampliação no âmbito do planeta Terra, ultrapassando os limites naturais e predando sem freios o ambiente que sustenta a sociedade humana ao mesmo tempo em que se tornou mais violento, ao investir cada vez mais claramente contra os “obstáculos do desenvolvimento” (sejam estes os povos indígenas que “atrapalham” a expansão do agronegócio ou a mineração, ou as populações pobres localizadas nos terrenos pretendidos pela especulação imobiliária, nas cidades) (COSTA, 2014, p.13).

Não obstante as transformações causadas pelas mudanças climáticas, o Planalto das Guianas, como lembra Magnoli (1998), sofre degradação desde o contato com o europeu, ícone de dominação e exploração, estabelecendo relações sociais nas áreas de fronteiras responsáveis por sua constituição e destruição. Para Martins (1997, p. 147), a “[...] história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Porém, essa é também uma história de resistência, de revoltas, de protesto, de sonho e de esperança”.

Para esse mesmo autor (COSTA, 2020, p. 54), o processo de constituição de fronteiras é a história das lutas étnicas e sociais, e que, na maioria das vezes, são permeadas por situações de opressão e alienação. Quase sempre o Estado se ausenta efetivamente desses espaços, com dinâmicas que, na maioria das vezes, são marcadas por conflitos e degradações diversas.

Nesse cenário, inserem-se atividades e realidades exógenas imputadas por agentes econômicos e de gestão internos e externos, como mineração, migrações, atividades madeireiras, políticas ambientais, criação de áreas protegidas e, mais recentemente, o turismo. Assim, o desafio maior é coadunar a multiplicidade de atores que transitam nesses espaços – indígenas, garimpeiros, as ONG, Igreja, arroteiros, fazendeiros, imigrantes –, sujeitos de ações lícitas ou não que se (re)encontram e constituem a fronteira.

³ Os ODS para o Brasil, segundo a ONU, são: erradicação da pobreza, fome zero, boa saúde e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, água limpa e saneamento, energia acessível e limpa, emprego e crescimento econômico, indústria, inovação e infraestrutura, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, combate às alterações climáticas, vida debaixo d'água, vida sobre a terra, paz, justiça e instituições fortes, parcerias em prol das metas (SORIGÉ, 2024).

3 TURISMO: UMA POSSIBILIDADE PARA AS POPULAÇÕES INDÍGENAS

Desde seu surgimento no século XIX, o turismo é considerado como uma atividade eminentemente econômica, gerando renda e divisas, bem como novas perspectivas de trabalho. Seu caráter interdisciplinar requer o envolvimento de inúmeros setores e atuação de diversos atores no mercado turístico. Entretanto, a atividade suscita várias discussões a respeito de seu progresso impactante, responsável pelo uso indevido de recursos naturais e culturais, através do manejo insustentável, além da interferência nos locais visitados, alterando não só a paisagem, como também os habitantes.

Grimm e Sampaio (2017 p. 96) evidenciam que os impactos ambientais correntes atuam diretamente sobre o fazer turístico e apontam a relevância de se inserir o setor na política climática global, orientando também o setor para se adaptar, afinal “[...] previsões sinalizam que a mudança climática vai reduzir a taxa de crescimento dos movimentos turísticos internacionais, incidindo especialmente em destinos de longa e média distâncias”.

De acordo Taddei, Oliveira e Scaramuzzi (2023), apesar dos efeitos da crise climática se expandirem para as TI, seus moradores e os povos tradicionais se constituem nos principais guardiões dos biomas presentes em seus territórios, sendo os verdadeiros responsáveis pela existência das ilhas de sociobiodiversidade dessas áreas. Por sua vez, Pereira (2023, p. 05) enfatiza que a crise ecológica é um dos maiores “[...] desafios que a humanidade enfrenta neste século”.

Por essa razão, a autora ressalta a necessidade de compreensão por parte do Estado e da sociedade da complexidade do tema, e de inclusão dos direitos indígenas nas ações de governança ambiental e de justiça ambiental, tendo a possibilidade de utilizar o turismo como um dos vetores desse processo.

Os impactos da mudança climática no setor turístico geram certo grau de incertezas, superior ao de impactos provenientes de outros setores econômicos. Portanto, seja qual for o resultado ambiental da mudança do clima, o turismo não pode ser visto isoladamente, pois qualquer mudança no padrão da demanda pode acarretar impactos amplos em muitos destinos, refletindo também nas áreas da política econômica e social (GRIMM; SAMPAIO, 2017, p. 100).

O turismo sustentável surge como resposta a essas demandas, como iniciativa para o desenvolvimento de um turismo cujo papel não é só econômico, mas também social e cultural, a partir do uso consciente dos recursos socio naturais, atendendo simultaneamente às necessidades dos turistas e das comunidades visitadas. Esse modelo de turismo tem como proposta ser uma alternativa ao turismo de massa⁴.

Isso para minimizar os impactos ambientais e os atritos advindos da implementação desenfreada da atividade, mantendo as características socio-culturais, desenvolvendo a economia e envolvendo as comunidades locais, estando relacionado ao conceito de desenvolvimento sustentável, qual seja, crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico.

Essa tendência do mercado aumentou a procura por esse segmento pelo turista alternativo, ou seja, aquele que busca destinos não convencionais, para estar em contato com outras realidades, convivendo e estabelecendo uma relação com o local visitado. Nesse sentido, o turismo sustentável se direciona para áreas onde a disponibilidade de recursos naturais se coaduna com a perspectiva cultural e o escudo guianense se encaixa nesse critério.

Na segunda metade do século XX, as populações indígenas incluíram o turismo como possibilidade de sustentabilidade socioeconômica. Além de proporcionar uma experiência única ao turista, possibilita ao indígena gerir e conduzir a atividade em seu território, envolvendo a comunidade como um todo.

O turismo indígena – “[...] aquele realizado em terras indígenas ou em locais com base na identidade cultural e na gestão do grupo/etnia indígena envolvido” (FREITAS, 2009, p. 124) – é um dos segmentos do turismo que mais tem crescido na Pan-Amazônia, incluindo o Planalto Guianense e, em certa medida, o Brasil, desde o final da década de 1990.

Então, essa modalidade passa a ser alvo do mercado turístico, que, com suas novas tendências, vê a atividade como fonte de atrativos naturais. Assim, o turismo indígena está associado a outros segmentos da atividade, como o ecoturismo, o turismo cultural, o etnoturismo, o turismo de base comunitária (TBC) e o turismo comunitário. Acredita-se que essa prática traz

⁴ Atividade turística na qual há produção em massa de serviços, altos investimentos em infraestrutura, baixos custos em função da economia de escala, uso intensivo da tecnologia e padronização de produtos (RICCO, 2012).

benefícios não só ao turista, mas também ao indígena, pois lhe proporciona uma lembrança das suas origens, valorização cultural em vista da transformação que muitos deles vêm sofrendo desde a colonização.

No entanto, a atividade vem suscitando críticas, principalmente por parte dos antropólogos, como Leal (2007), que aponta a perda da identidade cultural desses povos como uma das consequências da atividade. A discussão reside no fato de que o uso das terras indígenas banaliza sua cultura em função da relação puramente comercial da atividade turística. Segundo York (2005 *apud* SILVA, 2006), as populações indígenas raras vezes recebem benefícios com a prática da atividade turística, expondo-se aos seus impactos negativos, como a degradação ambiental e social, a perda do acesso e do controle dos recursos naturais e a comercialização de sua cultura.

Entretanto, nota-se que a busca por esse tipo de destino turístico se deve principalmente ao interesse do turista em contatar, além das belezas naturais que as áreas onde se situam as aldeias oferecem, o modo de vida e a identidade cultural indígena. Por meio das visitas às aldeias, por exemplo, o turista deverá estar atento às diferenças culturais de cada etnia, respeitando seus costumes e práticas, observando o modo como apresentam seus rituais, sua culinária e artesanato, experiência que pode ser realizada também em feiras culturais.

Há de levar-se também em consideração também que algumas etnias já se manifestaram a favor da prática do turismo indígena, como os Pataxó, Krahô, Tremembé e Ticuna, no Brasil; os Kichwa, no Equador; os Pemón, na Venezuela; e os Ashaninka, no Peru, algumas, inclusive, já o tem como alternativa econômica, paralela às atividades já praticadas nas aldeias (Fotografias de 1 a 4).

Fotografias 1 a 2: Turismo Indígena no Parque Nacional Canayma (Venezuela)



— | **Fonte:** Helena Doris Barbosa (2007).

Fotografias 3 a 4: Turismo Indígena no Parque Nacional Canaima (Venezuela)



Fonte: Helena Doris Barbosa (2007).

Além disso, muitas etnias exigem o envolvimento dos próprios membros da comunidade, reivindicando a gestão e a participação nos lucros advindos da prática turística e, sobretudo, exigindo que seja praticada com consciência ambiental, necessária para o desenvolvimento de um turismo sustentável.

Importante salientar que o turismo indígena na América Latina, principalmente em alguns países do Planalto Guianense, já é uma realidade, sendo também dinamizado pelos governos. Enquanto as etnias afirmam seu desejo em implementar projetos que auxiliem o turismo em suas áreas, o Governo, participe, atua com o desenvolvimento e a implantação de políticas públicas, além de ajuda financeira, como na Bolívia e no Peru (ARAÚJO, 2024), onde o turismo sustentável é discutido por seus governos há mais de uma década.

Esses países mantêm projetos com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de outras organizações internacionais, visando o apoio à regulamentação da atividade turística e a promoção de alianças entre empresas privadas e comunidades locais. No entanto, para o sucesso da atividade, é necessário um bom planejamento, para que a comunidade participe do processo e receba seus benefícios.

Embora a pandemia do COVID-19 tenha prejudicado, segundo Araújo (2024), consideravelmente o TBC, com o esforço da comunidade e os apoios recebidos, foi possível reverter rapidamente as perdas, de tal modo que, na Bolívia, no Brasil e no Peru, os empreendimentos de turismo indígena têm sido premiados internacionalmente.

Evidentemente, nem todas as experiências de turismo em TI têm obtido sucesso. Em contrapartida, as comunidades indígenas, em sua maioria, têm recebido ajuda governamental, principalmente em razão das suas constantes lutas pelo reconhecimento de seus territórios e por melhores condições de vida. Essas reivindicações se pautam na busca pela diminuição do controle estatal em seus territórios.

Isso porque ganharam força desde a Convenção n.º 169/1989, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata dos direitos dos povos indígenas e propõe a diminuição da opressão do Estado no reconhecimento e na demarcação de suas áreas. Infelizmente, tanto no Brasil como nos países da Pan-Amazônia, a luta pelo reconhecimento legal dos territórios indígenas ainda é uma realidade longe de acabar.

O turismo indígena, apesar das polêmicas que acarreta, é uma realidade entre os etnias indígenas, que têm se mostrado cada vez mais interessadas em participar e usufruir de todos seus benefícios, tais como redistribuição de renda, valorização e recuperação da identidade cultural e uso racional dos recursos naturais. Mais que isso, pode representar um meio de emancipação econômica em relação ao Governo, principalmente no Brasil, onde o indígena ainda é tutelado pelo Estado e

vê na agricultura de subsistência e na venda de artesanato seus únicos modos de obtenção de recursos econômicos.

O escudo guianense, como dito anteriormente, apresenta uma assimetria quanto à prática do turismo indígena: na Venezuela, Colômbia, Suriname, Guiana Francesa e República Federativa da Guiana, é uma atividade consolidada, com inúmeras iniciativas de turismo, projetos e experiências. Nesses países, o turismo comunitário sustentável gera emprego e renda e promove a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Entretanto, em sua maioria, essas comunidades não atuam integralmente de modo autônomo, havendo o envolvimento de organizações não governamentais (ONG), empresas privadas e do Estado, que, em alguns casos, atuam como grandes fomentadores da atividade turística (Quadro 1). Existem situações nas quais o envolvimento de agentes externos tende a reduzir a participação das comunidades indígenas, pois a busca pela satisfação de seus próprios interesses lhes relega um papel secundário na atividade turística, de meros prestadores de serviços de baixa qualificação.

Quadro 1: Projetos Turísticos Desenvolvidos no Planalto Guianense

País	Etnias	Projetos	Financiadores	
			Internos	Externos
Colômbia	15	11	6	4
Venezuela	3	1	3	-
Suriname	1	1	-	1
Guiana	1	1	1	-
Total	20	15	10	05

Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir de pesquisas midiáticas, 2016.

Embora, no Brasil, o turismo em Terras Indígenas⁵ fosse proibido por lei, algumas etnias já o desenvolviam, a exemplo do projeto na Reserva Pataxó da Jaqueira (BA) e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de

⁵ De acordo com Gallois (2004), as terras indígenas estão relacionadas ao processo jurídico-político conduzido pelo Estado, enquanto o Território Indígena está relacionado à construção e à vivência culturalmente variável, da relação de uma dada sociedade com sua base territorial.

Tupé (AM)⁶. Somente em 2015 foi publicada, pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a Instrução Normativa nº. 03/2015 (BRASIL, 2015), que norteia e institui regras sobre a prática do turismo em terras indígenas, legalizando a atividade até então proibida.

Todavia, para sua efetivação, há a necessidade do cumprimento de uma série de normas e etapas, como a elaboração, por exemplo, de um plano de visitação. Essa perspectiva ainda gera controvérsias tanto no âmbito legal quanto acadêmico.

Indiferente a todas essas questões, a demanda pela atividade vem se ampliando internacionalmente. Sua discussão não é apenas mercadológica, mas também científica, com estudos sendo desenvolvidos no Planalto das Guianas por instituições e grupos de pesquisas interdisciplinares, que suscitam a necessidade de se debater e trocar experiências acerca da atividade.

Exemplar nessa direção são os estudos de Quaresma (2008) na Tríplice Fronteira Brasil, Venezuela e Guiana e a pesquisa de Pinto (2016) sobre a participação local em unidades de conservação nas fronteiras do Brasil, Colômbia e Peru, que envolve a questão do turismo indígena; também, o estudo de Grünewald (2003) que traz contribuições para o entendimento de tal segmentação, e o de Cruz (2010), que indiretamente enfoca a temática a partir de seu trabalho sobre turismo de fronteira no Brasil e na Guiana Francesa.

É pertinente destacar que a temática tem recebido uma abordagem multidisciplinar, como observado nos projetos de pesquisas desenvolvidos nas áreas de Educação, Ecologia, Linguística, Antropologia e Geografia, que tratam de temas externos ao turismo, mas intrinsecamente ligados a ele. Leff (2001) reafirma, nesse sentido, a possibilidade de uma nova vivência ambiental, ressaltando que, para tal, faz-se necessário ultrapassar discursos e práticas burocráticas.

Isso porque freiam a racionalidade ambiental, mas vêm permeando as políticas públicas, além de conjugar saberes técnicos e científicos na busca da construção e integração dos interesses dos grupos sociais em conflito, entre

⁶ Alguns projetos não seguiram adiante – como a Aldeia Ecoturística, o Museu Vivo da Cultura Indígena e a Casa do Artesanato Indígena (RJ), isso em função da mudança na administração do Governo estadual.

eles o próprio Estado, que muitas vezes estabelece ações dicotômicas no âmbito da gestão socioambiental e do turismo.

Ao indicar o turismo como uma alternativa de sustentabilidade indígena e como posto por Corbari, Babe e Souza (2017), há que se levar em consideração o fato dessa sustentabilidade ser pautada por uma lógica diferenciada das próprias políticas públicas destinadas a ela, inclusive as de turismo e as ambientais, ainda que se possa, no caso do Brasil, reconhecer o avanço dado pela regulamentação do turismo em terras indígenas.

A sustentabilidade da biodiversidade e das sociedades indígenas é um desafio permanente. Há que se garantir para essas sociedades, frente às condições materiais de existência multifacetadas, condições mínimas de subsistência – e o turismo pode ser o elemento dinamizador deste processo. Uma meta a ser alcançada e inserida em uma política indígena eficiente, diferentemente do assistencialismo que tem pautado as ações governamentais para este segmento.

Desse modo é fundamental a troca de experiências e a instrumentalização dos atores do processo, assim como ações que reconheçam e fortaleçam o poder das comunidades indígenas, permitindo-lhes uma gestão que venha, de fato, a fazer do turismo uma estratégia de sobrevivência. No entanto, como se inserir neste processo, enquanto instituições de ensino, pesquisa e extensão?

Práticas conjuntas e compartilhadas (decisões e responsabilidades) dos diferentes atores envolvidos na gestão ambiental e no turismo; priorização a vertente participativa associada à vontade política e à organização local; socialização do planejamento, da execução e dos resultados das políticas ambientais e da atividade turística entre todos os setores sociais, a partir do estabelecimento de um objetivo comum e coletivo; ou seja, políticas eficientes e integradas, conquistas sociais e sustentabilidade.

4 CONCLUSÕES

O Planalto das Guianas é um *locus* de acelerada dinâmica social: pressão sobre os recursos naturais, migração, definição de limites geopolíticos, tensões e conflitos sociais, reorganização econômica e, mais recentemente, criação de áreas protegidas e prática da atividade turística. Esse contexto se circunscreve

de forma diferenciada ao longo do tempo; no entanto, a partir da segunda metade do século XX, vem se concentrando em sua área transfronteiriça.

Habitada há milhares de anos, a região passou por diversas transformações e hoje se faz necessário um olhar diferenciado para suas fronteiras, buscando um novo modelo de desenvolvimento ético, cujos objetivos econômicos de progresso se subordinem às leis de funcionamento dos ecossistemas naturais e de respeito à dignidade humana. O turismo indígena cumpre essas exigências.

Fenômeno contemporâneo de importância mundial, o turismo é considerado uma atividade econômica complexa não apenas pelas características de seu produto, mas porque sua efetivação está diretamente associada à movimentação de diversos outros setores da economia. A região amazônica, incluindo sua extensão internacional (Planalto Guianense), apresenta um enorme potencial turístico com uma variedade de ecossistemas, diversidade de paisagens e uma sociodiversidade que retrata modalidades diferentes de interação do indivíduo com o meio natural.

O turismo praticado em terras indígenas pode ser um aliado desses povos ao divulgar sua cultura e contribuir com seu sustento. Pode também incentivá-los a utilizar a atividade turística como complemento das atividades já realizadas para suas subsistências e a desenvolver projetos com o objetivo de incrementar o turismo local. Ademais, o turismo sustentável praticado nas aldeias pode contribuir para a manutenção de suas terras e sensibilização ambiental de seus visitantes.

Não se há de esquecer que o turismo indígena pode também causar problemas sem um planejamento adequado e voltado para o interesse da comunidade – como a degradação socioambiental, a descaracterização da cultura local, a exploração de áreas de conservação, a comercialização das tradições indígenas etc. Os antropólogos discutem, inclusive, a questão da autenticidade, alegando que a cultura observada nas aldeias em que há prática de turismo é uma cultura “encenada”, produzida para ser mostrada ao turista.

Por outro lado, a importância do segmento cresce a cada dia, estando em andamento ou em fase de execução vários projetos no Brasil e no Planalto Guianense, com o intuito de desenvolver a atividade nos territórios indígenas. No entanto, contradições de natureza política, social e econômica evidenciam a existência de programas de gestão ambiental e de turismo alienadores de pequenos empresários e da população local.

Por sua vez, requer-se o uso da mão de obra indígena em atividades que demandam menos capacitação; não levar em consideração a perspectiva internacional na elaboração e implementação de políticas de gestão ambiental da área, são apenas algumas dessas contradições. E isso em uma região que vem sendo alvo de atenção e de debates acerca da diversidade bio-social e de sua possível finitude, a questão da sustentabilidade turística se configura como perspectiva a ser alcançada.

Portanto, faz-se necessário um planejamento de turismo que valorize as comunidades indígenas e respeite a área em que a atividade turística será praticada. Investir no desenvolvimento e bem-estar desses povos, valorizando sua cultura e incentivando as lideranças indígenas a serem os próprios gestores da atividade, irá garantir o retorno financeiro necessário à manutenção dessas comunidades.

Agradecimentos: CAPES.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Territórios de resistência: controle e vigilância das vias de acesso às terras indígenas. In: ALMEIDA, A. W. B. de.; Acevedo-MARIN, R. E.; MELO, E. A. de (Org.). **Pandemia e território**. São Luís: UEMA Edições, PNCSA, 2020. p. 1161-1190.

ARAÚJO, M. de N. F. de. **Turismo de base comunitária na Pan-Amazônia: as tecnologias sociais do Brasil, Bolívia e Peru**. Belém: editora do NAEA, 2024. *E-book*.

ARTAXO, P. Saúde planetária, COVID-19 e mudanças climáticas. In: GRANDISOLI, E. *et al.* (Org.). **Novos temas em emergência climática: para os ensinamentos fundamental e médio**. São Paulo: IEE-USP, 2021. p. 13-17. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosusp/catalog/book/711>. Acesso em: 20 set. 2024.

BALÉE, W. Cultura na vegetação da Amazônia brasileira. In: NEVES, W. (Org.). **Biologia e ecologia humana na Amazônia: avaliação e perspectivas**. Belém: MPEG, 1989. p. 95-109. (coleção Eduardo Galvão).

BRASIL. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Instrução normativa n.º 03, de 11 de junho de 2015: estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília-DF, N. 110, p. 41-43, 12 jun. 2015.

CORBARI, Sandra Dalila; BAHLE, Miguel; SOUZA, Silvana do Rocio de. Legislação indigenista e perspectivas para o turismo em terras indígenas no Brasil. **Revista Turismo em Análise – RTA**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 53-70, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.journals.usp.br/rta/article/view/110460/128207>. Acesso em: 7 set. 2018.

COSTA, A. A. Sobre crise ecológica, violência e capitalismo no século XXI. In: COLOQUIO INTERNACIONAL OS MIL NOMES DE GAIA: Do Antropoceno à Idade da Terra, 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2014. p. 1-14. Disponível em: <https://osmilnomesdegaia.eco.br/wp-content/uploads/2014/11/alexandre-costa.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

CRUZ, S. H. R. **Turismo, fronteira e desenvolvimento na Pan-Amazônia**: trajetórias entre o Brasil e a Guiana Francesa. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

DALY, V. T. **The making of Guyana**. London: Macmillan, 1974.

FREITAS, T. P. Impactos culturais do turismo: contradições e paradoxos: estudo de caso com os índios pataxó de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia-BA. **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**, n. 1, v. 3, 2009, p. 117-140.

FURLAN, S. A. Unidade de conservação insular: considerações sobre a dinâmica insular, planos de manejo e turismo ambiental. *In*: LEMOS, A. I. G. de (Org.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 114-137.

GADGIL, Madhav *et al.* People's biodiversity register: a record of India's wealth. *In*: VIEIRA, Paulo Freire (Org.). **Conservação da diversidade biológica e cultural em zonas costeiras: enfoques e experiências na América Latina e no Caribe**. Florianópolis: APED, 2003. p. 47-73.

GALLOIS, D. T. Terra ocupadas? Territórios? Territorialidades? *In*: RICARDO, F. (Org.). **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: O desafio das sobreposições territoriais**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 37-41.

GRIMSON, A. Los procesos de fronteirización: flujos, redes y historicidad. *In*: GARCIA, C. I. (Org.). **Fronteras: territorios y metáforas**. Medelin: Hombre Nuevo Editores, 2003. p. 15-45.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C. Crise ambiental, política climática e o turismo: algumas reflexões. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 44, jun. 2017, p. 95-112. Disponível em: https://www.rbciamb.com.br/Publicacoes_RBCCIAMB/article/view/111. Acesso em: 15 set. 2024.

GRÜNEWALD, R. de A. Turismo e etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 20, v. 9, p. 141-159, out. 2003.

LEAL, R. E. da S. O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, n. 3, v. 7, p. 17-25, 2007. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/204>. Acesso em: 17 abr. 2012.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

MAGNOLI, D. Horogênese das fronteiras amazônicas. *In*: ALVES, Cláudia Lima Esteves (Org.). **Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças**. Boa Vista: UFRR, 1998. p. 5-26.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

McGRATH, D. G. Biosfera ou biodiversidade: uma avaliação crítica do paradigma da biodiversidade. *In*: XIMENES, T. (Org.). **Perspectiva do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia** 21. Belém: NAEA/UFPA, 1997. p. 33-69.

NTE, N. D.; OLUKA, N. L.; FEATHERSTONE, C. R. Small States, statescraft and the challenges of national security: The case of Guyana. *Insights into Regional Development*, n. 1, v. 4, 89-104, mar. 2022. Disponível em: [The Concept of Infamy In Roman Law \(jssidoi.org\)](https://www.jssidoi.org). Acessado em: out. 2024.

PÉNÉ-ANNETTE, A. Fronteira interna e fronteira pioneira: o caso da Guayana (Guiana da Venezuela). **Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia**, abr. 2023. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/51279>. Acesso em: 03 set. 2024.

PEREIRA, J. C. O desafio da crise ecológica planetária para a política mundial. *Relações Internacionais*, n. 79, p. 005-010, set. 2023 Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/RI79/n79a01.pdf . Acesso em: 5 set. 2024.

PINTO, P. M. **Políticas públicas de turismo na Pan-Amazônia**: processos de gestão local em áreas protegidas na Tríplice Fronteira do Brasil, Colômbia e Peru. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

QUARESMA, H. D. de A. B. **Turismo na terra de Macunaíma**: sustentabilidade em parques nacionais da Amazônia. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

RICCO, A. S. O turismo como fenômeno social e antropológico. In: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G.; QUEIROZ, O. T. M. M. (Org.). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p. 167-180.

SILVA, G. C. B. A. da. **Turismo em terras indígenas**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, 2015.

SILVA, J. G. C. da. **Oiapoque**: uma parábola na floresta – estado, integração e conflitos no extremo norte da Amazônia brasileira. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, p. 118-139, novembro 2018. [DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v48i0>].

SIMONIAN, L. T. L. Saberes locais e biodiversidade. In: SEMINÁRIO SABER LOCAL/INTERESSE GLOBAL: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia, 2005, Belém. **Anais [...]**. Belém: CESUPA, MPEG, 2005. p. 59-93.

SORICE, G. **Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Espaço do Conhecimento da Universidade Federal de Minas Gerais. 2024. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 30 out. 2024.

TADDEI, R.; OLIVEIRA, J. C. de; SCARAMUZZI, I. Povos indígenas, populações tradicionais e mudanças climáticas. *In*: GRANDISOLI, E. *et al.* (Org.). **Novos temas em emergência climática**: para os ensinos fundamental e médio. São Paulo: IEE-USP, 2021. p . 59-64. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/711>. Acesso em: 20 set. 2024.

TURA, L. O sentido da Pan-Amazônia [entrevista]. **Fase** [on-line], dez. 2010. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/o-sentido-da-pan-amazonia/>.

5

Os povos indígenas do Baixo Oiapoque e a relação com o Platô das Guianas

*Tadeu Lopes Machado
Ana Manoela Primo dos Santos Soares*

1 INTRODUÇÃO

O território que atualmente compreende o município de Oiapoque, localizado no extremo norte do Brasil, estado do Amapá, é profundamente caracterizado pela intensa movimentação de pessoas, por ser uma área de fronteira (Mapa 1). Desde o período colonial e conforme Cardoso (2008, p. 13), essa região sempre foi palco de disputas entre nações, e local onde se refugiaram diversos povos indígenas, “[...] mocambeiros, brancos pobres, garimpeiros, ex-presidiários, crioulos da Guiana Francesa, Inglesa, Holandesa e das Antilhas”.

De acordo com Francinete Cardoso (2008), a configuração política da região é marcada pela diversidade de povos, o que a torna uma sociedade extremamente plural, historicamente composta por pessoas em busca de liberdade. É a partir dessa perspectiva que a região de Oiapoque é entendida e percebida até o início das primeiras décadas do século XX.

Após anos de litígio entre Brasil e França, o território entre o rio Oiapoque e o rio Araguari passa a ser reconhecido como pertencente ao

território brasileiro em 1900. O reconhecimento fez o governo brasileiro tomar algumas decisões para tentar proteger essa faixa de fronteira da interferência francesa. Uma dessas decisões foi a busca incessante pelo abasileiramento dos grupos de pessoas que já viviam na região, principalmente os povos indígenas Karipuna, Galibi-Marorno e Palikur.

Mapa 1: Localização das Terras Indígenas de Oiapoque



Fonte: Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé, 2020).

O governo brasileiro tratou de intervir na região, portanto, para aprofundar as características nacionais à população local, buscando impor limites à circulação e permanência de pessoas de outras nações. Além de proibir a transposição de produtos e mercadorias de um lado a outro do rio Oiapoque. Por esse motivo, no início do século XX, logo após a resolução do litígio fronteiriço entre Brasil e França, o governo brasileiro resolveu aplicar algumas políticas de povoamento para o local.

Desse modo, também construiu algumas políticas de assimilação para os povos indígenas que há muito tempo já habitavam o Oiapoque e suas redondezas. Como se depreende de Arnaud (1969), os indígenas também eram mais próximos e “amigos” dos franceses, o que favorecia a entrada de estrangeiros no território brasileiro para negociar farinha de mandioca, peixe boi, jacaré e outros produtos da fauna e flora local.

Portanto, a estratégia era assimilar as populações indígenas locais para nacionalizá-las principalmente por meio da educação, do ensino da língua

portuguesa e deveres pátrios, e depois utilizar os próprios indígenas como “guardas da fronteira” (LÓPEZ-GARCÉS, 2012). De acordo com a historiografia da região, os indígenas foram reprovados na função de guardas da fronteira, pois não cumpriram efetivamente a agenda do governo brasileiro. Eles desobedeciam às ordens dos chefes de postos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), assim que tinham a possibilidade de fazê-lo.

Portanto, as transações comerciais e os contatos intensos com o outro lado da fronteira continuaram se desenvolvendo com frequência, mesmo com as restrições impostas e as duras consequências que o não cumprimento representava (MACHADO, 2017). Isso quer dizer que a incisiva implementação dos Postos Indígenas na região, executada pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) não significaram a somada à todas as suas regulamentações e restrições, não significou o fim dos contatos dos povos indígenas com o outro lado da fronteira.

Muitos indígenas, a exemplo do povo Palikur, decidiram habitar ambos os lados da fronteira. Assim, metade das famílias Palikur foi habitar o território da Guiana Francesa, enquanto a outra continuou habitando as margens do rio Urucauá, no Oiapoque. Desse modo e no entender de Capiberibe (2009), esse povo indígena manteve sua movimentação transfronteiriça e continuou desenvolvendo uma relação intensa com o lado francês, o que ainda nos dias de hoje se efetiva continuamente.

Do mesmo modo, os Galibi-Marworno e os Karipuna também mantiveram suas relações estabelecidas com a Guiana Francesa, principalmente as comerciais. Isso em decorrência do bom número de compradores de farinha de mandioca e de peixe salgado, para a alimentação dos garimpeiros do lado francês. Assim, esses indígenas também mantiveram suas relações com o outro lado da fronteira, alguns trabalhando nos garimpos locais e constituindo família com não indígenas no território da Guiana Francesa.

Já o povo Galibi Ka'lina fez o processo inverso, migraram da Guiana Francesa para o Brasil na década de 1950, mas continuavam mantendo constantemente seus contatos transfronteiriços desde sempre com os seus parentes que permaneceram na região de Maná, do lado guianês (VIDAL, 2000). Nos dias atuais, ainda conseguimos perceber essa intensa movimentação transfronteiriça dos povos indígenas pela região. Continuamente, esses povos

transpõem a fronteira para manter suas relações, sejam estas comerciais, familiares, econômicas, políticas ou sociais.

Este capítulo tem por objetivo compreender essas relações criadas e mantidas pelos indígenas do Oiapoque. Busca-se visibilizar suas motivações e manifestar que os deslocamentos advindos dessas malhas de relações são consequência de um processo histórico marcado pela abertura e mobilidade, por parte desses povos indígenas. Essas mobilidades, individuais ou coletivas, dos povos das guianas, são motivadas por diversos aspectos.

A partir de dados historiográficos sobre os povos das guianas, Barbosa (2005, p. 59), destaca que:

Os grupos que participam dessas redes mantêm-se ligados uns aos outros por diversas modalidades de relacionamento: guerras motivadas pelo rapto de mulheres e acusação de feitiçaria; rituais multicomunitários; intercasamentos; processos de fissão e fusão entre povos indígenas; por fim, intercâmbios de bens especializados, baseados em longas cadeias de intermédio, parcerias de troca pessoais e exclusivas, bem como no monopólio de produção e/ou fornecimento de certos artigos (BARBOSA, 2005, p. 59).

Portanto, há uma construção histórica de mobilidade dos povos instalados nessa região que possibilita superar a ideia de fronteira fixa e rígida. Assim, é possível compreender que essas relações são fruto de uma maneira particular de convivência dos diferentes povos que aí habitam. Aqui neste capítulo, concentraremos o olhar para a organização e posição dos, assim denominados, ‘povos indígenas de Oiapoque’, que, de acordo com a literatura atual da região, agrupa os Palikur, os Galibi-Marworno, os Karipuna e os Galibi Ka’lina.

Ao longo do texto, percebe-se que esses quatro povos indígenas mantêm uma intensa movimentação de um lado e outro da fronteira, desobedecendo em algumas circunstâncias as leis nacionais, tanto da França quanto do Brasil. E note-se que para a construção deste capítulo, fez-se uma revisão bibliográfica sobre a região, consumada por meio da historiografia e etnografia. As pesquisas de campo realizadas ao longo das pesquisas acadêmicas do mestrado e doutorado em antropologia dos autores também auxiliaram na escrita.

2 POVOS INDÍGENAS E FRONTEIRAS CULTURAIS

As fronteiras culturais que foram criadas pelos povos indígenas do Oiapoque, com o intuito de delimitar suas características endógenas, devem ser entendidas como fluidas e permeáveis. Com isso se compreende que essa característica das fronteiras dos povos indígenas do Oiapoque se reveste como um local não de disputa, de separação e de resistência, mas como um local de diálogo e de conjunção de interesses (GALLOIS, 2005). Assim sendo, é necessário pensar que esses povos sempre estiveram abertos à construção de relações interétnica, por todos os benefícios que as relações com os demais povos permitem para a sobrevivência do grupo local.

É de se considerar também necessário enfatizar, assim como o fez Gallois (2005, p. 11), que as relações construídas pelos povos indígenas com outros povos locais não estavam interessadas somente em estabelecer uma relação comercial com fins econômicos. Essas relações se organizam para além das teorias economicistas, que reduzem as relações simplesmente à teoria da dependência, da escassez.

Os relatos históricos que temos acesso sobre esses indígenas sempre apontam que todos eles eram grandes produtores de farinha de mandioca. Nos termos de Arnaud (1969), além de ter grande abundância de variados peixes, jacarés e quelônios, não necessitando especificamente das relações com os outros para manter sua subsistência.

Portanto, teorias como as de Rivière (1984) passam a ser superadas. O autor apontava a inclinação dos povos indígenas das Guianas para um fechamento em suas próprias sociedades, sem abertura para o relacionamento com o outro. Em sentido oposto, estudos contemporâneos apontam a abertura e inclinação desses indígenas e demais grupos que habitam a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa para uma intensa relação.

Denise Grupione (2005, p.32) fala da construção do “[...] paradoxo guianense [...]”, que é exatamente a interpretação paradoxal sobre a situação dos povos indígenas das Guianas, a respeito de haver ou não relação entre esses povos. Para Grupione (2005, p. 32), existe “ toda uma literatura histórico-etnológica sobre a região, rica na descrição de intensas redes de intercassamento,

migração, comércio e guerra, que contraria aquela paisagem [...]” descrita por Rivière.

Ao estudar as redes de intercâmbio na região das guianas, Gabriel Barbosa (2005, p. 61) descreve que essas redes já existiam antes da chegada dos europeus na região. E que esses relacionamentos se apresentavam de várias formas. De acordo com Barbosa (2005, p. 62), os produtos manufaturados introduzidos nessas redes pela chegada dos europeus, só reforçaram e alimentaram ainda mais a rede de relações já bem estruturada na região.

A partir da regulamentação legal da fronteira Brasil/Guiana Francesa, delimitada pelo marco natural do rio Oiapoque, em 1900, as relações até então estabelecidas entre os indígenas da região com os povos indígenas ou não que habitavam o território guianês modificou. A delimitação da fronteira trouxe novas configurações sociais, econômicas, comerciais para a fronteira (MACHADO, 2017). Assim, por força das obrigações legais impostas pelos governos do Brasil e França, os povos que habitavam a faixa fronteira passaram a ter que reconfigurar suas aproximações, em virtude da forte vigilância.

Um dos empreendimentos para controlar as relações dos indígenas com os franceses foi a criação de Postos Indígenas do SPI. A proibição das relações não se sustentou, uma vez que os indígenas continuavam suas viagens na clandestinidade. A criação da fronteira forçou também o governo francês a controlar com maior rigor seu território. Contudo, com o avanço da exploração do ouro em território guianês e, ainda, com o início da construção da base aérea de Kourou na década de 1960, o processo de migração se intensificou.

Muitos trabalhadores do Brasil, principalmente das regiões do nordeste e norte, migraram para a Guiana Francesa, a fim de ocuparem postos de trabalho nesses locais (MACHADO, SILVA E SIMONIAN, 2017). Com a possibilidade de viverem de acordo com um padrão europeu, com sistemas de serviços de saúde, educação, emprego e moradia de melhor qualidade que no Brasil, os brasileiros insistem ainda hoje em transpor a fronteira para garantir melhores condições de vida para si e suas famílias.

3 PALIKUR, GALIBI-MARWORNO, GALIBI KA'LINA E KARIPUNA: OS INDÍGENAS DO OIAPOQUE E SUAS MOVIMENTAÇÕES

Os indígenas do Oiapoque não estão alheios à intensa movimentação que ocorre nessa região. Por conta da política de atração de indígenas implementada pelo governo francês ainda no início do século XX, os Palikur passaram a habitar também o território guianês. Isso se dá logo após a promulgação final do acordo fronteiro entre Brasil e Guiana Francesa, como alternativa para suplantiar o déficit populacional local.

Então, os Palikur, que historicamente eram considerados mais próximos do governo da Guiana Francesa, passaram a viver em *villages* construídas especificamente para acolher esses indígenas, localizadas nas proximidades das cidades guianenses (MACHADO, 2017). Recentemente, fez-se o levantamento do quantitativo dessas *villages*/aldeias Palikur do lado guianês: Esperance 1; Esperance 2; Savan 1; Savan 2; Pativiye; Gabaret; Ineri; Ov; Makoya; Lakaye; Philogène; Kamuyuneh; Yapara; Ilet Malovin. Os Palikur são os únicos indígenas do lado brasileiro que tem *villages*, nas quais moram seus parentes na Guiana Francesa.

Entretanto, é importante mencionar que essas aldeias na Guiana Francesa não têm a mesma configuração das aldeias no Brasil, uma vez que a legislação francesa não destina terras para a posse de povos indígenas. Com a ida de parte das famílias Palikur para o lado francês, o trânsito desses indígenas permaneceu consolidado e intenso, considerando que a metade de seus familiares estava habitando o território franco guianês.

O trânsito contínuo e ininterrupto dos Palikur do Brasil para as *villages* guianenses é uma característica comum. Quando algum Palikur está de férias escolares, o local mais adequado para passear não é Oiapoque, e sim a Guiana Francesa. Mas além de férias, os Palikur também transpõem a fronteira para conseguir algum trabalho informal, suficiente para arrecadar algum valor que possa voltar para o Brasil com alguma compra.

Também vão para a Guiana com o intuito de participar das celebrações das igrejas, das festas evangélicas que costumam fazer ou, ainda, vão para alguma competição esportiva, quando convidados. Esses encontros não se dão

somente com a ida dos indígenas para a Guiana, mas também com a vinda dos que moram no território francês para o Brasil.

A partir dessas idas e vindas, há possibilidade de ocorrerem namoros, estabelecimentos de outros tipos de alianças, casamentos entre os parentes distantes. Portanto, os encontros são também subterfúgios para dar início a futuras uniões matrimoniais, o que faz perpetuar ainda mais as relações dos Palikur com os dois lados da fronteira. A comercialização da farinha de mandioca produzida nas terras indígenas é um dos aspectos que motiva fortemente a circulação de indígenas Palikur, na região.

O volume de farinha produzida no período invernososo é muito grande e abastece todo o comércio local. Nesse período, os Palikur fazem várias viagens para Oiapoque para vender sua farinha. A ter-se em vista a forte fiscalização da fronteira, a venda é feita prioritariamente no lado brasileiro, na cidade de Oiapoque. Entretanto, quando conseguem alguma brecha na fiscalização, também levam farinha para o lado francês, para comercializar na cidade de Saint George.

Depois que finalizam toda a venda de seus produtos, os Palikur passam alguns dias em alguma *village*, onde têm familiares, para se abrigar, à espera do retorno do barco para suas aldeias no rio Urucauá. Os Galibi-Marworno – povo indígena que habita diversos pontos das Terras Indígenas Uaçá e Juminá – são também grandes produtores de farinha de mandioca, assim como os Palikur. Além da farinha de mandioca, esses indígenas costumam negociar diversos produtos de suas roças, tais como banana, abacaxi, batata doce etc.

No período áureo da exploração de ouro em terras guianenses e da construção da base aérea de Kouru, esses indígenas, assim como os Palikur, se destacaram em transações comerciais para vender farinha, peixe e jacaré salgado capturados ao longo do rio Uaçá. Além das idas e vindas para a negociação, alguns Galibi-Marworno também constituíram família em território guianês e se instalaram definitivamente por lá. Isso implicou em visitas recorrentes desses indígenas ao Brasil para rever seus parentes.

A produção da farinha de mandioca dos Galibi-Marworno é negociada tanto em Oiapoque quanto em *Saint George*. Ou seja, esses indígenas conhecem os limites de suas negociações e, mesmo assim, efetivam

transações comerciais de farinha de mandioca e de outros produtos no porto de *Saint George*. Algumas vezes as autoridades francesas apreenderam a farinha, juntamente com o barco e expulsaram esses indígenas de seu território (MACHADO, 2017). Nada disso impediu que o Galibi-Marworno continuassem suas transações com os guianenses.

Na década de 1950, um grupo de indígenas que morava no rio Maná, Guiana Francesa, resolveu mudar seu local de moradia para as margens do rio Oiapoque, próximo à *Saint George*, território brasileiro. Esse grupo de duas famílias extensas, composto por pouco mais de 50 pessoas e liderado por Geraldo Lod, fez uma longa viagem pelo mar e se instalou na localidade, que logo depois foi nomeada de Aldeia São José.

O grupo construiu suas casas no local que escolheu morar no Brasil, cultivaram suas roças e se instalaram de acordo com sua tradição. Por conta da proximidade com a cidade de Oiapoque, segundo Vidal (2000) muitos indígenas deixaram a aldeia São José e foram morar nessa cidade, bem como em outras cidades do Brasil.

A relação dos Ka'lina que habitam no Brasil com a Guiana Francesa ainda hoje é intensa. Eles voltam continuamente para o antigo local onde moravam, a fim de participar de festejos tradicionais. Também fazem visitas esporádicas para rever os parentes, já que o local de referência para esses indígenas é localizado na Guiana Francesa.

Os Karipuna do Amapá são um povo indígena que habita em 23 aldeias localizadas nas Terras Indígenas Uaçá e Juminá, também no município de Oiapoque. Esse povo, assim como os demais da região de Oiapoque, se encontra no limiar da fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. Assim, mantêm conexões de proximidade geográfica, de também de intercâmbio comercial e de parentesco. Tais aspectos compõem as chamadas relações transfronteiriças, que são de cunho histórico.

Ao tratar dos Karipuna, a etnografia escrita por Tassinari (2003) cita relatos a respeito de passagens desse povo por regiões do norte do Brasil e também da Guiana Francesa.

A existência dos Karipuna na região do Uaçá, mais precisamente na Guiana Francesa, é registrada desde o século XVII, quando relatos de Mocquet (*apud* TASSINARI, 2003) e D'Avity (*apud* TASSINARI, 2003) citam os Caripou-

nes como inimigos dos Caribes que seriam os atuais Galibi-Marworno. Sendo que Lawrence Keymes (*apud* TASSINARI, 2003) em 1596 em viagem pelo estuário do Amazonas menciona os índios Yaos, que alguns estudiosos dizem ser os Karipuna. E em 1783 cartas de um religioso de nome Fauque (*apud* TASSINARI, 2003) dizem não haver índios de quaisquer etnias às margens do rio Curupi, o que se complementa com informações de Curt Nimuendaju que cita os Karipuna como um povo que se mudou para o Uaçá juntamente com os Aruá (Galibi-Marworno) por volta do final do século XVIII (SOARES, GARCÉS, *apud* TASSINARI, 2017).

Todavia, os dados mais recentes e concretos sobre a procedência dos Karipuna consideram a migração de refugiados cabanos, entre outros paraenses, ocorrida no século XIX. Dessa migração, como posto por Tassinari (2003), advém a família Fortes e Santos, dois dos principais subgrupos Karipuna do Amapá existentes até então.

Assim, os Karipuna do Amapá seriam um povo provavelmente oriundo da região das Guianas, que passou por outros territórios do norte do Brasil e, posteriormente, se estabeleceu no norte do Amapá, incorporando paraenses, durante o século XIX (SOARES, GARCÉS, 2017). Incorporação esta que parece ter mudado drasticamente o modo de organização parental dos Karipuna.

Pelas citações de Soares e Garcés (2017), baseadas em pesquisas de Tassinari (2003), é possível observar a interação deste povo com o ambiente geográfico que hoje corresponde à área da Guiana Francesa e do mesmo modo com os outros habitantes deste mesmo território. Como se depreende de Vidal (2007), até o período anterior à atuação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) na área do Oiapoque, os indígenas que habitavam este local poderiam passar sem grandes implicações do território que hoje corresponde ao Brasil para o território que atualmente corresponde à Guiana Francesa.

Ressaltasse que esta vigilância foi se solidificando aos poucos, primeiramente com o Laudo Suíço (1900), depois com a entrada do SPI na região do Oiapoque, até chegar na atual configuração. Como se depreende de Tassinari (2003), o ápice desse processo ocorre em 1991, quando a Guiana Francesa proíbe em definitivo a imigração para seu interior.

Como posto por Vidal (2007), os Karipuna se estabeleceram às margens do rio Curupi, local onde residem até hoje, em um período um pouco anterior ao ano de 1900. Dados de Tassinari (2003) dão conta de que eles já estavam na região que corresponde ao município de Oiapoque desde metade

do século XVIII. Todavia, a área que corresponde a esta Terra Indígena (TI), à época da ocupação dos indígenas Karipuna, estava sob contestação do governo francês. Assim, após a validação do Laudo Suíço (1900) e do reconhecimento do território como propriedade brasileira, a região de Oiapoque passou a pertencer ao Brasil.

Atualmente, as fronteiras entre Brasil e Guiana Francesa se apresentam delimitadas e vigiadas com o intuito de impedir a migração para o território francês. Neste ponto, importa destacar que o fluxo migratório indígena perpassa por relações sociais e de identidade com grupos e parentes do lado guianês. Isto influencia sobremaneira o trânsito desses indígenas na fronteira.

Mesmo sendo alvo de uma educação fortemente nacionalista, desde o período do SPI, os Karipuna mantêm suas influências demarcadas pelo contato constante com os demais povos indígenas, bem como com a cidade de Oiapoque, Macapá e Guiana Francesa. É comum existirem parentes Karipuna que resolveram fixar moradia em cidades da Guiana. Essa relação é reforçada, principalmente, pelo histórico de convivência desses indígenas com o ambiente. Adiante, tem-se uma fotografia da vista do rio Oiapoque, a partir da cidade de Oiapoque. Do outro lado do rio, vê-se o território da Guiana Francesa.

Fotografia 1: Vista do rio Oiapoque, a partir da cidade de Oiapoque, estado do Amapá. Do outro lado do rio, está o Departamento Ultramarino Francês, Território da Guiana Francesa



Fonte: Ana Manoela Primo dos Santos Soares, 2017.

Portanto, desde o período em que ainda eram conhecidos como Caripounes e/ou Yaos, os Karipuna se deslocavam conforme suas necessidades pelo platô das Guianas. Este grupo é anterior à delimitação do Brasil ou da Guiana Francesa, tal como esses países o são nos dias atuais. Portanto, os Karipuna continuam a se deslocar conforme estas necessidades se fazem presentes. Entretanto, é importante que esta diligência no deslocar seja observada sobre o viés de um modo de contestação política da identidade Karipuna, não restrita a identidades nacionais e a fronteiras internacionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As legislações francesas endureceram a entrada de estrangeiros na Guiana Francesa, a partir de 1991. Antes dessa intensa fiscalização de fronteira, era de costume os povos indígenas de Oiapoque se deslocarem sem qualquer preocupação entre o Brasil e a Guiana Francesa. Esses deslocamentos eram mantidos em função da necessidade de comercialização, sobretudo da farinha de mandioca, principal produto excedente das roças indígenas do Oiapoque.

Com um comércio mais vantajoso em função do câmbio do euro, os povos indígenas de Oiapoque se dirigem para a Guiana Francesa, em busca de mais lucro para suas relações comerciais. Lá, também fazem compras de produtos para uso pessoal e para revenda no lado brasileiro. Alguns produtos de origem europeia são considerados de melhor qualidade pelos indígenas, tais como facão, lanternas e artigos para pescaria.

Nesse fluxo de interações de cunho comercial e econômico, eles criam e solidificam novas relações sociais, assim como fortalecem as já estavam estabelecidas historicamente. Destaque-se também que essas relações muito contribuíam para a sociabilidade e readequações de novos arranjos de parentesco. Portanto, não é novidade que há casamentos de indígenas com cidadãos/ãs guianenses, o que implica entender que essas relações também colaboram para redefinir a paisagem social indígena local.

Os Karipunas se consideram, por exemplo, um povo misturado (TASSINARI, 2003) e se auto definem deste modo, por manterem constantes relações de intercasamentos com outros povos indígenas dessa área imensa, assim como com não-indígenas que nela habitam. Os descendentes destas

relações exogâmicas também são considerados indígenas Karipuna do Amapá, desde que os mesmos se auto identifiquem como tais e mantenham contato, bem como partilhem da cultura Karipuna.

A ocorrência de intercassamentos entre indígenas de Oiapoque e não-indígenas é algo que se tem notícia desde o “tempo dos antigos” (tempo que, segundo análises de Tassinari (2003), vai de 1870 até 1920 para os Karipuna). Todavia, essas uniões endogâmicas ou exogâmicas deveriam, de alguma maneira, teriam de trazer algum tipo de contribuição para dentro da família ou da comunidade indígena.

Ao observar-se ainda o caso do povo Karipuna, os intercassamentos com pessoas oriundas da Guiana Francesa muitas vezes ocorriam por incentivos de familiares. Entende-se que o incentivo para uma moça se casar com algum habitante da Guiana Francesa se dava pela possibilidade daquela pessoa em adquirir uma casa em território francês.

Assim, ela poderia receber os parentes, quando estes fossem realizar alguma comercialização na Guiana Francesa. Por sua vez, isso possibilitaria um tempo maior para compras, vendas ou para passar férias. Hoje, a rigidez protocolar para acessar o território da Guiana Francesa torna esses casos menos evidentes, fazendo com que os indígenas busquem seus parceiros, e se casem com não-indígenas brasileiros.

Há de destacar-se que a comercialização de produtos indígenas em solo francês se reduz à região da pequena cidade de *Saint George*. Logo, a movimentação maior de pessoas ocorre mesmo pelas relações de parentesco. Até 1991, os indígenas conseguiam chegar até *Saint George* e estendiam as relações que já praticavam no Brasil. Entretanto, o acesso à capital da Guiana Francesa, Caiena, era totalmente negado. Por isso, não é tão intensa a relação entre os povos indígenas de Oiapoque a cidade de Caiena.

Em *Saint George*, não era necessário nenhum documento ou passaporte. Já nas demais cidades sempre se exigia visto ou outro documento similar. Hoje, o governo francês estabeleceu um acordo com o governo brasileiro para expedir uma carteira de trânsito livre para todos os brasileiros que vivem em Oiapoque e queiram visitar *Saint Geroge*. Esse documento é válido somente para a cidade da fronteira. O documento é exigido mesmo para os indígenas

que têm parentes no lado francês. Portanto, as proibições de se entrar na Guiana Francesa recaem sobre todos os cidadãos brasileiros, indígenas ou não.

Tais proibições são prejudiciais para todos os povos indígenas da região, uma vez que suas relações históricas de trânsito e parentesco são cercadas por forças que fogem de seu controle. A questão da autonomia é de imensa importância para estes povos indígenas, e seus direitos de ir e vir são algo que, sob sua ótica, cabem a decisões de seu próprio grupo.

Os povos indígenas estão dentro da sociedade nacional (sociedade brasileira), e apesar desta influenciar os indígenas (OLIVEIRA, 2006), ambas são sociedades díspares. A hierarquização que se instala a partir da sociedade nacional não leva em conta muitas das características dos povos indígenas, a exemplo da autonomia.

Para continuar seus contatos e mobilidades, os povos indígenas de Oiapoque transitam para *Saint Georges* de modo “ilegal”, em canoas. A movimentação para a realização de compras ou visita a parentes está reduzida a algumas horas. Os indígenas não podem permanecer por um período maior, por conta do perigo de serem autuados pelo governo francês e deportados para cidades fora do estado do Amapá.

Para concluir, a trânsito de indígenas entre as fronteiras Brasil-Guiana Francesa sempre existiu. No entanto, o Departamento Ultramarino Francês considera ilegal essa circulação no território da Guiana Francesa. Mesmo que alguns desses povos possuam residências fixas de parentes dentro do território francês, como ocorre com os Palikur, os indígenas são impedidos de transpor a fronteira, caso não apresentem uma documentação própria para essas visitas.

Em vista da burocracia, não raramente pessoas indígenas se arriscam a ultrapassar a fronteira franco-brasileira sem cumprir os ritos formais. As relações estabelecidas pelos indígenas da área do Oiapoque (Guiana brasileira) com as demais Guiana estão bastante estruturadas. A partir da constatação dessas relações, pode-se entender que as aproximações provocadas pelos próprios indígenas são fruto de uma histórica e reiterada vontade de estar em contato com os demais povos daquele local.

Neste sentido, a perspectiva é a de estabelecer alianças e isso para concretizar outros tipos de aproximações. Assim, ao longo do tempo e do espaço, esses povos construíram modos diversos de estarem juntos uns dos outros, fortalecendo seus laços e construindo canais de comunicação entre si.

REFERÊNCIAS

- ARNAUD, E. Os índios da região do Uaçá (Oiapoque) e a proteção oficial brasileira. In: ARNAUD, E. **O índio e a expansão nacional**. Belém: CEJUP, 1989. p. 87-128. Publicado originalmente no Boletim do MPEG, Antropologia, Belém, n.s., n. 40, jul. 1969.
- BARBOSA, G. C. Das trocas de bens. In: GALLOIS, D. T. (Org.). **Rede de relações nas Guianas**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2005. p. 59-112.
- GALLOIS, D. T. Introdução: Percursos de uma pesquisa temática. In: GALLOIS, D. T. (Org.). **Rede de relações nas Guianas**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2005. p. 7-22.
- GRUPIONI, D. F. Tempo e Espaço na Guiana Indígena. In: GALLOIS, D. T. (Org.). **Rede de relações nas Guianas**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2005. p. 23-58.
- KARIPUNA DO AMAPÁ**. Instituto Sócio Ambiental. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/karipuna-do-amapa>. Acesso em 13 de nov. 2017.
- LÓPEZ-GARCÉS, C. L. Los indígenas en la frontera Brasil-Guyana Francesa. Uma visión histórica: 1900-1950. In: **Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia**. Carlos G. Zárate B. (Ed.), Letícia/Amazonas/Colômbia, 2012. p. 68-97.
- MACHADO, T. L. **Na cidade vendo a farinha e de lá trago mercadoria e dinheiro a aldeia: Redes de sociabilidades e intercâmbio de bens dos indígenas Palikur na cidade de Oiapoque/AP**. Dissertação de mestrado: Universidade Federal do Pará/IFCH-PPGSA: 2017.
- MACHADO, T. L.; SILVA, A. C. S.; SIMONIAN, L. T. L. “Nacionalizar e proteger”: a atuação do Brasil entre os indígenas da fronteira franco-brasileira. In: MER-CÊS, S. do S. S. das; GONÇALVES, M. V. (Org.), **Natureza, sociedade e economia política na Amazônia contemporânea**. Belém: NAEA, 2017. p. 23-43.
- OLIVEIRA, R. C. de. **O trabalho do antropólogo**. 3. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- SOARES, A. M. P. dos S. LÓPEZ-GARCÉS, C. L. Relatório final de projeto PIBIC: **Mulheres Karipunas do Amapá: Construção cultural e suas transformações**. Museu Paraense Emílio Goeldi. 2017.
- TASSINARI, A. M. I. **No bom da festa: O processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- VIDAL, L. **Galibi do Oiapoque: História do contato e aspectos contemporâneos**. Disponível no site: www.isa.org. ISA: 2000.
- VIDAL, L. **A Cobra Grande: uma introdução à cosmologia dos Povos Indígenas do Uaçá e Baixo Oiapoque – Amapá**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2007.

6

Biodiversidade e pesca artesanal na fronteira franco-brasileira: conflitos e desafios

*Ana Cristina Rocha Silva
Ligia Terezinha Lopes Simonian*

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal vigente impõe (BRASIL, 1988), por meio do artigo 225 e de modo genérico, ao poder público e à coletividade, o dever de preservar o meio ambiente, uma vez que ele é um direito de todos. Isso não limitando-se a estabelecer o meio ambiente como um direito difuso, o artigo 225 outorgou (§1º, inciso III) ao poder público o dever de definir espaços territoriais a serem especialmente protegidos. Conseqüentemente, a partir dessa atribuição, surgem as áreas protegidas (AP).

No Amapá, extremo norte do Brasil, as AP abrangem aproximadamente 72% do território (SILVA, 2015), número que tem evidenciado este estado como o mais “protegido” do Brasil. Diante do percentual elevado de AP, um questionamento é essencial: até que ponto a criação dessas áreas está se efetivando tendo em vista os parâmetros de proteção à biodiversidade, da sustentabilidade e dos direitos constitucionais das populações locais?

Estudos recentes indicam que, no Amapá, as políticas públicas voltadas para a sustentabilidade e conservação dos recursos naturais em AP

têm deixado a desejar. Autores como Brito (2003, 2008), Porto (2010) e Simonian *et al.* (2010) sinalizam que, no estado, a criação e gestão desses espaços manifesta processos pouco democráticos, que ignoram as demandas e os modos de vida de comunidades localizadas dentro ou no entorno das mesmas.

Ao negligenciar a cultura e as necessidades das comunidades afetadas, a criação dessas áreas “ambientalmente protegidas” gera uma série de conflitos que colocam em risco os modos de vida e a sustentabilidade dessas populações. Esse é o caso vivido pelos pescadores artesanais do município de Oiapoque, na área onde o Brasil faz fronteira com a Guiana Francesa.

Com a criação do Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO), ocorrida em agosto de 1980, as comunidades locais que viviam da pesca passaram a ter acesso limitado nas áreas pesqueiras em que atuavam tradicionalmente. A restrição imposta deu origem a um contexto complexo, no qual populações locais foram paulatinamente desterritorializadas, visualizadas como uma ameaça à manutenção da biodiversidade local e empurradas para a periferia da cidade de Oiapoque, sem qualquer tipo de indenização por suas perdas e danos materiais e imateriais.

Com a criação do PNCO, toda a costa onde os pescadores artesanais de Oiapoque atuavam foi delimitada como a extensão marinha do parque, inviabilizando o exercício dessa atividade econômica tradicional da população que já habitava o território dessa unidade de conservação (UC). Impedidos de acessar suas tradicionais áreas de pesca, os pescadores artesanais se sentem prejudicados pelo processo pouco democrático que instituiu o PNCO. No entanto, na atualidade, o principal fator de descontentamento por parte deles não é a restrição de acesso em si, uma vez que o processo de desterritorialização já está praticamente consumado.

Inclusive, na última década, alternativas vêm sendo construídas entre a Colônia de Pescadores Z-3 de Oiapoque e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), órgão gestor do parque. A causa principal de descontentamento apontada pelos pescadores é a incapacidade das instituições gestoras em impedir a entrada de embarcações de grande porte vindas de outros estados da federação, na área restrita que pertence ao PNCO. Além de adentrarem a extensão marinha da UC sem a autorização do ICMBIO,

essas embarcações capturam uma quantidade de pescado muito superior ao quantitativo suportado pelas embarcações utilizadas pelos pescadores artesanais.

Como se depreende dos relatos dos mesmos, ao longo dos anos, essa captura desenfreada vem reduzindo a quantidade e a variedade de pescado na região. Fato que torna ainda mais frágil a continuidade da prática da pesca artesanal e, a médio e longo prazo, põe em risco a sobrevivência de um dos principais fatores que justificou a criação do PNCO: a diversidade da biota regional.

Ao considerar-se a problemática destacada, este capítulo objetiva apresentar o PNCO e identificar os coletivos afetados com a institucionalização do mesmo. Indo além, o texto descreve os impactos da criação do PNCO na pesca artesanal praticada no município de Oiapoque-AP. A partir dessa descrição, são discutidos os conflitos e apresentadas as estratégias construídas entre os gestores do PNCO e os pescadores para a minimização dos problemas enfrentados no âmbito da pesca artesanal na costa do Amapá.

A metodologia utilizada constou em pesquisa bibliográfica e pesquisas de campo realizadas entre 2016 e 2018. A partir da aplicação de questionários semiestruturados, foram entrevistados pescadores artesanais que atuam na região desde o período anterior à criação do PNCO. Entrevistou-se, ainda, o presidente da Colônia Z-3 de Oiapoque, entidade que atua junto ao ICMBIO e demais instituições gestoras para tratar das demandas dos pescadores locais, além da então Secretária de Pesca do Município de Oiapoque.

Adiante, o texto está organizado em quatro seções. A primeira delas apresenta o PNCO, identifica os coletivos humanos afetados pela criação do parque e discorre sobre os modos em que a UC foi criada. A segunda seção destaca os impactos da criação do PNCO na pesca artesanal de Oiapoque. Em seguida, a terceira seção discute as estratégias que vêm sendo construídas entre as instituições gestoras e a entidade representativa dos pescadores para a minimização dos conflitos existentes. Nas considerações finais, a quarta e última seção apresenta uma análise dos conflitos e os desafios para o futuro.

2 O PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE

Instituído em 15 de julho de 1980, por meio do Decreto nº 84.913, o Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO) foi a primeira unidade de conservação federal criada no Amapá. Juntamente com os parques nacionais Montanhas do Tumucumaque (AP), Monte Roraima (RR), Pico da Neblina (AM) e Serra do Divisor (AC), o Cabo Orange compõe o conjunto de Parques Nacionais fronteiriços da Amazônia brasileira. Ele está situado no extremo norte do Amapá, na foz do rio Oiapoque, território em que o Brasil faz fronteira com a Guiana Francesa.

Por séculos, as populações dessa área estiveram envolvidas em conflitos territoriais com portugueses, franceses, ingleses e holandeses. Motivados, sobretudo, pelo desejo de exploração dos recursos naturais do território, tais conflitos conforme Andrade (2007), Ferreira e Simonian (2013), Gomes (2007), Lópes Garcês (2012) e Nunes Filho (2010) desdobraram-se em movimentos de desterritorialização, reterritorialização e reorganização étnica e social dos coletivos humanos da região em tela.

Desse modo, não há como negar que grupos indígenas e populações tradicionais vivem, desde o período colonial, processos de disputas territoriais que envolvem o direito de usufruto da biodiversidade e dos demais recursos ambientais da área. Aliás, o próprio nome – Cabo Orange – é elemento que denota o caráter internacional de interesses por esse território. A denominação é uma homenagem de um holandês à realeza de seu país, local em que a cor laranja é um símbolo nacional.

O espaço no qual se situa o PNCO integra o complexo de manguezais do Brasil e se destaca por ser uma das maiores áreas contínuas de mangue em todo o mundo. De acordo com Alves (2001), esse tipo de ecossistema resulta do encontro das águas doce e salgada, junção que forma uma água salobra exclusiva de regiões costeiras, tais como o extremo norte do Amapá.

Segundo a bibliografia especializada (FURTADO; SILVEIRA; SANTANA, 2012), uma das características marcantes do mangue é a transição entre os ambientes costeiro e marinho. Tal perfil faz com que essa modalidade de bioma viva sob o efeito das marés e possua flora e fauna singulares, bem como um relevo peculiar formado por lagos, rios e desembocaduras entremeados por

águas doce e salgada. Em virtude da sua relevância para o ambiente marinho, no Brasil, o ecossistema em tela é protegido por legislação federal.

Como evidencia o Plano de Manejo (2010), na área do PNCO, o mangue é essencial para a reprodução de filhotes de animais diversos, para a rota migratória de aves, pescados e, ainda, para a cadeia alimentar de peixes. Desse modo, por situar-se dentro dos limites do parque, a foz do rio Cassiporé atua como uma espécie de berçário, pois é local de desova e criação de juvenis de uma variedade enorme de espécies de pescados. Portanto, a importância ambiental da região foi uma das justificativas principais para a transformação da área em UC.

Ao considerar-se todo esse potencial, os principais objetivos do PNCO são como se depreende do Plano de Manejo (2010): i) preservar a faixa de manguezal do parque, uma vez que ela é um berçário biótico frágil; ii) proteger as áreas úmidas e a fauna associada à ela; iii) preservar as áreas de contato entre a floresta ombrófila e os ambientes costeiros; iv) tornar o PNCO uma referência para o turismo de base comunitária no âmbito de parques nacionais; e como se vê em Plano de Manejo (2010), v) promover atividades de educação ambiental para as comunidades existentes no entorno do PARNA.

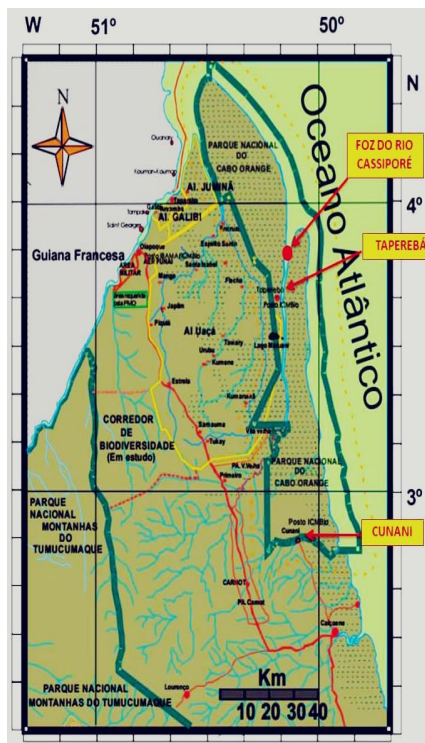
Conforme o Plano de Manejo (2010), o PNCO possui proporções gigantescas e conta com aproximadamente 619.000 hectares e um perímetro de 590 quilômetros. Tem como limites, ao norte, a fronteira com a Guiana Francesa; ao sul, a região Quilombola de Cunani; ao leste, o Oceano Atlântico; e, a oeste, o Assentamento de Vila Velha, além das Terras Indígenas (TI) Uaçá e Juminá. Sua área abarca 14,7% do município de Calçoene e 9,8% do município de Oiapoque.

Além dos limites terrestres, o PNCO possui uma faixa de 200 quilômetros de extensão que adentra o mar em 10 quilômetros (5,4 milhas náuticas). Desse modo, 100% do litoral do município de Oiapoque e 76% do litoral do município de Calçoene estão dentro da área que pertence à esta UC de proteção integral. Adiante, a Figura 1 oferta uma visão geral da delimitação territorial do parque.

Por meio dela, observa-se que são duas as comunidades situadas dentro dos limites do PNCO: a vila Taperebá (município de Oiapoque) e a vila Cunani (município de Calçoene). Na área circundante ao mesmo, também existem outras localidades afetadas indiretamente pela UC; são elas: Assentamento

Carnot (Calçoene), Assentamento 1º do Cassiporé (Oiapoque), Vila Velha do Cassiporé (Oiapoque), Aldeia Kumarumã e Aldeia Kunanã (Oiapoque).

Figura 1: Delimitação da área do PARNA do Cabo Orange



Fonte: Adaptado pelas autoras de Plano de Manejo (2010, p. 37).

No cenário nacional, as políticas ambientais das décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela lógica preservacionista. De acordo com Diegues (2001), em consonância com essa tendência, no Brasil, a criação de áreas protegidas se fundamentou em um modelo no qual a humanidade era excluída. Filho de seu tempo, o PNCO foi concebido a partir dessa mesma racionalidade, de modo que as populações residentes em seu interior (vila Taperebá e vila Cunani) foram completamente ignoradas e submetidas a um processo cruel de desterritorialização.

A vila Taperebá, situada na foz do rio Cassiporé, tem sido o coletivo mais afetado por esse processo. Vários autores (Melo; Irving; 2012; Maciel; 2015; Cañete; Cañete; Santos; 2015) sinalizam que, desde a criação oficial do PNCO, essa população tem sido alvo de forte pressão por parte do Governo

Federal para se retirar da área do parque. Os estudos de Cañete, Cañete e Santos (2015) revelam uma pressão velada por parte do IBAMA, o qual utilizou-se de estratégias que atingiram fortemente a manutenção da qualidade de vida e a dignidade humana da população local.

No dizer desses autores, passados três anos da primeira visita do IBAMA à vila (ocasião em que foi dada a notícia da criação do parque), os agentes do órgão federal retornaram e informaram à população local:

[...] que todos os benefícios disponibilizados à comunidade como, gerador de energia, abastecimento de diesel, pagamento de funcionários públicos como professores, médicos, enfermeiros, liberdade de acesso e uso dos recursos naturais seriam eliminados e proibidos (Cañete; Cañete; Santos; 2015, p. 187).

Desde então, o fim da oferta de serviços básicos de educação e saúde, bem como a proibição da caça, da pesca e da criação de animais resultou no esvaziamento progressivo da vila. Ao expor o relato de um dos moradores, Cañete, Cañete e Santos (2015, p. 188) sintetizam o dilema vivido pelo coletivo humano em tela. Eis o depoimento:

[...] a gente veio embora porque eles começaram a proibir a pesca, o IBAMA falava que era pra vir embora de lá. Aí não tinha mais escola pros meus filhos. Aí desgostou né [...] de lá. Ficou tudo difícil lá e o IBAMA falou que era pra vir embora.

De acordo com Cañete, Cañete e Santos (2015), espoliada de seu território, 60% da população da vila Taperebá migrou para a cidade de Oiapoque, sede do município no qual a vila está localizada. Segundo os autores, desde a década de 1980, quando se iniciou o processo de migração, o número de famílias residentes na vila reduziu de aproximadamente 100¹ (cem) para apenas quatro. No ano de 2019, dados levantados em campo indicam que apenas uma família permanece na vila Taperebá. Trata-se da família do senhor Jodoval Chagas Mendonça, também pescador.

O enredo da institucionalização do PNCO revela o modo desastrado com que o Estado nacional criou a primeira unidade de conservação federal do Amapá. Influenciada pela lógica preservacionista (DIEGUES, 2001) a concepção do parque negligenciou a relação cultural das populações locais

² As cem famílias somavam aproximadamente 400 indivíduos.

com o meio ambiente. Dessa maneira, somou para a deterioração de modos de vida próprios dessa região, tal como se explora no decorrer do trabalho.

3 OS IMPACTOS DA CRIAÇÃO DO PNCO NA PESCA ARTESANAL DE OIAPOQUE

Até a criação do PNCO, a população de pescadores com atuação efetiva na área delimitada pelo parque se concentrava quase que exclusivamente na vila Taperebá. Tal vila era um coletivo pesqueiro que desenvolvia suas atividades em parte do rio Cassiporé e em sua foz. Contida em um ambiente de mangue na foz do rio Cassiporé, a vila Taperebá dispõe de uma variedade rica de pescados. Trata-se de uma área com extrema riqueza ambiental que atua como desova e berçário de juvenis. Assim, espécies diversas ficam concentradas em cardumes nas águas da foz do rio Cassiporé e ao longo da área costeira.

Dentre tais espécies, destacam-se a gurijuba (*Arius luniscutis*) e a pescada amarela (*Cynoscion acoupa*). Em vista desse contexto ambiental, o pescado destacava-se como uma das fontes de proteína mais consumidas pela população local. Porém, a partir da criação do PNCO, em 1980, esta população se viu impedida de pescar para fins comerciais e, com o passar do tempo, a proibição atingiu a pesca de subsistência (CAÑETE, 2014; MACIEL, 2015). Forçados a sair da área, mais da metade dessa população de pescadores migrou paulatinamente para a cidade de Oiapoque, indo habitar na margem brasileira do rio (Fotografia 1).

Fotografia 1: Ponte do Pescador, margem do rio Oiapoque, cidade de Oiapoque



Fonte: Acervo pessoal de Ana Cristina Rocha Silva, junho de 2019.

Ao chegar na referida cidade, as famílias remanescentes da vila Taperebá concentraram-se principalmente em uma área conhecida localmente como a “Ponte do Pescador”. Conforme observa-se na Fotografia 1, trata-se de uma área periférica, composta por palafitas. Nesse local, a pesca continuou figurando como a principal atividade econômica das famílias. A modalidade de pesca que predomina neste coletivo é a artesanal.

De acordo com Netto e Mateus (2009), as modalidades de pesca variam quanto ao perfil socioeconômico e cultural dos pescadores; pelo valor monetário disponibilizado para a embarcação a ser utilizada; pela quantidade de combustível utilizado; pela quantidade de pescado a ser transportado; pelo tempo disponível para a captura; pelo total de pescadores que atuam diariamente nos rios; pela preferência por espécies e, ainda, pelo objetivo da pesca. Conforme os autores, essa diversidade de fatores provoca uma interação diferenciada entre pescador e peixe e cada equipamento utilizado possui uma eficiência e seletividade específica.

Assim, “[...] se houver diferença nos equipamentos utilizados pelas diferentes modalidades, nos conhecimentos específicos de cada pescador, no tempo dispensado para a atividade e no local da pescaria, a pressão aplicada às populações de peixes será diferenciada” (NETTO; MATEUS, 2009, p. 374). Ao ter-se em vista tais aspectos, a pesca praticada pelos pescadores de Oiapoque é do tipo artesanal. Isso se justifica pelo porte e autonomia das embarcações, pelo destino do pescado apreendido, bem como pelos equipamentos utilizados.

A pesca artesanal² se caracteriza pela mão de obra familiar, com uso de embarcações de pequeno porte, cujo pescado destina-se tanto para o consumo familiar como para o mercado. Conforme informações levantadas junto à Colônia Z-3 de Oiapoque, 90% das embarcações cadastradas na Colônia são de pequeno porte, cujo tamanho varia de seis a treze metros³. Ademais, a maioria das embarcações utilizadas pelos pescadores não utiliza maquinários, tais como máquina de puxar rede.

³ No Brasil, é possível que embarcações de até 25 toneladas se enquadrem no perfil da pesca artesanal. Contudo, a pensar-se com Isaac-Nahum (2006), para a Amazônia, esse perfil é questionável, uma vez que, na região, em geral, as embarcações utilizadas na pesca artesanal são de pequeno porte e sem o uso de equipamentos sofisticados.

⁴ De acordo com dados da Colônia Z-3 de Oiapoque, apenas uma embarcação cadastrada na colônia possui 15 metros. Ela atua fora da área do PNCO, pois está fora do padrão autorizado para a pesca no âmbito do parque.

Há de se destacar que muitas delas não possuem sonar. Algumas são muito precárias e sequer possuem rádio ou GPS. Tal como se vê nas Fotografias 2, 3, 4 e 5, são embarcações artesanais, sem autonomia para o acesso ao alto-mar, sem instrumentos de navegação sofisticados, com capacidade reduzida de captura (até duas toneladas de pescado) e cujas redes são lançadas e puxadas manualmente pelos pescadores e pescadoras. Por isso, a necessidade de atuação junto à costa, área contida dentro da extensão marinha do PNCO.

Fotografia 2 e 3: Embarcações utilizadas pelos pescadores artesanais de Oiapoque



Fonte: Acervo pessoal de Ana Cristina Rocha Silva, junho de 2019.

Fotografia 4 e 5: Pescadores e pescadoras artesanais de Oiapoque puxando a rede de pesca manualmente; pescadores e pescadoras artesanais limpando o pescado capturado



Fonte: Acervo da Colônia Z-3 de Oiapoque.

A pescada corvina (*Cynoscion virescens*) é o principal tipo de pescado capturado na pesca artesanal de Oiapoque. Além dela, destacam-se em menor escala: a uritinga (*Tachysurus Grandicassis*), o bagre (*Siluriformes*), a sarda (*Scombridae*), o acará-açu (*Astronotus ocellatus*), a pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), a tainha (*Mugilidae*), dentre outros. Em se tratando da tainha, o Termo de Compromisso nº 01/2018⁴ estabelece condições específicas para a pesca.

Atualmente, a Colônia Z-3 de Oiapoque é a entidade representativa dos pescadores artesanais locais. Até junho de 2019, essa colônia conta com 580 pescadores cadastrados. Desse total, 140 são mulheres. Conforme observado nas fotografias 4 e 5, dentre elas, 2 (duas) atuam no PNCO: são as irmãs Dacirene Teixeira Garcia e Adriana Teixeira Garcia. Segundo Maciel (2015, p. 26), criada em em 30 de setembro de 1984, a Colônia surgiu com o objetivo de “[...] agrupar e organizar os pescadores locais visando trazer melhorias para esta classe que, por meio de atividades pesqueiras artesanais, sustentam suas famílias”.

Desde a sua criação, a Colônia Z-3 de Oiapoque é presidida pelo senhor Júlio Teixeira Garcia⁵, pescador cuja família foi desterritorializada da vila Taperebá. De acordo com ele (GARCIA, 2019b, entrevista), insatisfeito com o processo de expulsão velada que forçou a migração da população tradicional que habitava a vila Taperebá, ele viu na criação da Colônia a possibilidade de construção de força organizativa para atuar em favor de compensações para o coletivo desterritorializado da área do PNCO.

Em consonância com tais intenções, ao longo dos anos, a Colônia Z-3 de Oiapoque tem se destacado por seu poder organizativo. Conforme observado em campo, diferentemente da situação de outros municípios do Amapá, em Oiapoque, há um esforço no sentido de ofertar alternativas para os pescadores, ante a burocracia do Poder Público para a prática da pesca artesanal na costa do Amapá. Desse modo, além de ofertar possibilidades para que os pescadores acessem as suas respectivas licenças de pesca, a Colônia atua no sentido de oportunizar que cadastrados tenham as habilitações exigidas pela Marinha do Brasil.

Ademais, existe, por parte da Colônia, um controle interno para o acompanhamento da quantidade de pescado apreendida por todos os pescadores

⁵ O documento oficializa o acordo de pesca assinado em 22 de março de 2018, entre o ICM-BIO, o Ministério Público Federal e a Colônia Z-3 de Oiapoque.

⁶ No período de realização deste estudo, o senhor Júlio Teixeira Garcia possuía 58 anos.

cadastrados. Essa dinâmica organizativa tem feito com que a Colônia Z-3 de Oiapoque se torne uma referência na atuação, junto das instituições públicas que lidam com a gestão do PNCO e com os conflitos inerentes à pesca artesanal no extremo norte do Amapá. Como se verá mais adiante, o Termo de Compromisso nº 01/2018 e a proposta de criação de uma RESEX Marinha atestam o esforço da referida Colônia em minimizar e/ou sanar os conflitos existentes.

Ao considerar-se a bibliografia especializada (CAÑETE, 2014; MACIEL, 2015; SILVA, 2010; SILVA *et al.*, 2016), a pesquisa de campo realizada junto aos pescadores e os acordos propostos pela Colônia Z-3 de Oiapoque ao Poder Público, entende-se que, nos dias atuais, o desafio principal dos praticantes da pesca artesanal no município não é lutar pela permanência e/ou retorno da presença humana nos limites do PNCO. Esse entendimento justifica-se pelo fato de mais de 90% do contingente populacional da vila Taperebá já ter migrado para outros lugares.

Nessa lógica, compreende-se que o desafio maior da Colônia Z-3 de Oiapoque é atuar junto aos órgãos gestores para garantir aos pescadores o acesso e usufruto dos recursos pesqueiros no âmbito do PNCO. Embora, por si só, essa garantia não seja suficiente para resolver os conflitos existentes, ela é essencial para a continuidade da prática da pesca artesanal na área em foco. E como é notório nas Fotografias 2 e 3, as embarcações utilizadas pelos pescadores artesanais locais não possuem autonomia para acessar o alto mar.

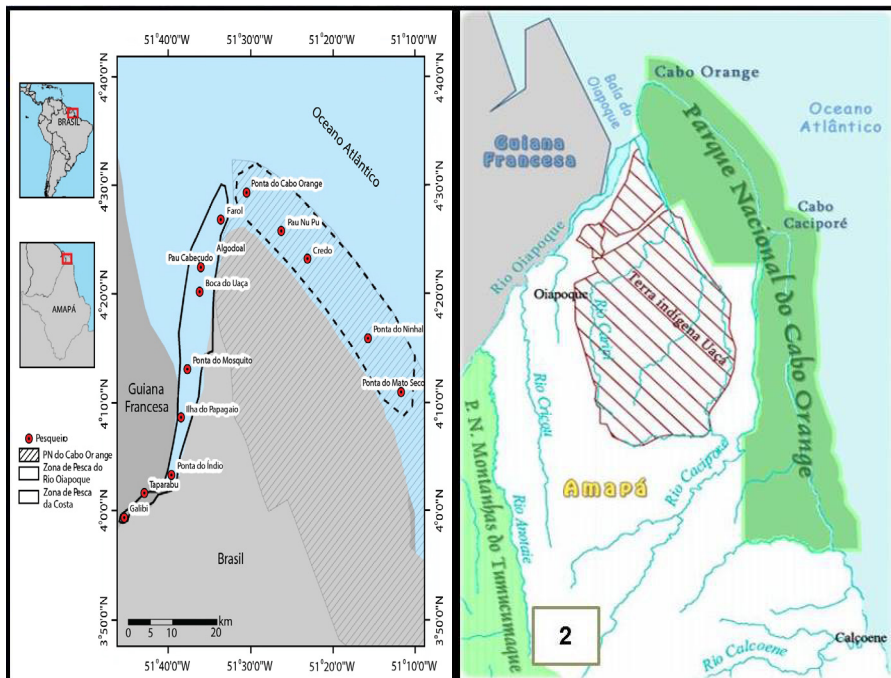
Nestes termos, elas limitam-se a explorar a costa. Conforme Silva *et al.* (2016), os pesqueiros⁶ explorados pelos pescadores artesanais de Oiapoque abrangem o rio Oiapoque (principalmente o setor estuarino), bem como toda a área costeira do PNCO, que vai da ponta do Cabo Orange até a jusante da foz do rio Cassiporé. A seguir, no lado esquerdo da Figura 2, observa-se que os pesqueiros utilizados pelos pescadores artesanais estão situados justamente ao longo da extensão marinha do PNCO, que possui uso restrito por ser uma UC de proteção integral.

Por sua vez, através do lado direito da mesma figura, fica clara a ausência de opções para esses pescadores. Isso porque do lado do PNCO, está a Terra Indígena Uaçá – que também é uma modalidade de área protegida; e

⁷ Pesqueiros são os locais em que a pesca se concentra.

mais à frente do parque, na divisa com a Guiana Francesa, se tem um território de águas internacionais.

Figura 2: 1) Pesqueiros utilizados pela frota de pesca artesanal do Oiapoque; 2) TI Uaçá e fronteira com a Guiana Francesa



Fonte: Adaptado de Silva *et al.* (2016, p. 65).

A limitação no uso da área para a atividade pesqueira vem gerando uma série de conflitos. Com base nos relatos coletados em campo, constatou-se que os principais motivos para os constantes desentendimentos são: i) a rigidez com que o ICMBIO e o IBAMA lidam com os pescadores artesanais que atuam nos limites do parque; ii) a incapacidade dessas instituições em fiscalizar o PNCO e impedir que barcos advindos de outros estados do país (especialmente do Pará) invadam os pesqueiros da área e capturem o pescado de modo exagerado e sem nenhum tipo de seletividade.

O relato de Josiel da Silva dos Santos, pescador remanescente da vila Taperebá que migrou para Oiapoque há 15 anos explicita a questão. Questionado sobre os conflitos vividos na área, ele descreve o seguinte:

[...] tem muitos conflitos com pescadores de fora porque a embarcação deles são maiores e as nossas embarcações quase todas são de pequeno porte, de 1 ou 2 toneladas e a deles é toda equipada. Eles têm máquina, tem outros barquinhos que pescam e passam pra eles o peixe [...] aí eles atrapalham a gente. Eles entram sem pedir autorização. O IBAMA e o ICMBIO ficam aqui (no Oiapoque), aí eles têm rádio grande, têm informante também eu acho porque, quando o barco do IBAMA sai daqui de Oiapoque, eles já sabem lá de fora. E como o barco deles é grande, eles só puxam a rede e saem pra pegar o mar grande. O IBAMA não vê nem rastro. E a gente, como tem embarcação de pequeno porte, não dá pra competir com eles. E fora que, quando a gente não tá com a autorização que a Colônia dá pra entrar no parque, o IBAMA prende, traz a rede e ainda multa a gente (SANTOS, 2016, entrevista).

Observa-se que, para além das dificuldades na fiscalização da extensão marinha do PNCO por parte das instituições gestoras,⁷ o relato de Josiel dos Santos revela a concorrência injusta com os barcos de pesca industrial que acessam a área de atuação dos pescadores artesanais sem a autorização necessária. A esse respeito, o entrevistado revelou informações preocupantes. São elas:

[...] ano passado (2015) teve uma pescaria de gó que esse ano a gente tá sofrendo as consequências dessa pescaria exagerada que eles fazem [...] porque o malheiro deles é pequeno. Eles usam malheiro 30 e a gente pesca com malha 70. Aí a gó é um peixezinho assim pequeno [...] aí a malha deles pega tudo os peixe miúdo. A gó é a comida da corvina, que é o peixe que a gente pesca. Eles levavam tudo a comida e o peixe não veio pra beira pra comer. Aí a gente tá com dificuldade agora de pegar a corvina, que é o peixe que a gente procura. Ano passado, deu demais gozeiro (pescador de gó). Eles venham de lá do Pará, do Maranhão [...] e levavam tudo: a gó, a bandeirada, a uritinga [...] tudo peixe pequeno que é comida de outro peixe maior. E assim como eles pegavam, eles também estragavam. A gente tentou avisar o IBAMA [...]. fizeram ainda umas duas fiscalizações, mas quando chegava lá fora, não conseguiram pegar porque eles têm barco grande e saíam pra fora. E esse ano, a gente já sentiu dificuldade porque o peixe não encostou. O peixe vem de fora pra beira e não tem comida, aí ele volta e a gente não consegue capturar. Não tem comida na beira e a gente só pode pescar na beira porque nossos barco não dá conta de ir pra fora (SANTOS, 2016, entrevista):.

A partir do depoimento do pescador constata-se, portanto, que a pesca desenfreada já constitui ameaça real à diversidade das espécies que são próprias do território em conflito. Inclusive, ao disporem de barcos mais potentes e de apetrechos sofisticados, os praticantes da pesca industrial que adentram irregularmente o PNCO não possuem qualquer limite e/ou seleção na captura do pescado.

⁸ O ICMBIO possui uma única embarcação de duas toneladas para o monitoramento de toda a costa do Parque.

Desse modo, espécies que são essenciais na cadeia alimentar da corvina (*Cynoscion virescens*), pescado mais procurado pelos pescadores artesanais, já estão escassas nas áreas de atuação dos pescadores artesanais de Oiapoque. Além de ameaçar a continuidade dessa modalidade de pesca, a problemática revela a completa vulnerabilidade em que a costa amapaense está exposta.

Ainda, a pesca desenfreada praticada por embarcações maiores e de características industriais coloca sob risco de extinção a diversidade do pescado existente na extensão marinha do PNCO. O relato de Marinaldo Teixeira Garcia evidencia a gravidade da situação:

[...] esses gozeiros paraenses, eles estão destruindo a nossa costa. Lá fora (na costa), tá pior do que um lixão de tanto peixe podre [...]. Eu queria que o IBAMA pegasse um avião e corresse de avião, porque de voadeira ou de barco não pega. Pra poderem ver e fotografar de cima o tanto de peixe podre [...]; mete pena, mete pena de ver aquele tanto de peixe miúdo morto. E vão acabar com os peixe porque esses peixe são os filhos [...]. Eles tão usando malha 30 e tão arrastando tudo, dos peixe grande aos pequenininhos [...]. Ano passado, a gente trazia da pesca 500 quilos de gó, esse ano não dá nem três quilos. E parece que a gente tá falando pro ar. Essas ações de fiscalização vêm pra cá e a gente não vê o aproveitamento delas. Só pegam o pobre coitado do pescador pequeno [...] os de fora não [...] eles tão a bangu lá na boca do Cassiporé, com três, quatro barcos e bem uns 60 machos dentro. É barco de 30 e 40 toneladas que eles têm. Assim como eles salgam, eles gelam. Uma redada só deles dá pra encher 60/70 basqueta de peixe. O que eles não querem, eles jogam fora, aí fica aquele mar de peixe podre [...] (GARCIA, 2019c, entrevista).

As limitações vividas pelos pescadores artesanais de Oiapoque e a concorrência desleal com os barcos de pesca industrial já vêm provocando, inclusive, conflitos nas terras indígenas situadas no município. Pesquisas mais recentes, tais como a de Machado (2016) apontam denúncias dos Palíkur, um dos três povos que habitam a Terra Indígena (TI) Uaçá. Segundo os indígenas, os pescadores artesanais de Oiapoque estão invadindo o território indígena para pescar e para capturar jacarés.

Isso também sinaliza o agravamento dos conflitos ambientais e sociais dessa área. Todavia, as denúncias evidenciam a necessidade urgente de medidas capazes de resolver os conflitos a que foram expostos os coletivos humanos atingidos pela criação do PNCO, dentre eles, os praticantes da pesca artesanal. Do contrário, talvez uma das consequências seja a migração desses coletivos para as grandes áreas urbanas do estado do Amapá, as quais já sofrem com um índice populacional elevado vivendo em áreas periféricas e com graves problemas ambientais e sociais.

4 A BUSCA DE SOLUÇÕES PARA OS CONFLITOS

Ao ter-se em vista a proposição de alternativas para reduzir os inúmeros conflitos, nos últimos anos, a Colônia Z-3 de Oiapoque tem construído estratégias, junto ao Poder Público, para viabilizar o acesso dos pescadores artesanais na costa do PNCO, área de atuação histórica dos mesmos. Nessa direção, no ano de 2012, um Termo de Compromisso foi assinado entre o Ministério Público Federal, o ICMBIO e a Colônia Z-3 de Oiapoque.

O Termo assinado em 2012 possuía a validade de dois anos e podia ser prorrogado pelo mesmo prazo. Com base nele, os pescadores artesanais devidamente cadastrados e autorizados pela Colônia Z-3 de Oiapoque passaram a ter direito de acesso na costa do PNCO, a partir de um sistema de rodízio.

O referido termo teve sua validade expirada no ano de 2016 e não foi mais prorrogado. Assim, em face da necessidade dos pescadores, no ano de 2018, um novo documento foi firmado entre as três instituições descritas. Trata-se do Termo de Compromisso nº 01/2018 (doravante TC nº 01/2018), o qual autoriza, na Cláusula Segunda, o acesso dos pescadores artesanais no limite norte do PNCO (próximo ao farol do Cabo Orange), até a latitude N 4°10'00", ao longo da faixa de 10 quilômetros que compõe o território marinho do PNCO. Na Figura 3, adiante, a área delimitada em amarelo corresponde à área autorizada para o acesso dos pescados artesanais⁸.

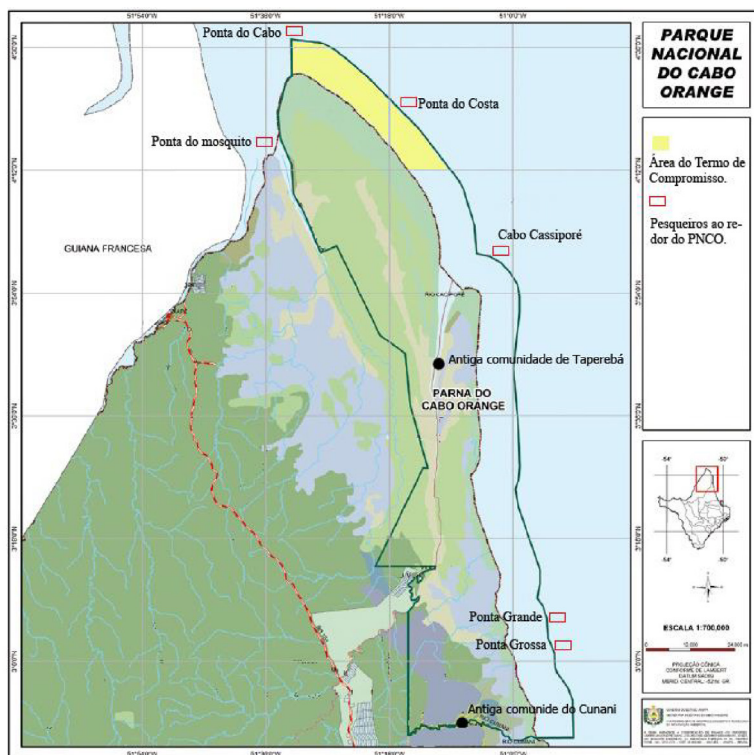
Conforme o capítulo IV do TC nº 01/2018, os barcos cadastrados na Colônia Z-3 de Oiapoque, cujos proprietários tenham assinado o Termo de Adesão do então TC, ficam autorizados a ingressar, em sistema de rodízio, com permanência de até 10 dias, nas águas do PNCO, para o exercício da pesca de pequeno porte. No § 1º do referido capítulo, fica proibida a presença concomitante de mais de 20 embarcações. Segundo o § 2º do mesmo capítulo, o pescador só poderá participar do sistema de rodízio se sua embarcação apresentar o Mapa de Bordo, contendo informações sobre sua atividade pesqueira no período permitido.

Ainda, conforme a Cláusula Oitava do capítulo IV do TC nº 01/2018, o pescador que possuir mais de uma embarcação, só poderá ser contemplado pela segunda vez no rodízio após a conclusão do rodízio de todos os outros

⁸ Trata-se da mesma área do Termo de Compromisso assinado em 2012.

pescadores que também possuem um único barco. A respeito, o § 1º da 8ª Cláusula considera como sendo de um único proprietário as embarcações que pertencem à mesma unidade familiar, mesmo que elas estejam registradas nos nomes de diferentes membros da família. Destaca-se que a autorização prevista no TC nº 01/2018 não cobre o período de defeso.

Figura 3: Área do Parque Nacional do Cabo Orange que compreende o Termo de Compromisso nº 01/2018



Fonte: Cañete; Cañete; Santos (2015, p. 1195).

Ainda, conforme a Cláusula Oitava do capítulo IV do TC nº 01/2018, o pescador que possuir mais de uma embarcação, só poderá ser contemplado pela segunda vez no rodízio após a conclusão do rodízio de todos os outros pescadores que também possuem um único barco. A respeito, o § 1º da 8ª Cláusula considera como sendo de um único proprietário as embarcações que pertencem à mesma unidade familiar, mesmo que elas estejam registradas nos nomes de diferentes membros da família. Destaca-se que a autorização prevista no TC nº 01/2018 não cobre o período de defeso.

Por sua vez, dados da Colônia Z-3 de Oiapoque dão conta de que, até junho de 2019, 70 embarcações cadastradas na colônia estão aptas para atuar na área do PNCO. E apesar de constituir-se uma estratégia importante, posto que viabiliza o acesso dos pescadores artesanais à área do PNCO e isenta de multas a atuação dos mesmos no âmbito do parque, por si só, o TC nº 01/2018 não é o suficiente para encerrar os conflitos que envolvem a pesca artesanal na costa do Amapá.

O estudo de campo indicou a insatisfação dos pescadores para com a delimitação da área coberta pelo TC. O relato de Mário Arlindo Amoras da Silva⁹ esclarece o assunto:

[...] depois que criaram esse parque, a gente vem lutando pra continuar trabalhando na pesca [...]. Aí, com o acordo de pesca, a gente conseguiu um pedaço da área pra pescar, só que esse pedaço é muito pouco pro número de pessoas que dependiam da pesca desde lá do Cassiporé e agora dependem aqui no Oiapoque também. Fora que a gente ainda tem que concorrer com os barcos grande que vem de fora e não tem autorização de nada. Eles levam tudo e a gente fica só com o resto. Então hoje, é problema pra gente isso aí, que hoje a gente tá lutando com o governo pra ver se a gente consegue mais um espaço além dessa área que o acordo deu [...] (SILVA, 2016, entrevista).

A fala de Mário Arlindo Silva pontua a insuficiência da área liberada pelo TC nº 01/2018. Nesta direção e segundo ele e vários outros pescadores ouvidos em campo, tal área não atende as necessidades de todos os praticantes da pesca artesanal cadastrados na Colônia Z-3 de Oiapoque. Essa insuficiência motivou uma nova bandeira de luta para os pescadores: a criação de uma Reserva Extrativista Marinha na costa do PNCO.

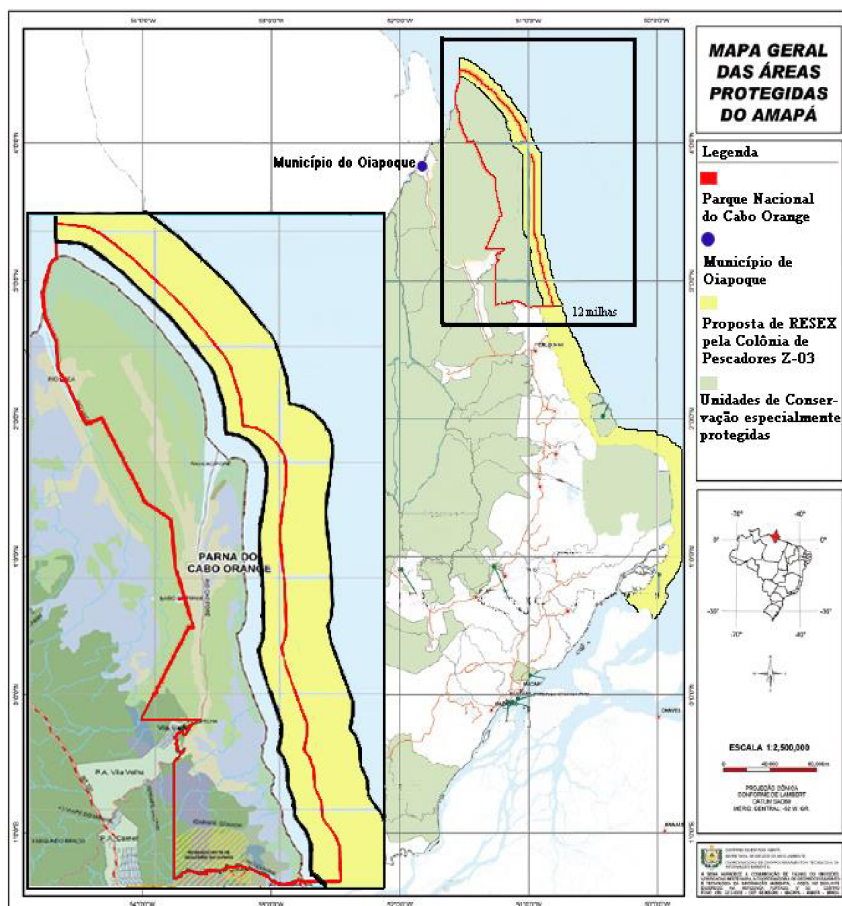
De acordo com Jamile da Silva Garcia, engenheira de pesca, filha do pescador Júlio Teixeira Garcia e então Secretária de Pesca do Município de Oiapoque-AP, a proposta da RESEX Marinha foi uma iniciativa dos próprios pescadores (GARCIA, 2019a, entrevista). Como justificado por Garcia (2019a, entrevista), essa proposta vislumbra uma condição legal de manejo permanente para a área, bem como uma compensação definitiva para a população que foi desterritorializada da área do PNCO sem qualquer tipo de indenização.

⁹ Outro pescador remanescente da vila Taperebá, que migrou para Oiapoque em 1988.

Nos termos de Cañete (2014), a proposta da RESEX Marinha dos pescadores artesanais de Oiapoque prevê a utilização das 12 milhas de costa que compõem o território estadual e, ainda, a redução do espelho d'água do PNCO para três milhas. Desse modo, a área ficaria disponível e limitada ao uso dos pescadores de pequeno porte, o que garantiria a proteção maior do parque.

De modo detalhado, a proposta consiste em estabelecer “[...] 12 milhas de espelho d'água de toda a costa amapaense até a área do parque, a partir desse ponto, a RESEX seria de nove milhas de espelho d'água, a partir das três milhas protegidas pelo PNCO” (CAÑETE, 2014, p. 86). A seguir, a Figura 4 ilustra a proposta destacada.

Figura 4: Proposta de criação da RESEX Marinha elaborada pelos pescadores artesanais de Oiapoque



Fonte: Cañete (2014, p. 87).

Embora a proposta da RESEX Marinha tenha sido construída pelos próprios pescadores artesanais do Oiapoque, com base na realidade e necessidades dos mesmos, a instituição representativa desses trabalhadores evidencia que a proposição tem enfrentado resistência, por parte das instituições responsáveis pelo gerenciamento do PNCO. Ao discorrer sobre o trâmite da proposta, Jamile da Silva Garcia explica o seguinte:

[...] a proposta da RESEX já ia entrar no Senado, inclusive era o Senador Randolfe e o Senador Davi que estavam com esse papel de defender a RESEX. Só que, já de início, o próprio ICMBIO negou a proposta e falou que a área era muito grande [...] e que eles não queriam que o manguezal entrasse na RESEX [...]. Como o ICMBIO disse que na nossa proposta o espaço era muito grande, a gente tá tentando fazer uma nova proposta pra eles avaliarem. No início também, a SEMA emitiu uma proposta, só que a gente não sabia; eles não pediram orientação dos pescadores de Oiapoque e emitiram a proposta da RESEX Marinha do Goiabal, que exclui a área que interessa pra gente. E, quando nós fomos agir pra criar a nossa RESEX, a gente esbarrou nisso, porque já tinha essa proposta sendo feita pela SEMA. Eles não consultaram os pescadores daqui, consultaram só a PESCAP, que é o órgão de pesca do estado; e parece que a PESCAP esqueceu das nossas demandas porque nós não fomos contemplados em nada nessa proposta que a SEMA elaborou. Assim, aconteceu que a proposta deles não abrangeu a verdadeira área de conflito. Daí a gente fez uma outra proposta em cima dessa. A área acabou ficando grande novamente, mas é nela que ocorre conflito de qualquer modo, não tem como fugir disso. Daí a gente tá vendo o que faz pra tentar reduzir e lutar pra que a nossa proposta seja aprovada. Eu só sei que, se essa proposta de RESEX que a SEMA fez for aprovada sem atender as nossas demandas, as coisas só vão piorar aqui para os pescadores de Oiapoque (GARCIA, 2016, entrevista).

Para além da resistência de instituições como o ICMBIO, a criação da RESEX Marinha também possui resistência por parte dos povos indígenas que vivem na TI Uaçá. A esse respeito, Aniká e Silva (2016, p.22) deixam o seguinte alerta, caso a criação da RESEX se efetive:

Sabemos que se isso acontecer, a pressão sobre o rio Uaçá vai aumentar porque nossos rios sempre foram cobçados pelos pescadores não índios, por ser uma região de desova de várias espécies de peixes que, com isso, ficam mais fáceis de serem capturados.

Portanto, observa-se no depoimento de Garcia (2016, entrevista) um esforço, por parte dos pescadores, para adequar a proposta de criação da RESEX Marinha às exigências do ICMBIO, as quais não abrem mão de proteger os manguezais da área. Ao mesmo tempo, são nítidos os conflitos entre os pescadores artesanais e os indígenas do entorno do PNCO. Ademais,

é evidente a ausência de sintonia entre as instituições estaduais que lidam com o gerenciamento ambiental (SEMA e PESCAP) e os pescadores de Oiapoque.

Nessa perspectiva, apesar da articulação organizativa desses profissionais, as políticas públicas voltadas para o meio ambiente no Amapá insistem em se dar de modo autoritário, tal como já sinalizado por diversos autores (BRITO, 2008, 2003; CAÑETE, 2014; PORTO, 2010; SIMONIAN, 2010). Assim, elas continuam fazendo vistas grossas para as reais necessidades das populações afetadas diretamente pelas áreas protegidas do estado, ação que tem grandes chances de perpetuar a ocorrência de mais conflitos.

Ao considerar-se a vulnerabilidade dos pescadores artesanais locais diante da invasão de embarcações de pesca industrial na costa do PNCO, destaca-se o início do planejamento, por parte da Colônia Z-3 de Oiapoque, da construção de um projeto de lei capaz de disciplinar o tamanho das malhas a serem utilizadas na costa do Amapá. Denominada “Lei da Malha” (GARCIA, 2019b), a proposta visa impedir que embarcações de grande porte usem malhas inferiores a de nº 65 nas proximidades da costa, a fim de não capturarem os peixes pequenos que servem de alimento para os peixes maiores, tais como a corvina (*Cynoscion virescens*).

Conforme Júlio Teixeira Garcia, presidente da Colônia, essa é uma alternativa viável para combater a mortandade de espécies menores de pescado na costa do Amapá. Isso em face da inexistência de uma legislação que discipline a atuação das embarcações da pesca industrial na área. E também ante a falta total de fiscalização.

Mais recentemente, a possibilidade da exploração de petróleo na costa do Amapá é fator que agrava os dilemas dos pescadores artesanais. Isso porque a proposta de criação da RESEX marinha tem sido alvo de ataques, por parte de parlamentares e autoridades locais. Tais ataques tentam deslegitimar a luta das populações tradicionais, no sentido de favorecer o processo de autorização da exploração de petróleo.

Feita a exposição da atual conjuntura da pesca artesanal na costa do PNCO, algo fica evidente: é urgentíssima a necessidade de ações por parte do poder público para resolver e/ou atenuar os conflitos existentes nessa região. Além de penalizar fortemente a população local que historicamente depende

da pesca, o agravamento dos conflitos ameaça a diversidade da biodiversidade da região e abre a contagem regressiva para o fim da abundância de pescado.

5 REFLEXÕES FINAIS

Primeira UC federal criada no Amapá, o PNCO é uma das mais extensas áreas de mangue do mundo. Marcado pela transição entre os ambientes costeiro e marinho, seu território possui um relevo singular composto por lagos, rios e desembocaduras onde as águas doce e salgada se misturam. Tais características formam um bioma único, cuja flora e fauna possuem uma diversidade enorme. Fatores estes que justificaram a criação dessa UC.

No âmbito do PNCO, o mangue é essencial para a cadeia alimentar de peixes. Assim, a foz do rio Cassiporé é local de desova e criação de juvenis de espécies diversas de pescados. Por tais peculiaridades, a pesca artesanal firmou-se como uma das principais atividades econômicas da população local. A despeito dessa realidade, a criação do parque se deu de modo impositivo e desatento para com a realidade humana local.

Em vista desse contexto, processos de desterritorialização marcam a trajetória do PNCO. Dentre eles, o sofrido pelos moradores da vila Taperebá destaca-se como um dos mais cruéis. Vítimas de uma expulsão velada por parte do Estado, os habitantes dessa vila foram ignorados quando se decidiu pela criação da UC. A partir de então, serviços básicos de educação e saúde deixaram de ser fornecidos e os moradores de Taperebá foram forçados a migrar para outros territórios, sem receber qualquer tipo de indenização ou reparação.

A cidade de Oiapoque, sede do município de nome homônimo, foi o principal destino da população expropriada. Ao ocupar uma área periférica da cidade, a qual situa-se na margem brasileira do rio Oiapoque, esse coletivo continuou a sobreviver da pesca. Contudo, diferentemente da realidade vivenciada antes da institucionalização do PNCO, o acesso aos recursos pesqueiros da área tornou-se proibido, pois toda a costa do município de Oiapoque passou a pertencer à extensão marinha do PNCO.

Em meio a esse cenário de negação dos modos de vida local, os conflitos vêm se agravando e colocando em risco a diversidade da biodiversidade

da região. Com uma gestão frágil, a costa do PNCO tem sido pressionada por embarcações de pesca profissional vindas de todo o país, sobretudo do Pará. Com barcos de grande porte e apetrechos sofisticados, a pesca industrial se dá de modo ilegal e injusta.

Nessa direção, os praticantes dessa modalidade de pesca ignoram as regras de utilização da área e não possuem qualquer tipo de seleção no pescado apreendido. Aspectos estes que resultam na captura irresponsável de espécies que são essenciais para o processo de reprodução do pescado. Por sua vez, em condição desigual, os pescadores artesanais de Oiapoque são submetidos a uma série de exigências para atuar na área.

Ademais, em virtude da pesca desenfreada por parte das embarcações que entram ilegalmente na extensão marinha do PNCO, as espécies de pescado mais procuradas pelos pescadores artesanais têm ficado mais escassas. E isso além de abrir uma espécie de contagem regressiva para a extinção da diversidade de pescado no âmbito do PNCO, esses conflitos promovem, ainda, o desentendimento entre as populações da área, posto que já se tem sinais de conflitos entre indígenas e pescadores.

Por conta de todos esses impasses, os pescadores artesanais, através da Colônia Z-3 de Oiapoque, atuam no sentido de aprovar a proposta de uma RESEX Marinha. Proposição esta que, de acordo com a entidade representativa dos pescadores, seria uma condição legal de manejo permanente para a costa do PNCO. Ainda segundo os pescadores, a RESEX atuaria como uma compensação definitiva para a população que foi expropriada de dentro da área do parque.

Longe de ser aprovada, a proposta em tela tem sido rejeitada pelo ICMBIO e pela SEMA, além de atacada por parlamentares e autoridades interessadas na exploração de petróleo na costa do Amapá. Desse modo, atualmente, o único instrumento de minimização dos conflitos é o Termo de Compromisso nº 01/2018, firmado entre o Ministério Público Federal, o ICMBIO e a Colônia Z-3 de Oiapoque.

O TC permite o acesso dos pescadores artesanais em uma pequena área do PNCO, por meio de um sistema de rodízio. Diante desse cenário tão complexo, há de se reconhecer que a criação de uma área protegida, por si só,

não é o suficiente para resguardar a integridade dos ecossistemas, da biodiversidade e dos serviços ambientais a elas associados.

Ao negligenciar o modo de vida da população existente nos limites do PNCO, o processo de criação e gerenciamento do mesmo vem ocasionando uma série de conflitos. Para além de promover a expropriação de coletivos locais, esses conflitos colocam sob risco a biodiversidade da área em tela. Assim, ameaçam a existência dos motivos que justificaram a criação do parque.

Portanto, compreende-se que, para haver o cumprimento dos objetivos que motivaram a instituição da UC, é necessário um aprimoramento de gestão. Nessa lógica, as populações locais precisam ser visualizadas como aliadas e não como vilãs. Enquanto elas forem tratadas como uma ameaça, a sustentabilidade da UC continuará sem efetividade.

Diante da carência de recursos humanos e da precária logística de fiscalização das instituições gestoras, é ingenuidade acreditar que a sustentabilidade da área possa se dar com a negação dos modos de vida das populações locais e sem a consideração de seus conhecimentos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. R. P. (Org.). **Manguezais: educar para proteger**. Rio de Janeiro: FEMAR; SEMADS, 2001. 96 p.

ANDRADE, R. F. de. **Malária e migrações no Amapá: projeção espacial num contexto de crescimento**. Belém: Ed. do NAEA, 2007. 305 p. (Prêmio NAEA, 2007 – Tese; Prefácio de L. Simonian).

ANIKÁ, S. W.; SILVA, Y. dos S. **Os Karipuna do vale do Curipi e a exploração de *Oliu Nue I Gaz Dji Ofô Lame***. Oiapoque, 2016. 23 f. Monografia (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – Universidade Federal do Amapá, 2016.

BRASIL. **Constituição 1988**: Texto constitucional de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 30/2000 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Ed. atual. em dezembro de 2000. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001. 403 p.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: outubro 2011.

BRITO, D. M. C. **Conflitos socioambientais na gestão de unidades de conservação: o caso da Reserva Biológica do Lago Piratuba/AP**. Belém, 2010. 375 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, 2010.

CAÑETE, U. M. R. **Pesca artesanal no Parque Nacional do Cabo Orange: contexto de conflito socioambiental e estratégias de manejo alternativo**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, 2014.

_____; RAVENA-CAÑETE, V.; SANTOS, S. M. S. B. M. Pesca artesanal e manejo: conflito socioambiental em uma área de unidade de conservação do Parque Nacional do Cabo Orange, Oiapoque, Amapá. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 3, p. 179- 198, 2015.

FERREIRA, R. da S.; SIMONIAN, L. T. L. Biodiversidade do Escudo Guianês nos séculos XVIII a XIX e ecologia histórica. In: SIMONIAN, L. T. L.; COSTA, A. J. S.; BAPTISTA, E. R. **Escudo Guianês, biodiversidade, conservação dos recursos naturais e cultura**. Belém: NAEA; GSF, 2013. p. 175- 206.

FURTADO, L. G.; SILVEIRA, I. M. da; SANTANA, G. (Org.). **Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande – Curuçá, Pará, Brasil: estudo etnológico e sociocultural**. Belém: MPEG, 2012.

GARCIA, J. da S. **Entrevista concedida à Ana Cristina Rocha Silva a respeito dos conflitos no PNCO**. Oiapoque. 02. dez. 2016. (Anotações de A. C. R. Silva; arquivo pessoal).

_____. **Entrevista concedida à Ana Cristina Rocha Silva a respeito do Termo de Compromisso nº 01/2018.** Oiapoque. 01. jun. 2019a. (Anotações de A. C. R. Silva; arquivo pessoal).

GARCIA, J. T. **Entrevista concedida à Ana Cristina Rocha Silva a respeito dos conflitos no PNCO.** Oiapoque. 01. jun. 2019b. (Anotações de A. C. R. Silva; arquivo pessoal).

GARCIA, M. T. **Entrevista concedida à Ana Cristina Rocha Silva a respeito dos conflitos no PNCO.** Oiapoque. 01. jun. 2019c. (Anotações de A. C. R. Silva; arquivo pessoal).

GOMES, E. L. dos S. **Turismo no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá.** Belém, 2007. 132 f., il. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, 2007.

_____. Turismo no Entorno do PARNA do Cabo Orange, Amapá: Desafios à Sustentabilidade Socioambiental. In: **Políticas Públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá.** SIMONIAN, L. T. L. (Org.). Belém: NAEA; MPEAP. 2010. p. 229-265.

LÓPEZ GARCÉS, C. L. Los indígenas en la frontera Brasil-Guyana Francesa. Una visión histórica: 1900-1950. In: ZÁRATE BOTÍA, C. G. (Org.). **Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia.** Leticia, Co.: UNAL; IMANI, 2012. p. 68-97.

MACHADO, T. L. **Na cidade vendo a farinha e de lá trago mercadoria e dinheiro para a aldeia:** redes de sociabilidades e intercâmbio de bens dos indígenas Palikur na Cidade de Oiapoque – AP. Belém, 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Pará, 2016.

MACIEL, K. C. **Parque Nacional do Cabo Orange na percepção ambiental dos pescadores da Colônia Z-3 de Oiapoque, Amapá, Brasil.** Monografia (Graduação em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Amapá, 2015.

MELO, G. M. de; IRVING, M. de. A. Parques nacionais da fronteira amazônica: uma leitura da percepção local sobre a gestão dos Parques Nacionais Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange (AP-Brasil). **Geografias.** Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 76-91, jul.-dez. 2012.

NAHUM, V. J. I. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro. **Cienc. Cult.** [online]. 2006, v. 58, n. 3, pp. 33-36.

NETTO, S. L.; MATEUS, L. A. de F. Comparação entre pesca profissional artesanal e pesca amadora no Pantanal de Cáceres, Mato Grosso, Brasil. **B. Inst. Pesca,** São Paulo, v. 35, n. 3, 2009, p. 373-387.

NUNES FILHO, E. P. **Condições ecológicas de ocupação humana na região do**

Amapari no período pré-colonial. 2010. 280 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

PLANO DE MANEJO: Parque Nacional do Cabo Orange. 2010. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Encarte%201%20-%20PNCO.pdf>. Acesso em: 03 set. 2016.

PORTO, J. L. R. Reinvenções do uso do território amapaense. In: SIMONIAN, Ligia (Org.). **Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá.** Belém: NAEA; MPEAP, 2010. p. 91-113.

SANTOS, J. da S. dos. **Entrevista concedida à Ana Cristina Rocha Silva a respeito dos conflitos no PNCO.** Oiapoque. 12. nov. 2016. (Anotações de A. C. R. Silva; arquivo pessoal).

SILVA, A. C. R. Formação socioambiental do Amapá. In: SIMONIAN, L. T. L.; BAPTISTA, E. R. (Org.). **Formação socioambiental da Amazônia.** Coleção Formação Regional da Amazônia; v. 3. Belém: NAEA, 2015. p. 113-175.

SILVA, S. L. de F. *et al.* Análise espacial dos conflitos da pesca artesanal no litoral do Oiapoque, Amapá, Brasil **Biota Amazônia.** Macapá, v. 6, n. 3, p. 63-69, 2016.

SILVA, S. L. de F. **Diagnóstico da pesca no litoral do Parque Nacional do Cabo Orange e sua área circundante, município de Oiapoque, estado do Amapá.** Belém, 2010. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Animal) – Universidade Federal do Pará, 2010.

SILVA, M. A. A. **Entrevista concedida à Ana Cristina Rocha Silva a respeito dos conflitos no PNCO.** Oiapoque. 14. nov. 2016. (Anotações de A. C. R. Silva; arquivo pessoal).

SIMONIAN, L.; SILVA, J. B. S.; ANDRADE, R. F.; ALMEIDA, A. C. P. C. Floresta Nacional do Amapá: um histórico breve, políticas públicas e (in) sustentabilidade. In: SIMONIAN, L. T. (Org.). **Políticas Públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá.** Belém: NAEA; MPEAP, 2010. p. 115-180.

Criação de florestas públicas x populações tradicionais: o caso da floresta estadual do Paru na Guiana Brasileira

*Marcelo Araújo da Silva
Ligia Terezinha Lopes Simonian*

1 INTRODUÇÃO

A Guiana brasileira – uma das regiões mais biodiversas e ecologicamente importantes do planeta – enfrenta diversos conflitos socioambientais decorrentes de atividades humanas, políticas públicas e pressões econômicas. Tais conflitos têm implicações significativas para o meio ambiente, as comunidades locais e o equilíbrio global. Na Guiana incidente no estado do Pará, o desflorestamento é uma questão crítica, muitas vezes impulsionada pela expansão agrícola, pecuária, especulação imobiliária para a construção de grandes empreendimentos, além de atividades madeireiras e garimpeiras.

A busca por terras para plantio de monoculturas como soja, milho, criação de gado e outras formas de supressão vegetal na região, tem levado à destruição de vastas áreas de floresta, resultando em perda de habitat, redução da biodiversidade e impactos diretos sobre as comunidades tradicionais que dependem dos recursos florestais. Recentemente, a Floresta Estadual

(FLOTA) do Paru ganhou destaque nas mídias por ter sido liberada por parte do governo do estado do Pará uma licença para exploração de ouro no interior dessa floresta pública, onde os órgãos de fiscalização tentam combater, há anos, invasões e exploração ilegal de madeira e minério de ouro.

A exploração mineral de ouro no interior da FLOTA do Paru, tem contribuído significativamente para o surgimento de conflitos socioambientais na região. A extração desse mineral é potencial causadora de degradação ambiental, poluição de rios e conflitos com comunidades locais. Posto que, por um lado, a presença de garimpeiros muitas vezes resulta em tensões com grupos e populações tradicionais que tendem a defender suas terras e modos de vida. Por outro, a falta de fiscalização e aplicação efetiva das leis ambientais exacerbam os conflitos na região em que se localiza a FLOTA.

A impunidade diante de práticas ilegais, como desmatamento não autorizado e grilagem de terras, cria um ambiente propício para a degradação ambiental e a exploração desenfreada dos recursos naturais. Aliás, os grupos e populações tradicionais desempenham um papel crucial na conservação da Amazônia, mas enfrentam ameaças constantes de invasões de terras, conflitos com empresas madeireiras, garimpeiros, além de perigos provenientes de projetos de desenvolvimento como é o caso das licitações para exploração madeireira em Unidades de Manejo Florestal (UMF) que vem ocorrendo na FLOTA do Paru.

O desrespeito aos direitos territoriais e culturais desses grupos e populações tradicionais é uma fonte significativa de tensão. Portanto, é válido apontar que a criação e gestão de Unidades de Conservação (UC) da Natureza na Amazônia brasileira tem engendrado, historicamente, conflitos socioambientais pela sobreposição dessas UC a territórios tradicionalmente ocupados, como pode ser verificado em trabalhos como de Santilli (2005), Simonian (2010), Mesquita (2011), Silva e Mello (2021), Mileo (2021) e outros.

Este artigo tem como tema central os conflitos de interesses entre balateiros que prezam pela manutenção da floresta em pé para a extração de látex da balateira (*Manilkara bidentata*) e os interesses do estado do Pará, que por sua vez, tem se mobilizado em processos licitatórios para fomentar a exploração de produtos florestais no interior da FLOTA¹ do Paru.

¹ De acordo com o art. 17, parágrafo 6º da Lei 9.985/2000, as florestas estaduais recebem por equiparação o mesmo tratamento jurídico das florestas nacionais..

É recorrente encontrar na literatura acadêmica trabalhos referindo Almeirim e Monte Alegre como os principais municípios onde o látex da balata foi explorado, no entanto, pesquisas como as de Simonian (2006) apontam a existência desse ofício, em menor escala, nos municípios paraenses de Alenquer e Óbidos. A autora ainda revela a existência de exploração de balata em regiões externas ao território brasileiro, em especial no Suriname e nas Guianas, onde Simonian (2006) refere ter havido exploração do látex por presidiários em Caiena e por populações *arawak* e *karib*, que usavam seu látex para confecções de ornamentos.

Após o declínio, na década iniciada em 1970, da exportação de balata para mercados internacionais, balateiros se viram sem ofício, a balata passou a ser explorada exclusivamente para um pequeno grupo de artesãos que confeccionavam um tipo de artesanato que molda a balata à imagem da fauna e flora amazônica. Nos termos de Carvalho (2006) e de Simonian (2006), o artesanato em balata é bastante conhecido em Monte Alegre, Santarém e Belém

Para efeitos legais e de acordo com Granziera (2009), balateiros são entendidos como um grupo de pessoas que retiram das florestas e de outros recursos naturais produtos que garantem ao todo ou parte de sua subsistência, na medida em que vivem em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental.

Em outras palavras, neste capítulo, neste artigo trabalha-se com a descrição e análise do processo de concessão florestal que licitou três Unidades de Manejo Florestal (UMF) na FLOTA do Paru. Como atestam Carvalho e Silva (2017), as áreas licitadas pelo estado do Pará são frequentadas, há décadas, por balateiros residentes no município de Monte Alegre, estado do Pará, para extração de látex da balateira.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A FLOTA do Paru é uma unidade de conservação estadual de uso sustentável que compõe o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e tem como objetivo básico, segundo o parágrafo 2.º do artigo 7.º da Lei n.º 9.985/2000 (Lei que instituiu o SNUC), “[...]”

compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais”.

Nos termos do SNUC, a Floresta Estadual é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. É uma floresta de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites não de ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei do SNUC.

Neste tipo de floresta pública, é admitida a permanência de grupos e populações tradicionais que a habitavam e/ou que dependiam dela para sua subsistência, quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade. Essa categoria de UC dispõe de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes.

A FLOTA do Paru foi criada pelo governo do estado do Pará no ano de 2006 pelo Decreto n.º 6.608/2006. Essa UC possui cerca de 3,6 milhões de hectares, dos quais, se estimava à época de sua criação que 96% sejam cobertos por florestas bem preservadas, e é encravada em um mosaico de UC, terras indígenas e quilombolas, no noroeste do Pará.

Esta FLOTA também englobou em seus limites territórios ocupados por grupos e comunidades tradicionais (MARTINS, *et al.* 2015). Entre esses grupos e especialmente nas pesquisas etnográficas de (CARVALHO, 2017, 2013a, 2013b, 2011), encontram-se os balateiros, homens que entre os anos 1930 a 1970 exploraram os balatais (CARVALHO, 2013), áreas permeadas de referências identitárias e culturais. Ainda, Simonian (2006) menciona a presença de mulheres nos balatais.

Essa FLOTA abrange os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos e Prainha, na calha norte do rio Amazonas. Ela faz parte da Guiana brasileira e também da Amazônia Legal e tem como órgão gestor a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará. Os três primeiros municípios sobrepostos por essa UC foram marcados pela exploração de balata que representou um marco histórico na economia, cultura e modos

de vida dos moradores locais, mas apenas em Monte Alegre perdura até os dias de hoje.

O rio Maicuru – que corre nesse município – é a principal referência espacial do extrativismo² de balata, posto que é ao longo dele e de seus afluentes que ocorrem as reboladas ou reboleiras³ de árvores de balata. De acordo com Martins *et al.* (2015), muitos balatais ao longo do rio Maicuru – que são usados por balateiros – estão sob concessão no interior da FLOTA Paru a empresas madeireiras, ou em áreas em vias de licitação.

Nos últimos anos, os balateiros – ao lado de outros agroextrativistas (coletores de castanha-do-pará, andiroba e cumaru) – deparam-se com desafios para garantir o acesso e a conservação dos recursos naturais necessários à reprodução de suas práticas, traçando estratégias e demandando a proteção de seus direitos socioambientais ao Estado.

3 APORTE METODOLÓGICO

A pesquisa foi delimitada à área da FLOTA do Paru que abrange o município de Monte Alegre, estado do Pará. Este município fica localizado na margem esquerda do rio Amazonas, fazendo limite com Almeirim ao norte, com os municípios de Almeirim e Prainha a leste, com Prainha e Santarém ao sul, e com Alenquer a oeste. Conforme Martins, *et al.* (2015), de sua área total de 18.152,560 km², aproximadamente 3.906 km² estão dentro dos limites territoriais da FLOTA do Paru.

Utilizou-se nesta pesquisa a abordagem qualitativa, e deste modo, foi possível observar fatos e buscar compreender os conflitos socioambientais que corriqueiramente vem acontecendo no contexto de criação e gestão da FLOTA do Paru. É uma pesquisa do tipo explicativa, pois entende-se que é o modelo mais adequado para desvendar os atores envolvidos e as situações geradoras de conflitos socioambientais.

² Sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis (Art. 2.º, inciso XII, da Lei n.º 9.985/2000).

³ Redoma de árvores de balata

Foram utilizados os métodos da pesquisa bibliográfica e do estudo de caso para investigar os conflitos gerados em decorrência do acesso e do uso à UC. Na pesquisa, lançou-se mão, ainda, da utilização de registros fotográficos, anotações em caderno de campo e gravações de áudio ou audiovisuais de relatos orais. A utilização desse conjunto de técnicas e instrumentos de coleta de dados se mostra um caminho privilegiada para a reconstituição e compreensão dos contextos, processos, laços e sentidos que as demandas por direitos têm ocasionado na vida dos balateiros.

Em geral, foram analisados documentos e trabalhos científicos sobre o conflito socioambiental envolvendo balateiros e Estado, gerados ao longo dos anos pelos próprios balateiros, pelo Estado e por pesquisadores. Deste modo, o conjunto de documentos pesquisados, além de leis, decretos, livros e artigos, é composto por manuais, anais de eventos, atas de reuniões, editais, publicações resultantes de seminários e palestras realizadas, relatórios, projetos, vídeos, fotografias, correspondências e outros.

A junção e análise desses documentos permitiram melhor compreensão do contexto e das relações estabelecidas entre os atores sociais envolvidos nos conflitos pelo acesso e uso de recursos naturais na FLOTA do Paru.

4 CRIAÇÃO DA FLORESTA ESTADUAL DO PARU

A FLOTA do Paru foi criada no ano de 2006, pelo Decreto nº 2.608, de 04/12/2006, abrangendo os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos e Prainha, na calha norte do rio Amazonas. Faz parte da Amazônia Legal e tem como órgão gestor a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará.

Sua criação aconteceu de modo mais discreto possível, sem chamar a atenção dos grupos que seriam de alguma maneira afetados, em especial os balateiros e artesãos de balata, que mal foram informados sobre o que era a UC e o que ela poderia alterar em suas vidas, ignorando os mansos passos que vinham sendo dados do estado do Pará para a criação da FLOTA.

A UC foi caracterizada como de uso sustentável, compondo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) que, por sua vez, dispõe que essa categoria de UC tem como objetivo básico compatibilizar a

conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais. Após sua criação foi verificado por balateiros que a UC recém criada estava sobreposta a áreas de balatais⁴.

Os municípios de Almeirim, Alenquer e Monte Alegre, sobrepostos por essa UC foram marcados pela exploração de balata que representou um marco histórico na economia, cultura e modos de vida dos moradores locais, mas apenas em Monte Alegre perdurou até os dias de hoje. O rio Maicuru – que corre nesse município – é a principal referência espacial do extrativismo de balata, posto que é ao longo dele e de seus afluentes que ocorrem as reboçadas ou reboleiras-de árvores de balata.

De acordo com Martins *et al.* (2015) – muitos balatais ao longo do rio Maicuru que são usados por balateiros – estão sob concessão no interior da FLOTA do Paru a empresas madeireiras, ou em áreas em vias de licitação, de modo que balateiros – ao lado de outros agroextrativistas (coletores de castanha-do-pará, andiroba e cumaru) – deparam-se com desafios de garantir o acesso e a conservação dos recursos naturais necessários à reprodução de suas práticas, traçando estratégias e demandando a proteção de seus direitos socioambientais ao Estado.

No conflito para regulamentação do acesso e uso dos balatais da FLOTA do Paru, o estopim é marcado pelo início, por parte do estado do Pará, das atividades previstas por lei para a efetivação das concessões florestais de UMF que sobrepõem áreas de balatais. De acordo com Mileo (2021), a adoção de novas regras de acesso e uso de recursos naturais no interior das unidades de conservação gerou resistência e enfrentamento por parte das comunidades locais, que se veem tolhidas em relação a direitos territoriais e ambientais.

A partir de 2011, com a implementação da primeira licitação para a concessão de nove UMF, a invisibilização dos balateiros nos estudos técnicos – como pode-se qualificar a falta de menção a esses extrativistas em uma série de documentos – deflagrou processos interessantes de rediscussão do lugar do grupo na gestão dessa UC, desde sua criação (CARVALHO e SILVA, 2017). A emergência do grupo de balateiros no cenário sociopolítico local trouxe consigo discursos técnicos, científicos e jurídicos, por meio dos quais balatais

⁴ Áreas na floresta com grande concentração de balateiras (*Manilkara bidentata*).

passaram a ser pensados como territórios tradicionalmente construídos por balateiros.

Tanto o grupo quanto seu território são amplamente protegidos pela Constituição Federal de 1988 e por leis infraconstitucionais que resguardam seus direitos socioambientais, especialmente o direito ao território e à reprodução cultural dos balateiros e das balateiras. Esse processo tem evidenciado a complexidade da aplicação da legislação socioambiental e o reconhecimento de seus direitos socioambientais de usufruir do espaço de trabalho historicamente construído.

5 CONTEXTO DE DEBATES ACERCA DA REGULAMENTAÇÃO PARA USO DOS RECURSOS DA FLOTA PARU

De acordo com Carvalho e Silva (2017), no ano de 2009, a Associação dos Artesãos e Expositores do Pará – Amazônia (ARTEPAM) oficiou a pedido dos artesãos de balata de Belém, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (SEMA), solicitando informações sobre a FLOTA e suas possíveis interferências na extração de balata. Em ofício, recebeu a resposta de que o Plano de Manejo da Unidade estaria sendo elaborado e contaria com a participação do Conselho Consultivo da FLOTA Paru, e ainda seria avaliado em consulta pública antes de ser aprovado.

Os balateiros eram até então representados pela Associação Hortoflorestal de Monte Alegre, uma organização não governamental (ONG) que desenvolvia projetos ligados ao extrativismo, ao artesanato de balata e outros produtos. Nos termos de Carvalho e Silva (2017), essa ONG integrava o Conselho Consultivo da FLOTA e em diversas ocasiões, inclusive nas reuniões do Conselho Consultivo, se manifestou sobre o futuro dos ofícios de balateiros e de artesãos de balata, após a criação da FLOTA Paru e o início da exploração madeireira.

Apesar das manifestações da Associação Hortoflorestal (AHORTO) e de pesquisas divulgadas sobre o artesanato em balata, que é produto cultural muito conhecido no estado, especialmente em Belém e Santarém, o Plano de Manejo da FLOTA Paru foi publicado em 2010 e fez apenas duas menções ao termo balata, nas suas mais de 200 páginas.

E como se depreende de Carvalho e Silva (2017), a primeira refere-se à coleta de castanha, que seria “[...] viabilizada por antigas estradas usadas para a exploração da balata” (PARÁ, 2010, p. 116); a segunda informa a elaboração de uma “[...] cartilha sobre os produtos artesanais da balata” (PARÁ, 2010, p. 149) entre as ações da AHORTO.

Diante dos preparativos para o lançamento do pré-edital de concessão na FLOTA Paru, os artesãos expunham, em novo ofício enviado para a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) do Pará, o temor de que a balateira estivesse ameaçada de extinção pela exploração desenfreada por madeireiros, que a cortam para vender como maçaranduba, espécie de alto valor no mercado consumidor.

No mesmo ofício, esses extrativistas solicitavam, por fim, que declarassem “[...] essa espécie tão importante para os balateiros como imune de corte, ou seja, que passasse a ser uma espécie protegida, da mesma forma que muitas espécies importantes o são, a exemplo da castanheira”. Mas como posto por Carvalho e Silva (2017), não houve retorno do órgão ambiental.

É válido enfatizar que ainda que a exploração não se resuma, em tese, aos recursos madeireiros, na prática é neles que a atividade dos concessionários se concentra. E, dentre as espécies mais visadas para corte estão as árvores da família das *manilkaras*, especialmente maçaranduba (*Manilkara huberi*) e a balateira (*Manilkara bidentata*), que correntemente se confunde com a primeira.

Nativas da região guianesa e amazônica, a *Manilkara* tem madeira excelente para fabricação de móveis, pisos, pontes e outros objetos, devido à sua resistência e coloração (EMBRAPA, 2004). Logo, alcança alto valor comercial na indústria madeireira. Porém, tanto a *manilkara hubere* quanto a *manilkara bidentata* fornecem, além da madeira, um tipo de látex útil para vários fins, e no caso da balateira (*Manilkara bidentata*), foi justamente em função dessa matéria-prima que a árvore ficou internacionalmente conhecida.

A primeira audiência pública em Monte Alegre para a oitiva da população sobre as concessões florestais ocorreu no dia 7 de novembro de 2011, na qual foi levado para apresentação nove UMF da FLOTA do Paru. Após dar explicações sobre as concessões, o então Diretor de Gestão de Florestas Públicas do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (IDEFLOR-BIO; PARÁ, 2011, p. 7) “[...] apresentou o mapa do diagnóstico

socioeconômico enfatizando que os lotes em concessão não estavam sobrepostos a nenhuma ocupação ou uso por populações locais”.

No ensejo das contestações dessa afirmação, levantadas pelo representante da Associação Hortoflorestal de Monte Alegre que “[...] solicitou a inserção da balata, como espécie de uso não madeireiro e que assim como a castanha tenha uma faixa reservada no rio Maicuru” (PARÁ, 2011, p. 7) e que “[...] seja apresentada a metodologia de fiscalização, pontuando que o monitoramento via satélite por si só não é eficiente, para que possa ser melhor entendido por todos”.

A preocupação do representante da Associação Hortoflorestal se referia principalmente ao temor de que a balateira – pelas características semelhantes às da maçaranduba – fosse abatida nas concessões florestais. O representante do IDEFLOR-BIO respondeu (PARÁ, 2011, p. 7) que “[...] a legislação permite uma intensidade de corte máxima de 30 m³/ha/espécies e que com certeza existe uma densidade muito maior que isso de maçaranduba e, portanto, não vai ser extinta”.

De acordo com Silva (2017) durante essa discussão um técnico do Ministério Público no Estado do Pará – MPE chamou a atenção para as condições de trânsito nas UMF, explicando que o mesmo “[...] é controlado através de guaritas, portões, entre outros” (PARÁ, 2011, p. 7), o presidente da sessão de audiência pública “[...] informou que o trânsito dentro da área de concessão deve ser precedido de um plano de uso das comunidades locais”.

Foi a primeira vez que se formulou explicitamente a necessidade da formalização, por parte da comunidade, das suas intenções e modos de uso dos recursos naturais na FLOTA, extremando a tendência de burocratização das relações, antes tradicionais, para viabilizar o trabalho nos balatais do rio Maicuru. Nesse contexto, o maior desafio dos balateiros seria fazer com que o estado do Pará reconhecesse sua existência como grupo usuário da FLOTA Paru.

Nestes termos, eles seriam sujeitos de direitos que são assegurados por institutos jurídicos nacionais e internacionais que visam assegurar sua “[...] forma peculiar de apossamento da terra [...] assim como sua forma especial de utilizar os recursos naturais” (Benatti, 1999, p. 117). No entendimento de Silva (2017), sua maior dificuldade seria romper o significativo desconhecimento que havia a seu respeito, já que a crença geral era de que o “tempo da balata” acabara na década de 1970.

A existência de balateiros atuantes até recentemente era de fato desconhecida pela maioria da população do Baixo Amazonas. Ainda segundo Silva (2017), ignorava-se o fato de o trabalho desses homens ser a condição para a existência do artesanato de figuras representativas da fauna e da flora da Guiana e da Amazônia, ou os bichinhos de balata como ficou conhecida essa forma de expressão cultural, cobiçados pelas crianças todo domingo na praça da República, em Belém, e diariamente pelos turistas nas lojas de artesanato e souvenirs do Pará.

Ignorava-se, ainda, ser aquele trabalho a fonte exclusiva da matéria-prima de um dos tipos de artesanato mais representativos do estado. Para completar, nos discursos e documentos veiculados pelo estado do Pará a respeito da FLOTA do Paru, o que se enfatizava era a necessidade de promover o desenvolvimento do Pará a partir de suas riquezas florestais, contendo ao mesmo tempo a exploração clandestina de madeira.

A partir de então, a demanda dos balateiros passou a compor pautas de discussão de diversas reuniões e entidades como ocorreu em 2013 na reunião da Comissão Estadual de Florestas (COMEF) que fora convocada para analisar o Pano Anual de Outorga Florestal (PAOF).

Durante essa reunião representante do Ministério Público Federal (MPF) questionou sobre a inclusão de áreas de balatais nas propostas de concessão florestal. Em respostas, o representante do Instituto do Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade – IDEFLOR-Bio afirmou (PARÁ, 2013, p. 3) que “[...] tem conhecimento da existência dos balateiros, porém o órgão não tinha conhecimento de quais eram as áreas de balatais que estariam sobrepostas pelas UMF e que seria realizada uma visita para a identificação e demarcação dos balatais”.

Informou ainda que “[...] no edital de Concessão desta região, estará contemplada a possibilidade de extração da Balata pelos comunitários levando-se em conta que o período de extração da madeira, não coincide com o período de extração da balata” (PARÁ, 2013, p. 3). Após estes esclarecimentos, o MPF fez incluir no PAOF 2013 uma ressalva referente ao adiamento da concessão de novas UMF da FLOTA do Paru, até que a área explorada por aqueles extrativistas fosse devidamente identificada (PARÁ, 2013, p. 5): “[...]”

a área extrativista em questão será previamente identificada e só assim depois de sua identificação e destinação, esta será alvo de Concessão”.

Em abril de 2013, pela primeira vez os representantes dos órgãos ambientais do estado se deslocaram até Monte Alegre para uma reunião com o grupo de balateiros, que vinham sendo acompanhados pelo Ministério Público Estadual (MPE) e pela Defensoria Pública do Pará. Nesta reunião, ficou acordado que técnicos da Sema e do IDEFLOR-Bio, junto com alguns balateiros, fariam uma expedição ao rio Maicuru para avaliar os encaminhamentos seguintes, que previam a identificação botânica da balateira e um mapeamento preliminar dos balatais.

A expedição não foi realizada, mas, em julho de 2013, foi emitido o Parecer Técnico IDEFLOR/DGFLOP nº 17/2013 que sustentava a inclusão da *Manilkara bidentata* na lista das espécies proibidas de corte nas concessões na FLOTA do Paru (SILVA, 2017). E após expedido este parecer, o grupo de balateiros sentiu-se estimulado e mais seguro quanto à sobrevivência das balateiras diante das concessões em curso, muito embora eles constatassem que os técnicos das concessionárias normalmente ignoravam a distinção entre a balateira e a maçaranduba – que é destinada para corte, dentro das UMF identificando balateira como se fosse maçaranduba.

Apesar deste problema de identificação, o posicionamento favorável do IDEFLOR-Bio em proteger de corte a balateira demonstrou que as demandas do grupo começaram a ser ouvidas pelo estado, marcando o reconhecimento de sua existência como “sujeitos de direito” e abrindo diálogo para a negociação do acesso e uso dos balatais pelo grupo de balateiros, independente de se situarem ou não nas áreas destinadas à concessão florestal.

No que se refere ao reconhecimento de populações tradicionais como “sujeitos de direito”, Shiraishi Neto e Dantas (2008) apontam que essa transformação impõe a esses grupos sociais uma “nova” maneira de se relacionar entre si e com a própria natureza. Esse processo aproxima as “práticas sociais” desses grupos aos modelos jurídicos, que em muito diferem no seu significado.

Os traços característicos das diferentes “práticas” desses grupos sociais são reduzidos a uma única modalidade, que compreende o sujeito separado do objeto. A redução das “práticas” aos aspectos formais simplifica a complexidade das experiências, inscritas em diferentes modos de representação,

apropriação, uso dos recursos naturais e da terra, os quais envolvem conhecimentos que se encontram profundamente enraizados em diferentes contextos locais.

Deste modo, articulando as discussões a partir do ponto de vista do direito, trata-se de refletir “comunidade local”, enquanto “novos” sujeitos de direito. Daí é que decorrem os problemas de tentar integrar esses “novos” fenômenos sociais às velhas categorias jurídicas.

Ainda com este pequeno avanço, o reconhecimento alcançado pelo grupo de balateiros, na prática não contribuiu em muito para a melhoria das condições de balateiros em relação a FLOTA Paru, visto que a identificação e a destinação dos balatais para uso do grupo que fora prevista no Paof-2013 não se consumava, e o estado já se preparava para a publicação de outra licitação para a concessão de outras UMF.

Em complemento a estagnação das demandas dos balateiros pelas concessionárias, em reunião do Conselho Consultivo da FLOTA que ocorreu no ano de 2013, que contava com a presença de balateiros e artesãos de balata, representantes do IDEFLOR-Bio afirmaram que desconheciam a existência de balateiros na região, questionando ainda o porquê de não haverem se manifestado nas oportunidades de oitiva da população que se deram através das audiências públicas que ocorreram antes da criação da UC.

Outra questão que foi duramente exigida dos representantes do IDEFLOR-Bio na ocasião dessa reunião foi a constituição pelo grupo de uma pessoa jurídica para lhes representar perante o estado do Pará. Todas essas declarações e situações apontadas pelos órgãos estatais, serviram como um reforço à situação de invisibilidade e esquecimento que o grupo vinha tentando sair.

Nos últimos meses do ano de 2013, o IDEFLOR-Bio apresentou a minuta de um Termo de Uso que os extrativistas deveriam assinar para explorar balata nas referidas UMF, a apresentação deste documento se deu durante a audiência pública que antecedia o lançamento do edital de Concorrência nº 001/2013, visando à concessões das UMF V, VI e VII (claramente sobrepostas a áreas de balatais mapeadas pelos balateiros em 2012). O Termo de Uso (TU) intitulado “Compatibilização com a atividade de comunidade local” era um anexo do edital e incluía deveres e direitos de todas as partes.

Na perspectiva do IDLEFOR-Bio, o Termo de Uso fora elaborado com base na prerrogativa de compatibilização das atividades do concessionário com o uso comunitário de recursos da UC, de acordo com o artigo 2º da Lei Federal nº 11.284/2006, inciso III, que se refere “[...] ao respeito ao direito da população, em especial das comunidades locais, de acesso às florestas públicas e aos benefícios decorrentes de seu uso e conservação”.

A minuta do Termo de Uso tinha como ponto principal a exploração de balata (látex), excluindo do debate qualquer outra possibilidade de uso da balateira (árvore) ou de outra espécie florestal. Além disso, impõe que só poderão ser exploradas as árvores identificadas em inventário florestal, mediante compatibilidade com a atividade exploratória de produtos madeireiros. De acordo com o Termo de Uso, os balateiros – entendidos como usuários – se obrigam a declarar a quantidade de produto explorado e a comercializar o produto auferido do manejo.

Apesar de intensamente debatida em audiência, a minuta do Termo de Uso deixou de tratar de algumas questões fundamentais para os balateiros, a exemplo, questão fundamental do ofício dos balateiros que ficou de fora das discussões desse documento foi a subsistência do grupo durante o período de extração do látex, especificamente pela vedação da exploração de outros recursos florestais, da caça e da pesca nas UMF.

Essa questão despertou grandes preocupações dos extrativistas visto que sem poder caçar, pescar e coletar produtos florestais nas matas, não conseguem se manter nos balatais pelo tempo necessário para a extração da quantidade de látex suficiente nem mesmo para o pagamento de despesas da expedição ao balatal. Insatisfeitos com as novas regras impostas pelos órgãos ambientais do estado, balateiros solicitaram do MPE esclarecimentos sobre o Termo de Uso e a obrigatoriedade de assiná-lo, bem como de formar uma associação para representá-los.

O MPE passou então a acompanhar de perto as discussões entre balateiros e os órgãos ambientais do estado. Após algumas reuniões discutindo sobre o tema, o órgão ministerial lançou a proposta da construção de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em benefício do grupo, o qual seria assinado pelos balateiros, representados por entidade representativa de classe, IDEFLOR-Bio e a empresa concessionária ganhadora do certame.

A partir das exigências do órgão ambiental para que balateiros constituíssem uma entidade representativa da classe, em abril de 2014, com o apoio de colegas inativos, artesãos e outros apoiadores da causa, balateiros fundaram a “Associação de Balateiros da Calha Norte”. Todavia, o registro da associação em cartório demorou mais de um ano e exigiu sucessivas juntadas de documentos, obrigando a inúmeras idas e vindas dos responsáveis a povoados rurais em busca dos sócios.

Sobre a união de balateiros ativos e inativos, artesãos e outros apoiadores da causa, Shiraishi Neto e Dantas (2008) entendem que nesses casos, o estopim do conflito em torno do território e a iminente ameaça de serem impedidos de adentrar nos seus espaços de trabalho e reprodução sociocultural acabam estabelecendo no interior e fora do grupo, a despeito da heterogeneidade que possa existir entre eles, modos de coesão e de solidariedade, que se expressam para além dos contextos mais localizados.

Para isso, intensificam as relações com o intuito de reduzir as diferenças; e o fazem a partir de intenso processo de mobilização e organização social. Aproveitaram para isso o seu conhecimento, intensificando as relações de trocas e modalidades de “ajuda mútua”. Isso, apesar de sempre presentes no cotidiano desses grupos sociais, reforçando e tecendo as relações, essas modalidades não eram catalogadas como jurídicas.

A intensificação das trocas pode ser percebida de diversos modos. Elas se relacionam com a melhoria ou a produção de determinado produto às ações e estratégias para enfrentar as situações de conflito (SHIRAISHI NETO, DANTAS, 2008, p. 128). O procedimento adotado – que privilegia a descrição dos dispositivos – desvinculado da situação vivenciada pelos grupos sociais diretamente envolvidos, pode se colocar como um “obstáculo” às ações e estratégias dos próprios grupos que, em função dos conflitos, vêm construindo e estreitando laços que extrapolam os problemas vivenciados.

Inclusive, tais laços podem afastar possíveis divergências, diante das necessidades de se fortalecerem para garantir e reivindicar os seus territórios (SHIRAISHI NETO, DANTAS, 2008, p. 128). E após registrada em cartório a associação e concluídas as negociações entre a promotoria, o IDEFLOR-Bio e os balateiros, em dezembro de 2015, reuniram-se em Monte Alegre para a assinatura do TAC.

Durante as últimas discussões antes da assinatura do TAC, este acabou se transformando num Termo de Compromisso (TC), a mudança na nomenclatura do instrumento se deu por solicitação do concessionário que alegou não haver ocorrido conduta alguma para ser ajustada, posto que a empresa não teria iniciado as operações na UMF. O TC foi bem aceito pelos envolvidos nas discussões. Segundo Santilli (2005), o TC tem sido usado como estratégia para regular o uso de recursos naturais existentes no interior das UC por comunidades tradicionais não residentes, mas usuárias desses recursos.

Pelo TC, o concessionário se comprometeu a não explorar a balateira; autorizar o acesso dos extrativistas na área sob concessão, quando das expedições de coleta; possibilitar que um associado ou técnico indicado pela Associação dos Balateiros da Calha Norte do estado do Pará – ABCN acompanhe o inventário florestal; e considerar a possibilidade de cooperação com o grupo ou fomento da sua atividade, na prática a legitimação social da concessão.

Por outro lado, o IDEFLOR-Bio se comprometeu a promover e acompanhar a exclusão da balateira da exploração das UMF V, VI, VII a fim de preservar para o uso dos extrativistas; tomar providências para que o representante da ABCN ou técnico por ela indicado acompanhe o processo de inventário florestal das áreas; e adotar providências para garantir o acesso dos balateiros à FLOTA do Paru para extração sazonal da balata, bem como o uso de recursos que garantam a subsistência dos extrativistas no período da coleta.

Por um lado, o TC começou a dar efetividade aos direitos socioambientais dos balateiros e atribuiu responsabilidades ao estado do Pará que antes não lhes eram atribuídas. Por outro lado, contribuiu para aumentar os problemas dos balateiros no que diz respeito à burocratização de suas modalidades tradicionais de organizar o trabalho e comercialização da balata.

Com o TC, a Associação recém fundada assumiria o compromisso de informar à empresa concessionária e ao IDEFLOR-Bio, com antecedência de 30 dias da expedição de coleta, o período de extração da balata, as pessoas que farão a extração, bem como o acesso a ser utilizado, e ao final, a quantidade explorada. E com todas as novas exigências estabelecidas no TC entre balateiros, estado do Pará e concessionária, o grupo de balateiros foi levado a criar novas possibilidades de organização do trabalho com essa matéria prima,

modificando seu planejamento, execução das expedições, comercialização da produção entre outras mudanças.

Em que pese o Decreto nº 6.040/2007, preconizar o respeito às modalidades próprias de organização social de povos e populações tradicionais, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição.

Para fazer jus ao direito de acessar e usar recursos naturais tradicionalmente explorados, os balateiros tiveram que se reorganizar a partir da burocratização e da judicialização de suas relações de trabalho nos balatais, contrariando os costumes das turmas e todas essas situações e exigências representam um ônus para os balateiros além de sofrerem uma modalidade de violência institucionalizada pelo estado do Pará.

A criação de uma associação para lhes representar juridicamente perante o Estado importa no reconhecimento do grupo de balateiros como “sujeitos de direito”. Para Shiraishi e Dantas (2008), se por um lado o dispositivo serve para reconhecer a existência social dos grupos, garantindo-lhes a possibilidade de dispor do seu conhecimento como qualquer outro cidadão, por outro, favorece o desmonte da sua estrutura social, retirando a possibilidade da coexistência das modalidades tradicionais com essa “nova” que requer esse “novo” sujeito de direito.

Ainda de acordo com esses dois autores (SHIRAISHI NETO, DANTAS, 2008), a dificuldade de enquadrar as “comunidades locais” na categoria “sujeito de direito”, implica em reflexões mais profundas e mais cuidadosas, levando-se em consideração os diferentes grupos sociais. Nesses processos, é importante atentar para as especificidades que caracterizam cada comunidade, sob pena de comprometer a sua reprodução física e social, nos moldes tradicionalmente vivenciados.

Fica evidente que os modos adotados pelo estado do Pará para amenizar as perdas e reconhecer direitos ao grupo de balateiros contraria a legislação nacional vigente que atribui ao Estado o dever de identificar as UC estaduais e os grupos que a ocupam. É de destacar-se a transferência, aos interessados, do ônus da comprovação de que o grupo existe e faz jus aos direitos assegurados às populações tradicionais.

Afinal, a lei de gestão de florestas públicas (Lei 11.284 de 2006) contempla, em seu art. 3º, que são compatíveis com as UC de uso sustentável “[...] as populações tradicionais e outros grupos humanos, organizados por gerações sucessivas, com estilo de vida relevante à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica”. Deste modo, entende-se que os balateiros estão amparados sob a categoria de populações tradicionais e não deveriam ter que comprová-lo.

Balateiros assim como outras populações tradicionais de extrativistas foram invisibilizados desde os primeiros passos para a criação da UC, ao passo que o Estado sequer os identificou como usuários da área destinada à criação da FLOTA Paru. A esse respeito e como posto por Diegues (1993) e Zhouri (2008), vale assinalar que, não obstante as diversas menções que lhes faz a legislação ambiental, os direitos de participação e decisão das populações locais são frequentemente desrespeitados nos processos de criação e gestão de UC no Brasil.

Sobre as audiências públicas que fazem parte desses processos, em especial, é patente que elas não satisfazem as necessidades de esclarecimento dos participantes, constituindo apenas o cumprimento de uma norma (ZHOURI, 2008). Assim, além da invisibilidade sociocultural que vinham tentando desvencilhar-se, os balateiros foram obrigados a lidar com a invisibilidade instituída pelas organizações estatais, que ao desconsiderar insistentemente sua existência, e por fim, exigir que estes constituíssem uma pessoa jurídica para lhes representar.

E isso para que pudessem falar na linguagem jurídica perante o estado do Pará, foram assentados num ambiente totalmente estranho aos seus modos tradicionais de relacionar-se. Todo esse processo representou, concretamente, a perda da dignidade do grupo de balateiros que teve sua existência, sua voz, sua imagem e seus direitos insistentemente negados por instituições estatais, isso tudo, a despeito da existência de leis e dezenas de produções científicas afirmando sua existência e seus direitos.

6 CAMPO DE FORÇAS QUE ENVOLVE BALATEIROS E ESTADO

A partir da descrição feita no tópico anterior fica evidente que os balateiros, a exemplo de tantos outros grupos têm se insurgido contra a “continuidade do colonialismo”, “os silêncios da história oficializada” e contra o neocolonialismo que vêm se instituindo em passos largos na Amazônia brasileira (SANTOS, 2014, p. 13). A luta constante do grupo tem demonstrado algum êxito na seara do campo jurídico no qual o direito se produz, reproduz e se difunde, impondo – como posto por Foucault (1996) – suas “[...] verdades jurídicas”.

A exemplo de tantos outros grupos sociais, os balateiros têm surgido no cenário jurídico após décadas de terem sido mantidos à sombra. No caso posto em discussão, emerge a identidade coletiva que desenha, no espaço jurídico, a relevância de práticas que, por si só, redefinem velhas categorias jurídicas, como sujeitos e direitos subjetivos.

Nesta direção, suas ações têm servido para afirmar a existência daquilo que tem sido negado; assim, para Fachin (2013, p. 12), “[...] a pluralidade de fenômenos informativos do Direito e os limites reducionistas do sistema jurídico clássico para apreender e respeitar as práticas socioculturais de grupos específicos”.

As demandas expressas por balateiros e ex-balateiros, identificam-se claramente com outras demandas de identidades coletivas como as quebraadeiras de coco babaçu e quilombolas que objetivadas em movimentos sociais, encontram as condições para construir uma consciência de si mesmos. O processo de autoafirmação da existência do grupo de balateiros coloca-se contra os classificadores que pretendem dizer o que os outros são, que pretende impor-lhes suas próprias definições, do mesmo modo como procediam as autoridades coloniais em épocas passadas.

Afinal, não se pode esquecer que os critérios de classificação dos grupos sociais se relacionam a um exercício de poder, pois tudo se mantém organizado apenas por que pode ser encaixado num esquema classificatório que permanece incontestado (SHIRAISHI NETO, 2013). Na realidade, a omissão do Estado brasileiro – que se prolongou por décadas – acabou gerando um

enorme déficit de direitos para os diversos grupos sociais, inclusive para aquelas que foram denominadas de “minorias”.

Por ocasião da implementação de leis para subsidiar políticas públicas, os problemas das populações tradicionais se agravaram, uma vez que comumente são pensados e tratados de modo universal e não como problemas singulares, que pudessem ser resolvidos por meio de políticas mais localizadas, isto é, os problemas tidos como universais são atacados de modo conjunto. O que vem ocorrendo na prática é que a concretização de muitos desses direitos das “minorias” vêm se verificando nas últimas décadas a partir de grupos sociais que se constituem em portadores de uma identidade coletiva.

É isso para assegurar, garantir ou reivindicar direitos, como é o caso dos balateiros de Monte Alegre, dentre muitos outros extrativistas (SHIRAISHI NETO, 2013). Aliás, os problemas afetos ao reconhecimento de direitos dos balateiros têm se colocado em contextos que estão relacionados aos critérios de distinção e classificação de grupos sociais no Brasil, sobretudo por não se enquadrarem perfeitamente nas situações sociais até então designadas pelos dispositivos administrativos e legais, como ocorreu com os seringueiros, por exemplo, os quais a própria Constituição Federal de 1988 faz referência.

Essas constatações indicam as dificuldades de se tentar aproximar os modos organizativos previstos no ordenamento jurídico das situações de fato experimentadas por esse grupo social, uma vez que não se pode reduzir a complexidade das relações sociais às possibilidades previstas nos estatutos jurídicos. As definições contidas nos textos jurídicos precisam ser interpretadas a partir das situações vivenciadas de fato, sob pena de que os direitos inscritos nos textos não sejam aplicados. Trata-se, como posto por Shiraishi Neto (2013), de teoricamente tentar reconhecer a validade e a plena eficácia desses dispositivos perante as situações “reais”.

Nesta perspectiva, coloca-se a necessidade de enfrentar os problemas jurídicos a partir da representação dos grupos sociais, que invocam seus direitos em face do direito. Para que sejam efetivados os direitos invocados pelo grupo de balateiros, é necessário que sejam reconhecidas as práticas sociais do grupo como direitos. É válido lembrar que a proposta inicial deste capítulo é, antes de qualquer coisa retirar o grupo de balateiros de uma invisibilidade imposta pelo

“mundo” jurídico, uma vez que no plano social e político já obtiveram algumas conquistas, isto é o reconhecimento de sua existência e de seu ofício.

Para isso se faz necessário analisar as relações constitutivas do “campo jurídico” que se relacionam em uma luta para obter o “[...] direito de dizer o direito” (FOUCAULT, 1979). Assim, o “campo jurídico” é formado por “verdades jurídicas”, e essas verdades, na perspectiva de Foucault estão associadas aos modos de poder, que acionam esquemas e instâncias que permitem que seus enunciados sejam difundidos e acatados de maneira consensual por todos os indivíduos da sociedade.

E isso sem qualquer tipo de questionamento a respeito de sua função, esse poder pode ser interpretado a partir de um processo de dominação simbólica (FOUCAULT, 1979). Ainda, há de se ter em vista que o direito é um produto da invenção humana, o entendimento do que seja ou não o direito se dá no plano das disputas políticas que se realizam no campo jurídico, onde os intérpretes têm um papel fundamental.

Nessa perspectiva, parte-se da premissa de que o direito não é e não pode ser construído somente sob o enfoque da Lei, da jurisprudência ou da doutrina, mas tomando como base a própria sociedade, a partir da concepção do direito como “[...] prática social” (FOUCAULT, 1996). Foucault (1996) nomeia entre essas “[...] práticas sociais [...]” como as práticas jurídicas como sendo uma das mais importantes modalidades de produção de uma certa história da verdade.

Para o autor, essas práticas seriam capazes de definir modos de saber e sujeitos de conhecimento, ou melhor, essas modalidades seriam responsáveis por definir determinadas possibilidades de verdade que acabam por ser impostas e acatadas por toda a sociedade e servem ainda para produzir e reproduzir instrumentos de dominação. Segundo Foucault (1996), as práticas jurídicas representam um conjunto de estratégias e tecnologias adotadas de modo regular, que determinam possibilidades de dominação e de sujeição não vinculadas à legitimidade ou à legalidade.

Para Miaille (1994), a falsa transparência do direito vinculada à dominação do espírito positivista, o idealismo profundo das explicações jurídicas e a independência da ciência jurídica seriam obstáculos atribuídos ao direito e precisariam ser “removidos”. Assim, tenta-se neste trabalho desmistificar a natureza determinista das práticas jurídicas que se denominam como

verdadeiras e incontestáveis. O direito trata de disputas, cujo resultado prático incide diretamente em todas as relações que compõem o tecido social.

Nesse processo de disputas no espaço interior ou fora do “campo jurídico”, configura-se um abismo entre as práticas jurídicas e as situações de fato. Por isso a concretização do que se denomina direito se realiza no plano do jogo das forças sociais que determinam as práticas jurídicas, organizando o próprio direito (SHIRAISHI NETO, 2013). Aliás, o jogo de forças que define o atual modelo jurídico tem se mostrado ineficiente em dar respostas às questões demandadas pela sociedade moderna de massa.

E, sobretudo, no que diz respeito aos “direitos coletivos”, que envolvem interesses de grupos sociais diversificados (WOLKMER, 2001). No Brasil, o pluralismo jurídico vem sendo colocado como uma saída para o problema da ineficiência do atual modelo jurídico (SHIRAISHI NETO, 2013). De acordo com esse mesmo autor, não se trata esse direito plural de toda e qualquer ação, mas sim de ações legítimas, amparadas num processo de luta por direitos que outrora foram negados pelo estado do Pará, como vem ocorrendo no caso dos balateiros.

O que Shiraishi Neto (2013) propõe é o rompimento com o dogma da universalidade do direito. E desse modo reafirma a complexidade das relações sociais, que se organizam espacialmente de modo diferenciado, consoante as forças que se estabelecem no interior da sociedade.

7 CONSIDERAÇÕES

Fica claro que as populações tradicionais residentes no interior da FLOTA do Paru – a exemplo dos balateiros – têm sido invisibilizadas e marginalizadas pelo estado do Pará no contexto de criação, gestão e destinação dessa UC. Na prática, ao contrário do que é previsto na legislação ambiental, executam-se políticas que beneficiam setores econômicos (especialmente empresas madeireiras) da sociedade, em detrimento das populações locais, como se constata nas concessões florestais da FLOTA do Paru.

O modelo de concessão florestal tem sido propagado como o novo paradigma de uso sustentável de florestas públicas, e conta com forte apoio de organizações multilaterais como o Banco Mundial (BM) e de

diversas Organizações Não Governamentais (ONG) de cunho ambientalista (ZHOURI, 2006). Embora esse modelo esteja vinculado à imagem de “novo”, a implementação de concessões florestais apresenta continuidade em relação a velhos conflitos vividos por populações tradicionais espalhadas pelo país, no que diz respeito à gestão de UC de uso sustentável.

O caso dos balateiros trazidos à discussão apresenta uma crítica aos discursos jurídicos e econômicos cristalizados, sobretudo aqueles que se ocupam em tratar o desenvolvimento da região amazônica em função da riqueza de sua biodiversidade, como ocorre nos discursos sobre as concessões para exploração florestal. No caso proposto, há um exercício pelo qual as “categorias jurídicas” são confrontadas com as situações vivenciadas pelo grupo social portador de identidade específica, ou seja, os balateiros.

Verifica-se que os discursos jurídicos utilizados na tentativa de compreender os fenômenos sociais analisados neste capítulo não possuem suficiência nas respostas que têm dado à sociedade, não têm sido capaz de dizer o que é direito e o que não é, portanto, está em dissonância com as realidades vividas pelos grupos. Essa afirmação é constatada em situações simples da vida cotidiana do grupo de balateiros como ocorreu quando a SEMA-PA proibiu os balateiros de caçar e pescar no interior da UC enquanto permanecessem realizando a extração do látex (de 4 a 6 meses).

No caso dos balateiros existe uma especificidade apesar de a grande maioria haver trabalhado no período e com a mesma finalidade dos seringueiros à época dos “esforços para a Guerra”, os balateiros constituíram identidade própria e uma rede de relações internas e externas. Por sua vez, tal identidade expressa um modo próprio de se posicionar no mundo, modo esse que se traduz em práticas jurídicas igualmente específicas que lhes assegura e garante um sistema econômico singular, com produção específica, ou seja, com reprodução física e social.

Suas práticas estão para além de uma racionalidade econômica de acumulação de bens e capital, movidas por categorias como trabalho assalariado e lucro. De fato, os balateiros organizam sua produção em consonância com as suas necessidades e capacidade de trabalho, relacionando-se com os circuitos de mercado de modo próprio.

No que se refere às situações vivenciadas por balateiros perante o Estado, as normas jurídicas têm que ser primordialmente dirigidas ao reconhecimento de seus direitos para que possam acessar e usar os recursos florestais do espaço reivindicado, recursos esses visceralmente associados às suas modalidades de produção e reprodução social, econômica, cultural e ambiental, sendo que para se chegar à essas situações ideais é impossível dissociar o indivíduo de seu espaço de trabalho.

A falta de acesso aos territórios e aos recursos naturais correspondentes expõem os balateiros à condições de vida precárias ou subumanas, maior vulnerabilidade social, além de sujeitá-los a situações de extrema desproteção jurídica perante as empresas concessionárias que estão em disputa pelo uso dos recursos florestais da FLOTA Paru. Além disso, a invisibilidade social e jurídica que assola os balateiros têm lhes causado sofrimento e angústia e sentimento de impotência perante o Estado e empresas privadas, prejudicando totalmente o seu modo de vida. Este fato representa violações de seus direitos humanos.

A garantia de direitos para esse grupo se faz por meio do acesso ao território construído culturalmente, o qual denominaram “balatais”, e do uso dos recursos naturais no interior desses espaços. Mas o direito fundamental à diferença e os direitos territoriais desse grupo têm sido confrontados diante da criação da FLOTA do Paru e da implementação de concessões florestais na UC, deste modo se faz imprescindível o debate em torno dessas relações que se apresentam entre balateiros, o estado do Pará e o Estado nacional.

Destaque-se que o caso dos balateiros não é isolado, é um dos casos típicos de conflitos gerados pela criação de áreas de conservação, onde já existem populações vivendo, assunto este amplamente discutido por muitos autores.

Ao final das considerações, é crucial destacar como o estudo da criação da FLOTA do Paru e o conflito com os balateiros pode significativamente contribuir para a sustentabilidade ambiental de comunidades similares às estudadas. As principais contribuições incluem:

1. **Modelo de Gestão Sustentável:** O estudo demonstra um modelo de gestão de recursos naturais que promove a sustentabilidade ao equilibrar o uso econômico dos recursos com a conservação ambiental. Isso pode inspirar outras comunidades a adotarem práticas semelhantes, minimizando impactos negativos no meio ambiente.

2. **Conservação da Biodiversidade:** A criação da FLOTA e a gestão adequada dos recursos naturais ajudam na conservação da biodiversidade local. Esse aspecto é crucial para comunidades que dependem dos recursos naturais para sua subsistência, garantindo a preservação dos ecossistemas a longo prazo.

3. **Empoderamento Comunitário:** O estudo evidencia como o envolvimento ativo de grupos e populações tradicionais na gestão dos recursos naturais não apenas protege o meio ambiente, mas também fortalece os laços comunitários e melhora as condições socioeconômicas locais. Esse empoderamento pode ser replicado em outras áreas para promover desenvolvimento sustentável.

4. **Soluções para Conflitos Socioambientais:** O manejo adequado dos recursos pode reduzir conflitos entre diferentes grupos de interesse, como os balateiros e o estado do Pará, por exemplo. A busca por soluções colaborativas são lições importantes para comunidades enfrentando desafios semelhantes.

5. **Educação Ambiental e Consciência:** O estudo pode servir como uma ferramenta educativa poderosa, aumentando a conscientização sobre a importância da sustentabilidade ambiental. Podendo motivar ações individuais e coletivas em prol da conservação ambiental, beneficiando não apenas as comunidades estudadas, mas também outras que possam estar em situação semelhante.

Portanto, as descobertas e aprendizados do estudo podem ser aplicados e adaptados para promover práticas mais sustentáveis e resilientes em comunidades similares, contribuindo significativamente para a proteção ambiental e o bem-estar de populações tradicionais a longo prazo.

Agradecimentos: CAPES.

REFERÊNCIAS

BENATI, J. H. Unidades de Conservação e as populações tradicionais: uma análise jurídica da realidade brasileira. **Novos Cadernos NAEA** vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

BRASIL. **DECRETO N. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. [S.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em 01 de junho de 2019.

BRASIL. Constituição. Constituição: **República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **LEI N º 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

BRASIL. **LEI Nº 11.284, DE 2 DE MARÇO DE 2006**. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11284.htm>. Acessado em 22.06.2024.

CARVALHO, L. G. de. Dor de balateiro é igual dor de mulher esquecida: memórias dos balatais do Pará. **Revista de Antropologia**, [S.l.], n. 42, pp. 89- 100, 2013a.

CARVALHO, L. G. de. **Memórias de trabalho**: balateiros de Monte Alegre. Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2011.

CARVALHO, L. G. de. Relações de trabalho nos balatais do Pará. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 373-400, jan.-jun. 2013b.

CARVALHO, L. G. de; SILVA, M. A. da. Os balateiros da Calha Norte: a emergência de um grupo diante das concessões florestais no Pará. **Revista Contemporânea de Antropologia: Antropolítica**, n.42, Niterói, p.164-198, 1. sem.2017.

DIEGUES, A. C. S. Populações Tradicionais em unidades de conservação: O Mito Moderno da Natureza Intocada. In: Paulo Vieira e Dália Maimon (Org.). **As Ciências Sociais e a Questão Ambiental - Rumo à interdisciplinaridade**. Belém, APED ed e UFPA, 1993.

EMBRAPA, Maçaranduba, *Manilkara huberi*. **Projeto Dendrogene. Espécies Arbóreas da Amazônia**, n 4. Folheto. Belém, 2004.

FACHIN, L. E. Multiculturalidade jurídica, a afirmação do direito ao reconhecimento. In: SHIRAISHI NETO, J. **O direito das minorias**: passagem do “invisível” real para o “visível” formal? – Prefácio Manaus: UEA Edições, 2013. 188p.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. de: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU, 1996.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. de: Roberto Machado. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal ed. 1979

GRANZIERA, M. L. M. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, C. C. O. *et al.* Flota do Paru: reflexões preliminares sobre extrativismo e concessões florestais. **Fragmentos de Cultura**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 171-184, 2015.

MESQUITA, B. A. de. Conflitos Territoriais na “era do capital”. In: **Meio Ambiente, Território & Práticas Jurídicas: enredos em conflito**. SHIRAISHI NETO, J.; LIMA, R. M. CARDOSO, L. F.; MESQUITA, B. de A. de M. (ORG.). São Luiz: EDUFMA, 2011.

MIAILLE, M. **Introdução crítica ao direito**. Tradução de Ana Prata. 2.ed. Lisboa: Editora Estampa, 1994.

MILEO, B. A. P. **Regulação dos usos florestais**: Estudo sobre os termos de uso para extrativismos vegetais no contexto das concessões empresariais na Floresta Estadual do Paru (Estado do Pará, Brasil). Tese de Doutorado apresentada á Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Portugal, 2021.

PARÁ, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Decreto N.º 6.608/2006**. Cria a Floresta Estadual do Paru nos Municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos, Estado do Pará, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/normas/view/541>>. Acessado em 22.06.2024.

PARÁ. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL **Ata da 1ª reunião ordinária da Comissão Estadual de Florestas** – Comef Ano de 2013. p. 1-6.

PARÁ. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. **Ata da sessão de audiência pública sobre a concessão florestal da Floresta Estadual do Paru realizada em 07 de novembro de 2011 em Monte Alegre/PA**. p. 1-9.

PARÁ. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Plano de Manejo da Floresta Estadual do Paru**. Belém: SEMA; Belém: Imazon, 2010.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo. Ed. Peirópolis. 2005.

SANTOS, B. de S. **O direito dos oprimidos**: sociologia crítica do direito, parte 1. São Paulo: Cortez, 2014.

SHIRAISHI NETO, J.; DANTAS, F. A. de C. A “Comoditização” do conhecimento tradicional: notas sobre o processo de regulamentação jurídica. **Economía y Sociedad**, N.ºs 33 y 34., p 119-131, Enero – Diciembre de 2008.

SHIRAISHI NETO, J. **O direito das minorias**: passagem do “invisível” real para o

“visível” formal? Manaus: UEA, 2013. 188 p.

SILVA, R. U., MELLO, A. H de. Conflitos Socioambientais em Unidades de Conservação: Direitos Fundamentais das Populações Tradicionais *versus* Meio Ambiente. **Revista Agroecossistemas**-Núcleo de Meio Ambiente (NUMA). V. 13, n. 2, 2021.

SIMONIAN, L. T. L. Relações de trabalho e de gênero nos balatais da Amazônia Brasileira. In: SCHERER, E.; OLIVEIRA, J. A. de (Org.). **Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 195-232.

SIMONIAN, L. T. L.; SILVA, J. B.; ANDRADE, R. F. de.; ALMEIDA, A. C. P. C. de., Floresta Nacional do Amapá: um histórico breve, políticas públicas e (in) sustentabilidade. In: **Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá** / Ligia T. L. Simonian (Org.). Belém: NAEA, MPEAP, 2010.

WOLKMER, A. C. **Pluralismo Jurídico**. 3.ed. São Paulo: Alfa Ômega, 2001.

ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability. Desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, nº. 68, p. 97-107, out. 2008.

ZHOURI, A. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 139- 169, 2006.

8

Agro-extractive settlement project and food security in Amazon Floodplain

Shaji Thomas
Oriana Trindade
Elysângela Sousa Pinheiro

INTRODUCTION

The Amazon region, renowned for its ecological and economic wealth (BECKER, 2009), encompasses approximately 800,000 km² of wetlands, of which the floodplains of the Amazon River and its major tributaries constitute roughly 40% (MELACK & HESS, 2010). These floodplains, a mosaic of forests, rivers, lakes, and streams, are biodiversity hotspots and have historically been fundamental to the livelihoods and food security of traditional communities.

This including Indigenous peoples, rubber tappers, and riverine populations (CASTRO, 2002; McGRATH *ET AL.*, 2008; THOMAS, 2014). It has a rich natural landscape and as pointed by Melack *et al.* (2021), Anthony *et al.* (2021) and Pinto *et al.* (2021), composed of forests, rivers, lakes and streams which are home to a wide diversity of fauna and flora.

These communities have developed intricate knowledge systems and resource management practices finely tuned to the floodplain's unique

ecological dynamics. Their socio-cultural diversity is a direct result of prolonged human habitation along the rivers (PINEDO-VASQUEZ *et al.*, 2017), shaping their social organization, economic activities, and cultural identities.

However, land ownership in the Amazon floodplain has been a long-standing source of contention, significantly impacting food security and natural resource governance (BENATTI, 2016). Despite generations of residence and customary resource use, land tenure has remained ambiguous, creating fertile ground for resource conflicts. This ambiguity has frequently been exploited by external actors, such as land grabbers, ranchers, and loggers, leading to the displacement and marginalization of traditional communities.

As Fudemma and Brondízio (2003) point out, land rights are not the only factor influencing resource use; socio-economic and institutional factors, including access to credit, market conditions, community organization, and infrastructure, are also crucial. These factors interact in complex ways to influence resource management decisions and livelihood strategies.

This chapter critically examines the repercussions of these PAE on biodiversity protection and food security, arguing that without genuine social inclusion and stakeholder engagement, such initiatives are unlikely to achieve their stated objectives. Furthermore, it analyses the PAE experience through the lens of common pool resource (CPR) theory and participatory governance, exploring the challenges and opportunities inherent in community-based resource management within complex ecosystems.

In 2006, the Brazilian government launched Agro-Extractive Settlement Projects (PAE) in the lower Amazon floodplain to address land tenure insecurity and promote community participation in natural resource management. PAE represent a specific model of land regularization designed to balance conservation and resource utilization by traditional communities. The program sought to legally recognize land rights while fostering sustainable livelihoods based on agro-extractive activities.

The objective of this study is to analyse the implication of these Settlement Projects in the process protection of biodiversity and food security. Climate change (e.g., severe floods in 2021–2022) has intensified pressure on floodplain resources (COOMES *et al.*, 2022). PAE now cover 15% of the

Lower Amazon floodplain, yet 40% of titled lands remain contested (IPAM, 2023). This chapter evaluates PAE's successes and contradictions, emphasizing their implications for food security and participatory governance.

This chapter critically examines the repercussions of these PAE on biodiversity protection and food security, arguing that without genuine social inclusion and stakeholder engagement, such initiatives are unlikely to achieve their stated objectives. Furthermore, it analyses the PAE experience through the lens of common pool resource (CPR) theory and participatory governance, exploring the challenges and opportunities inherent in community-based resource management within complex ecosystems.

THEORETICAL FRAMEWORK

This study draws upon the theoretical framework of common pool resources (CPR) and participatory governance. Ostrom's (1990) groundbreaking work on CPR management highlights the importance of well-defined property rights, effective monitoring systems, graduated sanctions, and participatory decision-making for sustainable resource use.

Ostrom's research demonstrated that communities can effectively manage CPR over extended periods if they possess the capacity to establish and enforce context-specific rules. The success of CPR management hinges on the ability of local communities to develop and enforce rules that are tailored to their specific ecological and social context.

However, Ostrom also acknowledges the inherent challenges of CPR governance, particularly in situations involving large-scale resources, diverse stakeholder interests, and external pressures. These challenges are particularly pronounced in the Amazon floodplain, where multiple actors vie for resource access, and external forces, such as market dynamics and government policies, can exert significant influence on local resource management practices. Participatory governance emphasizes the involvement of all relevant stakeholders in decision-making processes related to resource management.

It recognizes the invaluable local knowledge and experience that communities possess, which can contribute to more effective and equitable outcomes. Arnstein's (1969) ladder of participation offers a useful framework for

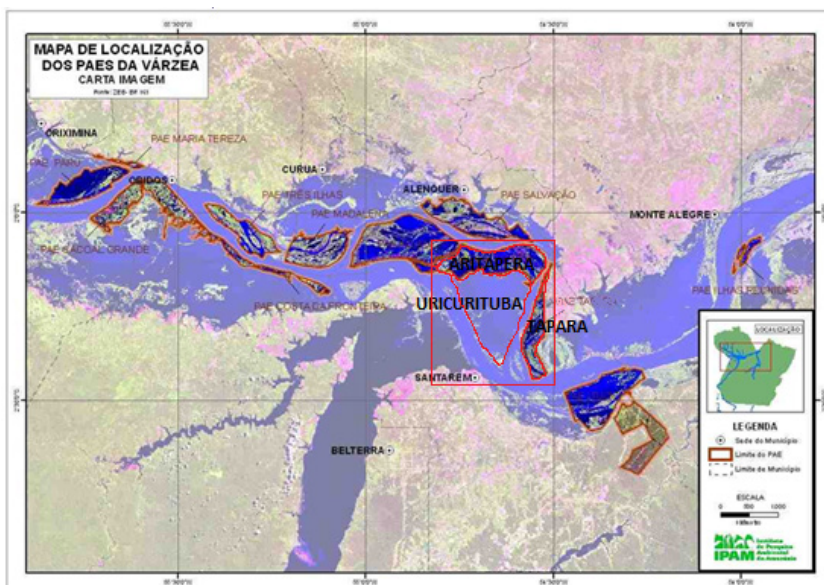
analysing the various levels of stakeholder involvement, ranging from manipulation and tokenism to genuine partnership and empowerment.

Effective participatory governance necessitates mechanisms that ensure local voices are heard and that their concerns are genuinely considered in policy formulation. It also requires that local communities have the capacity to participate meaningfully in decision-making processes. This includes access to information, organizational capacity, and the ability to articulate their interests effectively.

METHODOLOGY

This research employed a mixed-methods approach, combining qualitative and quantitative data collection and analysis techniques. Fieldwork, including participant observation, was conducted between 2010 and 2013 across three PAE: Aritapera, Urucurituba, and Tapara (Figure 1), situated in the lower Amazon River floodplain, Pará state, Brazil. Castro (2002, 2003), McGrath *et al.* (1996), Ruffino (2005) and Thomas (2014) revealed that these PAE typically consist of small communities (30-60 families each), many of which had pre-existing, informal fisheries management agreements.

Figure 1: Map of Agro-extractive Settlements in Lower Amazon Floodplain



Fonte: IPAM, 2008.

Twenty-nine community leaders were interviewed using semi-structured interview schedules, and focus group discussions were conducted to gain insights into local perceptions of PAE implementation and its impacts. The semi-structured interviews explored a range of topics, including land tenure security, resource access, community participation, food security, and perceptions of PAE governance. Focus groups provided a platform for community members to share their experiences and perspectives on the PAE in a more open and interactive environment.

The combination of interviews and focus groups facilitated a more nuanced understanding of the complex social dynamics at play within the PAE. Participant observation provided valuable contextual information, allowing the researchers to gain a deeper understanding of local resource management practices and daily community life. A comprehensive literature review complemented the primary data collection, providing essential contextual information and theoretical insights.

The study used participatory observation methodology to analyse the expansion and construction of new capacities for the management of natural resources in the communities of floodplains of the lower Amazon. During the fieldwork, the researcher participated meetings and other activities held in the community. The social construction of knowledge and interaction presupposes some kind of cooperation between various actors. For this purpose, the methodology included interviews and focus group meetings in the communities.

AGRO-EXTRACTIVE SETTLEMENT PROJECT IN THE FLOODPLAIN

Although the Amazon floodplain covers only 2% of the Amazon basin, its fertile soils and abundant resources are essential to the region's ecology and economy (FALESI, 1999; RIBEIRO, 2007; SECTION, 2008). PAE were established to regulate land ownership and foster community-based resource management (INCRA, 1996), integrating existing local practices into a new institutional framework.

The PAE model aimed to combine land regularization with sustainable resource use by traditional communities. The intention was to provide legal

recognition of land rights for traditional communities while also promoting sustainable livelihoods based on agro-extractive activities. The PAE program represented a significant attempt to address the complex land tenure issues in the Amazon floodplain and to empower local communities in the management of their resources.

The government created Agro-Extractive Settlement Project (PAE) to regulate land ownership and encourage community participation in the management of natural resources of the floodplain (INCRA, 1996; CARDOSO *et al.* 2023; RIBEIRO *et al.* 2021, SANTOS *et al.* 2024). By doing this, the State has incorporated the existing community-based resource management system in to the new institutional model of PAE. And as stressed by INCRA (1996), it is a special mode of settlement, where the activities to be developed based on extraction of natural resources, sustainability and participation of stakeholders.

The proposal of the PAE includes that the Council elected from the community does the administration of the settlement. According to the land-use model, the title of the property belongs to the State and the community would receive “Concession of Real Use” which guarantees community possession of the area.

In spite of the important of the Amazon floodplain in the governance of natural resources and food security, the land situation of these areas has always been ambiguous (BENATTI, 2005; 2009; TRECCANI, 2005). On one side, the floodplain has long been considered as State property and on the other hand, this area has been divided into individual possessions occupied by families for long time. In addition, as families trade the floodplain lands on informal real estate market.

In recent times, individuals occupy most part of floodplain land in an unregulated manner. They explore both natural common forest and aquatic resources present in these areas. The speculation of land has been one of the big motivating forces of appropriation of land by private property owners in this region. This has led to many conflicts between these occupants and traditional populations who live in floodplains for centuries.

In the Amazon floodplain, fishermen, farmers, traditional communities and other users share the common resources like forests, pastures, rivers, estuaries, ponds, lagoons and lakes. All of these users depend on the cited

resources for their economic survival. However, there are conflicts between various stakeholders about the access to these common resources.

In the decades of 1970, there was an increase in the exploitation of fisheries resources in the floodplain. The lack of demand for jute, which maintained the economy of the region for decades, caused a large number of migration of people from agricultural sector to fisheries sector (SANTOS, 2005). In addition, there was also an increased demand for fish to meet the food necessity of population in the growing cities of the region.

This led to an over exploitation of fisheries resources by commercial vessels who invades the area traditionally used by the local communities. The pressure on fisheries resources led to more conflicts between the traditional communities, who depend on fish for their livelihood and the commercial fishermen, who depend these resources for their economic activity.

The local communities threatened by the new situation, initiated organizing itself to protect their fishing areas. With little presence of the State authority, the Catholic Church occupied an important role in developing awareness of the population about social organization in floodplain (CASTRO, 2003; McGRATH *et al.* 1994; SANTOS, 2005). This was fundamental in the community organization of fishermen in the region.

From 1980s, the communities in the floodplain started to elaborate community-based fishing accord with access rules and management of Lakes in the region. However, the government had the exclusivity of regulating fishing activities in Brazil. It is only in 2000, the government started recognizing the community-based fishing agreements initiatives.

According to McGrath *et al* (2011, p. 123), the process of participation in the governance of common resources in the region covered three dimensions of possession and use of floodplain. The Community fishing agreement gave the basis for the aquatic system management; and agreement on grazing cattle gave basis for terrestrial habitat management. Finally, the regulation of floodplain land paved the way for individual and community rights of property on floodplain land and its resources.

Since 2006, the Government started creating PAEs in the floodplains of the lower Amazon, where the communities had their informal institutions

for the governance of natural resource, especially of fish stocks (CASTRO, 2002; CASTRO *et al.* 2003; MCGRATH *et al.*, 1996; RUFFINO, 2005; THOMAS, 2014). 20 years of experience in social learning of the communities led them to construct the informal institutions for governance of aquatic resources, known as fisheries accords.

The attempt of the regulations of the land of low floodplain Amazon is a recent phenomenon. Castro (2013) already revealed that from the year 2000, with the regulation of Community fisheries agreements, the Government began checking the possibilities of regulation of floodplain lands through the exclusive use of resources (fisheries, pasture and forest) for communities.

The PROVÁRZEA project, linked to Brazilian Institute of Monitoring Natural Resources – IBAMA who worked in floodplain during this period, sent a series of proposals to government for regulation of the lands in the region. One of the proposals was to transfer legal competence for the regularization of floodplain to the National Institute of Colonization and Agrarian Reform – INCRA (SANTOS, 2005). This process had support of both the community and social movement in floodplain. However, the State paralysed the process due to political interference in the region.

From 2005, community organizations, Non-governmental Organizations – NGO and Government resumed the discussions on the regulation of floodplain. After long debates and pressure from community organizations, the Federal Properties Management Office – SPU initiated the process of land regulation of floodplain and decided that the land of floodplain would come under Agro-extractive Settlement Project – PAE.

Agro-extractive settlement project is a mode of settlement for the traditional populations to explore extractive wealth, through economically viable and ecologically sustainable activities, introducing the environmental dimension to agro-extractive activities (Ordinance of INCRA No. 268 of October 23, 1996). Such areas are of public domain administrate by the local population settled there.

The Ordinance No. 284, of October 14, 2005 (D.O.U., 10/17/2005) of SPU allowed the granting of collective use authorization of these areas to the community. An agreement of technical cooperation between SPU and INCRA allowed the transference of regulatory competency of floodplain to INCRA.

The implementation of PAE is a new experience of territorial organization and participative management of natural resource in this region in order to guarantee food security for the traditional local communities. PAE involves not just a community, but also the entire lakes system and both small and large properties. However, to McGrath *et al.* (2011), the project considers only the inhabitants of small properties as beneficiaries for settlement.

The proposal of PAE is that the community administrates the settlement through an elected Council of Management. The land-use model will be through Concession Property Use, which gives rights to the settlers to use the property in accordance with the Utilization Plan approved by the State Agencies. The Council also will be responsible for the monitoring the Settlement Project.

RESULT AND DISCUSSION

The floodplain population mostly consists of poor and small-scale agricultural and fisheries communities. Besides fishing, the population complement their livelihood with agriculture, extractive activities, small scale poultry and cattle farm (Table 1). The government social projects transfer has a great impact in the economy of the floodplain. There are only few people who work for salaries. According to Timothy Killeen (2023), fishing, government benefits and farming continue to be the main source of income for the people living in the floodplain region.

Table 1: Percentage of families involved in different activities

Activities	% of Families Involved
Fishing	94
Government Benefits	91
Farming	69
Cattle farm	49
Extractive activities	36
Salaries Workers	13

Fonte: Thomas (2014).

According to Food and Agricultural Organization – FAO (1996), food security is the state where all people, at all times have physical and economic access to sufficient, safe and nutritious food. Besides this, the food must meet their daily needs of active and healthy life and should be in accordance with the cultural food habit of the people.

The quality and quantity of food available to the people at a reasonable price. For the floodplain population, fishing and hunting represent an important source of food and income (SIRÉN; MACHOA, 2008). And as pointed by Bleil, (2008), most of the food is obtained from the natural environment and the ability to obtain food from nature guarantee food security of these people.

In the case of Amazon floodplain population, fishes are important part of the daily diet of the people. According to FAO (2009), fish constitute about 15% of all the animal protein of the consumption of animal protein in the world. Fish diet is complemented with other kind of meat like chicken and beef. In addition to fishing, the traditional populations of the region cultivate manioc (*manihot esculenta*) for consumption and sale. Many derived products from manioc are the most consumed in the region of the Amazon floodplain, where there is also growing corn, beans, rice and banana on a smaller scale.

Since 1970, with the expansion of the commercial fisheries in the region, numerous social conflicts were taken place in the region (CASTRO, 1999; McGRATH; ALMEIDA; MERRY, 2010). Most of the artisanal fishermen felt pressure from industrial fishermen who catch large amounts of fish, invading areas traditionally exploited them. With the support of non-governmental agencies, the local communities started to organize themselves and designed tools for the management of aquatic resources.

The traditional communities are being more empowered through their associations that seek to resist the large economic projects like dams, mining, large scale cattle and agricultural farming. These projects are being introduced in the region by multinational companies with financial and political support of the local, state and national government and transnational financial agencies.

Local communities are more often ignored in this process. But the floodplain communities no more passively accept this kind of imposition from the state. In recent times, as floodplain communities, especially in

indigenous, riparian and African decedent populations resist such an imposition (ALEGRETTE, 2008; SURGIK, 2005). These groups use social network to organize their struggle and to spread their ideology throughout Brazil.

At the same time, aiming at settling the conflicts between the various interest groups present in the Amazon, the State has sought to order regulation of land as part of its new agricultural and environmental policy in Brazil. The areas of floodplains come under this policy of the government.

Until 2008, there were 41 PAE demarcated in eight municipalities of the Lower Amazon floodplain with approximately 740 thousand hectares of land occupied by 4.444 families (Table 2). Despite the implementation of PAEs was a local demand of the population, the process became something that came from top to bottom and highly technocratic (CASTRO, 2013). According to the same author, incomplete information and lack of transparency of the government organs installed mistrust in the population of floodplain. This has led that both the community and the ranchers to oppose the implementation process of PAE.

Table 2. Number of families settled in the Agro-Extractive Settlement Project in Lower Amazon Floodplain in 2008

Project	Capacity of Family	%	Number of family	%
ALENQUER	630,00	11%	572,00	13%
CURUA	500,00	9%	500,00	11%
OBIDOS	1.492,00	26%	985,00	22%
PRAINHA	220,00	4%	165,00	4%
SANTAREM	2.842,00	50%	2.222,00	50%
Total	5.684,00	100%	4.444,00	100%

Fonte: INCRA, 2008.

A specific and up-to-date data on the number of families settled in Agro-Extractive Settlement Projects (PAE) within the Lower Amazon floodplain of Pará state, Brazil, are not readily available in public sources. According to recent studies conducted by the Climate Policy Initiative – CPI (2023), the Amazon has 2,599 agrarian reform settlements, which occupy 45% of the settled agrarian area in Brazil and are home to almost 400,000 families.

The interviews with the leaders of the communities of PAE, Uricurituba, Aritapera and Aritapera in the municipalities of Santarem clearly demonstrate the dissatisfaction of the population in the process of implementation of PAE in Floodplain. Among 29 leaders interviewed in these PAE, about 86% of them participated in one or other discussion on the implementation of PAE.

Majority of the leaders who participated in the meetings were women (59%) who represented their community. Even though the creation of PAE was intended to regulate land conflict and to guarantee food security for the local community, the lack of interaction between the government agencies and local communities is hindering the progress of this project.

The results show that 86% of the communities of PAE analysed had Community fishing agreement, which is a local participatory institution constructed by the community for the governance of fishery resources in lakes communities. According to Mitraud (2013, p. 368), the introduction of new structure by the settlement project caused the organizational and financial weakening of the main social actor in the management of natural resources – floodplain residents and dismantled its main management tool – the fishing accords.

By incorporating the fisheries agreements in the Utility Plan of PAE, the State contributed to undermine the community management process of resources built by the communities of the floodplain during decades of experience. The local community fishing agreements were incorporated to the Utilization Plan of the PAE and thus they lost community participation.

The direct community participation was substituted by local representations in the Council of PAE. All the community leaders agreed that their demands are not often represented in the Council meeting of PAE. For 55% of leaders interviewed, the implementation of PAE reduced the autonomy of the community to make their own decisions. All the decisions made by the Council of PAE are subject to approval of the INCRA.

The State considered the creation of PAE as a symbol of agrarian reform in the region of floodplain. However, today these settlements pass through many problems. The biggest problem pointed out by 92% of respondents in these PAEs was the lack of support by the State authority. By the regulation of PAE, monitoring is the responsibility of the communities along with State

Agency like INCRA and IBAMA. According to community leaders, these agencies often do not attend the request made by them and the community has no financial or personal resources to do monitoring of PAEs. In this sense, as communities feel abandoned by State authorities.

The studies of Almeida *et al.* (2006) and McGrath *et al.* (1996) made in Floodplain of Santarem indicated that there was a positive impact of the fisheries agreements in the governance of fishing resources and the income of managed lakes were better than of non-managed lakes. The agreements have also played a key role in the development of fishing communities and contributed to the decentralization of natural resource management (ISAAC; CERDEIRA, 2004). But the incorporation of these agreements to PAE had weakened them.

Another problem raised by respondents (72%) was the lack of concrete actions by the Government within the PAE. The State had made numerous promises of support such as financial and technical assistance for agriculture, creation of small animals and aquaculture. However, going through almost 10 years of existence of PAE in the region, there very few concrete actions realized by the State in the floodplain. Besides the initial financial support and the construction of 34 houses, there were no other concrete action were done in these areas.

The Settlement Project has been stagnated for almost 10 years. For the community leaders, this stagnation was due to the lack of interest and the exaggerated bureaucracy of State. Despite the broken promises and the difficulties listed by settlers, the vast majority, 76% of the leaders in t in the PAE studied responded in favour of the Settlement Project. In their view, the main problem of the PAE is the lack of support and the bureaucracy of government agencies responsible for the implementation of PAE.

For these leaders, the proposals of PAE are beneficial for the sustainability of the region but in the implementation process, the State has failed to meet the demands of the community. In relation to *topdown governance*, 82% of leaders criticized INCRA's bureaucratic delays, noting that only 34% of promised infrastructure (e.g., solar-powered ice plants) was delivered by 2023.

In the same way, women, despite constituting 59% of focus group participants, held only 12% of council seats in 2013. Recent gains (30% by

2023) remain inadequate given their role in floodplain food systems (e.g., manioc processing).

For sustainability of resources of the floodplain and to guarantee food security, it is necessary to create an interactive governance (JENTOFT, 2007; KOOIMAN, 2003) where prevail negotiations between stakeholders to resolve conflicts, strengthen consensus and build trust. However, in the case of the floodplain, the implementation of PAE, besides not facilitating this interaction hindered the construction of mutual trust. The absence of cooperation and dialogue between stakeholders were evident during the study and it might seriously compromise the food security of the floodplain population.

The technocratic natural resources management practices from top to bottom are widely contested by traditional communities. These communities do not accept passively the coercion from the State to adopt unpopular conservation and management programmes, especially when resources like fish, forests, and wildlife are intrinsic to their livelihood.

In these cases, the coercive State conservation and management generally do not bring the expected results. As it can be seen in Agraval (2002), Armitage (2005), Sultana (2009), many studies indicate that poorly prepared project, inefficient implementation and corrupt State organizations, without the participation of stakeholder, lead to failure of State-centred governance of resources.

Until 2023, there were 45 PAEs demarcated in eight municipalities of the Lower Amazon floodplain, covering approximately 780 thousand hectares and occupied by 4,900 families (Table 2). Despite the PAEs being a local demand, the process became top-down and highly technocratic (CASTRO, 2013). According to the same author, incomplete information and lack of transparency from government agencies led to mistrust among floodplain populations, causing both communities and ranchers to oppose PAE implementation.

Participation is an integral part of the interactive governance and sustainable development. This participation is the basis for a decentralized decision-making process. This requires the direct intervention of the various social actors in the production of knowledge, planning, execution, control, evaluation and dimensioning the actions from local demands (RUFFINO, 2005).

The study pointed out that the involvement of stakeholders was limited only in the initial discussion of PAE.

In recent years, there have been some changes in the structure of social system in Amazon, which have affected the social organizations present in this region. The traditional communities are being more empowered through their associations that seek to resist the large economic projects like dams, mining, large scale cattle and agricultural farming.

These projects are being introduced in the region by multinational companies with financial and political support of the local, state and national government and transnational financial agencies. Local communities are more often ignored in this process. But the floodplain communities no more passively accept this kind of imposition from the state.

CONCLUSION

In this chapter, we reiterate the critical importance of addressing the evident disparities in governance and representation that profoundly affect the Amazonian communities. The analysis presented reveals a significant gap between promises and reality, particularly concerning top-down governance. The data show that 82% of leaders criticize the bureaucracy of INCRA, resulting in the delivery of only 34% of the promised infrastructure, such as solar-powered ice plants. This inefficiency directly impacts the communities' ability to develop their economic activities and ensure food security.

Furthermore, the issue of female representation emerges as a critical point. Although women represent a significant portion of the population (59% in the focus groups), their participation in political decision-making spaces, such as councils, remains insufficient. Despite an increase to 30% in 2023, female representation remains disproportionate, considering their fundamental role in the floodplain food systems, such as cassava processing. This underrepresentation limits women's ability to influence policies and decisions that affect their lives and communities.

These data illustrate the urgent need for a change in the governance approach, prioritizing local community participation and efficiency in the implementation of public policies. The lack of female representation in

decision-making spaces perpetuates inequalities and prevents policies from reflecting the needs and priorities of women, who play a crucial role in food security.

The persistence of these challenges requires an urgent review of governance policies and practices. It is essential to strengthen the participation of local communities, especially women, in decision-making processes. Implementing social control mechanisms and promoting transparency in public resource management are essential to ensure the efficiency and effectiveness of public policies. Additionally, investing in research and studies to deepen the understanding of the social and economic dynamics of the communities is crucial for public policies to be more adequate and effective.

Overcoming these challenges requires a joint effort from the government, civil society, and local communities. It is imperative to recognize the fundamental role of women in food security and to create mechanisms to ensure their effective participation in decision-making spaces. Only then will it be possible to build a fairer, more sustainable future with food security for all.

Acknowledgements: FADESP, CAPES, IDRC and CNPQ.

REFERENCES

- AGRAWAL, A. Common resources and institutional sustainability. In: OSTROM, E.; DIETZ, T; DOLSAK, N.; STERN, P. C.; STOVICH, S.; WEBER, E. U (Ed.). **The drama of the commons**. Washington: National Academy Press. 2002. p. 41-85.
- ALMEIDA, O. T.; McGRATH, D.; RUFFINO, M. L; RIVERO, S. L. M. Estrutura, dinâmica e economia da pesca artesanal do Baixo Amazonas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, p. 175-194, 2009.
- ANTHONY, E. J., BRONDIZIO, E. S., DOS SANTOS, V. F., GARDEL, A., & BESSET, M. (2021). Sustainable Management, Conservation, and Restoration of the Amazon River Delta and Amazon-Influenced Guianas Coast: A Review. **Water**, v. 13, n. 10, 1371. <https://doi.org/10.3390/w13101371>
- ARMITAGE, D. Adaptive capacity and community-based natural resource management. **Environmental Management**, n. 6, v. 35, p. 703-715, 2005.
- BECKER, B. K. Estado, Nação e a Amazônia. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. 2. ed. Belém: ICSA/UFPA, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009.
- BENATTI, J. H. A posse agrária alternativa e a reserva extrativista na Amazônia. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I M. da (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. 2. ed. Belém: Museu Emílio Goeldi, 2009. p.545-556.
- _____. (Org.). **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea**: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos. Manaus: IBAMA / ProVárzea, 2005.
- _____. Proposal, Experience, and advances in the legalization of land tenure in the Várzea. In: PINEDO-VASQUEZ, M.; RUFFINO, M. L; PADOCH, C.; BRONDÍZIO, E. S. (Eds.). **The Amazon Várzea**: the decade past and the decade ahead. London/New York: Springer, 2011.
- _____. Várzea e as populações tradicionais: a tentativa de implementar políticas públicas em uma região ecologicamente instável. In: ALVES, F (Org.). **A função socioambiental do patrimônio da união na Amazônia**. Brasília: IPEA, 2016. p.17-30
- _____. **Land Tenure and Resource Governance in the Amazon**. Belém: NAEA, 2021.
- BERKES, F. Evolution of co-management: role of knowledge generation, bridging organizations and social learning. **Jornal of Environmental Management**. Vol. 90, pp. 162-170, 2009.
- BLEIL, S. O padrão alimentar ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. **Cadernos de Debate** n.6, p. 1-25, 1998.

CARDOSO, A; NOGUEIRA, R. E.; MARTORANO, L. Implementação de políticas públicas de ordenamento fundiário na várzea de Santarém, no Pará: instituições, atores e gestão ambiental. Campos Neutrais - **Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, Rio Grande, RS, v. 5, n. 2, 2023, p. 100-115. DOI: 10.14295/rcn.v5i2.15285. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cn/article/view/15285>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CASTRO, de F. From myths to rules: the evolution of local management in the Amazonian floodplain. **Environment and History**. Vol. 8, 2002: 00–00. Cambridge: The White Horse Press, 2002.

_____. Between cooperation and conflict: the implementation of Agro-Extractive settlement in the Lower Amazon floodplain. In: BRONDÍZIO, E. S.; MORAN, E. F. (Ed.) **Human-Environmental Interactions: current and future directions**. Vol.1. New York/London: Springer, 2013. pp. 213-234.

_____. Multi-scale environmental citizenship: traditional population and protected areas in Brazil. In: LATTA, A.; WITTMAN, H. (Eds.). **Environment and citizenship in Latin America: nature, subjects and struggle**. Amsterdam: Berghahn. 2012. pp. 39-58 (CEDLA Latin American Studies 101)

_____. **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental na Amazônia**. Belém: UFPA, 2013.

CASTRO, de F.; McGRATH, D. Moving toward sustainability in the local management of floodplain lake fisheries in the Brazilian Amazon. **Human Organization**. Vol. 62, n. 2, Summer, 2003 p. 123-133. (ABI/INFORM Global).

CLIMATE POLICY INITIATIVE (CPI). **Settlements in Focus: Combating Deforestation and Conservation in the Amazon**. 2023. Available at: <https://www.climatepolicyinitiative.org/publication/settlements-in-focus-combating-deforestation-and-conservation-in-the-amazon/>.

COOMES, O. T.; *et al.* **Floodplain Conservation in a Changing Climate**. *Global Environmental Change*, v. 32, n. 4, p. 123-135, 2022.

FALESI, I. C.; SILVA, B. N. R. da. **Ecosistemas de Várzeas da Região do Baixo Amazonas**. Belém: Embrapa Amazonia Oriental, 1999.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The state of world fisheries and aquaculture 2008**. FAO, Rome. 2009. Available: <http://www.fao.org/docrep/011/i0250e/i0250e00.htm>. Accessed in Junho 25, 2016.

FUTEMMA, C.; BRONDÍZIO, E. S. Land reform and land use changes in the Lower Amazon: Implications for agricultural intensification. **Human Ecology**, v. 31, set. 2003.

INCRA. **National Agrarian Reform Plan: 2021–2030**. Brasília: INCRA, 2021. Disponível em: <<https://www.incra.gov.br/plano-nacional-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

_____. **Projetos de Assentamento Agroextrativistas – PAE**. Brasília, DF: INCRA, 1996.

IPAM. **PAE and deforestation in the lower Amazon**. Brasília: IPAM, 2023. IPAM/INCRA. **Projeto de Assentamento Agroextrativista Urucurituba**: Plano de Utilização. Santarém: INCRA, 2010.

ISAAC, V. J. *et al.* Food consumption as an indicator of the conservation of natural resources in riverine communities of the Brazilian Amazon. **An. Acad. Bras. Ciênc.** [online]. 2015, vol.87, n.4, Nov 27, 2015. EPUB.

JENTOFT, S. **Limits of governability**: institutional implication for fisheries and coastal governance. *Marine Policy*, vol. 31, p. 360-370, 2007.

_____. Institutions for Fisheries Governance: introduction part III. In: KOOIMAN, J.; BAVINCK, M.; JENTOFT, S.; PULLIN, R. **Fish for Life**: interactive governance for Fisheries. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2005. p 145-151.

_____. McCAY, B. J. User participation in fisheries management: lessons drawn from international experience. **Marine Policy**, n.19, p. 227-246, 1995.

_____. WILSON, D. C. Social theory and fisheries co-management. **Marine Policy**, vol. 22, n. 4-5, pp. 423-436, 1998.

JUNK, W. J. The central Amazon River floodplain: concepts for the sustainable use of its resources. In: JUNK, W. J.; OHLY, J. J.; PIEDADE, M. T. F.; SOARES, M. G. M. (Eds.). **The Central Amazon floodplain**: Actual use and options for sustainable management. Leiden: Backhuys Publishers, 2000. p. 75-94.

JUNK, W. J.; FURCH, K. A general review of tropical South American floodplains. **Wetlands Ecology and Management**. vol. 2, n. 4, p. 231-238, 1993.

KILLEEN, T. J. **A Perfect Storm in the Amazon**. 2nd ed. [S.l.]: The White Horse Press, 2021. Available at: <https://news.mongabay.com/2023/05/book-a-perfect-storm-in-the-amazon/>.

KOOIMAN, J. **Governing as governance**. London: Sage, 2003.

MATTEI, L. F. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país, **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 301-325, 2012.

McGRATH, D.; CARDOSO, A.; ALMEIDA, O.; PEZZUTI, J. Constructing a policy and institutional framework for an ecosystem-based approach to managing the Lower Amazon floodplain. **Environ Dev. Sustain**. Vol.10, no.5, 2008. p. 677-695.

_____. CASTRO, F. de; CÂMARA, E.; FUTEMMA, C. Manejo comunitário de lagos de várzea e o desenvolvimento sustentável da pesca na Amazônia. **Paper do NAEA**, n. 58, junho, p. 1-33,1996.

_____. GAMA, S. P. da; CARDOSO, A.; ALMEIDA, O.; BENATTI, J. H. In: PINEDO-VASQUEZ *et al.* (Ed.). **The Amazon Várzea: the decade past and the decade ahead**. London/New York: Springer, 2011. p. 119-135.

MELACK, J. M., HESS, L. L. Remote sensing of the distribution and extent of wetlands in the Amazon basin. In: JUNK, W. J.; PIEDEDE, M. T. F.; SCHONGART, J.; PAROLIN, P. (Ed.). **Amazonian floodplain forests: Ecophysiology, biodiversity and sustainable management**. New York: Springer, 2010. p. 43-59.

MELACK J. M.; COE, M. T. Amazon floodplain hydrology and implications for aquatic conservation. **Aquatic Conserv: Mar Freshw Ecosyst**. V. 31, 2021, p. 1029–1040, 2021. <https://doi.org/10.1002/aqc.3558>

PINTO, A. A.; LIMA, A. M.; FURTADO, L. S. The Use Of Environmental Indicators in the Characterization and Definition of Wetlands in the Eastern Amazon. **Revista Ibero-americana de Ciências Ambientais**, v. 12, p. 1-26, 2021.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: EDUSP, 1999.

_____. Toward a more general theory of governmental structure. **The American Economic Review**. Vol. 76, No. 2, pp. 120-125, 1986. American Economic Association .Disponível em: <<http://www.sinab.unal.edu.co:2065/stable/1818748>>. Acesso em: 02 abril 2011.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Collective Action and the Evolution of Social Norms .**The Journal of Economic Perspectives** Vol. 14, No. 3, pp. 137-158, Summer, 2000. American Economic Association. Disponível em: <http://www.sinab.unal.edu.co:2065/stable/2646923>. Acesso em: 20.05.2011.

_____. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological system. **Science**, vol. 325, nº. 5939, p. 419-422, 2009.

PADOCH, C.; STEWARD, A. The várzea: The decade past. In: PINEDO-VASQUEZ, M. *et al.* (Ed.). **The Amazon Varzea: the decade past and the decade ahead**. London/New York: Springer, 2011. pp v-xv.

RASEIRA, M. B. (Org.). **Projeto Manejo dos Recursos Naturais**. Manaus: IBAMA/ProVárzea, 2008.

RIBEIRO, N. V. **Atlas da várzea**. Manaus: IBAMA, 2007.

RIBEIRO, G. de J. L., & VIEIRA, I. C. G. Historical trajectory and resilience in an agro-extractive settlement project in the Lower Tocantins River, Pará, Brazil. **Sustainability in Debate**, v.12, n. 2, p. 108-143. 2021. <https://doi.org/10.18472/Sust-Deb.v12n2.2021.34091> (Original work published August 30, 2021)

RUFFINO, M. L. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia**. Manaus: IBAMA, 2005.

_____. Co-management of the application of Fisheries Resources in the Amazon: present status and challenges for management and conservation. In: PINE-DO-VASQUEZ, M.; RUFFINO, M. L.; PADOCH, C.; BRONDÍZIO, E. S. (Eds.). **The Amazon Várzea: the decade past and the decade ahead**. London/New York: Springer, 2011.

_____. Governança participativa nos assentamentos agroextrativistas da Amazônia. **Sustentabilidade em Debate**, v. 14, n. 1, p. 99-120, 2023.

SANTOS, M. T. dos. **Aprendizados do Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea**. Brasília, DF: Pro Várzea e Ministério do Meio Ambiente, 2005.

SANTOS, D. I. P. dos, COSTA, F. S. da; VAZ, M. A. B.; CALDAS, M. R. de A.; ROLDÃO, A. J. L. N.; NUNES, J. G., & AZEVEDO, R. N. A. Análise multi-temporal da supressão vegetal no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Jenipapos, Manicoré, Amazonas. **Contribuciones A Las Ciencias Sociales**, vol. 17, n.5, p.1-22, 2024. <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.5-131>.

SIRÉN, A; MACHOA, J. Fish, wildlife, human nutrition in tropical forests: A fat gap? **Interciencia**, n. 33, p.186-193, 2008.

SULTANA, F. Community and Participation in Water Resources Management: Gendering and Naturing Development Debates from Bangladesh. **Transactions of the Institute of British Geographers**, New Series, v. 34, n. 3, p. 346-363, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.sinab.unal.edu.co:2065/stable/40270722>>. Acesso em: 09 fev. 2013.

THOMAS, S. *et al.* Projeto assentamento agroextrativista e a construção do desenvolvimento sustentável das várzeas amazônicas. In: BAHIA, M. C.; NASCIMENTO, D. M. (Org.) **Estado, sistemas produtivos e populações tradicionais**. Belém: NAEA, 2014, p. 254-271.

_____. Community fisheries and food security. **Journal of Amazon Studies**, v. 45, n. 2, p. 98-112, 2023.

TRECCANI, G. D. Identificação e análise dos diferentes tipos de apropriação da terra e suas implicações para o uso dos recursos naturais renováveis da várzea amazônica, no imóvel rural, na área de Gurupá. In: BENATTI J. H. (Org.) **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos**. Manaus: IBAMA / ProVárzea, 2005. p. 55-74.

Mulheres migrantes no Suriname: uma revisão da literatura

Karen Gabriely Sousa Santos

1 INTRODUÇÃO

A migração feminina é um fenômeno complexo que se entrelaça com questões de gênero, responsabilidades familiares e contextos socioeconômicos. A análise das articulações entre mulheres e migração do Pará ao Suriname a partir de Cerrutti (2009), Conrado (2023), Freitas (2020), Hazeu (2012), Raghuram (2009), Rosário (2019), Santos (2024), Silva e Hazeu, (2011) revelam nuances significativas sobre a migração precarizada de mulheres em fronteiras.

Cerrutti (2009) destaca que a migração independente de mulheres, mesmo aquelas com responsabilidades familiares, não é uma ocorrência rara. As motivações para a migração feminina vão além das necessidades econômicas, englobando também insatisfações emocionais e experiências de violência doméstica. Nesse contexto, as decisões migratórias são frequentemente impulsionadas por motivos sentimentais, com a aceitação social da migração sendo facilitada pela necessidade econômica. O estudo enfatiza que muitas mulheres são as pioneiras em suas famílias a migrar, muitas vezes deixando seus parceiros homens em seus países de origem para manter a estabilidade financeira.

A pesquisadora aponta que as redes de apoio feminino desempenham um papel crucial na migração, oferecendo assistência inicial e encorajamento,

enquanto a migração masculina tende a ser apoiada por redes masculinas. Por sua vez, Raghuram (2009) aborda a migração de mulheres no contexto do chamado “brain drain”, focando especialmente na migração de enfermeiras, que é predominantemente feminina.

Neste capítulo, argumenta-se que a migração feminina, em especial para trabalhos em setores como o doméstico e de saúde, tem sido uma resposta a pressões que se manifestam em múltiplos níveis: individual, familiar, nacional e internacional. Ressalta-se ainda que, embora o interesse pela migração feminina internacional tenha crescido nas últimas décadas, a migração de mulheres como acompanhantes familiares é um fenômeno com uma longa trajetória. A pesquisa feminista tem evidenciado que as mulheres que migram como esposas e mães também ocupam papéis significativos em contextos não feminilizados, como trabalhadoras de fábricas e empreendedoras.

Assim, as questões de gênero não apenas influenciam a natureza do trabalho que as mulheres realizam, mas também os termos de sua inserção no mercado de trabalho e na sociedade do país de destino. Aliás, isso também foi evidenciado na Amazônia brasileira e na Pan-Amazônia, em áreas fronteiriças etc. conforme as pesquisas de Simonian (2009, 2001), ao longo das últimas décadas.

Os trabalhos selecionados para essa *scoping reviews* oferecem uma base sólida para compreender as dinâmicas da migração feminina no Suriname e países adjacentes, enfatizando a intersecção entre gênero, migração e as complexidades das redes sociais que moldam essas experiências. A partir dessas análises, é possível aprofundar a discussão sobre as especificidades da migração de mulheres do Pará ao Suriname, considerando as motivações, desafios e as redes de suporte que influenciam esse fenômeno.

2 METODOLOGIA

A construção deste artigo baseou-se em uma revisão da literatura com objetivo de sintetizar a produção científica temática sobre “mulheres e migração no Suriname”. Identificou-se as conexões e citações disponíveis, bem como os artigos de referência e as metodologias mais recorrentes utilizadas em pesquisas sobre o tema. O método de revisão escolhido foi o *scoping reviews*,

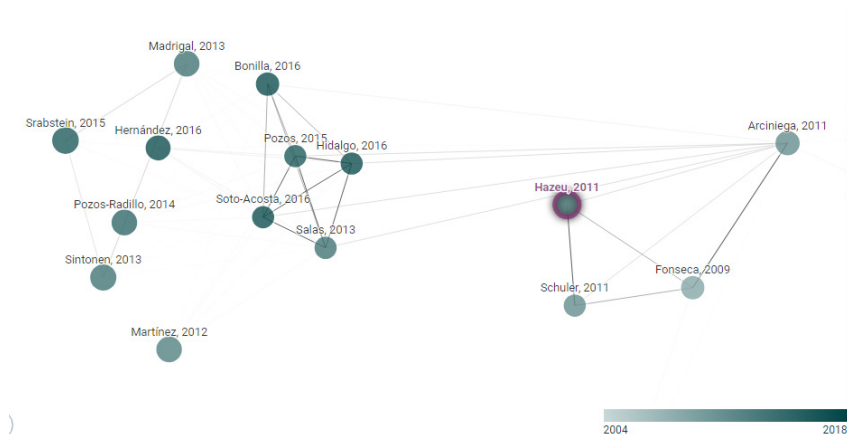
nos termos de Arkey & O'Malley (2005), que consiste em um mapeamento rápido dos conceitos-chave que sustentam uma determinada área de pesquisa e as principais fontes e tipos de evidências disponíveis.

A técnica *snowballing* foi utilizada a partir de palavras-chaves introduzidas em dois sites buscadores de conexões entre pesquisas acadêmicas. As plataformas utilizadas foram a *research rabbit* e a *connected papers*, ferramentas de suporte a pesquisa que apresentam maior dinamicidade na coleta de literatura sobre um determinado tema. A primeira utiliza algoritmos inteligentes para colecionar e facilitar a busca por trabalhos de referência em uma determinada área. Em suma, reúne diversos recursos muito abrangentes, que conseguem organizar e gerenciar referências de modo rápida e eficiente.

Já a *connected papers* seleciona trabalhos de referência gerando um mapa de conexão entre eles, também apresenta os trabalhos mais relevantes dentro de cada área pela quantidade de citações obtidas. A partir disso, a plataforma diferencia os trabalhos seminais utilizados com maior frequência em periódicos nacionais e internacionais, tais como: Scielo, LILACS, PePSIC, Index Psi, Redalyc, PsycNET, Sociological Abstracts, Scopus e Web of Science.

Note-se que a diferença entre as plataformas é que a *research rabbit* traz teses e dissertações disponibilizadas em sites das pós-graduações. Enquanto que a *connected papers* garimpa exclusivamente trabalhos indexados em periódicos nacionais e internacionais (Figura 1).

Figura 1: Artigos em conexão gerados pela plataforma Connected Papers



Fonte: Elaborado pela autora no Connected Papers, 2024.

As ferramentas de busca de revisão da literatura via inteligência artificial tornaram-se mecanismos eficazes de levantamento de dados nos últimos anos, contudo deve-se destacar seu papel limitado nas ciências humanas e sociais. Os trabalhos de referência encontrados na temática “migração, mulheres no Suriname” versam em sua maioria sobre pesquisas de campo desenvolvidas na área da saúde, em ambientes de garimpo ilegal (Figura 2).

Figura 2: Artigos selecionados para a scoping reviews seguindo o critério temático



Fonte: elaborado pela autora no Research Rabbit, 2024.

Trabalhos de campo, pesquisas qualitativas, revisão da literatura, métodos mistos, artigos de replicação, artigos teóricos e metodológicos foram pouco encontrados na área das ciências humanas e sociais nos dois buscadores mencionados. Para não limitar a capacidade de comunicação da temática utilizou-se a busca manual e física em bibliotecas na Universidade Federal do Pará, o critério de triagem se deu a partir da adesão à temática.

Levou-se em consideração trabalhos triangulados com a dissertação de mestrado “Migração internacional de mulheres na periferia de Belém: identidades, famílias transnacionais e redes migratórias em uma cidade na Amazônia”, de Marcel Theodoor Hazeu (2011) e ligada ao Programa de Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

A partir de Hazeu (2011), 42 artigos foram gerados em conexão temática, contudo a sua maioria versa de modo transversal sobre a palavra chave principal

dessa pesquisa. O mote “migração” e “mobilidade transnacional” são os conceitos mais recorrentes em conexão ao trabalho base estabelecido. Apenas um ou dois mencionam “mulheres e Suriname” como perspectiva interpretativa das ciências sociais/ciências humanas. No *connected papers*, identificou-se uma limitação da abordagem que pode ser explicada ou por uma ineficiência na busca por temáticas relacionadas ou por ausência de pesquisas robustas que tratem do tema.

Compreende-se ainda que tais ferramentas de busca tendem a limitar o alcance algorítmico de artigos e trabalhos em gerais, o que torna a busca manual um mecanismo mais eficaz na cobertura temática de trabalhos que foram excluídos por ausência de citação em bases indexadores ou por não se encaixarem em modelo padrão de trabalho acadêmico. Isso a exemplo do relatório “Pesquisa tri-nacional sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname: uma intervenção em rede” produzido pela ONG *Sodireitos* em 2008.

O relatório traz uma radiografia profunda do processo migratório em conexão ao fenômeno do tráfico de mulheres do norte do país e da República Dominicana para o Suriname. A pesquisa – organizada em cooperação técnica – investigou o desenvolvimento da migração, desde a captação, transporte recepção e posteriormente exploração sexual no Suriname. Um estudo denso, com uma metodologia baseada na “pesquisa-ação” que ouviu 23 mulheres, 15 delas que migraram do Brasil para o Suriname e construíram suas identidades relativas desde as vulnerabilidades experienciadas em suas trajetórias de migração.

Destaca-se que nesta revisão da literatura nove trabalhos foram selecionados para uma compreensão profunda do tema proposto “mulheres e migração no Suriname”, uma dissertação de mestrado; um trabalho apresentado em congresso, seis artigos científicos publicados em revista qualis e um capítulo de livro. As interpretações feitas partem dos trabalhos macro para os de caráter micro e específico.

3 REVISÃO DA LITERATURA

De Marcela Cerrutti (2009), o artigo “Gender and Intra-Regional Migration in South America” oferece uma análise aprofundada sobre as dinâmicas de migração feminina na América do Sul, destacando a independência das mulheres em suas decisões migratórias, especialmente no contexto

de responsabilidades familiares. A autora observa que a migração feminina é frequentemente impulsionada por fatores econômicos, como a perda de emprego ou a diminuição da renda familiar, além de questões emocionais, como a insatisfação e a violência doméstica.

Ainda, a pesquisadora argumenta que, em muitos casos, as mulheres são as pioneiras na migração, iniciando o processo de emigração e, frequentemente, migrando primeiro antes de seus parceiros masculinos. Essa dinâmica é particularmente relevante, pois os homens que permanecem em seus países de origem tendem a manter seus empregos para sustentar suas famílias e facilitar a migração de suas esposas. Essa situação evidencia uma inversão dos papéis tradicionais de gênero, onde as mulheres se tornam protagonistas nas decisões migratórias, desafiando as normas sociais convencionais.

O artigo destaca ainda a importância das redes sociais femininas na migração. As mulheres utilizam suas conexões, geralmente compostas por parentes e amigas, para navegar no processo migratório, o que não apenas facilita a migração, mas também cria um ambiente de apoio que pode desencorajar a migração masculina. Esse padrão se repete na migração de mulheres paraguaias para a Argentina, onde as cadeias de assistência formadas por mulheres desempenham um papel crucial.

Em “Situating women in the brain drain discourse: discursive challenges and opportunities”, Parvati Raghuram (2009) oferece uma análise crítica sobre a migração de mulheres, especialmente enfermeiras, no contexto da fuga de cérebros. A autora argumenta que, embora a migração feminina tenha se intensificado nas últimas décadas, frequentemente as migrantes são invisibilizadas nas discussões sobre migração, sendo tratadas apenas como números ou como parte de uma narrativa mais ampla que não considera suas especificidades de gênero.

As mulheres que migram – muitas vezes em busca de melhores oportunidades de trabalho – enfrentam pressões que vão desde condições econômicas desfavoráveis em seus países de origem até a busca por melhores condições de vida e trabalho em países de destino. Essas pressões se manifestam em múltiplos níveis, incluindo fatores individuais, sociais e políticos, que se entrelaçam para impulsionar a migração. A autora também enfatiza que a migração de mulheres não é um fenômeno novo, mas sim uma prática que

remonta a contextos históricos mais amplos, onde mulheres migrantes desempenham papéis que desafiam as expectativas tradicionais de gênero.

No artigo “Vulnerabilidades para o adoecimento de mulheres em garimpos na fronteira do Escudo das Guianas”, Mendes *et al.* (2023) utilizam a pesquisa de campo de caráter exploratório e de abordagem qualitativa na avaliação da suscetibilidade a vulnerabilidade que mulheres em área de garimpo estão expostas, principalmente no que se refere a saúde.

A investigação aconteceu em Ilhabela-AP, uma ilha acessada por garimpeiros do Suriname e da França. Os pesquisadores entrevistaram um total de 20 mulheres, a maioria brasileira, tendo encontrado nos resultados diversos fatores que contribuem para o adoecimento das mulheres em garimpos, sendo a exposição a substâncias tóxicas um dos principais.

A manipulação de mercúrio e outros produtos químicos utilizados no processo de extração de minérios representa um risco significativo para a saúde das mulheres. Além disso, as condições de moradia precárias e a falta de saneamento básico também desempenham um papel importante no agravamento de doenças e no surgimento de novos problemas de saúde.

A violência simbólica, doméstica, assédio sexual, estupro e agressão física somam-se as vulnerabilidades biológicas do território. Um dos pontos destacados pelos pesquisadores, nas falas de cada mulher entrevistada, foram a necessidade urgente de cooperação transfronteiriça na assistência à saúde no Escudo das Guianas.

No artigo de Carneiro, Soares e Lichtenthaler (2020), intitulado “Relações Brasil-Suriname: fronteira, garimpo e imigração no século XXI” é analisado as relações entre Brasil e Suriname sob a ótica das relações internacionais e geografia política, sustentada sob análise bibliográfica. O objetivo dos autores foi o de avaliar as políticas públicas direcionadas as fronteiras no sentido do desenvolvimento local. O trabalho enfatiza as irregularidades documentais das mulheres brasileiras e suas condições de entrada e permanência no país. De acordo com os dados do governo Surinamês, os brasileiros configuram o segundo maior grupo de estrangeiros que vivem no país.

O tráfico de pessoas e o garimpo ilegal têm íntima relação na região com as mulheres; e segundo os pesquisadores, elas são aliciadas no Pará e no Maranhão

e são obrigadas a viver em um sistema holístico de exploração. Isto é, são exploradas no sentido sexual, na prostituição forçada, no âmbito do cuidado e no trabalho doméstico. Os autores apontam que pesquisas ou cooperações técnicas e acadêmicas entre os países focam em temáticas de cunho biológico ou epidemiológico, evidenciando ausência de esforços governamentais no desmantelamento das atividades ilegais transnacionais.

Na pesquisa “mobilidades e deslocamentos da Amazônia ao Suriname: vou lá, mas volto!” Apresentada a Reunião de Antropologia do Mercosul em 2023, a antropóloga Mônica Conrado conta a história de 7 paraenses que migraram para o Suriname e relataram seus contextos de mobilidade. A escolha do país pela pesquisadora deve-se ao que já foi mencionado aqui em outros trabalhos, ou seja, ao intenso fluxo migratório advindo da Amazônia brasileira em particular de Belém. Neste trabalho, é relatado pela autora a escuta nos bairros periféricos de Belém que a ida ao Suriname era uma das formas de fugir da vida precária.

A pesquisa dispõe de dois momentos, primeiro a conversa pelo whatsapp e entrevistas físicas em Belém no ano de 2017/2018 e em um outro momento em Paramaribo, capital do Suriname. A investigação articula três elementos: mobilidade, gênero e raça, já as categorias analíticas propostas foram: gênero, raça, classe, origem, lugar e sobrevivência. A partir dos relatos de vivência, mobilidade e retorno, o trabalho conclui que os desafios para a mobilidade na região incluem a falta de infraestrutura de transporte, a vasta extensão de áreas selvagens e a dificuldade de acesso a comunidades remotas.

Além disso, questões ambientais e de conservação também impactam a mobilidade, com a necessidade de buscar um equilíbrio entre a preservação da natureza e o desenvolvimento de rotas de transporte. Por outro lado, as oportunidades para a mobilidade na região residem na expansão de investimentos em infraestrutura, como estradas e transporte fluvial, que podem facilitar o deslocamento de pessoas e mercadorias. A integração regional e a cooperação entre os países também representam oportunidades para a melhoria da mobilidade, fomentando o intercâmbio cultural e econômico entre a Guiana brasileira, a Pan-Amazônia e o Suriname.

No artigo de Höfs (2007) é relatado por uma imigrante o papel e a influência das mulheres entre os brasileiros na cidade de Paramaribo. Para essa

autora e em seu trabalho “O barco vai se levando, retrato de uma imigrante brasileira em Paramaribo, Suriname”, destaca-se o papel das mulheres na etnicização da identidade brasileira na capital do Suriname. Elas expõem-se no trabalho que a maior concentração de comércio e moradias de brasileiras e brasileiros em Paramaribo, onde se localiza em Klein Belém, denominação decorrente da quantidade de brasileiras e de brasileiros oriundos da capital do estado do Pará.

A pesquisa se justifica pela relevância do tema da imigração brasileira para o Suriname, bem como pela lacuna existente na produção acadêmica sobre a situação das mulheres imigrantes nesse contexto. Além disso, a obra busca contextualizar o cenário histórico e as motivações que impulsionaram a migração de brasileiros para o Suriname, apresentando uma análise das características da comunidade brasileira em Paramaribo e os desafios enfrentados pelas mulheres imigrantes nesse contexto específico.

A imigração brasileira em Paramaribo tem impacto social e cultural, uma vez que a comunidade brasileira contribui para a diversidade cultural da cidade, trazendo consigo suas tradições, culinária, música e costumes. Além disso, a presença de imigrantes brasileiros também influencia a dinâmica social, promovendo a integração e o intercâmbio cultural entre brasileiros e surinameses.

No trabalho de Brenda Marques (2018) intitulado: “As rotas do tráfico internacional de mulheres na Pan-Amazônia do Século XXI: Olhares feministas do Sul Global” discute-se a partir de pesquisas bibliográficas e documental as rotas de tráfico de mulheres com destaque as fronteiras do Escudo Guianês e da Pan-Amazônia. Dessa maneira, o trabalho leva em consideração as marcas históricas trazidas pelo colonialismo, racismo, estereótipos e vulnerabilidades. Ao tratar-se das fronteiras entre países do Escudo das Guianas e da Amazônia, o contexto de colonialismo se soma às construções exóticas, constituído sobre a região.

A autora contribui na compreensão das rotas entre diferentes estados do Escudo Guianês brasileiro, da Amazônia brasileira, e na rota Brasil-Suriname, os principais destinos – segundo a pesquisadora – são casas de prostituição e áreas de garimpo. Por ser o Suriname um país intermediário dos aliciadores e redes de tráfico de pessoas, o destino final são países Europeus. Diante do panorama apresentado, conclui-se que o tráfico internacional de

mulheres no Escudo Guianense e na Pan Amazônia do século XXI é um fenômeno complexo e multissetorial, envolvendo questões de gênero, raça, classe social, geografia e legislação.

As análises feministas do Sul Global permitem uma compreensão mais profunda das interseccionalidades presentes nesse contexto, possibilitando a identificação de desafios e oportunidades para o combate a esse tipo de crime. Além disso, é fundamental destacar as resistências e estratégias de empoderamento feminino na região, que têm papel crucial na construção de perspectivas feministas para o enfrentamento do tráfico internacional de mulheres.

Nesse sentido, é imprescindível a adoção de medidas integradas, não apenas no âmbito jurídico, mas também por meio de políticas públicas e ações afirmativas que promovam a igualdade de gênero e a proteção das mulheres no Escudo das Guianas e na Pan Amazônia.

No trabalho “Tráfico internacional de mulheres nas fronteiras franco-amapaenses”, Silva (2023) atualiza acerca da atuação dos órgãos estaduais e municipais do estado do Amapá no combate ao tráfico internacional de mulheres nas regiões de fronteira entre Guiana Francesa (Departamento Ultramarino da França) e a República do Suriname. Além de entrevistas semiestruturadas com alguns profissionais de órgãos do Estado, a pesquisa traz à tona a revisão da bibliografia e a pesquisa documental.

Quanto à ocorrência do fenômeno nas fronteiras franco-amapaenses, a pesquisadora destaca duas entrevistas realizadas com profissionais da gestão pública em que foi ressaltado que a não resolução da temática se dá pelo envolvimento de “gente grande”.

As entrevistas foram realizadas na Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (CMPPM); no Centro de Atendimento à Mulher e à Família (CAMUF); no Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Amapá (NEPT-AP); e na Universidade Estadual do Amapá (UEAP). Conclui-se no estudo que histórico do tráfico de mulheres nas fronteiras Franco-Amapaenses remonta a vários anos, sendo impulsionado principalmente pela demanda por mão de obra na Guiana Francesa e pela vulnerabilidade socioeconômica das mulheres na região.

Atualmente, a situação continua desafiadora, com a utilização de métodos cada vez mais sofisticados para aliciamento e transporte das vítimas, além da exploração sexual e do tráfico para outros fins, como trabalho forçado e adoção ilegal.

O trabalho “Tráfico de Mulheres: um novo/velho drama amazônico” de Silva e Hazeu (2012) tem por objetivo compreender o dinamismo fragilizado que as mulheres ocupam na Amazônia, enquanto vivência socioespacial e sociocultural. Essa exploração favorece a sua cooptação para o tráfico internacional de mulheres. A maioria delas é responsável pelo sustento da família, são mães-solo e estão envolvidas em diversos arranjos familiares, tendo como principal rede de apoio: pais, avós, tios ou amigas.

Também, tais mulheres se caracterizam por serem pobres, com baixa escolaridade, experiência de trabalho informal ou subemprego. Os autores utilizam a categoria gênero na compreensão da vulnerabilidade das mulheres na região Amazônica. E isso pode ser estendido para as regiões do Escudo das Guianas e mesmo para a Pan-Amazônia como um todo.

Um dos argumentos enfatizados pelos autores é a maneira como a população amazônica espera o “desenvolvimento”, ou os projetos de progresso na região. As consequências sentidas são a miséria, abandono e deslocamento forçado impetrados pelos modelos de exploração do capital no território. Um dos destaques dados pelos autores é o resultado da migração de mulheres em condição de vulnerabilidade em razão do processo de “desenvolvimento”. Empreende-se também a interseccionalidade como conjuntura relacional que modela perfis e personalidades.

No mesmo ensejo, a dissertação de mestrado de Marcel Hazeu (2011) teve como finalidade compreender a migração internacional de mulheres da periferia de Belém, em conexão com a produção de suas identidades e desterritorialização de seus familiares. As trajetórias migratórias observadas pelo autor passam pelo Suriname, Guiana Francesa e por alguns países europeus.

Para responder as perguntas acerca de suas identidades, migração, desterritorialização e impacto familiar o autor se debruça sobre análises teóricas. Também realizou 33 entrevistas de mulheres migrantes de maneira individual;

e uma pesquisa-ação realizada com onze mulheres migrantes, mediada em 2010 pela Organização Não Governamental “SóDireitos”.

O autor destaca no trabalho a interseccionalidade e/ou posicionalidade a qual localiza-se a investigação. Nessa perspectiva mulheres periféricas da cidade de Belém são os sujeitos da migração e representam as contradições e as desigualdades da cidade. Dois lugares são palcos centrais desse trânsito de pessoas, o bairro do Guamá e o distrito de Icoaraci. Os lugares foram citados pelas mulheres entrevistadas como seu lugar de partida e de seus familiares. Destaca-se que a produção acadêmica sobre migrações contemporâneas na Amazônia, a partir de 2005, não priorizava a perspectiva de gênero e mulheres.

Fica claro no trabalho que a rede de tráfico de internacional de pessoas que abastece o mercado do sexo necessita de mulheres migrantes, de classes populares e de diversos países do mundo para a prostituição. Desse modo, a imagem da mulher brasileira no Suriname e nos demais países que fazem fronteira com o Brasil é estigmatizada e hipersexualizada, o que denota a migração de sobrevivência e a feminização do refúgio.

Um ponto crucial levantado em todas os estudos utilizados nesse trabalho é a maneira como o gênero influencia não apenas a experiência migratória, mas também a natureza do trabalho que essas mulheres realizam. No caso das enfermeiras, por exemplo, a migração não é apenas uma questão de busca por melhores salários, mas também está imersa em dinâmicas de poder e reconhecimento que muitas vezes desvalorizam o trabalho feminino.

Ao considerar a migração feminina, é essencial reconhecer a diversidade de experiências e os papéis que essas mulheres desempenham, não apenas como cuidadoras ou trabalhadoras domésticas, mas também como ativistas e agentes de mudança.

Além disso, argumenta que a incorporação das mulheres no mercado de trabalho e na sociedade do país de destino é frequentemente mediada por normas de gênero que limitam suas oportunidades. Essa análise crítica é particularmente relevante para entender as dinâmicas da migração de mulheres do Pará ao Suriname, onde fatores culturais, econômicos e sociais podem influenciar as trajetórias migratórias e as experiências dessas mulheres.

4 CONCLUSÃO

A análise da migração feminina do Pará ao Suriname revela um fenômeno multifacetado que envolve questões de gênero, redes sociais e pressões econômicas. Os estudos realizados por Silva e Hazeu (2011) e Hazeu (2012) fornecem uma base sólida para entender as motivações e os desafios enfrentados por essas mulheres migrantes.

O primeiro artigo enfatiza que a migração feminina, frequentemente impulsionada por fatores econômicos e emocionais, é uma prática comum, onde muitas mulheres se tornam pioneiras na migração de suas famílias. As redes de apoio feminino são fundamentais nesse processo, oferecendo assistência e encorajamento, o que contrasta com a migração masculina, que tende a ser apoiada por redes masculinas. Isso sugere uma inversão nos papéis tradicionais de gênero, onde as mulheres assumem um papel ativo nas decisões migratórias.

O segundo artigo, por sua vez, aborda a migração de mulheres no contexto da “fuga de cérebros”, destacando a prevalência de enfermeiras entre as migrantes. A pesquisa revela que, apesar do aumento do interesse pela migração feminina, as mulheres frequentemente enfrentam invisibilidade nas discussões sobre migração, sendo vistas apenas como parte de um fenômeno mais amplo. A autora também discute como as pressões que levam à migração são multifacetadas, envolvendo fatores individuais e sociais, e como as normas de gênero influenciam a inserção das mulheres no mercado de trabalho no país de destino.

No artigo de Mendes *et al.* (2023), destaca-se a necessidade de pesquisas de campo que utilizem a etnografia, a observação participante e a convivência com os interlocutores da migração. Já no trabalho de Carneiro, Soares e Lichtenthaler (2020) apontou-se para uma fragilidade estatal em acordos de cooperação na mitigação do garimpo ilegal, tráfico internacional de pessoas e migração forçada pela perspectiva da sobrevivência. As ausências de dados estatísticos atualizados evidenciam essa realidade.

Em “Mobilidades e deslocamentos da Amazônia ao Suriname: vou lá, mas volto!” da antropóloga Mônica Conrado observou-se as modulações das trajetórias dos atores que “vão e que voltam”, o modo como cada entrevistado

conta sua história, escolhas e tomada de decisão contribui para a desestigmatização e sensibiliza o leitor quanto às motivações de sobrevivência contidas no deslocamento.

No mesmo ensejo, Höfs (2007) se propõe a ouvir e contar a história de uma imigrante brasileira em Paramaribo. Essa escuta revelou o papel das mulheres brasileiras na etnização das identidades e inserção de festejos e hábitos antes inexistentes no Suriname. Ou seja, nesse trabalho observou-se um marcador social diferente das mulheres migrantes, para além do contexto de abuso, tráfico internacional de pessoas e prostituição forçada em garimpos ilegais. Aqui o desenho da identidade possibilita a compreensão do impacto social e cultural na capital do país.

O trabalho de Brenda Marques (2018) apresenta uma perspectiva pós-colonialista das relações internacionais, e nos traz uma informação importante da rede de tráfico internacional. Isto é, o Suriname como país intermediário do mercado de sexo internacional, envolvendo diversos outros atores transnacionais. Silva (2023) a partir de entrevistas com servidores públicos do Amapá expõem a fragilidade e desaparecimento dos órgãos fiscalizadores nas fronteiras franco-amapaenses. E isso envolve influência política e poder econômico nas redes de aliciamento.

Por fim, Silva e Hazeu (2012) e Hazeu (2011) contribuem para uma ampliação dos estudos de campo a partir da pesquisa-ação como metodologia de pesquisa. Pesquisar as vivências de mulheres migrantes, em situação de vulnerabilidade sócio espacial requer uma sensibilidade e uma quebra de paradigma epistemológico no que tange a relação sujeito-objeto. O acolhimento e a não revitimização de suas trajetórias partem da construção de uma relação “sujeito-sujeito” que permite que as visões de mundo e histórias particulares sejam levadas em consideração.

O objetivo dessa revisão da literatura foi mapear as metodologias e alcances empíricos dos artigos, dissertação e outros trabalhos acerca da temática “mulheres e migração no Suriname”. A necessidade de estudos empíricos foi um dos achados dessa pesquisa, isto porque as trajetórias de mulheres migrantes, vocalizadas por elas mesmas enunciam novos elementos compreensivos e de construção de políticas públicas em cooperação transnacional.

Em conclusão, a migração de mulheres do Pará ao Suriname é influenciada por uma combinação de fatores econômicos, sociais e de gênero. As experiências dessas mulheres são moldadas por suas redes de apoio e pelas normas de gênero que permeiam suas trajetórias. A compreensão dessas dinâmicas é essencial para abordar as especificidades da migração feminina e para reconhecer o papel ativo que essas mulheres desempenham em suas decisões migratórias e na construção de suas novas vidas.

Agradecimentos: CAPES.

REFERÊNCIAS

- ARKSEY H, O. L. Scoping studies: Towards a methodological framework. **Int. J. Soc. Res. Methodol.**, v. 8, n. 1, p. 19-32, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1080/1364557032000119616>.
- CARNEIRO, C. P.; SOARES, S. da S.; LICHTENTHALER, H. K. R. G. Relações Brasil-Suriname: fronteira, garimpo e imigração no século XXI. **Pracs**: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 305, 11 out. 2020. Universidade Federal do Amapá. <http://dx.doi.org/10.18468/pracs.2020v13n2.p305-320>.
- CERRUTTI, M. *Gender and intra-regional Migration in South America*. Published in: **Human Development Research Paper (HDRP)**, Series, Vol. 12, No. 2009.
- CONRADO, M. P. Mobilidades e deslocamentos da Amazônia ao Suriname: vou lá, mas volto! In: XIV Reunião de Antropologia do Mercosul, 14, 2023. Niterói. **Anais [...]**. Niterói: RAM, v. 1, p. 1-18, 2023.
- FREITAS, A. C. C. de. **Migração feminina em contextos pós-coloniais globalizados: teias entrelaçadas entre afetos e agência na rota Brasil-Suriname-Holanda**. 2020. 263 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2020.
- HAZEU, T. M. (Coord.). **Pesquisa tri-nacional sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname: uma intervenção em rede**. Belém: Sodireitos, 2008. 200 p.
- HAZEU, T. M. **Migração internacional de mulheres na periferia de Belém: identidades, famílias transnacionais e redes migratórias em uma cidade na Amazônia**. 2011. 171 f.: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.
- HÖFS, C. O barco vai se levando: retrato de uma imigrante brasileira em Paramaribo, Suriname. **REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, [S. l.], v. 15, n. 29, 2010. Disponível em: <https://www.remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/57>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- MARQUES, B. M. As rotas do tráfico internacional de mulheres na pan amazônia do século xxi: olhares feministas do sul global. **Cadernos de Relações Internacionais**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 21-42, 16 abr. 2018. Faculdades Católicas. <http://dx.doi.org/10.17771/pucrio.cadri.33496>.
- MENDES, L. M. C. Vulnerabilidades para o adoecimento de mulheres em garimpos na fronteira do Escudo das Guianas. **Rev. Esc. Enferm. USP** 2023; 57: e20230010. <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2023-0010en>.

RAGHURAM, P. Situating women in the brain drain discourse: discursive challenges and opportunities. In: STALFORD, H.; CURRIE, S.; VELLUTI, S. (Eds.). **Gender and migration in 21st century Europe**. Aldershot: Ashgate, 2009. p. 85-106.

SANTOS, G.; LINS, T. G. Políticas migratórias e gênero no acordo Mercosul. **Geografia em Questão**, [S. l.], v. 17, n. 01, 2024. DOI: 10.48075/geoq.v17i01.32621. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/32621>. Acesso em: 21 set. 2024.

SILVA, L. I. da C.; HAZEU, M. T. Tráfico de Mulheres: um novo/velho drama amazônico. **Travessia - Revista do Migrante**, [S. l.], n. 71, p. 47-60, 2012. DOI: 10.48213/travessia.i71.154. Disponível em: <https://revistatravessia.com.br/travessia/article/view/154>. Acesso em: 11 set. 2024.

SILVA, R. C. Q. Tráfico internacional de mulheres nas fronteiras franco-amapaenses. **Margens**, [S.L.], v. 17, n. 28, p. 257-272, 3 jun. 2023. Universidade Federal do Para. <http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v17i28.10091>.

SIMONIAN, L. T. L. Mulheres enquanto políticas: Desafios, possibilidades e experiências entre as indígenas. Belém: **Papers do NAEA**. Nº 254, p. 1-33, 2009.

SIMONIAN, L. T. L. **Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura**. Belém: NAEA/UFPA, 2001, p. 270 il.

ROSÁRIO, L. V. C. do. **Interseccionalidade e fronteira: mulheres negras migrantes na Amazônia Franco-Amapaense**. 2019. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019.

ROSÁRIO, L. V. C. do. **Atravessando fronteiras: mulheres negras migrantes no Amapá**. São Paulo: Dialética, 2021.

10

Diaspora engagement for development: challenges and options for Guyana¹

*Hisakhana Paboona Corbin
Luis Eduardo Aragón*

INTRODUCTION

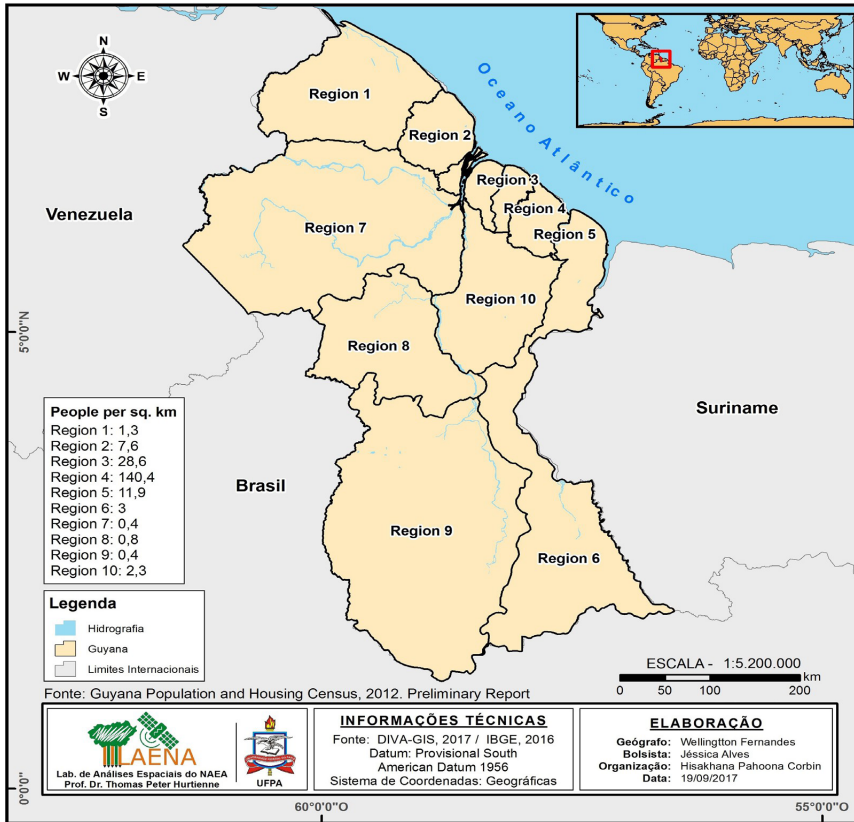
Guyana, formerly known as British Guiana, is located in northern South America between Venezuela, Brazil, Suriname and the Atlantic Ocean. It was first colonized by the Dutch in the seventeenth century, and then for a short time by the French in the eighteenth century, and finally by the British, who bought the territory of the Dutch in 1814. Guyana is an independent country since 1966, when British Guiana was declared the Cooperative Republic of Guyana. According to the latest census (2012), Guyana's land mass totals 214,999, km² with a population of 747,884.

The country is divided into 10 administrative regions (Figure 1). Regions 1, 7, 8 and 9 representing the interior of the country and corresponding to approximately 75% of the national territory while accounting for only 10.9% of the total population. As pointed by Corbin and Aragón (2015, p. 68), the rest, that is,

¹ This chapter was published as a scientific article in the *Geografares - PPG of UFES' Journal*, in July-December of 2017, p. 145-163, ISSN 2175-3709.

25% of the country's territory represents coastal regions where the commercial activities are concentrated and houses approximately 89,1% of the population.

Figure 1: Administrative Regions and Demographic Density (2012)



Source: Guyana Bureau of Statistics (GBS), 2005, p. 23 e GBS, 2017.

In spite of the reality that over sixty per cent (60.8%) of Guyana's population has been lost due to migration, migration and diaspora engagement have not received much attention from the Government of Guyana until the launching of the Guyana Diaspora Project in 2013. The absence of a migration policy that seeks to unlock the development potentials of migration is a further indication, that, either policy and decision makers regard migration and remittances as irrelevant or there are no case studies to provide information that would help in the formulation of a well-defined policy.

In response to recent efforts by the government of Guyana to engage the diaspora for development, this paper seeks to underscore important

challenges and options for Guyana's economy. Data was gathered from primary and secondary sources to offer a comprehensive understanding of the topic under study. The unavailability of recent data, in some cases, was one of the major limitations.

However, an exploration of the literature for other developing countries with similar migratory outlook and diaspora engagement have led to the advancement of solid options that can be considered by the political administration in its endeavor to foster diaspora engagement for development.

DEFINING THE GUYANESE DISPORA

In the light of the controversy in defining and estimating the size of a diaspora based on differences in country and region, specific definitions and other factors such as place of birth, time of emigration, citizenship, and questions of identity (Ionescu, 2006), the World Bank simply defines migrants as “[...] people born in another country” (World Bank, 2011, p. 149). The use of this definition would only capture first generation migrants and would exclude children and grand-children who possibly retain important connections with the countries of origin of first generation migrants.

Alternatively, the African Union (2005) defines diaspora as consisting of people of African origin living outside the continent, irrespective of their citizenship and nationality and who are willing to contribute to the development of the continent and the building of the said Union. Certainly, this definition focuses more on ethnicity than on nationality and place of birth among other requirements that are demanded for Guyanese citizenship.

According to the Ministry of Foreign Affairs in Guyana (2012), the Constitution and laws of Guyana provide for the acquisition of Guyanese citizenship by four means: (1) Birth, (2) decent, (3) naturalization and (4) registration, as explained below:

Birth: A person is a Guyanese citizen if he/she is born in Guyana. Such person is eligible for a Republic of Guyana passport and all other privileges given to any Guyanese.

Decent: A person born outside of Guyana is a citizen of Guyana at the date of his birth if at that date his father or his mother is a citizen of Guyana. Such persons are not required to meet residency requirements; the birth must be

registered by the parents as an overseas birth registration upon which the parents can apply for a Republic of Guyana passport for the child.

Naturalization: A person is eligible for Guyanese citizenship by naturalization and must show that he is ordinarily resident in Guyana and has been so resident throughout the period of five years immediately preceding his application, that he is of good character and that he intends to reside in Guyana. On approval, the person will be granted a Certificate of Naturalization and will have to take the oath of allegiance to Guyana.

Registration: A person who marries a Guyanese citizen is also eligible to apply to be registered as a Guyanese citizen having met all the legal requirements

i.e. having legally entered the country and having been legally in Guyana. Unlike persons applying for naturalization who must fulfill a specific number of years of residency, there is no such requirement in this case.

Persons can also apply to be registered as Guyanese citizens if they are citizens of a Commonwealth country as stated in the Constitution of Guyana or a citizen of the Republic of Ireland. The person must show that he has been ordinarily resident in Guyana or has been in the service of the Government of Guyana or has had partly such residence and partly such service, throughout the period of five years ending with the date of his application (Guyana. Ministry of Foreign Affairs, 2015).

Therefore, it could be expected that the Guyanese diaspora consists of persons of the above mentioned categories of legal citizenship that are currently living in a foreign country. World Bank estimates show that there are 462,636 Guyanese living abroad (Table 1).

Table 1: Guyanese in the Diaspora (2013)

Host Countries	Guyanese Immigrants	Percent
United States	281,371	60.8
Canada	101,004	22.0
United Kingdom	21,073	4.5
Suriname	11,530	2.5
Other	47,658	10.2
TOTAL	462,636	100.0

Source: World Bank, 2016.

In addition to the absence of more recent data, these statistics reflect first generation emigrants only as of 2013. Therefore, as data that is more recent becomes available an even larger Guyanese diaspora could be expected if their offspring are to be included in the respective total of each country.

GUYANESE DIÁSPORA ORGANIZATIONS

The proliferation of diaspora organizations with focus on education, health and socio-cultural development may positively indicate the diaspora's commitment to return more than monetary remittances to their country of origin. It also means that migrants intend to make a wider contribution towards the development of their country rather than their family members left behind. This is a clear example of the channeling of collective remittances for specific uses by groups or people in the migrants' hometown.

While advocating greater coordination among Guyanese diaspora organizations to better unlock their potentials of remittances they remit to Guyana, Scott (2001) calls for an institutionalist approach for poverty reduction. Like Orozco (2003) and Peters (2009), Scott (2001) has found that diaspora institutions are making a positive contribution principally in the areas of health and education in some communities in Guyana.

With more than 60% of Guyanese living abroad, diaspora engagement can be a powerful tool for contributing to the development of hometown communities and the country as a whole. In spite of this potential, few institutional arrangements have been put in place to better engage the diaspora or to unlock their potentials as an alternative for accelerating development.

While the necessary formal institutions between the Guyanese government, diaspora organism and civil society seem lacking, many individuals sharing a similar background have established a number of organizations which seek to make a contribution to Guyana's development principally in the areas of health and education. Although there is currently no policy for using diaspora remittances or engaging the diaspora for accelerating socioeconomic development in Guyana, members of the Guyanese diaspora form a number of groups and associations for contributing towards development.

While literature reviewed indicates the presence of in excess of three hundred diaspora organizations principally in the USA, Canada and the U.K, their current existence remain uncertain or the contact information provided ten years ago, might have changed. A new listing of diaspora organizations located in Canada was secured through a request made to the Guyana Ministry

of Foreign Affairs in 2015, which shows that there are currently more than one hundred organizations formed by Guyanese in the diaspora, and registered at Guyanese Consulates abroad and the Diaspora Unit of the Guyana Ministry of Foreign Affairs (Table 2).

Table 2: Diaspora Organizations Registered by the Ministry of Foreign Affairs (2015)

Countries	Number of Diaspora Organizations	Percentage
United States of America	31	27.6
United Kingdom	58	51.8
Canada	13	11.6
Antigua and Barbuda	1	0.9
Brazil	1	0.9
Bahamas	2	1.8
Barbados	1	0.9
Grenada	1	0.9
Suriname	1	0.9
St. Lucia	1	0.9
Trinidad and Tobago	1	0.9
Jamaica	1	0.9
TOTAL	112	100.0

Source: Guyana Ministry of Foreign Affairs, 2015.

While a few are politically based, the majority of these organizations contribute to the education sector. Many public schools benefit from gifts of textbooks, laboratory equipment and other educational materials from alumni associations abroad. In addition to aid from these organizations, individual Guyanese in the diaspora also contribute to knowledge transfer for developments in human capital. This is yet another manner in which.

Guyanese in the diaspora contribute toward Guyana's development in the education sector. In most cases, connections are established and/or maintained with institutions where Guyanese have studied or worked. Those linkages allow home institutions such as the University of Guyana and Cyril Potter College of Education to access highly trained Guyanese in the diaspora for human capital developments (Box 1).

Box 1: Knowledge transfer by the Guyanese in the diáspora

Training Course for Mathematics Teachers in Guyana

The Ministry of Education recently hosted a workshop for Mathematics teachers aimed at strengthening their skills.

A Government Information Agency (GINA) press release said the workshop was based on a non-graduate certificate in Mathematics that was developed by the National Centre for Education Resource Development. Sixteen teachers from across the country participated in the three-day workshop.

GINA said the exercise was led by Dr. Pier Junor-Clarke, Assistant Professor and coordinator of a teacher education programme at Georgia State University in the US. Junor-Clarke said it is of primary importance that teachers have a strong subject content knowledge. "What we noticed, even abroad is that sometimes teachers would have the attitude of doing mathematics, that is, taking on the exams and getting very high scores but, when it comes to teaching the mathematics that is problematic," she said.

In order to address this issue, Junor Clarke introduced the 'reflective teaching model' which focuses on teachers not only reflecting on students' achievements but on the quality of their teaching based on the knowledge of the subject. Junor Clarke said too the workshop did some reflective thinking based on the needs of the local mathematics syllabus.

Junor Clarke said based on the teachers' response she was encouraged to continue the workshop and as such one has been planned for next year.

According to GINA, until then the documents used during the programme and other materials will be provided to all 279 teachers who applied to undergo the training

Also, contact with the current group of participants will be maintained, "this is important work because mathematics, science and technology are very important skills, a nation without this is in jeopardy," she said.

Source: Stabroek News, May 28, 2008.

The migration of Guyanese qualified in mathematics, other disciplines of natural science, health and technology may indeed be threatening to the country's economy especially if connections are not established to engage the diaspora in its development. An interview with Professor Junor Clarke is considered important for this paper as it points out some successes and challenges encountered as Guyanese in the diaspora seek to contribute to human capital formation in the wake of the exodus of human resources:

Researcher: What is the Name of your foreign institution?

- Professor Junor Clarke: The name of my current institution is Georgia State University, Atlanta, Georgia in the United States of America.

Researcher: For how many years have you migrated from Guyana?

- Professor Junor Clarke: I migrated from Guyana thirty-two years ago.

Researcher: What qualification had you acquired before migrating?

- Professor Junor Clarke: I had acquired a Bachelor of Science degree, Mathematics Major and Physics Minor, from the University of Guyana before migrating to the United States of America.

Researcher: What qualification have you obtained after migrating?

- Professor Junor Clarke: After migrating, I pursued a M.A – Mathematics Education at City College of the City University of New York, in the United States and a Ph.D. - Mathematics Education at the Ontario Institute of Studies in Education of the University of Toronto in Canada.

Researcher: To which diaspora organization do you belong?

- Professor Junor Clarke: I am a member of the West Demerara Secondary School Association.

Researcher: With which Guyanese institution do/did you collaborate for human capital formation?

- Professor Junor Clarke: I have collaborated with the University of Guyana; Guyana National Centre for Education Research and Development [NCERD] (Guyana); Cyril Potter College of Education [CPCE] (Guyana).

Researcher: For how long have you been collaborating with the institution(s) listed above?

- Professor Junor-Clarke: I have been collaborating with these institutions from time to time since 2004.

Researcher: What has led you to collaborate with Guyanese institutions for human capital formation?

- Professor Junor Clarke: My primary reason for wanting to collaborate is to share knowledge and expertise with the Guyanese community.

Researcher: What are/were some of the successes?

- Professor Junor Clarke: I have successfully conducted two (2) workshops at NCERD

and CPCE and served as an official external evaluator for seven (7) Master's theses and an unofficial evaluator of one (1) under graduate thesis.

Researcher: What are/were the most important challenges faced?

- Professor Junor Clarke: The Guyanese institutions are not willing enough to take full advantage of what I have to offer. I think that may change in the near future because I am not giving up.

Researcher: As an educator, how do you or would you use information technology to its fullest potential for human capital formation in Guyana and other developing countries?

- Professor Junor Clarke: Information technology (IT) does have great opportunities for communication and promoting education in different ways. It offers avenues to make meaningful connections and educational advances but many people are not taking advantage of these opportunities. Cell phones and TVs are the major tools for local communication in Guyana. Let us hope for better soon. I am going to Guyana in a few months and hope to have some serious discussions with some colleagues at the University of Guyana (Corbin, 2012²). We could take advantage of teaching and learning online.

Based on this interview, it becomes clear that migration allows opportunities for human capital formation and the return of talents to countries of origin. According to the Head of the Diaspora Unit at the Ministry of Foreign Affairs in 2015, Guyanese in the diaspora are willing to contribute towards the development of Guyana through the following: (1) investing,

(2) trading, (3) providing consultancies, (4) transfer of knowledge and skills through returning work attachments for short periods and (5) offering charitable work. If these are to be operationalized, then local institutions must be institutionally prepared to tap diaspora resources and or services.

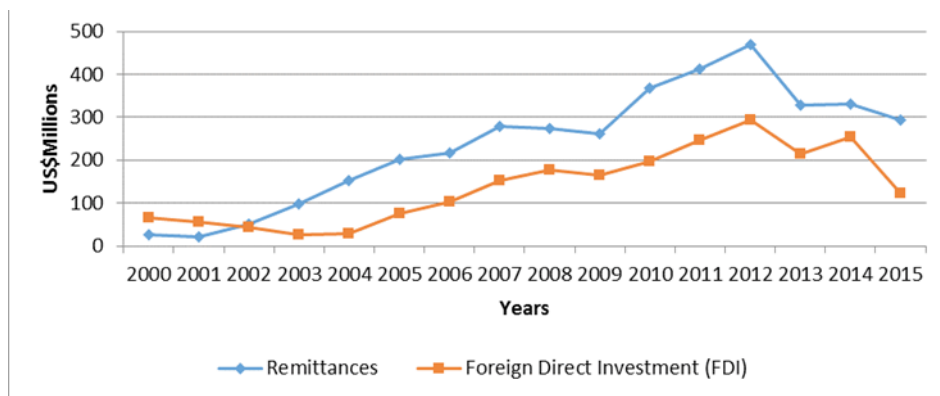
GOVERNMENT INTERVENTION FOR DIÁSPORA ENGAGEMENT

In spite of the fact that remittances have exceeded Foreign Direct Investment (FDI) after the New Millennium (Figure 2), migration and diaspora engagement have not been given much, if any, previous formal attention

2 Information updated by respondent in July, 2017.

in the country's policy and planning frameworks for development until the launching of the Guyana Diaspora Project in 2013 by the Government of Guyana in collaboration for Migration (IOM) (Ministry of with the Guyana International Organi Foreign Affairs, 2013)

Figure 2: Official Monetary Flows to Guyana (2000-2015)



Sources: World Bank (2017); Unctad (2017).

In an effort to determine the size of the Guyanese diaspora, the Government of Guyana, in 2013, launched the Guyana Diaspora Project, which has the following objectives:

The overall objective of the GUYD project is to contribute to the economic development of Guyana through the support and engagement of the Guyanese diaspora. The information obtained from the GUYD Project will act as an important indicator as to what skills and resources exist in the Diaspora and the interest of the Diaspora, which will serve as important factors guiding Government policy to engage the Diaspora (Ministry of Foreign Affairs, 2013).

As pointed by the Ministry of Foreign Affairs (2013), more specifically, the Project – of two-year duration – seeks to:

1. promote and strengthen relations between the Government of Guyana and the Guyanese Diaspora;
2. promote a better understanding of Guyana's development goals and priority areas of focus within Diaspora communities;
3. engage the Guyanese Diaspora by encouraging them to contribute towards Guyana's national development;

4. facilitate the formal establishment of a structured mechanism to engage the Guyanese Diaspora;
5. create and manage a database which will profile the Guyanese Diaspora in the different countries and regions;
6. act as a communication bridge between the Government of Guyana and the Guyanese Diaspora;
7. create a One-Stop-Shop for overseas Guyanese who may wish to engage in investment, trade, doing business with Guyana, philanthropy or make contributions to Guyanese communities”.

By 2011, 93% of Guyana’s population with higher education has been lost due to migration mainly to developed countries (World Bank, 2016). Consequently, diaspora engagement has also been an integral aspect of the 2015 Political Campaign by Major Opposition Parties (Box 2).

Box 2: A Call for Return Migration

Granger calls on NY Diaspora to return home

Speaking to hundreds of Guyanese last night at the Woodbine Ballroom in Brooklyn, New York, the APNU+AFC alliance today said that Presidential Candidate Brigadier David Granger called on Guyanese in the Diaspora to return home and invest in Guyana.

The Coalition leader said “I am here (in New York) to ask you to invest in change. ... Guyana is open for Business.” Granger said, according to a statement from the alliance, that under an APNU+AFC administration Guyanese living in the Diaspora would be encouraged to participate in the development of Guyana. “We need you, we need your skills and your expertise... We need teachers, technicians, engineers”, he told the event.

Granger added, “we have lost a lot of our educated professionals through migration and we believe that one of the most important elements of our (APNU+AFC) new policy, would be to strengthen education, Guyana will be an education nation. We will place great emphasis on training Scientists, Technicians, Engineers and Mathematicians... [...] education is the key to our development.” [...]

The release said that he recounted the many opportunities for National Unity that the two major political parties in Guyana (the People’s National Congress and the People’s Progressive Party) had squandered and to loud applause the APNU+AFC Prime Ministerial Candidate said; “if it was right then, it is right now and on May 11th the APNU+AFC will win and we will unite Guyana.”

The release said that the event which was billed as a fund-raising reception was organized by the Guyana American Patriotic Forum, a grouping of political and civil society organisations in the Tri-State area.

Today, the APNU+AFC campaign goes to New Jersey.

Source: Stabroek News, March 21, 2015.

Quite different from most articles published in the Guyanese Press, this article has gotten much attention and one hundred and eighty-three on-line responses, which could be considered by Policy Makers. One such response is as follows:

Sahm: Guyana has to change from within... We can't expect some external force to come and make change... Create the conditions and then maybe you can ask the educated and skilled to return and invest in the development of Guyana. How do you expect pple [people] to return in an unsafe environment, lawlessness, weak police force, corruption, etc. Reasons why the skilled and educated left. The only ones remaining and returning to Guyana are the Criminals. [Italics added by this authors] (Stabroek News, March 21, 2015).

With the Peoples Progressive Party (PPP) losing the General Election to the APNU (A Partnership for National Unity) & AFC (Alliance for Change) coalition government, after 23 years in Government, the new Political Administration may be able to attract a greater participation among Guyanese in the diaspora if appropriate interventions are taken. However, the absence of a migration policy that seeks to, among other things, unlock the development potentials of migration is a further indication that either policy or decision makers regard migration and remittances as irrelevant or the absence of in depth case studies the formulation of well-defined policies.

In spite of these weaknesses, the previous government's land policy for providing the diaspora access to land is considered a positive factor for the development of the housing sector in general. The fact that many Guyanese live in houses belonging to family members or relatives overseas indicates a well defined housing policy and an improvement in the living standards of Guyanese who depend on these overseas relatives. The opportunity cost of remitting money for rent is therefore the cost of building/ purchasing homes to share with family members back in Guyana.

While developments in the real estate industry is common in the literature reviewed, this study makes an important contribution to the existing literature by showing that, in the Guyanese context, the diaspora seeks to provide shelter for family members and, simultaneously, prioritize housing security in case of return migration rather than a focus on investments in real estate. This is yet another commonly over looked contribution that diasporas make for improving the wellbeing of family members left behind.

The government's re-migrant programme that allows Guyanese tax exemptions on a number of items for domestic use is a positive effort to encourage return migration. However, the existing literature shows that governments around the world have been taking many other innovative approaches in diaspora engagement for development.

Although these current benefits exist, few Guyanese seem inclined to return permanently to Guyana. Given the country's long history of migration and the fact that 462,636 Guyanese currently reside outside Guyana, the current rate of return, based on re-migrant applications approved from 2004-2011, is extremely low (Table 3).

Table 3: Re-migrant applications approved (2004-2011)

<i>Year</i>	<i>Re-migrants</i>
2004	152
2005	131
2006	163
2007	188
2008	190
2009	267
2010	274
2011	102*
Total	1467

**As of August 7, 2011.*

Source: Guyana Ministry of Foreign Affairs (2011).

However, the low statistics of return migration and the second inter-census population decline in between 2002-2012 could be a signal that Guyana continues to be economically unattractive and Guyanese are forced to emigrate in search of greener pastures during their productive years. Paradoxically, Guyana continues to be economically attractive to immigrants, who have been granted employment, during the previous Political Administration which lasted from 1992-May 2015. With the objective of valuing local labour, Minister of Citizenship Winston Felix, of the current Political Administration, the Guyana Press states:

Concerned at the number of employment visas being granted to foreign nationals, Minister of Citizenship Winston Felix yesterday said the government will be seeking to ensure “fair play,” particularly since the labour force for some of the jobs can be sourced by citizens.

“Under the previous administration, they had no regards for Guyanese labour... they build a Marriott with labourers from abroad... our people should not be left to look on at others who come in and enjoy the same jobs that they can perform,” Felix said during his contribution to the budget debate last evening. [...] (Stabroek News, August 18, 2015).

Perhaps, such an intervention may have a check on emigration among some classes of workers. However, in general terms, improvements in salaries and working conditions locally, ensuring political democracy, and offering more incentives for investment, (institutional) collaboration, international hiring for home based assignments and voluntarism may be number of unexplored alternatives for encouraging increases in the flows of the various types of remittances and human capital sourcing and brain circulation from Guyanese in the diaspora.

Guyanese in the diaspora are also allowed the opportunity to purchase lands for residential purposes. In an effort to reduce the transaction cost, the Central Housing and Planning Department, allows re-migrants and Guyanese in the diaspora to make applications online for house lots. As pointed by Central Housing and Planning Authority (2011), regarding the criteria for eligibility, the applicant must: (1) be Guyanese, (2) be 21 years and (3) not be the owner of any property in Guyana.

Depending on its size land price varies between US\$20,000 – 35,000 (Central Housing and Planning Authority, 2011). Making lands available to Guyanese in the diaspora could lead to improvements in housing across Guyana, thus reversing the housing situation that was described as desperate after the 1980s when economic recession had a devastating effect on the working class propelling many to squat on private and public lands, particularly in urban areas.

The government's policy that permits the flows of nonmonetary goods to households could have positive and negative consequences on poverty alleviation. On the positive side, very low import taxes allow poorer households cheaper access to basic necessities from abroad, thus, contributing positively to food security. This study has also shown that receiving households are

better able to allocate limited finances to other uses, which, also has a positive impact on food security. Other areas to which limited finances can be used include health and education.

The propensities to save and invest, though minimal at the moment, could further increase. A healthy population could have farreaching effects for increasing the productivity of the labour force, thus accelerating economic growth and development as has occurred in many industrialized countries in the past. The negative effect of this policy is that it could create a situation of dependency among recipient households thus, giving rise to a counter effect on the goals of the Jagdeo Initiative, which aimed at:

[...] removing constraints to the development of agriculture in the Caribbean. It builds upon past regional efforts to develop a Common Agricultural Policy, CAP and identifies ten key binding constraints faced by the sector. ... [...] In 2002 President Jagdeo proposed to a Caribbean Heads of Government Conference that the Region should build on its past efforts to develop a Common Agricultural Policy. He stressed that in the changed global environment, the "agricultural sector was neither providing for food security nor earning the foreign exchange to cover the Caribbean's growing food import bill (Private Sector Commission, 2007, p. 1).

Among other things, to increase food production and the productive capacity of the economy in general. With 65.9% females in the female working age population being outside the labour force, and the fact that women are the major recipients of remittances could be an indication that this dependency is already a chronic problem.

Although, this large percentage of people outside the labour force may also be attributed to other socioeconomic, political and cultural factors within the relatively young Cooperative Republic, this import policy could certainly exacerbate the problem rather than attempting to increase the productivity of labour and the productive capacity of the economy on the long run.

The formation of human capital that accrue from collaborations by Guyanese educators in the diaspora and the existence of diaspora organizations could be very beneficial to development through empowerment and training. Unfortunately, and as indicated by Ndioro *et al.* (2011), there is no known policy or plan to better engage the diaspora to offer online training

(e-learning), which is occurring in other countries such as Ghana for university students and employees in the public and even private sector institutions to foster knowledge diffusion in strategic areas such as medicine, science, technology and innovation technology.

With Guyana having specialists from at least seventy-seven (77) areas of specializations in the diaspora, this elearning should be given priority considering the invaluable experience that the diaspora stands to gain from working in their fields in developed and emerging countries. The initiation of a diaspora unit within the Ministry of Foreign Affairs is a positive step of engaging the diaspora for development. However, a diaspora unit, without a well defined and comprehensive policy to be implemented, may not be able to achieve a multiplier effect in different sectors of the economy.

CHALLENGES AND OPTIONS FOR GUYANA

The economic impacts of losing 93% of Guyanese with higher education may be devastating if at least diaspora engagement programs are not implemented with urgency to benefit strategic sectors of the economy. Losing 60.8% of the country's total population is also threatening to Guyana's economy. Due to a second inter-census population decline between 2002- 2012, an increase in the purchasing power (consumption) from population growth could be restricted, according to the view maintained by the Keynesian economists which states that if population growth slows, then aggregate demand could decrease as in the case of Guyana.

Inflows of remittances from the Guyanese diaspora are important to Guyana's economy. Relative to GDP, Guyana is one of the LAC countries that is most dependent on remittances and diaspora resources in general. However, the absence of a national migration policy could be a major impediment if Guyana were to become serious about harnessing diaspora remittances for the development of its economy.

With women being the major recipients of diaspora remittances, whether they are household heads or not, signals that issue of gender equality must be at the center of policies on migration and diaspora remittances for development (Corbin, 2012). As it can be seen in Guyana Bureau of

Statistics (2005). This is of great significance to Guyana given the fact that 65.5% of women of the working age (15 years and over) are outside the labour force and an additional 15.1% of women in the female labour force are unemployed.

With households and women being the major beneficiaries of remittances, a significant focus on them has been important in revealing the manner in which disposable income at the household level is diversified and allocated among competing choices for consumption, savings and investment. A lack of policy arrangements in the financial sector that allow recipients to use remittances as a source of income for opening bank accounts and securing loans for micro investment certainly limit households' investment portfolios.

Households benefit directly from flows to their households and indirectly from collective remittances transferred to institutions such as to schools, churches, universities and hospitals. Corbin (2012) confirms collective remittances remitted by individuals or diaspora organizations to institutions such as community groups, religious organizations, youth groups and farmers' associations could contribute significantly to development within communities. If this path is to be taken then greater transparency and political and ethnic cohesion would be necessary.

And even if the process is to be guided by the local government body, beneficiaries must be allowed to participate at the planning, implementation and monitoring phases of all projects for community development. Planning for local development must not be isolated from planning for national and regional development. Therefore, a comprehensive planning framework for integrating migration and remittances across sectors of the economy and at the national, regional and local (community) levels is critical if Guyana were to become serious about using diaspora remittances as an alternative source of overseas financing for socioeconomic development.

Given the state of dependency by some recipients of remittances, policies, plans and projects for harnessing diaspora remittances for development may bring new challenges to the Guyanese economy. From an economic perspective, a significant dependence on remittances may render the Guyanese economy highly vulnerable to shocks to the economies in OECD countries which are the main sources of remittance flows to Guyana.

From a cultural perspective, an over dependence on the diaspora and the various type of remittances could cause local households and communities to become dependent on a foreign cultural system that could be reflected by changes in technical knowledge, customs, beliefs, mental values, symbols, behavior and even economic systems. Therefore, diaspora engagement policies must be carefully elaborated and implemented to avoid the pitfall of stripping locals of their cultural identity, where their ability to self-determination could become restricted.

If precautions are not taken their future values, meanings, aspirations and projects could end up being shaped entirely by the diaspora and policy makers, who may feel that locals are powerless with regard to self-development and traditional cultures could be seen as stagnant and as obstacles to Guyanese economy and development.

An appeal by politicians for return migration may not be achieved in the medium term given the country's history of political discrimination and ethnic friction, which were listed among the main causes for the exodus of qualified Guyanese. However, this does not mean that efforts should not be made to engage the diaspora (Plaza and Ratha, 2011). It is frequently argued that on the long-term, migration yields benefits beyond monetary remittances to countries of origin and destination.

Such benefits could include nonmonetary remittances, formation of human capital, hometown associations, networking in the diaspora, and brain circulation, which could give rise to accelerated development of countries of origin once appropriate intuitional arrangements are enacted (Terry and Wilson, 2005; Stubbs and Reyes, 2004; Orozco, 2004; Orozco, 2000). Many academics and international financial institutions including the World Bank, have been calling on governments to recognize these untapped sources of wealth for socioeconomic development of both countries of origin and destination for migrants.

As a consequence, governments in developed and developing countries are increasingly instituting a number of development policies that seek to tap the development potentials of diaspora remittances, which include as put by Plaza and Ratha (2011): (1) monetary remittance, (2) nonmonetary remittance, (3) knowledge transfers, (3) information and human, financial

and technological capital and technology for investment, in destination and origin countries.

While some governments focus on their diaspora, in foreign countries, some advocate on diaspora and development are encouraging governments to engage both immigrants and emigrants as agents of development of a given country (Plaza and Ratha, 2011). Given the increasing presence of Brazilians, Surinamese and other immigrants in Guyana, policy arrangements to engage them as agents for development are needed.

The co-development programme instituted by the French government in collaboration with the Senegalese government is one such innovative approach for diaspora to contribute towards the development of their countries of origin, while assimilating in hosts countries (Bräutigam, 2010). The Senegalese government has also created an Internet Portal, which further allowed the International Organization for Migration to run a census project on Senegalese living abroad in order to categorize migrants according to their professions.

A similar internet portal exists in the case of Guyana, but the focus is rather different. The University of Guyana has created this portal which seeks to track its graduates across the world (University of Guyana, 2011). Unfortunately, there is no known portal for mapping low-skilled Guyanese emigrants or Guyanese migrants who received all of their education in foreign countries. Such portals should feed into the database housed by the Ministry of Foreign Affairs for planning and policy formulation.

The formation of diaspora organization or hometown associations is yet another way in which migrants collectively mobilize monetary and non-monetary remittances for development of their countries of origin (Orozco, 2003). In studying African diaspora associations in Denmark, Trans and Vammen (2011) found that capacity building and funding are necessary to increase the effectiveness of these African associations. One criticism nevertheless and according to Trans and Vammen (2011) is that there is a significant focus on development of migrants' hometowns rather than on the country at large.

In the case of some African countries, government agencies and private institutions are increasingly taking full advantage of fully engaging

their diasporas in a number of ways. The embassies of Ethiopia, Kenya, and Uganda in London and Washington, D.C, support business trade forums to foster international trade and foreign direct investments (Crush, 2011). Regarding international trade and migration of Africans to OECD countries, Dolman (2008) found that countries tend to trade more with countries from which they have received immigrants.

The same can be said of Guyana. In the case of Guyana-Brazil trade, Corbin (2007) observed a rapid increase in small scale Brazilian traders in response to the increasing volume of Brazilian migration and the diaspora demand for goods and services of Brazilian origin. In 2009, the World Trade Organization (WTO) forecasted that trade ties between Guyana and Brazil are expected to improve upon the upgrading of an all-weather road link from the mining town of Linden to Lethem which borders the Brazilian State of Roraima.

Together, the Linden-Lethem road link, the Takutu Bridge, the Berbice River Bridge, and the Canawaima Ferry, which connects Guyana and Suriname, substantially improve Guyana's transport infrastructure and interconnectivity with its mainland neighbours. They, therefore, further strengthen its continental integration process, and open new economic opportunities as people, investment capital, and technology continue to move across geopolitical borders.

In 2015, the newly elected President reinforced this during his speech on July 17, 2015 at the MERCOSUR Summit held in Brasilia:

The delegation of the Cooperative Republic of Guyana is delighted to be in Brasilia today. [...] My presence here today is very special for me as it marks my first official engagement with the region since assuming the Presidency of the Cooperative Republic of Guyana just eight weeks ago. [...] Guyana believes in integration. We are committed to the infrastructural integration of the continent. We are negotiating for a road access between Guyana and Brazil through a bridge link which has already been built. The construction of a highway will intensify trade and investments with Brazil and the other countries of the South. We are also examining the feasibility of a bridge between Guyana and Suriname to the East. [...] Guyana's strategic geographic location on the northern shoulder of the continent has the potential to allow easier and cheaper access to the larger markets of the Americas, Africa and the Caribbean. Guyana is a natural gateway to these larger markets. We are an asset to MERCOSUR. We will foster the development of our country and this continent. The linking of our countries through roads, bridges, rail and other forms of air, land and sea communication will improve trade between the Caribbean and the continent. International trade is indispensable to economic integration and to MERCOSUR. [...] (Guyana Ministry of Foreign Affairs, 2015).

In spite of these calls for continental integration and trade, cross-border migration is accelerating and there is no policy consideration for migration management and engaging the diaspora to accelerate trade and socio-economic development that could be beneficial to both host and destination countries.

In the case of Africa, Leblang (2011) argues that African migrant networks between migrant communities in the investing country and the migrant's country of origin, do facilitate cross-border investment by decreasing informational asymmetries as migrants have specific information about language, customs, culture, and regulations in potential markets, thus minimizing the high cost for acquiring quality information for cross-border investment.

In their study on return migration and small enterprise development in Algeria, Morocco and Tunisia, Gubert and Nordman (2011), state that the propensity to invest is contingent upon a number of factors including the socio-demographic profile of their migrants at home and abroad, as well as the prevailing economic climate, poor infrastructure, red taping, a lack of transparency, and unstable regulations in countries of origin – that return migrants face upon their return.

Considering the absence of reliable datasets and a comprehensive understanding of the socioeconomic and demographic profiles of returnees they recommend further research to better understand the development impacts resulting from return migration and small enterprise establishments.

In the case of Africa, the governments of several countries including in Ethiopia, Nigeria, Senegal, Uganda and Rwanda have been embarking on a number of pro-diaspora development policies in-order to engage diaspora communities as partners in development projects (Plaza and Ratha, 2011). And as pointed by Bhargava and Sharma (2008), several scholars have written on the successes of diaspora-fed development in India and China.

Ketkar and Ratha (2011) reinforced the importance of diaspora bonds, which have been used as a cheap source of external financing for the development of Israel and India. They further recommend a similar model for Haiti considering the high cost of reconstruction since its last massive environmental disaster. However, poor governance and a lack of trust in the

Haitian government may well undermine the government's efforts to tap into this source of external financial assistance for development.

According to the Mexican Secretaria del Desarrollo Social (SEDESOL) (2005), Municipal Governments of Mexico have recognized and are engaging its diaspora as an agent for social and economic development of micro-regions facing varying levels of marginalization. The programme, Programa Iniciativa Ciudadana, falls within the National Development Plan 2001-2006 and National Policy for Social Development 2001-2006.

Collaboration, between 2002-2004, among the various government institutions, local NGOs and their connections with the diaspora and local beneficiaries have led to identification of local development needs and implementation of projects in a number of priority areas including rural development, education, health, and restoration of historic and cultural sites (Sedesol, 2005). Until 2004 and as put by Sedesol (2005), greater transparency was needed from municipal government agencies for greater successes.

From the literature reviewed, there seems to be very little attention given to diaspora engagements from the perspectives of: (1) host countries and, (2) regional integration. However, there have been many international efforts across regions, including Europe, Latin America and the Caribbean to facilitate the mobility of people and goods in response to globalization, but until today, in the Guyanese context, little attention is given to engaging the various groups of immigrants to mobilize their monetary and nonmonetary remittances as part of either a national or regional strategy for socioeconomic development.

For the region of Latin America, Terry and Wilson (2005) have stressed the importance of an institutionalist approach to increase the flow of remittances for development of the region. As seen by Crush (2011), going beyond monetary remittances, the untapped potentials of diaspora engagement and resources from both the north-south and south-south perspective seem to require more attention by policy makers and researchers in the region given that south-south migrants account for 45% of the global migrant stock when compared to compared to South-North migration, which accounts for only 37% of global migrants.

Furthermore, in the existing literature, greater attention is focused on the contribution and potential contribution from highly skilled diasporas in developed countries. While recognizing their importance and the need for further research, Plaza and Ratha (2011) have stressed the importance of low-skilled diasporas particularly in the context of cross-border migration. With reference to countries of destination he further stresses that migrants' potentials are frequently underestimated or minimized as they are rarely seen as agents of development in African countries of destination.

The same situation holds in other countries in Latin America and the Caribbean (LAC) as in the case of remittances remitted from the Brazilian diaspora in Guyana and further shows that remittances do flow to more developed countries from less developed countries in LAC (Corbin, 2007). The informal manner in which these remittances are remitted presents a major challenge to the academic community in its quest to better estimate the flows and impacts on migrants' hometowns.

Similarly, the prejudices that migrants continue to face as they travel across borders in search of jobs could be an indication that the respective countries are unprepared to: (1) engage the diaspora and remittances as agents and/or tools, rather than hindrances to development of host and origin countries, (2) unlock the development potentials of multicultural society where multilingualism and transnationalism could be used as tools for expanding trade ties and facilitating foreign direct investment while simultaneously deepening regional integration through diaspora engagement once the necessary institutional arrangements are enacted.

Furthermore, in relation to migration, diaspora and development, the 2010 World Migration Report (Ilo, 2010) has identified ten (10) key areas, which are still very applicable to Guyana, including optimizing formal remittance flows, engaging diaspora and promoting circular migration, which governments are encouraged to up-stream and/or mainstream into planning for development.

FINAL CONSIDERATIONS

In the light of the above-mentioned challenges and options, the following could be worked into, among other policy and planning options, framework as the government of Guyana seeks to up-stream diaspora engagement for development into a comprehensive plan for national, regional and/ or local socioeconomic development:

- Elaborate a comprehensive policy for migration and development;
- Strengthen requisite government institutions and community groups at the regional and local levels;
- Through participatory planning, conduct relevant needs assessments at the national, regional and local levels;
- Undertake a mapping exercise of the sociodemographic profiles of Guyanese in the diaspora for planning for diaspora engagement;
- Restructuring the financial system to permit recipients to use remittances as income source for investment financing in order to enhancing the developmental impacts of remittances. Particular attention should be placed on better engaging women who are the major recipients of diaspora remittances, into the formal economy, thereby increasing the productiveness of Guyana's working age population outside the labour force.

Greater decentralization of banking services should be made available particularly in rural areas which account for 73.6% of Guyana's population. Considering the possibilities of savings and investment for economic growth, then there should be national and international awareness programmes to encourage recipients of remittances to open saving accounts and encourage remitters to channel remittances through commercial banks. This should be integrated into a wider framework to reduce the transaction cost and delays to transact business at the commercial banks;

- With 93% of its highly qualified population residing principally in OECD countries, Guyana selling of diaspora bonds could be an alternative for cheap source of external financing for the development projects;
- Consolidating knowledge networks among Guyanese in the diaspora;

- Strengthening the links between temporary and/or permanent return migrants and their homeland by amplifying the benefits of the current remigration policy. Such policies should seek to foster small, medium and/or large scale investments by return migrants or Guyanese abroad. These policies should ensure improvements in the country's economic climate, target infrastructure improvements, reduce red tapping, guarantee transparency, stable regulations and guarantee political stability;
- Promoting circular migration especially of people from neighbouring countries including Brazil and Suriname in order to unlock the development potentials where migrants should be welcomed as agents endowed with knowledge, information, entrepreneurial skills, investment capital and culture, which could contribute to economic growth and development.

REFERENCES

- AFRICAN UNION. **Report of the Meeting of Experts from Member States on the Definition of the African Diaspora.** Addis Ababa: African Union, 2005.
- BHARGAVA, K.; SHARMA, J. C. **Building bridges: a case study on the role of the Indian Diaspora in Canada.** Kingston: Queen's University/ School of Policy Studies, 2008.
- BRÄUTIGAM, D. **China, Africa and the international aid architecture. Tunisia.** African Development Bank Group, 2010 (Working Paper, 107).
- CENTRAL HOUSING AND PLANNING AUTHORITY. **Guyana land access programme.** Georgetown, Guyana: s.ed., 2011.
- CORBIN, H. **Guyanese Migration and Remittances to Guyana: a case study of their potentials and challenges for Guyana's Economy.** Doctoral Dissertation. Belem: NAEA/UFPA, 2012.
- CORBIN, H. **Brazilian migration to Guyana as a livelihood strategy: a case study Approach.** Master's Thesis, Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2007.
- CORBIN, H; ARAGÓN, L. E. Imigração e garimpo, emigração e remessas: dois pilares da economia da Guiana. **Revista Territórios e Fronteiras.** Cuiabá, v. 8, n. 2, p. 66-88, 2015.
- CRUSH, J. **Diasporas of the South: Situating the African Diaspora in Africa.** In: PLAZA, S.; RATHA, D. (Ed.). **Diaspora for development of Africa.** Washington D.C.: World Bank, 2011. p. 55-78.
- DOLMAN, B. **Migration, trade and investment.** Canberra: Productivity Commission Staff, 2008.
- GUBERT, F.; NORDMAN, C. J. Return migration and small enterprise development in the Maghreb. In: PLAZA, S.; RATHA, D. (Ed.). **Diaspora for development of Africa.** Washington D.C.: World Bank, 2011. p. 103-126.
- GUYANA. Bureau of Statistics. 2012 **Population and housing census.** Georgetown: GBS, 2017. www.statisticsguyana.gov.gy/census.html. Access: Aug 29, 2017.
- GUYANA. Bureau of Statistics. **Guyana population and housing census summary.** Georgetown: GBS, 2005.
- GUYANA. Ministry of Foreign Affairs. **Statement Delivered by His Excellency Brigadier David Granger, President of The Cooperative Republic of Guyana, on The Occasion of The MERCOSUR Summit.** Brasília, July 17, 2015. Georgetown, Guyana. Available online: <http://www.minfor.gov.gy>. Access: jul 2015.

GUYANA. Ministry of Foreign Affairs. **Guyana Diaspora Project: Let's Build Guyana Together**. Georgetown: Ministry of Foreign Affairs, Georgetown, Guyana. Available online: <<http://guydproject.minfor.gov.gy/>, 2013>. Access: jul 2013.

GUYANA. Ministry of Foreign Affairs. **Guyana Re-Migrant Policy**. Georgetown, Guyana. Available online: <www.minfor.gov.gy, 2011>. Access: 30 jan 2011. GUYANA. Ministry of Foreign Affairs. CSME Overview. Georgetown: Ministry of Foreign Affairs, 2012.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **World migration report: the future of migration: building capacities for change**. Geneva: ILO, 2010. IONESCU, Dina. Engaging Diasporas as Development Partners for Home and Destination Countries: Challenges for Policymakers. Geneva: International Organization for Migration, 2006. (Migration Research Series, n. 26).

KETKAR, S. L.; RATHA, D. Diaspora bonds: tapping the Diaspora during difficult times. In: PLAZA, S.; RATHA, D. (Ed.) **Diaspora for Development of Africa**. Washington D.C.: World Bank, 2011. p. 127-144.

LEBLANG, D. Another Link in the Chain: Migrant Networks and International Investment. In: PLAZA, S.; RATHA, D. (Ed.). **Diaspora for Development**. Washington, DC: World Bank, 2011. p. 79-102.

NDIORO, N.; MELDE, S.; NDIAYE-COÏC, R. The Migration for Development in Africa (MIDA) Experience and Beyond. In: PLAZA, S.; RATHA, D. (Ed.). **Diaspora for Development of Africa**. Washington D.C.: World Bank, 2011. p. 231-259.

OROZCO, M. All in the Family: Latin America's Most Important International Financial Flow. **Inter-American Dialogue**, jan. 2004.

OROZCO, M. Remitting Back Home and Supporting the Homeland: The Guyanese community in the U.S. **Inter-American Dialogue**, Washington D.C., 15 jan. 2003. (Working paper commissioned by USAID GEO Project).

OROZCO, M. Latino Hometown Associations as agents of development in Latin America. **Inter-American Dialogue**, Washington D.C., jun. 2000.

PETERS, A. C. **Macroeconomic determinants and consequences flows to Guyana**. Washington, D. C.: Inter-American Development Bank, 2009. (Working Paper).

PLAZA, S.; RATHA, D. Harnessing Diaspora resources for Africa. In: PLAZA, S.; RATHA, D. (Ed.), **Diaspora for development of Africa**. Washington D.C.: World Bank, 2011. p. 1-54.

PRIVATE SECTOR COMMISSION. The Jagdeo Initiative. **Technical Information**. Georgetown, Guyana, Bulletin No. 8, October 2007, p. 1.

SCOTT, M. Appendix: Report-Institutional Gaps and Human Resource Capacities

for Formulating and Interpreting Poverty Reduction Strategies. **Journal Transition**, University of Guyana, n. 30, p. 97-133. 2001.

SECRETARIA DEL DESARROLLO SOCIAL (SEDESOL). **Evaluación externa del Programa Iniciativa Ciudadana 3x1 2004: Síntesis ejecutiva**. Mexico: SEDESOL, 2005.

STABROEK NEWS. Felix promises 'fair play' for local labour ...after foreign influx. **Stabroek news archive**. Online: www.stabroeknews.com August 18, 2015.

STABROEK NEWS. Granger calls on NY diaspora to return home. **Stabroek news archive**. Online: www.stabroeknews.com March 15, 2015.

STABROEK NEWS. Training Course for Mathematics Teachers in Guyana. **Stabroek news archive**. Online: www.stabroeknews.com May 28, 2008.

STUBBS, J.; REYES, H. **Migration in the Caribbean: a path to Development?** Washington, D.C.: World Bank, 2004.

TRANS, L. O.; VAMMEN, I. M. African Diaspora Associations in Denmark: A Study of Their Development Activities and Potentials. In: PLAZA, S.; RATHA, D. (Ed.). **Diaspora for development of Africa**. Washington D.C.: World Bank, 2011. p. 145-164.

TERREY, D. F.; WILSON, S. R. Para que las remesas produzcan resultados. In: TERRY, D. F.; WILSON, Steven R. (Ed.). **Remesas de inmigrantes**. Washington, D.C: Banco Interamericano de Desarrollo, 2005. pp. 403-424.

UNITED NATIONS COUNCIL ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). Available online: <<http://www.unctad.org>>. Access: 12 jul. 2017.

UNIVERSITY OF GUYANA. **Student alumni portal**. Georgetown, Turkeyen Campus, 2011.

WORLD BANK. **Migration and Remittances**. Factbook 2016. 3rd. Ed. Washington D.C., USA, 2016.

WORLD BANK. **Leveraging migration for Africa: remittances, skills and investments**. Washington, D.C. World Bank, 2011.

WORLD BANK. **Migration and remittances Data**. Available online: <www.worldbank.org/prospects/migrationandremittances>. Accessed: 12 july, 2017.

WORLD TRADE ORGANIZATION/WTO. **Guyana trade policy review**. Geneva, Switzerland, 2009.

11

Climate change, drought and adaptation strategies of Wapishana indigenous communities in Karaudarnau, South Rupununi, Guyana

*Ron Sutherland
Judith Rosales
Louisa Dagers*

INTRODUCTION

Guyana is a tropical country characterized by two seasons influenced by location and other factors, for example, the coast experience two rainy seasons and two dry seasons whereas places inland of Guyana such as the Rupununi Savannahs experience one dry season and one rainy season. The rainy season in the Rupununi savannahs extend from the month of May through October whereas, the Dry season is from November to April.

During these two seasons places in South Rupununi experiences flooding in the rainy season and drought in the dry season. 'The weather condition in Guyana is affected by El-Nino Southern Oscillation and therefore experiences drier and warmer conditions during El-Nino' (Velasco, 2014). 'It is during these period that places in Guyana have experience severe droughts' (Velasco, 2014).

‘Guyana experienced drought in the years 1997-1998, 2009-2010, 2015-2016’ ‘2023’ (Madhu, 2019, <https://www.caribois.org/2023/07/guy-anese-farmers-extreme-weather-events-are-a-concern/>). It must be noted that droughts in Guyana shows a correlation with El-Nino. The severity of these phenomena is difficult to predict and as a result it is difficult to forecast how extreme these seasons can be. This directly affects the people living in the South Rupununi since they are highly dependent on agriculture. Small-scale agriculture systems and techniques varies in South Rupununi since different farming methods are used.

People in the South Rupununi are involved in small-scale cash crop farming, subsistence farming, small-scale animal husbandry and mixed farming. It is therefore important to examine the methods used by these small-scale farmers to sustain their farms and cope during these phenomena. During the drought period small-scale farmers in South Rupununi are generally vulnerable since they depend mainly on agriculture to maintain their livelihood.

In 2018 the Government of Guyana commissioned 8 wells in South Rupununi, one well per community, with exception of Aishalton which has two. Even though, these wells will reduce the impacts of drought in these communities, it is likely that this will not be enough. Karaudarnau is scattered but nucleated community which consist of mainly small-scale farmers.

These farmers tend to farm miles away from the centre of the village and as a result will not be able access water from these well for crops and livestock during drought. The volume of water needed, during droughts will vary due to the type of farming being done by farmers, therefore it will be important to know the type of farming system that is being used by farmers in the villages.

Kraudarnau is located along the Rupununi River; the surrounding vegetation cover includes riparian gallery forests, savannah grassland, various types of wetlands including ita *Mauritia flexuosa* palm swamps, bush islands, forest areas and small streams connected to the Rupununi River.

‘Traditional cultivators usually examine a number of environmental factors before choosing a site for agricultural production’ (Padoch, 1989). This means that environmental variables are important in selecting the location of

farms. Since farming systems varies it is likely that the impact of drought will have similar effects however, based on each farming system drought impact may differ based on severity of drought and farming type.

Farming systems requires different approaches to respond to water scarcity since they have different characteristics. According to Mwongera *et al.* (2020) 'the effectiveness of adaptation strategies will vary'. Hence small-scale farmers adaptation strategy can be similar or different for the same type of farming system and as a result one strategy may be more effective than the other.

So, it is therefore important to know the adaptation use by these farmers. The aim of this research was to examine the impacts of drought on small-scale agriculture and landcover and to determine farmers responses to drought on the farming system that they use.

The research questions guiding the study were a) What impact does drought have on small-scale agriculture and landcover in Karaudarnau? And b) How effective is the main adaptation used by farmers on their farming practices? The information from this study provides a better understanding of the impact of drought on small-scale agriculture used by indigenous people in Karaudarnau. It also provides data on adaptation strategies that can be used by both local, regional and national bodies to plan and enhance coping mechanism during droughts.

THEORETICAL FRAMEWORK OF THE STUDY

SLASH AND BURN AGRICULTURE IN INDIGENOUS COMMUNITIES

Slash and burn Agriculture 'the clearing away of forest by copping and burning of tropical forest, to plant crops for a short period of time, then allowing the area to be retaken by secondary forest vegetation'. Otto & Anderson (1982) point what it is often described as primitive farming system and technique that according to Arroyo-Kalin (2011) is a manipulation of 'the tropical rain-forest vegetation nutrient cycle'.

According to several authors 'slash and burn was introduced into Amazonia in late Holocene by immigrating agriculturalists, who experienced adverse condition in Amazonia'. As pointed by Arroyo-Kalin (2011), 'Slash

and burn cultivation farms were generally used to maintain gardens between 0.5-2 ha in size in the Amazon’.

Those authors linked slash and burn cultivation with crops from used by indigenous people during pre-Columbian. This includes maize, sweet manioc and bitter manioc. ‘Maize and sweet manioc are associated with extensive slash and dominated the western and south west part of South America highland’.

While ‘bitter manioc is associated with intensive slash and burn and practiced mainly in Orinoquia and the Guianas lowlands’ including southern Guyana which is dominated by bitter manioc. Arroyo-Kalin (2011) furthered argued that the ‘traits of these crops generally describe characteristics of the land on which cultivation takes place’.

CLIMATE CHANGE PREDICTIONS OF INCREASING ARIDITY IN LATIN AMERICA

Latin America in recent years experienced an increase in climate variability and extreme events’ (Magrin *et al*, 2007): ‘with the influence of climate change Latin America is expected to experience more El Nino conditions’ and further stated that ‘the effects of El Nino on temperature and precipitation varies in different parts of Latin America citing the example of north-northeast Brazil and north Amazonia is associated with dry conditions.’

Magrin *et al*. (2007) argued that ‘El Nino related activities in tropical forest has increase vulnerability to fire as a result of droughts and land use change’. Fernandez and Franchito & Rao (2019) ‘projected an increase of aridity in South America with the use of indices of the Budyko and UNEP model under scenario RCP 8.5’. Also ‘the physical impact of increasing mean temperature will result in altered precipitation regimes, increase in heat extremes higher risk of drought and increasing aridity with a projected temperature of 4.5⁰C at the end of the century as compared to pre industrial’.

Fernandez and Franchito & Rao (2019) also suggested that ‘due to increase in aridity, South America will result in savannization in future climate and expansion of dry land regime’. Finally, reports from IPCC (2007)

indicate that 'climate models have shown extreme climate change in the Amazon basin.' While Magrin *et al.* (2007) indicated that 'increased El Nino occurrences has led to climate related impacts in Latin America'.

DROUGHT IMPACTS ON SMALL-SCALE AGRICULTURE AND LANDCOVER

The time frame in which droughts occur vary, it can last for a long period of time or a short period of time (Olaleye, 2010). They went to further state that the impacts of drought on agriculture can be difficult to assess. According to Ramamasy & Baas (2007) drought may last for a month in areas that have wet and dry season but defining drought may be difficult and may be dependent on the time period.

According Sindhi (2017, from Wilhite *et al.* 2014) states that there is a rise in drought in less developed countries and further states that different drought type have different. Soil moisture during drought period is one component which is affected first (Olaleye, 2010). As pointed by Ramamasy and Bass (2007), the lack of soil moisture can affect crops at different stages of growth therefore affecting crop growth.

ADAPTATION STRATEGIES DURING DROUGHT BY SMALL-SCALE FARMERS

Agriculture that is highly dependent on seasonal rainfall is vulnerable to climate variability and change (Mwenda *et al.*, 2019). Droughts have negative impacts on people lives. One direct impact of drought on farmland is loss of productivity (Makhado *et al.*, 2014) and further went to state that the use of indigenous knowledge and other coping mechanisms has resulted due to drought. Communities prone to drought have developed long term and short-term coping systems (Ncube & Shikwambana, 2016). According to a study done in eastern Kenya by Mwenda *et al.* (2019) stated that one coping mechanism is cultivating drought resistant crops.

This was also a similar adaptation strategy in South Africa, farmers shift to crops that uses less water (Ncube & Shikwambana, 2016 from Annandale *et al.*, 2002, Wilk *et al.* 2013, Ncube and Lagardien, 2015). Ncube

& Shikwambana (2016) further went on to state by using drought tolerant crops water is conserved as plants have characteristics such as leaves covered in wax, small leaves and build in features to minimize water loss.

These types of crops are considered an adaptation strategy which has been successfully implemented by small-scale farmers in Kenya (Mwenda *et al.* 2019). As stressed by Makhado *et al.* (2014), a common coping mechanism by small-scale indigenous farmers in southern Africa during drought is the change in cropping calendar.

This type of coping mechanism is also common in India (Kumar *et al.* 2017). However, this was preferred by farmers with large land holding rather than farmers with small land holdings (Kumar *et al.* 2017). To Makhado *et al.* (2017), intercropping is also used by small-scale indigenous farmers in southern Africa.

According to Ncube & Shikwambana (2016) polycultures have shown to be more resistance with less decline of crop production during drought than that of monocultures. Ncube & Shikwambana (2016) further went on to state that multi-cropping minimized insect or pest attacks and reduce crop failure. As one see in Mwenda *et al.* (2019), the use of crop diversification is one way to reduce the loss of all crop during drought.

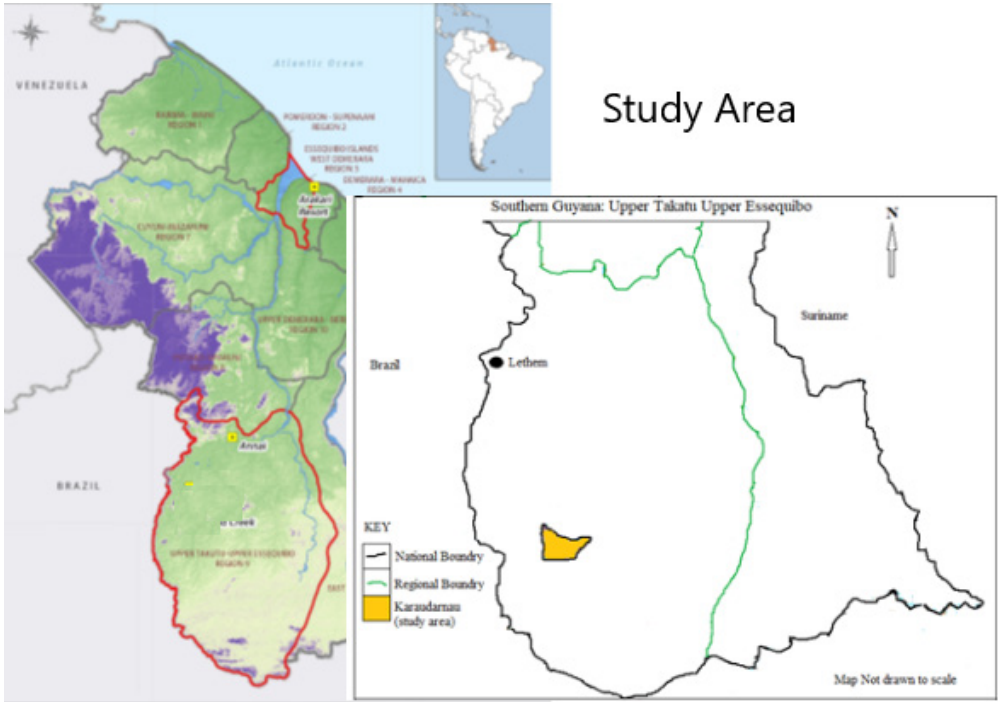
METHODOLOGY

The Rupununi Savannahs is located in region 9 between '2°N and 4°N between 59°W and 60°W in southern Guyana' (Frost, 1986). The Upper Takutu and upper Essequibo is estimated to be the largest region in Guyana, approximately 74000 square km (Henfrey, 2002; McDonald, 2014). MacDonald (2014) described the Rupununi Savannah as 'an area of lowland'. The study area. Karaudarnau Village is located in Southern Guyana (Figure 1). It is an indigenous community with a scattered but nucleated settlement pattern.

The community settlement is located along the Rupununi River and is surrounded by tributaries of the Rupununi River. According to MacDonald (2014) 'the Rupununi Savannahs is part of the Gran Sabana and the Rio Branco savannah. WWF (2016) identified 5 landcover in south Rupununi,

this includes ‘open savannah, wetlands, bush island, rocky outcrops and gallery forest’.

Figure 1: Study area in Southern Guyana



Source: Adapted from Mwongera *et al.* (2020).

However, due to the location of the village there is access to the tropical forest which covers most of Guyana. The economic activity in the village consists primarily of small-scale farming, gold mining, ranching and a few retail shops. The village is still very dependent on hunting and fishing as the village is located close to the forest and Rupununi River.

Climate and soils

The climate in the Rupununi according to Frost (1986) is ‘influenced by the inter tropical convergence zone (ITCZ), the movement of the ITCZ North during April and May initiate the rainy season in the Rupununi’. The climate experienced in the Rupununi is one wet season and one dry season. Frost (1986) states that ‘the Rupununi Savannahs

experiences two seasons, one dry season of seven months and a wet season of five months.

Frost (1986) further described the seasons by stating that the 'the wet season rainfall is approximately 123.36 cm which last between 90 to 120 days while the dry season is characterized by rainless spells divided by 3 to 5 days of rainfall'. According to Henfrey (2002) '80 percent of the annual rainfall is experienced during the wet season which is from May to August at same experiencing floods.' Frost (1986) similarly stated that '83 percent rainfall out of the 161.80 cm annual rainfall is experienced in the wet season'.

According to Henfrey (2002) 'the soils in the Rupununi savannah is one which is very poor'. 'Due to the age of the soil MacDonald (2014) suggest that the soil type in the Rupununi is not suited for Agriculture'. Frost (1986) describes 'the soil in the Rupununi as lateritic'. And further state that 'low filtration rates due to poor drainage systems in South Rupununi, both on flat land and ridges, results in prolong period of waterlogging and flooding'.

Methods

In order to obtain data on the coping strategies of small-scale farmers in Karaudarnau Village, a survey design and qualitative approach was used. In this case, experience from farmers was collected on the impacts of drought on farms and the environment and their drought adaptation strategies over the years.

The research method used in this study is a mixed method. The methods used were survey and focus groups. The survey was done by the use of questionnaires. The questionnaire was designed using closed and open-end questions and are divided into 4 sections. Section two to four of the questionnaire used a Likert scale response method. Questionnaires were distributed by way of simple random sampling.

Table 1: Overview of methods used to collect data by objective to answer the research questions

Data Type	Data collection Methods	Analytical Method
OBJECTIVE ONE: <i>To examine the impact of drought on small-scale agriculture and landcover in Karaudarnau.</i>		
<ol style="list-style-type: none"> 1. General impact on drought 2. Impacts on crops 3. Impacts on lives stock 4. Impacts on the environment 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Structured questionnaire 2. Interviews 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Input data in SPSS software 2. Organizing interviews data into ideas and concept 3. The use of table to indicate the drought impact on crops and descriptive writing 4. The use of table in indicate drought impact and descriptive writing 5. The use of statistical diagram to show drought impact on forest followed by descriptive writing 6. The use of statistical diagram to show drought impact on the savannah followed by descriptive writing. 7. The use of non-parametric methods such as ordinal regression and Spearman rank correlation to show the relationship between Water scarcity, drought impact on crop and drought impact on livestock.
OBJECTIVE TWO: <i>To describe how the farming practices influence the main adaptation strategy used by small-scale farmers in Karaudarnau.</i>		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Factors considered when adapting to drought. 2. Water source 3. Adaptation strategy on crops 4. Adaptation strategy on live-stock 5. General adaptation strategy 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Structured questionnaire 2. Interviews 3. Observation 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Input Data into SPSS software. 2. Organizing interviews data into ideas and concept 3. Observation was done by using photographs 4. the use of graphs to show the water source used by small-scale farmers. 4. the use of graphs to compare how different farming practice are influenced by vegetation cover. 5. the use of crosstabulation to show how farmers rate their adaptation strategies The use of table to compare frequencies

According to the Ministry of Indigenous Peoples Affairs (2012) the population of Karaudarnau Village is 1053 with a total of 188 household. In order to determine the sample size, the sample size calculator will be used. In order to achieve 95 percent accuracy 127 questionnaire for 127 household was distributed, however, only 120 was returned. Two days were given for the respondent to fill the questionnaire and selected person chosen to respond to questionnaire was above 20 years and older.

Table 2: Cross-tabulation characteristics of demography in the study

Types of households				Education			
				Primary	Secondary	Tertiary	No formal Education
				Count	Count	Count	Count
Family	Extended	Head of household	Male	15	4	0	8
			Female	3	2	0	1
	Single Parent	Head of household	Male	11	1	2	1
			Female	5	1	1	0
	Nuclear	Head of household	Male	38	18	4	2
			Female	1	0	1	0
	Sibling household	Head of household	Male	0	1	0	0
			Female	0	0	0	0

Focus Groups

Due to Covid 19 only a total of 3 persons were allowed to be interviewed at the same time. The focus group was used to gather specific data from the village leaders and farmers groups in the community. The target group for interviews focused mainly on older farmers. This is so that farming systems, coping strategies were understood from a traditional perspective as well as new coping strategy that was introduced in recent times.

A brief history of the village was discussed to understand the dynamics of the population and land use change over the years. A total of 12 persons were interviewed with a total number of 6 males and 6 females.

Observations

A total of 12 farming sites were observed. These areas included bush island, gallery forest and the boundary between the Rupununi savannahs and forest also referred to as 'bush-mouth' by the locals. In order to conduct observations, the use of GPS point and photographs were used. Four other livestock farms were visited and included two cattle ranching and two pig farms. Pictures were used to document observation and land area surrounding these farms.

Statistical Analyses

The data was input in SPSS. The use of SPSS was used to generate graphs, tables and descriptive statistics such as cross-tabulations and frequencies. The data from the Likert scale was transformed and log to determine whether the data was normally distributed. This determined whether a Parametric or non-parametric method will be used to analyse the data.

Hence once that test is performed a parametric method means that linear regression and Pearson correlation will be used and for a non-parametric ordinal regression and Spearman rank correlation will be used to analyse the data.

Secondary Data

Existing published literatures with similar objectives and studies done in the Rupununi Region were gathered from Google Scholar to enhance the data discussion.

Results

The current village location is located close to the Rupununi River. The settlement before the current location was located at a place called "Oauonaou". Which is located South-east from the current village and is close

to the edge of forest. The movement of the village was due to several reasons some related to the shortage of water during the dry season.

According to an interviewee (2021) ‘water sources of the previous village during the dry season included small dugout pond on or near dry Ita palm wetland (*Mauritia flexuosa* swamp forests)’, the interviewee further explained that the indigenous people then lack access to large dugout wells as they do today.

This was due to the absence of metal tools and the lack of knowledge of wells. Another reason for the movement of the village was also due conflict between among the Wapishana people due to water scarcity and conflict with the ‘Atorad’, an indigenous people which is undocumented in Guyana. However, there are traces of their influence on the village as the alternative name for Karaudarnau village is known as ‘Atorad’.

Brief History of the Village by one of the eldest members of the community regarding their arrival to the Rupununi lands

[...] “it did not have any water. Dry season they short of water. That time they know nothing about well and use them small holes or pond. So, they move out near Rupununi”.

Subsistence farming was practiced by 100 percent of the respondents from the questionnaire. This was further agreed upon by the interviewees. Slash and burn Agriculture is mainly used for subsistence crop farming in the forest which is miles away from the village. The rearing of livestock is usually done on the outskirt of the village in the savannahs.

The use of paddock for rearing cattle is common and is done by a group or on an individual basis. The rearing of pigs is also common this done by creating a small shed next to an Ita palm (*Mauritia flexuosa*) swamp wetland.

Small scale farmers in Karaudarnau village planted a variety of crop in their farms. Whereas the rearing of livestock is not common among most of the villagers. Livestock such as cattle, pigs are the most common livestock reared and to a lesser extent poultry which is usually done at home. The use of fish and wild meat is still common to supplement their diet.

Figure 2: Crops cultivated by farmers

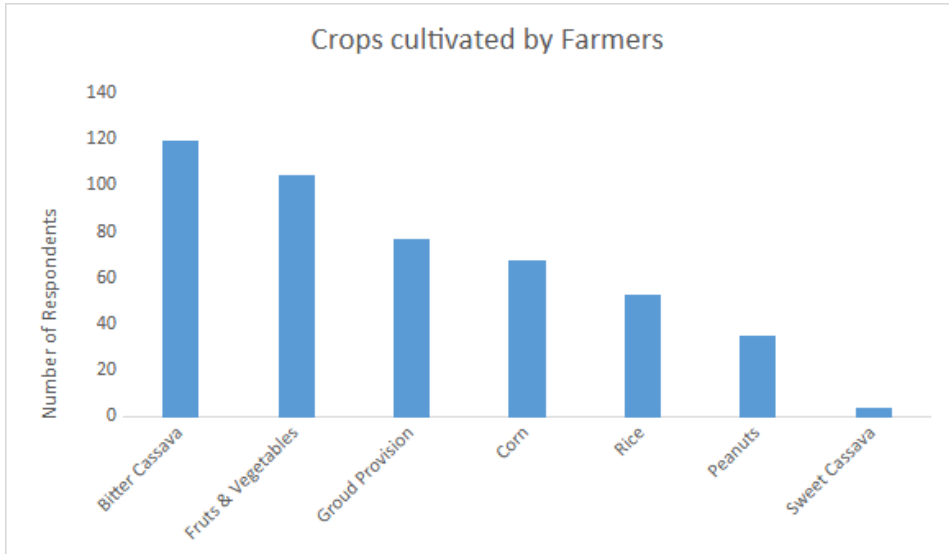


Figure 2 shows that bitter cassava, fruits and vegetables are the main crops cultivated by farmers.

The impact of drought on small-scale agriculture and landcover in Karaudarnau

The drought impact on small scale farmers were grouped into four different categories. These are general drought impact, drought impacts on crops, drought impacts on livestock and drought impacts on the environment. The general drought impact would include both social and economic factors.

Table 3: Drought impact; Crop Failure

Crop Failure				
Very High	High	Medium	Low	Very Low
Count	Count	Count	Count	Count
52	56	10	1	1

Table 3 indicates that most of the farmers experience crop failure during drought. One of the major impacts of drought on crops is the failure to produce expected yields as compared to other yields produced when there is sufficient availability of water. During severe drought according to an interviewee (2021) ‘crops often produce smaller yields.’ The farmers indicate that

the crops such as banana and plantain would be smaller. The main staple crop, which is bitter cassava, is often affected by severe drought.

The condition of the cassava was described by an interviewee as ‘dry up’. The interviewee (2021) further explained that ‘after this happens, the cassava takes days before it become saturated in order for it to be processed into Farine or Cassava bread’. After which it will produce very poor quality farine or cassava bread.

Table 4: Drought Impact; loss of livestock

Loss of Livestock				
Very High	High	Medium	Low	Very Low
Count	Count	Count	Count	Count
31	56	28	4	1

Table 4 indicates that a large number of farmers experience loss of livestock during drought. The lack of food for livestock such as cattle and pigs are often attributed to drought. The absence of surface of water bodies often means that cattle will either wander further away from the village in search of water and pasture or will remain close to pools of water along the Rupununi River. This often results in the loss of weight of cattle or even death. Whereas for the pigs, the lack of water and absence of *Mauritia flexuosa* fruits (Ita palm) means that there would be less food for pigs.

This will result in similar situation like the cattle. The pigs will wander further away in search of water and *Mauritia flexuosa* fruits. Even though, some farmers are able to purchase feed for pigs, the rearing of pigs is highly dependent on the *Mauritia flexuosa* ecosystem. As it provides a number ecosystem services for the rearing of pigs.

Results indicates less forest degradation as a result of water scarcity. According to an interviewee (2021) ‘the forest soil is moister than that of the savannah because the trees shade the soil’. This is one of the reasons that interviewees prefer to farm in the forest. The interviewee further stated that ‘there are often spells of rain in the forest when we are experiencing drought, it is different than the savannah’.

This means that the forest will experience less degradation as compared to the savannahs. Furthermore, there is higher savannah degradation as a result of surface water scarcity. Unlike the forest the soil of the Rupununi savannahs is more exposed to the heat of the sun; this causes the pasture to turn dry and in turn influences savannah fires which causes savannah degradation. Besides, the savannahs, plants such as the *Mauritia flexuosa* ita palm located in the swamps often produced less fruits.

Table 5: Correlation between Drought Impact on Crops DIC, Drought Impact on Livestock DILS and Water Scarcity W_S

Correlations					
			W_S	DIC	DILS
Spearman's ho	W_S	Correlation Coefficient	1.000	.254**	.176
		Sig. (2-tailed)	.	.005	.055
		N	120	120	120
	DIC	Correlation Coefficient	.254**	1.000	.439**
		Sig. (2-tailed)	.005	.	.000
		N	120	120	120
	DILS	Correlation Coefficient	.176	.439**	1.000
		Sig. (2-tailed)	.055	.000	.
		N	120	120	120

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Non-parametric Spearman correlation was used and all coefficients were positive. For every one unit increase in drought impact on crops (DIC) there is a predicted increase of 0.545 in the log odds of being at a higher level on water scarcity (W_S). Similarly, for every one unit increase in drought impact on livestock (DILS) there is a predicted increase of 0.284 in the log odds of being at a higher level on water scarcity.

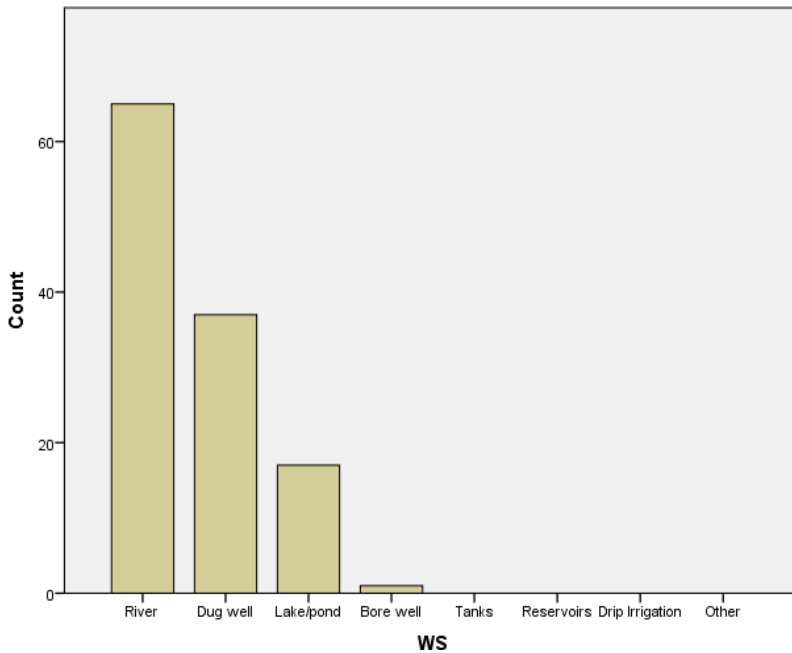
The correlation table in that both DIC and DILS show a weak correlation with W_S. The spearman rank correlation coefficient between DIC and W_S is 0.254 with a property value of 0.005 which is statistically significant. On the other hand, the spearman rank correlation coefficient is 0.176

which is a weak correlation with the property value of 0.055 which statistically significant.

To describe how the farming practices influence the main adaptation strategy used by small-scale farmers in Karaudarnau

Subsistence farming is the main economic activity in Karaudarnau Village and is practiced by most of the villagers. This means that having only one economic activity to sustain themselves and their families makes these small-scale farmers vulnerable when it comes to disasters such as drought and flooding. Hence both flooding and drought have different means of coping during these disasters and one way of improving coping mechanism *during* drought is through sustainable water management. The bar chart shows the sources of water that small-scale farmers use in Karaudarnau Village.

Figure 3: Water source used by farmers in Karaudarnau

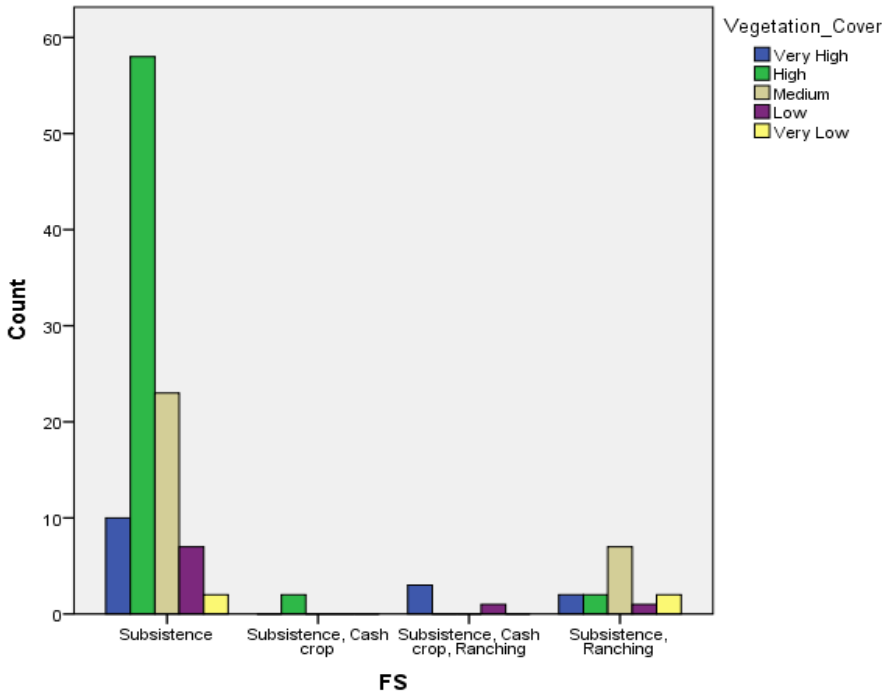


The bar chart in Fig. 3 shows that over half of the respondents indicate that they resort to the use of water from rivers during drought. According to an interviewee (2021) related that prefer to ‘farm close to streams and creeks

in the forest'. Another interviewee stated they would often have fetch water manually to water plants during drought. As for livestock they would often be found close to rivers where there are pools of water which accumulates in the river channel when the river stop flow.

Other sources of water include dug well which is common in most of the household. A small number of small-scale farmers indicate that they use lakes or pond as a source of water. These lakes and ponds during the dry season dry up but farmers tend to excavate or dig on the lakes or wetland so that water accumulates from below the surface. One interview indicates that during the dry season water is difficult to obtain in the forest and it is easier to source water from dried up wetlands.

Figure 4: Vegetation cover and farming systems



The bar chart shows vegetation cover and the various farming practices that small-scale farmers are involved in Karadarnau village. The frequency generated from SPSS indicate that Vegetation cover is the most common factor that small-scale farmers consider when they determine a response to drought. The bar chart shows that farmers who are involved in only subsistence

farming has a very high response to vegetation cover when they determine how they respond to drought.

Whereas persons who are involved in subsistence, cash crop and ranching shows that the moderately considers vegetation cover when it comes to responding to drought. The other frequency that shows high rate of consideration when farmers determine their response to drought strategy is cost. Other factors include location, time, crop type, soils, technology and access to information. The least factors that are considered when these small-scale farmers determine their response to drought is technology and access to information.

This is due to several reasons according to an interviewee (2021) 'we don't have access to technology and due to poverty, we cannot afford it'. Another reason for not considering these factors is that most of these farmers did not past the primary education stage (see above Table 2 on summary of demography).

Table 6: Crosstabulation of Subsistence crop farming and effectiveness of adaptation strategy

Count		FSMA_1					Total
		Very High	High	Medium	Low	Very Low	
Farm type	Subsistence	3	33	40	23	21	120

The table shows a crosstabulation between the farm type and to an indication of how well farmers have adapted to subsistence crop farming during drought. Most of the farmers indicate they do not have a high level of adaptation to subsistence crop farming during drought. While 40 of the interviewees indicate that they have moderately adapted to drought and 36 indicate that they have a high or very high level of adapting to drought. Various adaptation strategies for crops were also rated by the farmer.

This includes change of crop calendar, change to less water consuming crops, don't plant during drought, change of traditional irrigation system, follow the Wapishana calendar and relocate farms. After running frequencies in SPSS, the results indicate that most farmers prefer to change their farming

locations. An interviewee indicated that during drought they move further into the forest or a few of them would resort to planting on dried up wetlands. While the second most common adaptation strategy is changing their crop calendar (ASFC_1).

Table 7 shows a comparison between the adaptation strategy of ASFC_5 (follow Wapishana calendar) and ASFC_6 (change farm location). The table indicate that over half of respondents have a higher level of changing their farm's location (ASFC_6) as compared to following the Wapishana calendar (ASFC_5) which has less than half of the respondents indicating that would have a high level of following the Wapishana calendar as an adaptation strategy. The table shows how Small-scale farmer adaptation for livestock in Karaudarnau Village.

Table 7: Effectiveness of other adaptation Strategy for subsistence crop farming

		Count
ASFC_5	Very High	8
	High	29
	Medium	51
	Low	29
	Very Low	3
ASFC_6	Very High	23
	High	50
	Medium	32
	Low	10
	Very Low	5

Table 8 (FSMA_4) or ranching) indicate that 7 of the small-scale farmers who practice ranching has high or very high level of adapting during drought while 7 farms said the moderately adapt and 9 farmers said that they have a low or very low level of adapting during drought. This means that the majority of the farmers who practice ranching has a low or very low level of adapting to drought.

Table 8: Effectiveness of adaptation strategy Livestock

FSMA_4				
Very High	High	Medium	Low	Very Low
Count	Count	Count	Count	Count
1	6	7	5	4

The adaptation strategy for drought by these farmers includes storing food for livestock (ASFLS_1), relocating livestock to areas with water (ASFLS_2) and selling of livestock (ASFLS_3).

According to an interviewee (2021) indicated that they plant crops such as rice and corn for pigs, other crops residue from crops such as ground provision and plantain are also used for livestock. The most common adaptation strategy for farmers when coping with drought is storing food for livestock. Whereas, relocating livestock to places with water is less common of how these farmers would adapt during drought.

DISCUSSION AND CONCLUSIONS

The study shows that water scarcity has a high impact on crop failure and loss of livestock. However, the correlation between drought impact on crops, drought impact on livestock and water scarcity shows a positive but weak correlation with drought impact on crops having a stronger correlation than drought impact on livestock. This means that drought will likely have a higher impact on crops rather than livestock. According to Kom *et al.* (2002) studies on small-scale farmers ‘prolong drought, high temperature and variable precipitation will result in low crop yields and high food insecurity’.

This is similar with Farmers in Karaudarnau as they have indicated that they have experienced low crop yields during drought. As pointed by an interviewee (2021) who stated that ‘the cassava root dries up and sometimes get spongy, it takes days for it to become saturated with water and then does not make quality farine’. Another findings from study shows that there is higher savannah degradation than forest degradation; an ‘increase in frequency, intensity and longer periods of drought is expected as a result of climate change’.

Droughts will likely result in an increase in intense wildfire which can contribute to degradation of both savannah and forest vegetation' (TAYLOR, & KREUTER, 2016). According to Henfrey (2002) in his study indicated that both 'savannah and forest vegetation are crucial for subsistence farming in the Rupununi'. The use of vegetation cover plays an important role in the type of farming being done, for example Crop farming in Karaudarnau is usually done in the forest, bush island or gallery forest while the rearing of livestock is done in the savannah.

'In the case of savannah cultivation is practiced in the form of house gardens' (HENFREY, 2002). This means that drought impact on the vegetation or land cover will negatively impact the farming systems of small-scale farmers in Karaudarnau village. Macchi *et al.* (2008) stated that 'indigenous people in the tropical belt are already affected by the environmental impact of climate change and are struggling to adapt since they are dependent on the environment they live in'.

Macchi *et al.* (2008) further stated that 'tropical indigenous response to environmental changes is linked with the evolution of past subsistence activity'. However, similar to our finding Henfrey (2002) in a similar study in deep south Rupununi found that farming contributes to little evidence of forest degradation as a result of farming'.

Rivers and creeks are the main source of water for small-scale farmers during drought. The Rupununi River which is located adjacent to the village, is the main river used by the village. The characteristics of the Rupununi River at that point indicates that it is in the upper or in the early stage of the middle course. The Rupununi River during the dry season most time do not flow and the water that accumulated in pools in the river channel is often the main water source while the smaller streams and tributaries to the Rupununi River are most times dry. Hence large dug well is often a substitute for drinking and domestic use.

Along with water source there are other factors that are considered during drought when considering a response. Vegetation cover is the main factor that small-scale farmers in Karaudarnau considers when they determine the type of response for subsistence crop farming whereas, for ranching vegetation cover is moderately considered. Another factor which is highly

considered when determining a drought factor was cost. This may be due to the limited economic sector that is available in Karaudarnau.

The least factors that are considered when determining a drought response is technology and access to information. The use of technology to help farmers response to drought is due to poverty and location. Maltlou *et al.* (2021) in a similar study found that ‘the lack of both physical and institutional infrastructure in rural areas limits most smallholder farmers in expansion and access to information’. The lack of both physical and institutional infrastructure was both absent from the village.

Hence farmers often cultivate crops such as corn and rice to supplement food for pigs. this often affected by droughts as crops sometimes fail or lower yields. The *Mauritia flexuosa* ita palm has a high economic value as the community is dependent on it for several uses. It plays a critical role in the rearing of pigs. Farmers are often dependent on the Ita palm swamp wetlands which provides a feeding drought for pigs.

In a study on the impact of climate change in the Peruvian Amazon region *Mauritia flexuosa* by Urrego *et al.* (2016) show that ‘during drought there is a higher rate of synchronous flowering but lower fruit production and seedling mortality as compared to a year where there is sufficient rain’. An interviewee (2021) indicated that ‘there is less fruit production during drought’. Another adaptation strategy in livestock farming is relocating livestock.

This adaptation strategy is less common as cattle is often released from the paddock due to overuse of pasture and is left to roam freely in the savannahs as labour is often expensive. The selling of livestock is even less common due to the lack of markets. Generally, there is no financial assistance in the village as banks and other financial institutions are located miles away and farmers often do not qualify for loans or grants. This would lead to migration as Olaleye (2010) stated, ‘migration is one of the measures usually taken by rural communities affected by natural disasters such as drought’.

CONCLUSIONS

The study aimed to examine the impacts of drought on small-scale farmers and to determine effectiveness of coping strategies by small-scale

farmers in the indigenous Wapishana Karaudarnau Village during period of seasonal droughts. Globally, indigenous livelihoods have become vulnerable due to environmental impacts as a consequence of climate change and climate variability.

Hence, studies pertaining to indigenous livelihood are needed to understand the dynamics of indigenous landscape and to sustainable plan for a changing world so that indigenous communities are able to adapt and build resilience to natural disasters such drought and flooding. The objective of the research revealed the following;

Small-scales farmers in Karaudarnau village are involved in different farming practices but the majority are only involved in subsistence crop farming. The lack of farming practices diversification has therefore been an issue in preventing farmers from observing different adaptation strategies as it relates to farming.

Hence farmers engagement in new farming practices are likely to be less resilient than those who are engaged in several different farming practices. It therefore means that these small-scale farmers are highly vulnerable as it would take time before they become familiar with new adaptation strategies for new farming practices.

The lack of other sources of income besides small-scale agriculture, to maintain their families during natural disasters such as drought or flooding or any other natural disasters also contributes to the vulnerability of small-scale farmers in Karaudarnau Village. The lack of higher formal education and poverty plays a key role that prevents farmers from improving their adaptation strategies or implementing new ones. Furthermore, the loss of indigenous knowledge on crop varieties especially cassava has further contributed to the vulnerabilities of these farmers.

Drought impact on crop and livestock are affected differently. The impact of drought on crops is higher as compared to livestock. The damage of crops such as cassava which is used on a daily basis by indigenous people in Karaudarnau village means that these farmers will experience food insecurity or starvation once these crops are damaged.

The landcover and topography is a key determinant in selecting farm sites. Therefore, drought impact on the landcover will also affect the drought

impact on livestock and crops. Savannah degradation as a result of water scarcity is higher than that of forest degradation.

The major water source used by farmers are rivers and streams for both crops and livestock. Lack of water resource management techniques can hinder the use of water efficiently. Hence the need for the introduction of new farming techniques, water management techniques and soil conservation techniques so that these farmers can have different adaptation strategies of responding to droughts. This will also be an increase in the effectiveness of their adaptation strategy as these farmers would be apply or integrate new and traditional adaptation strategies.

REFERENCES

- Arroyo-Kalin M. (2011). Slash-burn-and-churn: Landscape history and crop cultivation in pre-Columbian Amazonia. **Quaternary International**, Volume 249, 2012, Pages 4-18, ISSN 1040-6182, <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2011.08.004>. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1040618211004496>
- CARICOM. (2024). **Caribbean Week of Agriculture countdown has begun**. <https://caricom.org/caribbean-week-of-agriculture-countdown-has-begun/>
- Fernandez, J.; Franchito, S.; Rao, V. (2019). Future changes in the Aridity of South America from Regional Climate Model Projections. **Pure and Applied Geophysics**. 1-10. 10.1007/s00024-019-02108-4.
- Frost, D. (1986). **The climate of the Rupununi Savannahs**. McGill University Savanna Research Project Savanna Research Series. No. 12. Canada
- Henfrey Thomas B., (2002). Ethnoecology, Resource Use, Conservation And Development. In: **A Wapishana community in the South Rupununi, Guyana**. Department of Anthropology and Durrell Institute of Conservation and Ecology, University of Kent at Canterbury. Retrieved from https://vestiges-journal.info/CSACMonog/Henfrey_thesis/thesis.pdf.
- IPCC (2007). **Climate Change 2007: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change** [Core Writing Team, Pachauri, R.K and Reisinger, A. (Eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, 104 pp. https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/ar4_syr_full_report.pdf.
- Kom, Z., Nethengwe, N. S., Mpandeli, N. S. *et al.* (2020). Determinants of small-scale farmers' choice and adaptive strategies in response to climatic shocks in Vhembe District, South Africa. **GeoJournal**. <https://doi.org/10.1007/s10708-020-10272-7>. Retrieved from <https://link.springer.com/article/10.1007/s10708-020-10272-7>.
- Kumar, S.; Tanwar S. P. S.; Singh, A. (2017). **Drought mitigation and management**. Scientific Publishers India.
- Macchi M. *et al.* (2008). Indigenous and Traditional Peoples and Climate Change. **The World Conservation Unite**. Retrieved from <http://www2.ecolex.org/server2neu.php/libcat/docs/LI/MON-080670.pdf>.
- MacDonald, K. (2014). **Rupununi Imaginaries**. York University Toronto, Canada. Retrieved from https://central.bac-lac.gc.ca/.item?id=TC-OTY-29944&op=pdf&app=Library&oclc_number=1032936027.
- Matlou, R.; Bahta, Y. T.; Owusu-Sekyere, E.; Jordaan, H. (2021). Impact of Agricultural Drought Resilience on the Welfare of Smallholder Livestock Farming Households in the Northern Cape Province of South Africa. **Land**, 10, 562. <https://doi.org/10.3390/land10060562>.

Magrin, G. C.; Gay García, D.; Cruz Choque, J. C.; Giménez, A. R.; Moreno, G.J.; Nagy, C.; Nobre and A. Villamizar, (2007). **Latin America Climate Change 2007: Impacts, adaptation and vulnerability**. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, M. L. Parry, O. F. Canziani, J. P. Palutikof, P. J. van der Linden and C. E. Hanson, Eds., Cambridge University Press, Cambridge, UK, 581-615. Retrieved from <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/ar4-wg2-chapter13-1.pdf>.

Mahdu, O. (2019). **The impacts of climate change on rice production and small farmers adaptation: a case of Guyana**. Virginia Polytechnic Institute and State University, Blacksburg, Virginia. Retrieved from https://vtechworks.lib.vt.edu/bitstream/handle/10919/89087/Mahdu_O_D_2019.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Makhado, R. & Saidi, A. & Tshikhudo, P. (2014). Optimising drought adaptation by small-scale farmers in southern Africa through integration of indigenous and technologically-driven practices. **African Journal of Science, Technology, Innovation and Development**. 6. 265-273. 10.1080/20421338.2014.945391.

McKey, D.; Rostain, S.; Iriarte, J.; Glaser, B.; Birk, J. J.; Holst, I.; Renard, D. (2010). Pre-Columbian agricultural landscapes, ecosystem engineers, and self-organized patchiness in **Amazonia**. Vol.107, 17, p. 7823-7828, Doi. 10.1073/pnas.0908925107, National Academy of Sciences. Retrieved from <https://www.pnas.org/content/107/17/7823>.

Moya, J. (2018). Migration and the historical formation of Latin America in a global perspective. **Sociologias**, 20 (49), 24-68. <https://dx.doi.org/10.1590/15174522-02004902>. Retrieved from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222018000300024.

Mwenda, P.; Kiambi, D. K.; Kungu, J. van de Gevel, J.; Carlo, F.; Yasuyuki, M. (2019). Vulnerability and adaptation strategies to drought and erratic rains as key extreme events: Insights from small scale farming households in mixed crop agro ecosystems of semi-arid eastern Kenya. **African Journal of Agricultural Research**. 14. 712-728. 10.5897/AJAR2018.13568.

Mwongera C; Eitzinger A; Bullen P; Dagers L; Kinyua I; Rosales J. 2020. Climate-Smart Agriculture Rapid Appraisal Report for Guyana. **CIAT Publication**, No. 503. International Center for Tropical Agriculture (CIAT). Cali, Colombia. 30 p.

Naygayets O. (2005). IFPRI (International Food Policy Research Institute). **The future of small farms: Proceedings of a research workshop**, Wye, UK, June 26-29, 2005. Washington, DC. Retrieved from https://www.researchgate.net/profile/Peter_Hazell2/publication/285630998_The_rural_nonfarm_economy_Pathway_out_of_poverty_or_pathway_in/links/56665ec808ae4931cd62709e.pdf#page=362.

Ncube B.; Shikwambana, S. (2016). **Coping and adaptation strategies for Agriculture water use during drought periods; Review of drought coping and adaptation strategies in dryland cropping systems, irrigation, livestock and mixed systems.** Cape Peninsula University of Technology, Bellville, Cape Town. Project No. K5/2602. Retrieved from <http://digitalknowledge.cput.ac.za/bitstream/11189/6350/1/Review%20of%20drought%20coping%20and%20adaptation%20strategies%20in%20dryland%20cropping%20systems.pdf>.

Nordenskiöld, E.; Denevan, W. M. (2009). Indian Adaptations in Flooded Regions of South America. **Journal of Latin American Geography**, Vol. 8, No. 2 (2009), pp. 209-224. University of Texas Press. <http://www.jstor.org/stable/25765268>.

Olaleye, O. L. (2010). **Drought coping mechanisms: A case study of small-scale Farmers in Motheo district of the free state Province.** University of South Africa. Retrieved from <https://core.ac.uk/download/pdf/43167095.pdf>.

Otto J. S. & Anerson E. S. (1982). **Slash-and-burn cultivation in the Highlands South: A problem in comparative agricultural history.** University of Louisville, Centre for American Archaeology.

Padoch, C. (1986). Agricultural site selection among permanent field farmers: an example from East Kalimantan, Indonesia. Institute of Economic Botany New York Botanical Garden Bronx, NY 10458. **J. Ethnobiol.** 6(2): p. 279-288. Retrieved from <https://ethnobiology.org/sites/default/files/pdfs/JoE/6-2/Padoch1986.pdf>.

Ragobeer, V. (2023). **Guyanese farmers: extreme weather events are a concern.** Retrieved from <https://caribois.org/2023/07/guyanese-farmers-extreme-weather-events-are-a-concern/>.

Ramamasy, S. & Baas, S. (2007). **Climate variability and change: adaptation to drought in Bangladesh.** A resource book and training guide. FAO Institution for Rural development. DP9/1-BGD/01/004/01/99. Retrieved from <http://www.fao.org/3/a-a1247e.pdf>

Sindhi, S. (2017). Improving the Drought Resilience of the Small Farmer Agroecosystem. **Economic and Political Weekly.** 52. 41. Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/319256923_Improving_the_Drought_Resilience_of_the_Small_Farmer_Agroecosystem

Vasco C.; Bilborrow, R. Torres, B.; Griess V. (2018) Agricultural land use among mestizo colonist and indigenous populations: Contrasting patterns in the Amazon. **PLoS ONE** 13(7): e0199518. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0199518>

Velasco, M. A. (UNISDR) (2014, November). **Progress and challenges in disaster risk management in Guyana.** Civil Defence Commission Georgetown, Guyana. Retrieved from <http://dipecholac.net/docs/files/785-guyana-cd-v38-finaldraft-all-low-res.pdf>

Urrego, L.; Galeano-Gonzalez, A.; Penuela, M.; Sanchez, M.; Toro, E. (2016). Climate-related phenology of *Mauritia flexuosa* in the Colombian Amazon. **Plant Ecology**. 217. 10.1007/s11258-016-0647-0.

Autoras e Autores

ANA CRISTINA ROCHA SILVA

Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (PPGDSTU/NAEA/UFGA). Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Licenciada e Bacharel em História. Professora Adjunta III do Curso de Licenciatura em História da UNIFAP. Integra o corpo docente do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da UNIFAP. Membro do Grupo de Pesquisa Biodiversidade, Gestão dos Recursos Naturais e Sociedade no Escudo das Guianas (CNPQ). Está na Direção do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas e Patrimoniais do Amapá (CEPAP/UNIFAP). *E-mail:* tinastn@hotmail.com.

ANA MANOELA PRIMO DOS SANTOS

Indígena do povo Karipuna. Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFGA). Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais (UFGA). Realiza pesquisas em Etnologia Indígena com os povos indígenas de Oiapoque. Especialmente, pesquisas que tratam dos papéis e movimentos das mulheres Karipuna. *E-mail:* anamanoelakaripuna@gmail.com.

DENISE MACHADO CARDOSO

Doutora em Desenvolvimento Socioambiental (Pós-Graduação do Trópico Úmido PDTU/ NAEA) pela Universidade Federal do Pará (2006), realizou estágio doutoral na Universidade do Algarve/Portugal (2005). É mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará (2000) e graduada em História também nesta universidade (1987). Atua como pesquisadora-docente do Laboratório de Antropologia Arthur Napoleão Figueiredo (LAANF) da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA-UFPA). Participa do Comitê de Antropologia Visual da Associação Brasileira de Antropologia (CAV/ABA) desde 2019. É membro da Câmara Técnica de Equidade, Igualdade de Gênero e Mudanças Climáticas da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado do Pará (SEMAS). Atua como Conselheira no Conselho Estadual de Cultura do Estado do Pará (SECULT). *E-mail*: denisemcardoso5@gmail.com.

EDINALDO PINHEIRO NUNES FILHO

Arqueólogo, Historiador, Professor Associado IV do Colegiado de História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Graduado em História-UFPA. Mestre em Arqueologia – UFPE. Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental-UFPA. Pós-Doutor em História Contemporânea – Coimbra/Portugal. Coordenador do Laboratório de História Militar (LAHIM), Vice-Diretor do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas e Patrimoniais – CEPAP. *E-mail*: edinaldopnfilho@outlook.com.

ELYSANGELA SOUSA PINHEIRO

Servidora pública no Ministério Público da União, Doutora em Ciências Socioambientais, com ênfase em Desenvolvimento Sustentável (interdisciplinar), pela UFPA/NAEA, Brasil (2019). Seus interesses em pesquisa incluem direitos humanos socioambientais na perspectiva de gênero, raça e diversidade. *E-mail*: elysangelapinheiro@gmail.com.

HELENA DORIS DE ALMEIDA BARBOSA

Graduada em Turismo e Ciências Sociais, Doutora em Desenvolvimento Socioambiental e Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Atualmente é Docente Aposentada e Pesquisadora/Docente Colaboradora da Faculdade de Turismo/ICSA/UFPA. Integra os Grupos de Pesquisa Gestão, Políticas Públicas e Planejamento em Turismo; Áreas Protegidas da Amazônia: GP/UFPA: Biodiversidade, Gestão dos Recursos Naturais e Sociedade no Escudo das Guianas. Desde 2017, é membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, ocupando a cadeira nº 60. *E-mail*: hdoris65@gmail.com.

HISAKHANA POHONNA CORBIN

Tem Doutorado em Ciências: Doutorado com Área de Concentração em Desenvolvimento Socioambiental Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia – NAEA/ Universidade Federal do Pará – UFPA, Brasil, onde é Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU; Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do NAEA/ UFPA; Graduação em Estudos Ambientais; Curso técnico em Agricultura Geral. [<https://orcid.org/0000-0001-5885-6053>]. *E-mail*: hisacorbin@hotmail.com.

JUDITH ROSALES

Is a researcher of plant ecology working in Watershed Water Management, Climate Change Resilience and Adaptation. She has a PhD Geography Birmingham University UK; MSc. Ecology Instituto de Investigaciones Científicas de Venezuela; Lic. Biology Universidad Central de Venezuela. 1985-2024. Botanist for Venezuela's Hydroelectric Enterprise; Professor from Universidad Nacional Experimental de Guayana and University of Guyana. *E-mail*: judith.rosales@uog.edu.ug.

KAREN GABRIELY SOUSA SANTOS

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará, Especialista em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina (IFCH/UFPA). Mestra em ciência política pelo programa de pós-graduação em ciência política (PPGCP/UFPA). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) pertence ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). Professora Universitária Assistente II na faculdade Estácio do Pará. *E-mail*: karen.santos@naea.ufpa.br.

LIGIA TEREZINHA LOPES SIMONIAN

Antropóloga e Professora Titular da Universidade Federal do Pará (do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA/UFPA). Graduada em História (UFMS), Esp. (UFSC), M. Sc. (UFRJ), Ph. D. (CUNY), e Pós-doutorado em Antropologia (CUNY). Integra a Academia de Ciências e Artes de Curuçá – ACLAC. Integra o Conselho Diretor da Sociedade Internacional da Biodiversidade do Escudo das Guianas. Publica no Brasil e no exterior. *E-mail*: simonianl@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6690-7244>.

LOUISA B. DAGGERS

Is a researcher of Guyanese Prehistory at the Amerindian Research Unit, University of Guyana. Her research interest includes Holocene environmental reconstruction and human adaptation and mobility through the analysis of zoo archaeological and bio archaeological records. She has been on faculty for the past eleven years. She is the Associate Editor of the Journal of Archaeology and Anthropology, the scientific journal of the Walter Roth Museum. Over the past decade she has conducted research in the Rupununi Savannah and the Shell middens of North-western Guyana. She is the co-author of the Archaeology of Guyana second edition, and has contributed several book chapters, journal articles and monographs. *E-mail*: lousa.daggers@uog.edu.gy.

LUIS EDUARDI ARAGÓN

Colombiano, residente permanente no Brasil desde 1976. Bolsista de Produtividade do CNPq desde 1986. Professor titular da Universidade Federal do Pará. Possui graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Educação da Universidade Nacional da Colômbia (1970), mestrado e doutorado em Geografia da Michigan State University (1974 e 1978, respectivamente), pós-doutorado em estudos populacionais da Brown University (1984-1985) e em estudos latino-americanos da Universidade de Estocolmo (1992-1994), e cursos especiais em planejamento regional e gestão da cooperação internacional. Foi Diretor do NAEA. Prof. colaborador do PPGDTU-NAEA/UFPA. *E-mail*: luis.ed.aragon@hotmail.com.

MARCELO ARAÚJO DA SILVA

Doutorando no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA da Universidade Federal do Pará-UFPA. Mestre em Ciências da Sociedade com ênfase em Direitos Humanos, Sociedade e Cidadania Ambiental pela Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA (2017-2019). Graduado em direito pela UFOPA (2016). Membro do grupo de Pesquisa "Estudos da Bio-sociodiversidade do Escudo das Guianas e da Pan-Amazônia", vinculado ao NAEA/UFPA. *E-mail*: marcelo.silva@naea.ufpa.br.

ORIANA ALMEIDA TRINDADE

Doutorado em Ciências Ambientais pelo Imperial College - University of London (2004) e pós-doutorado na Columbia University (1999), no CEDLA, Holanda (2023) e Lancaster University (2016). Fez mestrado em Engenharia de Produção e graduação em Economia pela UFPB. Os temas de interesse na pesquisa

são relacionados com a região Amazônica e envolvem gestão dos recursos naturais, manejo pesqueiro e impacto de mudanças climáticas sobre produção de açaí e sobre áreas urbanas na região do estuário Amazônico. *E-mail*: orianaalmeida@gmail.com.

RON SUTHERLAND

Is an experienced Wapishana's High School Teacher who since 2013 manages and delivers Geography courses and manages SPSS statistics and Geographic Information Systems. He has an Associate degree on secondary Education (Social Studies) from Cyril Potter College of Education, 2012 and a Bachelor of Science (Geography) University of Guyana, 2021 where he carried out the research presented in this chapter for his thesis. *E-mail*: rsutherland710@yahoo.com.

SHAJI THOMAS

Advogado e psicólogo. Possui doutorado em Ciências Socioambientais, com foco em Desenvolvimento Sustentável (interdisciplinar), e concluiu seu pós-doutorado na UFPA/NAEA, Brasil. Seu interesse de pesquisa reside na governança de recursos naturais e nas mudanças climáticas. Atualmente, Shaji Thomas trabalha como auditor, validador e verificador para projetos de energia limpa e projetos AFOLU (Agriculture, Forestry and Other Land Use). *E-mail*: shaji@outlook.com.

TADEU LOPES MACHADO

Graduado em ciências sociais (UNIFAP), mestre e doutor em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA). É professor Adjunto da Universidade Federal do Amapá no curso de Licenciatura Intercultural Indígena, e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIFAP. Realiza pesquisas com os povos indígenas do Amapá e norte do Pará, com especial interesse nos temas: Educação, interculturalidades, intercâmbios e processos de construção e valorização de saberes tradicionais. *E-mail*: tlopesm@hotmail.com.

Esta obra foi produzida no 1º semestre de 2025, na cidade de Belém. Fonte Garamond, corpo 12/16. NAEA.
UFPA. E-Books

A obra Biodiversidade, Gestão/Governança e Sociedade no Escudo das Guianas permite ao leitor acessar reflexões importantes sobre os territórios do Escudo Guianês e da Pan-Amazônia em um momento singular para essa região, notadamente quanto às mudanças climáticas. Nela encontram-se dados nas diversas dimensões como: biológicas, sociais, políticas, culturais, econômicas e culturais, socializando resultados de pesquisas e desvelando as potencialidades e as contradições seculares dessa região.

As autoras, os autores, as pesquisadoras, os pesquisadores, as acadêmicas e os acadêmicos desse Escudo e da Amazônia conseguem repassar a partir de suas pesquisas, percepções acuradas sobre a realidade da região aplicadas no contexto de suas temáticas como a questão indígena, biodiversidade, história, populações tradicionais, áreas protegidas, agroextrativismo, mulheres, desenvolvimento, diásporas, mudanças climáticas e turismo. Temas que compreendem o portfólio de questões inerentes ao Escudo Guianês e à Pan-Amazônia, territórios que acumulam conflitos, diversidades e resistências de povos que vivem para avançar em suas demandas.

Portanto, a leitura dessa obra é obrigatória para todas_os àquelas_es que buscam por conhecimento sobre o Escudo Guianês e a Panamazônia, em seu mais profundo desvelar de dados, reflexões e conhecimentos para entender a dinâmica socioeconômica e espacial desse território.

*Silvia Helena Ribeiro Cruz,
Prof^a. Titular da FACTUR/UFGA*

